



Universidade do Estado do Rio de Janeiro

Centro de Educação e Humanidades

Faculdade de Comunicação Social

Roberto Vilela Elias

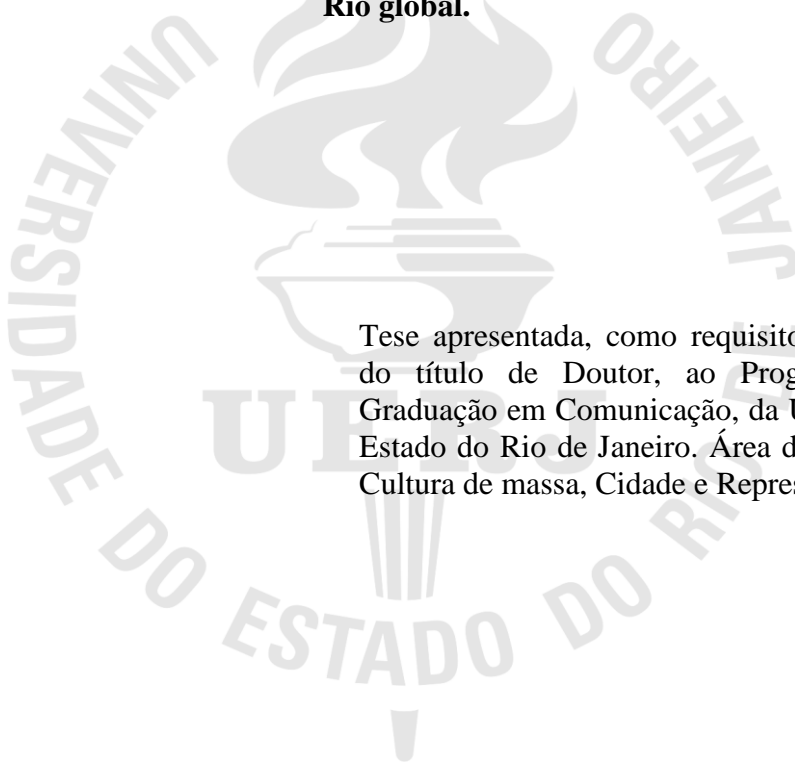
**Das Bênçãos de Iemanjá aos Desígnios do Mercado: ‘violência’ e ‘paz’ no
réveillon do Rio global**

Rio de Janeiro

2020

Roberto Vilela Elias

Das Bênçãos de Iemanjá aos Desígnios do Mercado: ‘violência’ e ‘paz’ no réveillon do Rio global.



Tese apresentada, como requisito para obtenção do título de Doutor, ao Programa de Pós-Graduação em Comunicação, da Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Área de concentração: Cultura de massa, Cidade e Representação Social.

Orientador: Prof. Dr. Ricardo Ferreira Freitas.

Rio de Janeiro

2020

CATALOGAÇÃO NA FONTE
UERJ / REDE SIRIUS / BIBLIOTECA CEH/A

E42

Elias, Roberto Vilela.

Das Bênçãos de Iemanjá aos Desígnios do Mercado: 'violência' e 'paz' no réveillon do Rio global / Roberto Vilela Elias. – 2020.
235 f.

Orientador: Ricardo Ferreira Freitas..

Tese (Doutorado) – Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Faculdade de Comunicação Social

1. Comunicação – Rio de Janeiro – Teses. 2. Feriados e festas cívicas – Teses. 3. Violência – Teses. I. Freitas, Ricardo Ferreira.. II. Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Faculdade de Comunicação Social. III. Título.

es

CDU 316.77(815.3)

Autorizo, apenas para fins acadêmicos e científicos, a reprodução total ou parcial desta tese, desde que citada a fonte.

Assinatura

Data

Roberto Vilela Elias

Das Bênçãos de Iemanjá aos Desígnios do Mercado: ‘violência’ e ‘paz’ no réveillon do Rio global.

Tese apresentada, como requisito para obtenção do título de Doutor, ao Programa de Pós-Graduação em Comunicação, da Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Área de concentração: Cultura de massa, Cidade e Representação Social.

Apresentado em: 17 de fevereiro de 2020.

Banca examinadora:

Prof. Dr. Ricardo Ferreira Freitas (Orientador).
Faculdade de Comunicação Social, Departamento de R. Públicas – UERJ.

Profa. Dra. Amanda Danelli Costa.
Instituto de Geografia, Departamento de Turismo – UERJ.

Profa. Dra. Tatiana Oliveira Siciliano.
Departamento de Comunicação Social – PUC-Rio.

Profa. Dra. Vânia Oliveira Fortuna.
Departamento de Comunicação Social – UVA.

Profa. Dra. Cristina Nunes Sant’Anna.
Analista de Marca – INPI.

Rio de Janeiro

2020

DEDICATÓRIA

À minha família que sempre está ao meu lado, acompanhou de perto todo o desenvolvimento desta Tese e me deu todo o suporte e incentivo necessários. Uma Tese não é consequência apenas do Doutorado, mas de toda uma trajetória escolar e acadêmica. Isso eu devo eternamente a vocês! Notadamente à minha mãe, Cenira Pereira Vilela de Seixas, que nunca deixou de acreditar em mim, mesmo nos momentos mais difíceis.

À minha namorada Andréa Santos Fonseca, por todo amor, cumplicidade, compreensão, paciência e colaboração. Nunca me esquecerei daquela conversa durante um jantar após a Qualificação. Você é parte disso!

À Marisol e Magali, pedacinhos de gente que entre lambidas, mordidas e brincadeiras me fazem rir e esfriar a cabeça.

Ao meu orientador, mas sobretudo amigo, Ricardo Ferreira Freitas. Há onze anos começamos uma caminhada que tem nesta Tese um dos seus frutos mais importantes. Muito obrigado por todos os conselhos, ensinamentos, vivências e oportunidades. Mas acima de tudo, obrigado por tudo que você me inspira. A maior orientação que me deste até hoje é o teu exemplo. Tenho certeza que a conclusão deste Doutorado não significa o fim dessa parceria, mas o começo de um novo ciclo, quem sabe como colegas de Departamento.

À amiga e terapeuta Ingrid Robinson Canedo, por toda compreensão e reflexões que me suscita. Há muito mais emoção na razão do que podemos imaginar.

In memoriam, aos professores João Maia e Renato Cordeiro Gomes. Dois intelectuais importantíssimos nesta caminhada, com quem fiz algumas disciplinas, tanto no Mestrado como no Doutorado. Estejam aonde estiverem recebam o meu muito obrigado e minha eterna admiração.

Professor João, as aulas na sua casa naquele 1º semestre de 2016, com pausa para o lanche coletivo, foram inesquecíveis. E não há nada igual às suas gargalhadas. “*Chega de ser ouvinte, né!*”, eu entendi e aqui cheguei.

Professor Renato, hoje vejo que o senhor estava coberto de razão quando daquela conversa que tivemos na sua sala, na PUC, em meados de 2013: “*O que não pode é parar! Vai pro Doutorado logo! Bobagem esse negócio de parar pra descansar!*”

Suas lições fazem ambos eternos em mim.

O capital se apropria dos processos e condições existentes e os transforma em algo perfeitamente ajustado aos requisitos de um modo de produção capitalista.

David Harvey

RESUMO

ELIAS, R. V. *Das Bênçãos de Iemanjá aos Desígnios do Mercado: ‘violência’ e ‘paz’ no réveillon do Rio global*. 2020. 235 f. Tese (Doutorado em Comunicação) – Faculdade de Comunicação Social, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2020.

Esta tese pretende discutir os sentidos que o jornal *O Globo* dá aos termos ‘violência’ e ‘paz’ durante a cobertura do réveillon carioca, visando legitimar um projeto de cidade. A partir da década de 1990, quando o Rio passou a ser gerido sob a lógica do ‘planejamento estratégico’, os sentidos de tais palavras no panorama jornalístico variam propositalmente de acordo com a conjuntura política e econômica. Nesse sentido, utilizamos como metodologia a pesquisa documental, realizada no acervo do periódico supracitado, onde analisamos a cobertura dos réveillons entre 1993 e 2018. Para tanto, nos baseamos nas obras de Letícia Matheus (2011) e Kleber Mendonça (2018). Também tivemos como referencial, no que diz respeito a um olhar sobre a cidade e os megaeventos, as obras de Carlos Vainer (2002 e 2016), Ricardo Freitas (2011 e 2014), Fernanda Sánchez (2010) e Verena Andreatta (2006). Dessa maneira conseguimos ver como as comemorações de Ano Novo no Rio de Janeiro acompanham o desenvolvimento urbano, desde as reformas de Pereira Passos até o processo de requalificação realizado por Eduardo Paes, visando transformar o Rio, através das Olimpíadas, numa cidade global. Verificamos como o réveillon se tornou um megaevento na rotina da cidade, a influência da construção do bairro de Copacabana nesse processo, através dos hábitos e comportamentos moldados a partir da vida praiana. Não podemos deixar de citar também a influência das religiões afro-brasileiras – com os ritos a Iemanjá – no modo como comemoramos a passagem de ano. Assim, ao traçarmos um histórico dos festejos de Ano Novo no Rio, conseguimos enxergar como a cobertura jornalística desta festa é utilizada discursivamente para salientar ou silenciar notícias que corroborem com um projeto neoliberal de cidade. Nesse contexto, o manejo dos termos ‘violência’ e ‘paz’ torna-se fundamental à construção de consensos discursivos legitimadores deste processo.

Palavras chave: Copacabana. Réveillon. Religiões afro-brasileiras. Megaeventos. Cobertura jornalística.

ABSTRACT

ELIAS, R. V. *From Yemanja's Blessings to Market Design: 'violence' and 'peace' on Global Rio new year's eve*. 2020. 235 f. Tese (Doutorado em Comunicação) – Faculdade de Comunicação Social, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2020.

This thesis intends to discuss the meanings that the newspaper *O Globo* gives to the terms 'violence' and 'peace' during the coverage of the New Year's Eve in Rio, aiming to legitimize a city project. From the 1990s, when Rio began to be managed under the logic of 'city marketing', the meanings of such words in the journalistic panorama vary purposefully according to the political and economic conjuncture. In this sense, we used as a methodology the documentary research carried out in the collection of the aforementioned periodical, where we analyzed the coverage of new year's eve between 1993 and 2018. Therefore, we rely on the works of Letícia Matheus (2011) and Kleber Mendonça (2018). We also had as a reference, with regard to a look at the city and mega-events, the works of Carlos Vainer (2002 and 2016), Ricardo Freitas (2011 and 2014), Fernanda Sánchez (2010) and Verena Andreatta (2006). In this way we can see how the New Year's celebrations in Rio de Janeiro accompany urban development, from the reforms of Pereira Passos to the requalification process carried out by Eduardo Paes, aiming to transform Rio, through the Olympics, into a global city. We verified how New Year's Eve became a mega event in the city's routine, the influence of the construction of the Copacabana neighborhood in this process, through habits and behaviors molded from beach life. We cannot fail to mention the influence of Afro-Brazilian religions - with the rites of Yemanja - in the way we celebrate New Year. Thus, by tracing a history of New Year's celebrations in Rio, we were able to see how the news coverage of this party is used discursively to highlight or silence news that corroborates a neoliberal city project. In this context, the handling of the terms 'violence' and 'peace' is fundamental to the construction of discursive consensus legitimizing this process.

Keywords: Copacabana. New Year's Eve. Afro-Brazilian religions. Mega-events. News coverage.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 -	O Globo, 31/12/2013, editoria Rio, p. 17.....	36
Figura 2 -	O Globo, 31/12/2009, caderno especial Retrospectiva.....	53
Figura 3 -	Primeira página, O Globo, 1/03/2015.....	61
Figura 4 -	Caderno especial Rio 450, O Globo, 1/03/2015.....	62
Figura 5 -	Praia do Russel, enseada da Glória, 1875.....	71
Figura 6 -	Campo de Santana, meados do século XIX, antes da reforma. Palco da Festa do Divino.....	86
Figura 7 -	Tata Tancredo, patriarca da umbanda omolokô, de mãos dadas com um menino.....	100
Figura 8 -	Praia de Santa Luzia, 1905.....	102
Figura 9 -	Batalha de confetes na Avenida Beira Mar, réveillon de 1907.....	106
Figura 10 -	Inauguração do Parque do Flamengo em 1965. Note que ainda não há a Marina da Glória, esta só foi concluída em agosto de 1977.....	119
Figura 11 -	Cartaz de lançamento do filme "Copacabana me Engana", 1968.....	126
Figura 12 -	Obras de abertura do túnel da Real Grandeza, hoje 'túnel velho', final do século XIX.....	133
Figura 13 -	Vista do bairro ao final de 1923 com o hotel Copacabana Palace, recém-inaugurado, ao fundo.....	139
Figura 14 -	Jovens jogando vôlei na praia, década de 1930.....	151
Figura 15 -	Uma família depositando suas oferendas a Iemanjá na praia de Copacabana, anos 1960.....	155
Figura 16 -	Umbandistas que provavelmente pertenciam ao mesmo terreiro realizando seu culto a Iemanjá em Copacabana, 1975.....	165
Figura 17 -	Final da década de 1970, devotos de religiões afro-brasileiras na Zona Sul.....	169
Figura 18 -	Primeira página, O Globo, 1/01/1995.....	183
Figura 19 -	O Globo, 1/01/1995, editoria Rio, pág. 20.....	185
Figura 20 -	Primeira página, O Globo, 1/01/1997.....	189
Figura 21 -	O Globo, 1/01/1997, editoria Rio, pág. 8.....	191
Figura 22 -	Primeira página, O Globo, 2/01/2001.....	194
Figura 23 -	O Globo, 2/01/2001, editoria Rio, pág. 14.....	195
Figura 24 -	Primeira página, O Globo, 1/01/2007.....	204

Figura 25 - O Globo, 1/01/2009, editoria Rio, pág. 12.	206
Figura 26 - Primeira página, O Globo, 1/01/2010.	209
Figura 27 - Primeira página, O Globo, 1/01/2011.	213
Figura 28 - O Globo, 1/01/2011, editoria Rio, pág. 15.	214
Figura 29 - Primeira página, O Globo, 2/01/2012.	217
Figura 30 - O Globo, 1/01/2012, editoria Rio, pág. 12.	218
Figura 31 - Primeira página, O Globo, 1/01/2013.	219
Figura 32 - Primeira página, O Globo, 1/01/2014.	221
Figura 33 - Primeira página, O Globo, 1/01/2015.	223
Figura 34 - Primeira página, O Globo, 1/01/2016.	224
Figura 35 - Primeira página, O Globo, 1/01/2017.	226
Figura 36 - Primeira página, O Globo, 1/01/2018.	229

SUMÁRIO

	INTRODUÇÃO	10
1	RIO DE MEGAEVENTOS, RIO DE REPRESENTAÇÕES	19
1.1	Os megaeventos enquanto motores de requalificação urbana	23
1.3	Cidade espetáculo, cidade da exceção	36
1.4	Réveillon, Carnaval, Copa, Olimpíadas... Afinal, o que é um megaevento?	40
1.5	A “pacificação” da Cidade Olímpica	52
2	A INVENÇÃO DO RIO E O RÉVEILLON CARIOCA	65
2.1	O Ano Novo na capital imperial e os primeiros planos urbanísticos	69
2.1.1	<u>O Plano Beurepaire</u>	74
2.1.2	<u>Os Relatórios de 1875 e 1876 da Comissão de Melhoramentos</u>	78
2.1.3	<u>As festas religiosas e o réveillon carioca à beira do século XX</u>	84
2.2	A construção física e simbólica do Rio de Pereira Passos	90
2.2.1	<u>Do Centro à Zona Sul Atlântica: a cidade cresce na direção do mar</u>	96
2.2.2	<u>A Exposição Internacional de 1922 e o réveillon carnavalesco</u>	101
2.3	O Ano Novo na capital reformulada	104
2.3.1	<u>O Plano Agache e o Plano Piloto</u>	111
2.3.2	<u>As batalhas de confetes e o réveillon praiano</u>	113
2.4	O Plano Doxiádis e a conexão com a Zona Sul	118
3	O RIO PRAIANO, FAROL DO BRASIL MODERNO	125
3.1	De bonde ao reino das sereias	131
3.2	A elite <i>cilense</i>: um projeto civilizatório	140
3.3	De areal paradisíaco a floresta de concreto	148
3.4	A ascensão do réveillon praiano e o fim do ideário cilense	157
4	‘VIOLÊNCIA’ E ‘PAZ’ NO RÉVEILLON MEGAEVENTO DE COPACABANA	178
4.1	A transformação do réveillon de Copacabana em megaevento	181
4.2	Bombas em Terra, Balsas no Mar: o aprimoramento do réveillon espetacular	194
4.3	Década Dourada: o réveillon ‘pacificado’ da Cidade Olímpica	209
	CONSIDERAÇÕES FINAIS	231
	REFERÊNCIAS	237

INTRODUÇÃO

Dentro do mar tem rio...
 Dentro de mim tem o quê?
 Vento, raio, trovão
 As águas do meu querer

Dentro do mar tem rio...
 Lágrima, chuva, aguaceiro
 Dentro do rio tem um terreiro
 Dentro do terreiro tem o quê?

Roberto Mendes & Capinan.

São muitas as representações que permeiam nosso imaginário ao pensamos a cidade do Rio de Janeiro. Ultimamente, à marca Cidade Olímpica, tentou-se colar todas as belezas da Cidade Maravilhosa, mas com as devidas correções, notadamente no que diz respeito à questão da segurança pública. Ocorre que nem sempre o Rio foi visto como uma cidade “maravilhosa”, tampouco “olímpica”. Até as reformas iniciadas pelo prefeito Francisco Pereira Passos em 1903, a capital da jovem república era vista como uma cidade confusa, insalubre, que muito mais lembrava uma vila colonial do que um centro urbano moderno. Com o “Bota Abaixo”¹ de Pereira Passos, inicialmente para otimizar o porto e depois espraiado por outras regiões da cidade, emergia a “Paris dos Trópicos” que tinha como ícone a Avenida Central. Posteriormente, com o crescimento da malha urbana à Zona Sul, especificamente a Copacabana, paulatinamente a cidade foi se descolando dos ares francófilos para se tornar simplesmente Rio, a “metrópole de sandálias de dedo”, como diz Carlos Lessa (2005).

Extravasando os limites copacabanenses surgem Leme, Ipanema, Leblon, os chamados “bairros atlânticos”, que renovaram a cartografia urbana da capital e passaram a atrair a elite local, antes residente na “velha” Zona Sul (Botafogo, Glória e Catete) e na da Tijuca. A consolidação deste cenário nos anos 1960, como debate Verena Andreatta (2006), fez surgir a Cidade Maravilhosa. Nesse contexto, a inauguração do Aterro do Flamengo em

¹ Termo jocoso utilizado por alguns jornais à época para se referir às reformas de Pereira Passos, tendo em vista a grande quantidade de demolições realizadas.

1965 foi um marco. Ali o Rio amalgamava a paisagem construída às belezas ditas naturais para lançar-se ao mundo como uma metrópole única, bela e receptiva.

Tudo parecia perfeito, até a transferência do Distrito Federal para Brasília. Com a perda do status de capital e totalmente dependente dos recursos que tal condição lhe garantia, a partir dos anos 1970 o Rio passa a experimentar um esvaziamento econômico de grandes proporções. Desigualdades sociais se aprofundando; São Paulo se cristalizando como o principal parque industrial do país; e o governo militar implementando políticas para o reerguimento da economia local, mas sem sucesso. Em 1975, com a anexação da Guanabara ao estado do Rio a situação piorou ainda mais. Episódios ligados à violência passam a ocupar mais espaço no noticiário local, e a Cidade Maravilhosa começa a ser representada por imagens outras não tão belas assim.

Até aqui, da forma como estamos construindo esta linha argumentativa, tudo parece dotado de grande previsibilidade, como se o encadeamento de tais fatos fossem automaticamente sintomáticos e lineares, mas essas coisas não são simples. Renato Cordeiro Gomes em *“Todas as Cidades, a Cidade”*, diz que:

O progresso urbano a partir de Pereira Passos não engendra uma totalidade. Há a permanência de um Rio tradicional, conservador. Cria-se com o projeto do ‘Rio civiliza-se’ uma cidade que se quer moderna mas superposta a outra (GOMES, 2008, p. 126).

A própria ideia de ‘progresso’ já é algo extremamente discutível, mas essa disputa entre a cidade “velha” e a cidade que se quer, debatida por Renato Cordeiro Gomes, mostra que a tal linearidade histórica que propositalmente colocamos acima não é algo eminentemente factual, mas um constructo que combina impressões passadas ancoradas num presente que projeta expectativas de futuro. Mas de onde vem o substrato que possibilita tais disputas e consequentes construções? Para respondermos a tal pergunta recorreremos a Beatriz Sarlo, a filósofa argentina nos brinda com uma ideia fundamental à construção desta tese: não há cidade sem discurso sobre a cidade. Ou seja, uma cidade não existe apenas no plano físico, mas sobretudo no plano discursivo. Nesse sentido, as representações que temos sobre o lugar nos sugestionam muitas das ideias que temos daquele lugar. Dessas disputas simbólicas e superposições de representações, como bem salientou Renato Cordeiro Gomes, é que temos a construção de imaginários e do senso comum sobre determinado lugar.

Queremos dizer com isso que a “Paris dos Trópicos” não foi construída apenas mediante as reformas urbanas iniciadas por Pereira Passos, mas também discursivamente com o que a mídia noticiava à época e as interações consequentes disso. Como citamos há algumas

linhas, de uma forma geral, sempre que pensamos nas intervenções urbanas realizadas por Pereira Passos temos o hábito de ligá-las à construção da Avenida Central e dos quarteirões geometricamente regulares naquela região do Centro. Rosane Feijão, na obra *“Moda e Modernidade na Belle Époque Carioca”* (2011), nos mostra como o hábito de sair as ruas, passear pela cidade, e até os banhos de mar sob um viés recreativo têm forte influência de revistas da época como *Fon-Fon* e *Careta*, que descreviam e prescreviam tais práticas como um alinhamento à modernidade europeia. Citamos isso pois, em realidade, a questão que desencadeou as reformas urbanas naquele momento não foram exatamente mudanças estéticas e comportamentais da cidade ou de sua população, mas a expansão do porto. Estamos batendo nesta tecla para salientar, novamente retomando Beatriz Sarlo, a importância que as representações discursivamente construídas têm no modo como olhamos e compreendemos a realidade. Nesse ponto, falando sobre representações, Serge Moscovici sustenta que

Linguagem e sociabilidade são pois partes integrantes da psicologia humana, da mesma forma que as faculdades sensório-motoras ou mentais. Nem umas nem outras provêm do exterior, à margem da evolução. Do mesmo modo que o caracol produz sua casca, nossa espécie fabricou a sua. Aí está! [...] A sociedade não é o novo além do indivíduo, mas sua realidade, e a que fala não é um comentário ou um artifício de nossas condutas, mas sua própria substância. Gostaria de acrescentar que as palavras são as fontes mais reais e mais profundas de nossa vida (MOSCOVICI, 2005, p. 18).

Os meios de comunicação de massa, nesse contexto, têm importância fundamental ao disseminaram uma série de representações sobre a cidade, e o que envolve a cidade. É o que Émile Durkheim, antes de Moscovici, chamou de ‘representações coletivas’. Em *“As Formas Elementares da Vida Religiosa”* (1978), o sociólogo francês diz que as representações coletivas se fundamentam no cotidiano das interações sociais, são funções mentais que nos fazem viver o mundo, sintetizando o que os homens pensam e tornando inteligível a realidade que nos cerca. Nesse sentido, cotejando a psicologia social de Moscovici, ao mesmo tempo em que as representações coletivas formam conhecimento, elas também guiam ações sociais. Assim, a linguagem tem importância vital na articulação e difusão dessas representações.

Mas voltando à história da cidade do Rio de Janeiro, além das reformas urbanas e das marcas que a cidade já teve, há outro fator de extrema relevância à sua compreensão: os megaeventos. Muito comentados a partir dos anos 2000, quando o Rio sediou os Jogos Pan-americanos de 2007, os megaeventos não são novidade ao analisamos a história da cidade. Pensando tais certames sob a perspectiva levantada por Ricardo Freitas (2009), os megaeventos são fenômenos sociais midiáticos, que repercutem nos meios de comunicação antes, durante e alguns dias após a sua realização, impactando a vida da população daquele

lugar. Nessa perspectiva, o primeiro megaevento que o Rio sediou ocorreu em 1908, como um corolário do bloco inicial das reformas urbanas iniciadas por Pereira Passos, a Exposição Nacional na esplanada da Praia Vermelha. Ali o Poder Público mostrava, pela primeira vez, como a capital vinha sendo modificada e que valores estéticos e simbólicos embasavam tais intervenções. Num segundo momento, mas ainda na primeira metade do século XX, durante a gestão do prefeito Carlos Sampaio, a cidade recebeu a Exposição Internacional de 1922. O primeiro megaevento de amplitude mundial e que projetava a imagem da cidade internacionalmente. Não seria forçoso dizer que depois de Pereira Passos, Amaro Cavalcanti e Paulo de Frontin, Carlos Sampaio foi o prefeito que efetivou à administração municipal um viés capitalista, expondo o Rio ao mundo a fim de angariar investimentos. Os megaeventos eram o propulsor que movia toda essa dinâmica.

O fato é que mesmo após a Belle Époque, o Rio nunca mais deixou de sediar megaeventos internacionais e de basear sua evolução urbana tendo como referência tais certames. Após a Exposição Internacional de 1922 a cidade foi palco da Copa do Mundo de 1950; de corridas de Fórmula 1 e Fórmula Indy no extinto Autódromo de Jacarepaguá; da Conferência das Nações Unidas para o Clima (a ECO'92); de diversas edições do Rock In Rio; e dos Jogos Pan-americanos de 2007. Recentemente, a cidade sediou Jornada Mundial da Juventude e a Copa das Confederações (ambas em 2013), a Copa do Mundo de 2014 e os Jogos Olímpicos de 2016. Contudo, além desses, ainda há outros dois inseridos anualmente no calendário da cidade, e que já estão estabelecidos como atrações oficiais da cidade: o carnaval e o réveillon.

Se conversarmos com qualquer turista que já tenha vindo ao Rio, ou pense em vir, será muito difícil que, dentre as principais atrações da cidade, este não cite o carnaval ou o réveillon. Hoje, esses megaeventos já se tornaram pilares estruturais da marca Rio. No próprio site da RioTur há chamadas o ano inteiro alusivas ao desfile das escolas de samba na Marquês de Sapucaí, e à queima de fogos no réveillon de Copacabana. Por mais que o atual mandatário do executivo municipal trate tais certames como coisas menores, devido a questões ideológico-religiosas, a importância desses megaeventos para a economia e o desenvolvimento local é maiúscula.

Tendo em vista a grande quantidade de trabalhos acadêmicos que debatem o carnaval carioca sob um viés sociológico, histórico e/ou comunicacional, nesta tese nos dedicaremos ao réveillon. Já o fizemos quando do mestrado, mas agora não se trata de uma continuidade ou uma complementação da dissertação *“Boas Saídas, Melhores Entradas: mídia e ano novo no Rio Olímpico”*, defendida em 2013. Ali, traçamos um histórico do réveillon carioca do

começo do século XX até 2012. Agora o que nos move, além de seguir pesquisando um tema pouco explorado, é compreender como a cobertura do réveillon carioca – sobretudo o de Copacabana – corrobora discursivamente com a execução e a legitimação de um projeto de cidade. Para tanto, nos detivemos a dois operadores discursivos largamente utilizados pela mídia local: ‘violência’ e ‘paz’. Através do apontamento do que é violência (e quem é violento), ou do que é paz (e quem a provê), durante o réveillon, notamos certa flutuabilidade nas narrativas jornalísticas. Porém, diferente de uma água-viva boiando à esmo no oceano, tais operadores discursivos flutuam propositalmente ao sabor da “maré” que melhor se aplica ao momento. Assim, são utilizados para legitimar intervenções na cidade e garantir o consenso em torno da prática de tais ações, sejam as obras do Porto Maravilha, a instalação de uma UPP², as ações da SEOP³ no réveillon de Copacabana, ou a sedimentação da marca Cidade Olímpica. Nesse sentido, e inspirados em Kleber Mendonça (2018), buscamos analisar como se dá essa estratégia discursiva na cobertura do réveillon, e suas relações com o espaço da cidade.

Através de pesquisa documental realizada no acervo do jornal *O Globo* a partir de 1925 (ano de fundação do periódico), nos detivemos mais ao intervalo de 1993 a 2018 para tal análise. Não que tenhamos descartado as edições anteriores, mas esses 25 anos marcam o início da primeira gestão de César Maia (1993-1996) a frente da prefeitura do Rio. César Maia foi o primeiro mandatário no executivo municipal a administrar a cidade sob a lógica do planejamento estratégico (ou empreendedorismo urbano). Segundo Carlos Vainer, Otília Arantes e Ermínia Maricato, em *“A Cidade do Pensamento Único”* (2002), tal modelo de governança olha a urbes enquanto uma mercadoria que deve ser gerida a fim de atrair e gerar recursos financeiros. É a partir desse momento, começo dos anos 1990, que o réveillon passa a ser totalmente organizado pela prefeitura e paulatinamente é transformado num megaevento, que dá visibilidade e potencializa o valor de troca da própria cidade. Findamos nossa análise no ano de 2018 por duas razões; primeiramente pelo fato de que, dois réveillons após o fim dos Jogos Olímpicos, já seria possível notar diferenças nas narrativas jornalísticas. Em segundo lugar, por uma questão de logística temporal, para que tivéssemos tempo suficiente de redigir esta tese. Em nossa análise focamos as edições d’*O Globo* entre os dias 29/12 e 2/01 para que, de acordo com a conceituação de Ricardo Freitas sobre megaeventos, pudéssemos captar não somente a festa na noite do dia 31, mas seus preparativos e, sobretudo, sua repercussão nos dias 1 e 2 de janeiro.

² Unidades de Polícia Pacificadora.

³ Secretaria de Ordem Pública.

A opção pelo *O Globo* deve-se ao fato de que hoje este é o único jornal, de referência nacional, impresso no estado do Rio. Com uma tiragem média de 315.044 exemplares por dia⁴, fora os acessos ao portal *O Globo Online*, o jornal *O Globo* impõe-se como uma importante fonte de representações sobre a cidade do Rio de Janeiro.

Frisamos também que em nossa pesquisa buscamos dados sobre o réveillon anteriores a 1925, a fim de complementarmos historicamente a tese. Para tanto, acessamos a hemeroteca da Biblioteca Nacional, notadamente o jornal *Gazeta de Notícias*, onde achamos reportagens sobre o réveillon do final do século XIX para o começo do XX.

Howard Becker quando debate representações, ao mesmo tempo em que reconhece sua importância enquanto indícios para a compreensão do real, aponta também seus limites e deixa questões importantes que devem ser levadas em conta quando as analisamos:

Como qualquer representação sempre e necessariamente exclui elementos da realidade, as questões interessantes e passíveis de investigação são essas: quais dos elementos possíveis são incluídos? Quais são excluídos? Quem considera essa seleção razoável ou aceitável? Quem se queixa dela? Que critérios as pessoas aplicam quando fazem esses julgamentos? (BECKER, 2011, p. 35)

Essas são algumas das questões que levaremos em conta durante nossa análise da cobertura do réveillon n' *O Globo* entre 1993 e 2018. Mas para chegar a este ponto, nossa tese terá de percorrer certo caminho a fim de que construamos as bases para o nosso debate. Isto posto, no 1º Capítulo discutiremos os 16 anos que César Maia e seu grupo político estiverem a frente da prefeitura do Rio de Janeiro, pois somente através deste debate é possível entendermos as seguidas tentativas de tornar o Rio sede olímpica, bem como todos os megaeventos que a cidade recebeu neste período. Tudo isso faz parte da lógica do *city marketing*, a faceta neoliberal do planejamento urbano, que vê o espaço público não como o lugar da pluralidade e da efervescência da vida na cidade, mas como moeda de troca. Seguindo a esteira de seu criador, Eduardo Paes ascende à prefeitura em 2009 e logra o intento tantas vezes almejado pelo seu antecessor. É durante o seu primeiro mandato (2009-2012) que o Rio é eleito sede dos Jogos Olímpicos de 2016. Paes fica 8 anos a frente do executivo municipal, realiza diversas obras pela cidade a fim de adequá-la às exigências do COI e ao seu projeto político de transformar o Rio numa cidade global de referência.

No 2º Capítulo nosso foco será entender como se deu a construção do Rio “moderno” a partir de Pereira Passos, e como este aproveitou três planos urbanísticos anteriores ao seu para a concepção e execução de tais obras. Concomitantemente, veremos como o hábito de se comemorar a passagem de ano foi se construindo ao longo de décadas. Das missas e

⁴ Dados divulgados pelas Organizações Globo em 25/01/2019.

celebrações católicas no âmbito do lar no século XIX, aos ritos afro-brasileiros a Iemanjá no século XX, a maneira como comemoramos o Ano Novo tem muito mais a ver com tradições religiosas e a evolução urbana do Rio do que podemos imaginar. O próprio hábito de se festejar a passagem de ano na praia está fortemente ancorado em tradições religiosas afro-brasileiras, notadamente a umbanda, num momento em que a cidade ratificava o seu crescimento à Zona Sul e enaltecia os signos da vida à beira-mar.

Veremos também que no século XIX a grande festa popular que havia na cidade não era o réveillon, tampouco o carnaval, mas a Festa do Divino, que ocorria no antigo Campo de Santana e era organizada pela irmandade da paróquia de Santana. Ocorre que por uma série de disputas envolvendo Diocese e Estado contra as irmandades e ordens leigas, o antigo Campo de Santana foi completamente reformado, assumindo sua forma atual. Isso, além de uma fiscalização maior das autoridades policiais e diocesanas, inviabilizou completamente tal festa que, além de louvar o Divino Espírito Santo, também tinha espaço para batuques de pretos, cartomantes e bancas de apostas. Mostrando que o Rio sempre foi uma cidade plural, terreirizada⁵, pujante, aberta ao mundo e cenário de disputas físicas e simbólicas.

Falamos acima sobre o hábito de se festejar o réveillon na praia e sua ligação com a religião de umbanda, mas a construção dessa tradição também foi consequência de uma disputa. Não que existisse outro lugar “brigando” com a festa praiana pela legitimidade das comemorações de Ano Novo, até porque os umbandistas já cultuavam Iemanjá nas praias dia 31 de dezembro há tempos. Mas foi no começo dos anos 1950, num contexto de perseguição e intolerância religiosa, que Tata Tancredo, pai-de-santo patriarca da umbanda omoloko, conclama os devotos umbandistas a realizarem suas giras de praia dia 31 justamente em Copacabana. Sua intenção era dar visibilidade aos cultos a Iemanjá para fugir ao preconceito.

No 3º Capítulo falaremos da história do bairro de Copacabana, palco da maior festa de réveillon do mundo⁶. É interessante registrarmos que o bairro praiano não surgiu somente após as reformas no Centro da cidade, como muitos pensam. Em realidade seu desbravamento começou em 1892, onze anos antes do início das reformas de Pereira Passos, quando a Companhia de Carris Jardim Botânico abriu o “túnel da Real Grandeza”, que hoje dá acesso à rua Siqueira Campos a partir de Botafogo. Usamos o termo “desbravamento” pois Copacabana não foi descoberta, mas construída. Antes do bonde acessar o “eldorado praiano”, como se dizia à época, lá já existia uma população de pescadores, pequenos

⁵ Conceito desenvolvido por Luiz Antonio Simas & Luiz Rufino, na obra “Fogo no Mato: a ciência encantada das macumbas”, (2019).

⁶ Desde 2012 a *World Travel Guide*, maior associação internacional de agências de turismo, aponta o réveillon de Copacabana como a maior festa de Ano Novo do mundo.

agricultores e caboclos que viviam bucolicamente na localidade. Com a chegada do bonde a Copacabana no final do século XIX, foi inaugurada muito mais do que uma estação, mas um novo *front* de expansão da cidade, que modificou não só a cartografia urbana, mas diversos hábitos da população local, sobretudo a vivência do mar sob o viés da balneabilidade. A localização da Exposição Nacional de 1908 também não foi à toa, ela ratificava os rumos que a expansão urbana do Rio deveria tomar.

Jornais locais como *O Beira-Mar* e *O Copacabana* ventilavam não só as representações das belezas do lugar, mas sobretudo prescreviam estilos de vida e de consumo. É a partir de Copacabana que o Rio deixa definitivamente para trás o aposto de “Paris dos Trópicos” para se tornar uma metrópole moderna, com uma identidade peculiar, consequente da construção de um estilo de vida praiano. A inauguração do hotel Copacabana Palace em 1923 foi um marco nesse sentido. À época, o “*Copa*” era o hotel mais sofisticado e caro da América do Sul, a roleta de seu cassino girava madrugada adentro atraindo não só turistas, mas a elite política e econômica do país. Membros da família Matarazzo, os presidentes Epitácio Pessoa, Getúlio Vargas e seu irmão Benjamin, eram assíduos frequentadores.

É nesse contexto de pujança econômica e sofisticação que Copacabana é erguida. A frequência à sua praia significava muito mais do que um banho de mar, era a fruição de um momento sem igual para os padrões da época. Essa é a cena que, a partir dos anos 1950, Tata Tancredo conclama os umbandistas a ocuparem. A partir daí, mas sobretudo nos anos 1970, a festa de Ano Novo na orla da “princesinha do mar” ganha um vulto que – provavelmente – nem ele imaginava. Reportagens d’*O Globo* de meados da década de 70 citam centenas de terreiros realizando suas giras a Iemanjá, entre o Leme e o Posto 6, na noite do dia 31. Se entre as décadas de 1920 e 1960 o réveillon carioca era uma espécie de pré-carnaval, que tinha como ápice as batalhas de confetes na Praça Floriano Peixoto, com direito a cortejo do Rei Momo, dos anos 1970 em diante o eixo da festa é deslocado do Centro para a praia de Copacabana, e Momo vê-se obrigado a dividir o trono com Dona Janaína, a sereia-mor.

Com a frequência à festa aumentando a cada ano, comerciantes e hotéis da Avenida Atlântica começam a se cotizar e a patrocinar a queima de fogos. A própria rádio Globo, no começo dos anos 1980, investe no réveillon de Copacabana. Nesta época a prefeitura não organizava a festa como ocorre hoje. Apenas questões logísticas ligadas à esquemas de trânsito e ao incremento da iluminação pública na orla.

A partir de 1986, a RioTur passa a atuar na divulgação da festa, mas nada comparado ao que César Maia faz de 1993 em diante. Aqui, iniciamos o 4º e derradeiro Capítulo analisando, na cobertura do réveillon de Copacabana, o que *O Globo* aponta como ‘violência’

e ‘paz’ a cada ano e contexto político-econômico. Sempre tendo em vista a legitimação e a construção de consensos em torno de um projeto de cidade. O auge desse processo ocorre a partir de 2010, primeiro réveillon do Rio sob a égide Olímpica e a expansão do slogan da ‘pacificação’ a partir da implantação das UPPs. Mas não nos delongaremos muito na explicação deste capítulo para aguçar ainda mais a curiosidade do leitor(a).

Por fim, ressaltamos ter em mente que as narrativas sobre a cidade não podem ser confundidas com a cidade concreta. São espaços distintos que, ao mesmo tempo em que se diferenciam, também colidem. Assim, as disputas entre as múltiplas visões de cidade e as representações veiculadas pelo *O Globo* serão o principal substrato de nossa análise, a fim de pensarmos os atores e autores que pensam e constroem o Rio, da ‘Paris dos Trópicos’ a ‘Cidade Olímpica’.

1 RIO DE MEGAEVENTOS, RIO DE REPRESENTAÇÕES

No dia 2 de janeiro de 2012, a fim de repercutir as comemorações de Ano Novo no Rio, o jornal *O Globo* publicou uma reportagem sobre turistas (brasileiros e estrangeiros) que pagaram de R\$ 350,00 a R\$ 1.500,00, para assistir a queima de fogos do réveillon de Copacabana do alto de algumas lajes no Morro Pavão-Pavãozinho. A reportagem narra a ambiência amistosa formada naquele local, entre moradores e turistas durante a festa, e frisa que à meia-noite, Dona Azelina, proprietária de um dos imóveis que transformou sua laje em camarote de réveillon, soltou uma pomba branca simbolizando a paz. Tal reportagem também fora veiculada no Jornal Nacional daquele dia, onde, com uma narrativa romantizada, aventava uma cidade que finalmente havia conquistado a paz.

A imagem de Dona Azelina, mulher, idosa, negra e favelada, soltando aquela pomba branca indicava muito mais do que a “paz”, mas acima de tudo amalgamava um novo conjunto de representações a serem conectadas àquele lócus. A favela que por décadas fora noticiada como lugar perigoso, emanador da violência e habitado por indivíduos de índole duvidosa, agora era celebrado como marco de fundação de uma nova sociabilidade e de uma nova cidade que finalmente deixava o medo para trás. Inclusive rompendo com uma dicotomia, alimentada por décadas, entre ‘favela’ e ‘asfalto’. A comunidade, agora, seria vista como parte da cidade, praticamente um bairro.

As reportagens sobre violência no Rio de Janeiro, historicamente, obedecem a uma lógica mnemônica que tece um fio entre elas como se fossem capítulos de uma novela que se intensifica a cada novo episódio. Segundo essa ótica,

há um passado de crimes tão bárbaros quanto os de agora. O último crime é sempre pior do que o anterior e, conseqüentemente, os do futuro serão indubitavelmente inomináveis, em um *continuum* de brutalidade crescente. (MATHEUS, 2011, p.99)

Mas o que aconteceu para que essa dinâmica da violência fosse interrompida pelo ato de Dona Azelina? Como uma cidade narrada há anos como caótica e violenta tornou-se pacífica? Por que tal reportagem foi feita justamente no réveillon que celebrou a chegada de 2012? Por que no Pavão-Pavãozinho e não na praia de Copacabana?... São algumas questões que se colocam.

Nesse sentido, Carlos Vainer (2016) esclarece que,

para identificar a natureza e origem dos modelos de cidade e de planejamento urbano hoje hegemônicos, o primeiro passo é entender que a ofensiva do pensamento neoliberal teve profunda influência sobre as políticas urbanas. Enquanto o Consenso de Washington e o ajuste estrutural, tanto nos países centrais quanto nos

periféricos, reconfiguravam as economias nacionais, um reajuste e um novo consenso urbanos se impunham. No lugar do planejamento moderno, compreensivo, fortemente marcado por uma ação diretiva do Estado, expressa, entre outros elementos, nos zoneamentos e nos planos diretores, um planejamento competitivo, que se pretende flexível, amigável ao mercado (*market friendly*) e orientado pelo e para o mercado (*market oriented*). (VAINER, 2016, p. 23)

Debatendo o projeto de cidade que vem sendo implementado no Rio desde o começo dos anos 1990 - o planejamento estratégico (ou empreendedorismo urbano) - tem nos megaeventos parte fundamental dessa dinâmica. Com isso, alguns problemas históricos do cotidiano carioca, como a violência, passam a ser administrados de outra maneira. Em 17 de outubro de 2009, quinze dias após a escolha da cidade como sede dos Jogos Olímpicos de 2016, um helicóptero da Polícia Militar foi abatido durante uma operação no Morro dos Macacos, em Vila Isabel. A aeronave caiu num campo de terra batida atrás de uma escola municipal, num dos acessos à comunidade. Dos quatro policiais a bordo nenhum morreu, mas todos tiveram fraturas e queimaduras graves. No dia seguinte, um domingo, a manchete de primeira página d'*O Globo* era "*Tráfico abate helicóptero e espalha terror*", pela primeira vez nesta "novela" que narra uma cidade "em guerra", uma aeronave da Polícia Militar era derrubada por criminosos a tiros de grosso calibre, e isso tudo apenas duas semanas após a concretização do "sonho" olímpico. Utilizamos a palavra sonho para enfatizar um projeto gestado há 23 anos. A primeira vez que o Rio fora candidato a cidade-sede de uma Olimpíada ocorreu em 1996 e visava aos Jogos de 2004. Desde então a cidade vinha obsessivamente se candidatando à sede olímpica, mas sem sucesso.

Os Jogos Pan-americanos de 2007 trouxeram certo alento, bem como ser uma das sedes da Copa de 2014. Mas abrigar uma Olimpíada em sua completude era um objetivo almejado há décadas e, finalmente quando logrado, ocorre um episódio impactante do ponto de vista de uma estética bélica, para uma cidade que oficialmente nunca esteve em guerra. *O Globo* colocava tal acontecimento como algo poderosamente negativo para a imagem da mesma, algo que denegria gravemente a reputação da Cidade Olímpica. Dentro da ótica da "imagem que queremos passar ao mundo", nas edições seguintes, o periódico fluminense seguiu repercutindo o abate do helicóptero da PM e cobrando medidas enérgicas do então governador Sérgio Cabral Filho e do secretário de segurança pública, à época, José Mariano Beltrame. "A violência é utilizada, regularmente, como operador discursivo para legitimar transformações 'geográficas' na cidade" (MENDONÇA, 2018, p. 24).

Na lógica do *city branding*, algo caro ao planejamento estratégico, a imagem a ser passada de um lugar é tão importante (ou até mais) do que as intervenções físicas efetivamente realizadas. Nesse contexto era necessário não só intervir na segurança pública,

mas fundamentalmente mediatizar tais intervenções, mostrar que a cidade estava mudando para melhor e que o motor que possibilitava todas essas transformações eram os Jogos Olímpicos de 2016. Dentro desse mecanismo, o programa das Unidades de Polícia Pacificadora (UPPs), que vinha sendo implementado desde 2008, mas apenas em três comunidades (Santa Marta, em Botafogo; Cidade de Deus, em Jacarepaguá; e Jardim Batam, em Realengo) é espreado para outras localidades julgadas estratégicas pela sua periculosidade, segundo critérios da Secretaria de Segurança Pública (SSP-RJ).

A Copa de 2014, mas sobretudo os Jogos de 2016 foram os motes utilizados pelos governos locais para desencadear uma série de reformas urbanas que se aplicam não só ao plano físico, mas notadamente no plano simbólico. Construir uma imagem, veiculá-la midiaticamente a fim de potencializar o seu valor de troca e vendê-la. É o que no campo do marketing chamamos de *branding*.

A gestão da marca (mas conhecida na expressão em inglês *branding*), é o esforço de pensar a identidade que esta representa e incorporar dia a dia as respostas dos públicos sobre como eles a veem, ou seja, a imagem dela. O *branding* de cidades é um processo contínuo de construção e reconstrução, que insere a própria marca na memória das pessoas. As imagens da marca são, na maior parte das vezes, consequências do que é comunicado pela marca somado às experiências que se associam a ela. E, em um mundo regido pelas tecnologias de informação e comunicação, é impossível pensar em identidade sem pensar em imagem, assim como pensar em imagem sem pensar em comunicação (REIS, 2016, p.22).

Na lógica do planejamento estratégico a cidade é uma mercadoria a ser vendida. Nesse sentido, sediar megaeventos para potencializar sua imagem mundialmente e tornar-se um produto mais atraente aos investidores é fundamental ao prosseguimento desses projetos. Para tanto faz-se necessário um sincronismo discursivo bem articulado entre governos locais, meios de comunicação de massa e o capital privado. Essa triangulação move, legitima e dá sentido ao planejamento estratégico. Usamos como mote exemplificador o abate do helicóptero da PM para, através dele, mostramos como se deu a sintonia entre meios de comunicação e governos locais (prefeitura e governo do estado) a fim de potencializar o projeto das UPPs. Mas e o capital privado, alguns podem estar se perguntando? Grande parte do aporte financeiro das UPPs, para compra de equipamentos e afins, foi feito pelas empresas do grupo EBX, que pertence ao empresário Eike Batista. Este, por sua vez, foi agraciado com benesses fiscais para seus empreendimentos, sobretudo as obras no porto de Sepetiba.

Talvez esta seja, hoje, uma das ideias mais populares entre os neoplanejadores urbanos: a cidade é uma mercadoria a ser vendida, num mercado extremamente competitivo, em que outras cidades também estão à venda. Isto explicaria que o chamado marketing urbano se imponha cada vez mais como uma esfera específica e

determinante do processo de planejamento e gestão de cidades (VAINER, 2002, p. 78).

Os processos técnicos de comunicação, quando acionados pelos governos locais, passam a desempenhar importante função na organização e no controle da vida social da cidade. A associação entre governos locais e meios de comunicação de massa atua no sentido de gerar novas representações e ideologias, reformulando e padronizando o imaginário da cidade, tanto para o cidadão local como para os turistas. É aí que os megaeventos ganham importância, pela sinergia que geram no que diz respeito a uma mudança na rotina do lugar, e pelo seu potencial midiático. A magnitude de um megaevento não é mensurada tendo como parâmetro sua duração, ou a quantidade de pessoas presentes ao certame, mas fundamentalmente pelo seu impacto comunicacional. O megaevento começa muito antes do seu início formal e vai além do seu encerramento oficial, justamente pelas reverberações midiáticas que ele proporciona (FREITAS, 2011).

No caso do Rio de Janeiro há dois megaeventos inseridos anualmente no calendário da cidade que exemplificam isso, o réveillon e o carnaval. Ambos são aguardados com expectativa e suscitam mudanças no cotidiano da cidade. Além disso, começam a fazer parte das pautas jornalísticas muito antes de sua abertura efetiva, todos os preparativos, patrocinadores, eventuais participações e/ou presença de artistas/celebridades, esquemas de trânsito e de segurança, todos os detalhes da festa são narrados para acentuar a sua importância, destacar a quantidade de pessoas e organizações envolvidas. Seu transcorrer é midiático ao vivo e, ao fim, tudo que envolve sua repercussão também é veiculado massivamente. Daí trabalharmos com a conceituação de megaeventos formulada por Ricardo Ferreira Freitas (2009), segundo a qual os megaeventos são fenômenos sócio-midiáticos. O impacto gerado por eles no dia a dia do lugar aliado ao seu potencial de mídia, que arrasta multidões, atrai patrocinadores, artistas, turismo e investimentos (públicos e privados). Impondo-se, assim, como poderosas ferramentas do *marketing* urbano.

Estamos enfatizando isso justamente para que o leitor entenda a simbiose que há entre o planejamento estratégico, a realização de megaeventos e a importância dos meios de comunicação de massa nessa dinâmica. Na história do Rio de Janeiro o empreendedorismo urbano passou a ser implementado efetivamente no começo dos anos 1990, concomitantemente à adoção de uma agenda neoliberal pela administração pública. O planejamento estratégico, a cidade-mercadoria e o *city branding* são termos caros à faceta neoliberal do planejamento urbano.

1.1 Os megaeventos enquanto motores de requalificação urbana

Em 1993 César Maia assumiu a prefeitura do Rio. Inspirado no plano de cidade aplicado em Barcelona, desde meados da década de 1980, que se converteu no principal instrumento de uma transformação urbana culminando com os Jogos Olímpicos de 1992, o prefeito recém-eleito passou a aplicar tal agenda à cidade do Rio de Janeiro.

Verena Andreatta (2006) aponta que o primeiro grande projeto desenvolvido pela nova gestão foi o Programa de Urbanização de Assentamentos Populares do Rio de Janeiro (PROAP), mais conhecido como Favela-Bairro, iniciado em 1994. Sua origem nos remete ao Plano Diretor Decenal da cidade (PDDCRJ), de 1992, segundo o qual as favelas deveriam ganhar um caráter de bairro, contando com serviços e infraestrutura de qualidade. Isso representou um grande avanço ao Código de Obras de 1937, último documento oficial a versar sobre o assunto, que ainda apontava as favelas como aberrações. O Favela-Bairro fora idealizado pelo arquiteto Luiz Paulo Conde, Secretário de Urbanismo na primeira gestão de César Maia.

A novidade do programa Favela-Bairro, é que acrescenta às tradicionais preocupações pelas condições de habitação uma nova visão, centrada em sua inserção na estrutura urbana, em normalizar suas infraestruturas básicas com soluções satisfatórias de baixo custo e em melhorias sociais e ambientais. Neste sentido, o programa pode ser adjetivado como um grande projeto urbano da cidade, pelo qual o Rio de Janeiro se converte na referência mundial destas políticas, premiado pelo BID, órgão financeiro e co-patrocinador, como o seu melhor programa contra a pobreza na América Latina (ANDREATTA, 2006, p.79).

A principal proposta do Favela-Bairro era urbanizar comunidades carentes a fim de viabilizar a chegada de serviços do Estado àquelas localidades. Sua primeira fase, desenvolvida entre 1994 e 2000, contemplou 38 comunidades e fora orçada em 300 milhões de dólares. Destes, 180 milhões foram emprestados pelo Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) e 120 milhões vieram da própria prefeitura. A segunda fase do Favela-Bairro ocorreu de 2000 a 2007, atingiu 64 favelas e 24 loteamentos. O orçamento foi o mesmo da primeira fase, bem como a origem dos recursos.

Ao mesmo tempo, a prefeitura desenvolveu um programa destinado aos bairros formais – o Rio-Cidade – que também teve duas fases: 1993-1996 e 1997-2000. O projeto ensejou obras em 27 bairros da cidade, reformou praças, calçamentos, replantou árvores, substituiu o sistema de iluminação pública e até construiu monumentos. Alguns polêmicos, como o obelisco de Ipanema, jocosamente apelidado de “pirulito” da Visconde de Pirajá. Em 2009 a passarela que o circundava foi demolida.

O Favela-Bairro e o Rio-Cidade foram a mola propulsora que, em 1996,

impulsionaram não só a candidatura de Luiz Paulo Conde à sucessão de César Maia, mas, sobretudo, a candidatura da cidade a sede dos Jogos Olímpicos de 2004. Era a aplicação da receita de Barcelona à metrópole fluminense. O plano urbanístico para a Barcelona Olímpica teve o propósito de requalificar a cidade, sob a ideia de estender a urbes integrando-a às periferias. Por isso os equipamentos olímpicos foram construídos nas extremidades do tecido urbano e conectados por vias expressas. A ideia era, através dessas vias, criar conexões com diversos pontos da metrópole catalã (NOVAIS, 2016).

No Rio de Janeiro, muito embora existam periferias, há muitas favelas entranhadas pela cidade, inclusive em bairros tidos como “nobres” numa cartografia simbólica local. A ideia do Favela-Bairro era melhorar as condições de vida das pessoas que habitavam àquelas comunidades, bem como facilitar a chegada dos serviços públicos. Além de sua ligação com a cidade, que estava sendo reformulada esteticamente pelo programa Rio-Cidade. Assim, almejava-se mostrar uma cidade que estava se modificando positivamente e, nesse contexto, sediar os Jogos Olímpicos seria algo importante para impulsionar ainda mais essas melhorias na forma de legados.

Isto posto, a primeira gestão de César Maia inaugurou um modelo de administração, segundo o qual a cidade passou a ser pensada e gerida sob a lógica do “planejamento estratégico” ou, como analisa David Harvey, do empreendedorismo urbano. Dinâmica essa que tem atravessado todas as gestões municipais, desde então.

Esse tipo de governança urbana se orienta principalmente para a criação de padrões locais de investimentos, não apenas em infraestruturas físicas como transportes e comunicações, instalações portuárias, saneamento básico, fornecimento de água, mas também em infraestruturas sociais de educação, ciência e tecnologia, controle social, cultura e qualidade de vida. O propósito é gerar sinergia suficiente no processo de urbanização, para que se criem e obtenham rendas monopolistas, tanto pelos interesses privados como pelos poderes estatais (HARVEY, 2005, p.232).

Por renda monopolista podemos apontar o conjunto de singularidades, particularidades e autenticidade que dota um objeto, um indivíduo ou até mesmo uma cidade, de um capital simbólico encontrado apenas ali. Tal e qual o *terroir* de um vinho. Sem dúvidas, essa renda monopolista é resultado de uma forte construção discursiva que envolve narrativas históricas, memórias coletivas, práticas culturais, sempre permeadas por um forte discurso operante que dá sentido a tais alegações. Nesse sentido, os meios de comunicação de massa têm um papel fundamental na construção (ou no reforço) dessas abordagens hegemônicas.

No caso do Rio de Janeiro, além das belezas naturais e da paisagem construída, há dois megaeventos dotados de um vasto imaginário, que são amplamente utilizados pelos governos locais e coalizões empresariais a fim de potencializar a marca Rio, isto posto,

novamente citamos o carnaval e o *réveillon*. Não que eles sejam os únicos pilares dessa renda monopolista, mas têm papel destacado. Não à toa, são dois festejos populares que passaram a ser promovidos pela prefeitura, desde a primeira gestão César Maia, e midiaticizados com ares espetaculosos de megaevento. O carnaval e o *réveillon* cariocas foram transformados em produtos da marca Rio, alimentando anualmente essa marca com uma forte carga imagética que suscita inúmeras representações. “Nesse nível, a análise da marca nos fornece uma visão primorosa de como ocorre esse funcionamento: não é a imagem, mas o nome que importa, já que as imagens se deslocam o tempo todo em torno do nome, que é fixo” (FONTENELLE, 2002, p. 25).

Para exemplificarmos tal questão, fugindo à dupla carnaval e *réveillon*, olhemos para o Rock In Rio. A plêiade de imagens (representações) associadas à marca Rio a solidifica de tal maneira, que o Rock In Rio, um megaevento musical nascido e fortemente identificado com a cidade, já teve edições em Madri, Lisboa e Las Vegas, sem que seu nome fosse alterado para Rock In Lisboa ou Rock In Vegas, mas sempre Rock In Rio. Justamente para aproveitar o vasto imaginário ligado à marca-cidade da metrópole fluminense.

A força da marca Rio está justamente em sua capacidade de aderir a sentidos variados, refletindo uma sociedade cada vez mais vazia e que busca incessantemente referenciais a serem seguidos. A marca dá significado ao que se vive, é um guia para representações socialmente legitimadas.

O nome da marca nos ajuda a comprovar isso; basta pensarmos em quantas significações são atribuídas ao nome McDonald's e quantas diferentes imagens e significações esse nome já suportou desde o seu surgimento, nos anos 30. Portanto, se objetivamente sabemos que a marca é oca, por outro lado ela é capaz de encarnar uma história e de 'stampá-la' dentro de um quadro bem definido, recuperando com isso um certo sentido da totalidade que se torna fundamental (FONTENELLE, 2002, p.296).

Por isso, a produção da cidade-mercadoria envolve também a contínua produção de representações que a acompanham. Essa cidade é concebida como o lugar onde o privado se afirma, produzindo signos que parecem realizar desejos e fantasias de consumo moldados por valores globais. Nesse contexto, não basta reformar a cidade fisicamente, é preciso vendê-la e, ao fazê-lo, publiciza-se uma imagem atualizada da mesma. Esse novo modelo de gestão urbana nos permite entender que o chamado “pensamento global” não passa de um verniz, uma maquiagem à ideologia neoliberal e, o planejamento estratégico é a sua faceta no tocante ao urbanismo.

A 'mercadoria-cidade', produto aparentemente terminado e traduzido em imagem urbana, pronta para entrar em circuitos e fluxos de informação e comunicação internacional, não permite identificar como se deu a construção; sua história aparece velada; sua gênese, esquecida. Conforme Marx, direcionar o olhar para a gênese da

mercadoria permite descobrir os sistemas sociais, econômicos e culturais, os arranjos de poder, as hierarquias, os jogos de interesse que compareceram para construí-la. Efetivamente, sua conhecida afirmação acerca do “fetiche da mercadoria” parece se adequar ao que acontece com as cidades transformadas em imagens, que entram na esfera da circulação simbólica. Ali, elas se enfrentam com outras imagens de cidades que respondem às pressões da racionalidade modernizadora da globalização. Nesse processo, cidades qualitativamente distintas podem se tornar equivalentes ou semelhantes em suas imagens de marca, no modo como são promovidas no mercado (SÁNCHEZ, 2010, p.71).

Assim, apontamos como imperativos à lógica do *city-marketing*: as mudanças espaciais (obras), a mudança na imagem da cidade (*branding*) e uma justificativa que seduza a população, embasando o discurso oficial e possibilitando retorno aos investidores. Os megaeventos são os elementos que dão sentido a esse mecanismo. Em 2007 o Rio sediou os Jogos Pan-americanos. A realização do megaevento em si foi um sucesso, mas no que diz respeito à infraestrutura e ao funcionamento da metrópole, o Pan não a contemplou com grandes obras. Foram construídos alguns aparelhos esportivos como o Estádio Olímpico Newton Santos – popularmente chamado de “Engenhão” – o Parque Aquático Maria Lenk, a Arena Multiuso (hoje Jeunesse⁷ Arena), o ginásio do Maracanãzinho foi reformado, mas nenhuma obra estrutural que se traduzisse em legado ao dia a dia da população do Rio de Janeiro foi realizada. Ocorre que, midiaticamente, o Pan deixou uma boa imagem da cidade, de sua população e evidenciou sua “vocação” para receber megaeventos. “A população e os turistas lotaram as competições e as ruas, desfrutando de uma sociabilidade desenvolvida especialmente em momentos festivos” (FREITAS e FORTUNA, 2009, p. 111).

As relações entre planejamento estratégico e megaeventos numa cidade evidenciam acima de tudo um projeto de poder em curso, não apenas no tocante à perpetuação de um grupo político, mas sobretudo à sedimentação de uma ideia segundo a qual a cidade deve ser administrada como uma empresa, sempre atenta aos interesses do capital privado, ou até mesmo atuando conjuntamente com ele, como no caso das Parcerias Público-Privadas (PPPs). Todos os prefeitos que sucederam a César Maia – notadamente Eduardo Paes – administram a cidade segundo essa lógica “midiático-mercadológica” do planejamento estratégico. Seu sucessor, Luiz Paulo Conde, Secretário de Urbanismo em sua primeira gestão, foi eleito no primeiro turno das eleições municipais de 1996 com 62% dos votos válidos. Já a candidatura do Rio aos Jogos de 2004 não obteve sucesso, mas a construção do sonho olímpico continuou nas administrações seguintes. César Maia retornou à prefeitura em 2000 e se reelegeu em 2004 para o seu terceiro mandato a frente do executivo municipal. Em 2009 Eduardo Paes

⁷ Marca norte-americana de cosméticos.

assumiu a prefeitura e esteve a sua frente por dois mandatos consecutivos, até 2016, quando da realização dos Jogos Olímpicos.

A realização dos Jogos Olímpicos de 2016 no Rio de Janeiro constituiu o desenlace da trajetória ao longo da qual uma nova concepção de cidade e de planejamento urbano se impôs entre nós. Ela expressa também a consolidação de uma nova coalizão de poder local, que, embora submetida a dissidências, se inaugurou e se conformou sob a égide do prefeito César Maia. Momento simbólico, senão fundador, dessa concepção foi, certamente, a elaboração do Plano Estratégico da Cidade do Rio de Janeiro, levada a cabo em 1993 e 1994. (VAINER, 2016, p. 19)

Na tarde do dia 2 de outubro de 2009 o Rio foi eleito cidade-sede das Olimpíadas de 2016. Era uma sexta-feira e um grande carnaval fora de época foi montado na praia de Copacabana, com shows de artistas consagrados, baterias de escola de samba, e tudo transmitido ao vivo pela televisão. Os governos municipal e estadual decretaram ponto facultativo neste dia, para que as pessoas pudessem ir à festa manifestar seu apoio à candidatura da cidade. O Rio já havia sido escolhido como uma das sedes da Copa do Mundo de Futebol de 2014, mas com os Jogos Olímpicos era diferente. Um evento que se realizaria inteiramente na cidade e elevaria o Rio a um patamar de visibilidade mundial como nunca ocorrera em sua história. A metrópole fluminense foi a primeira cidade da América do Sul a receber uma Olimpíada.

No site oficial dos Jogos Rio 2016 (www.rio2016.com.br) em vídeos promocionais podem ser percebidas as representações sociais tais como “Rio cidade solar”, “povoada de gente amiga e feliz”. Essas representações, entrelaçadas aos aspectos pinçados das identidades culturais cariocas, como o samba e sua “tradicional” ginga, são capturados, organizados e rerepresentados sob a forma de imagens-síntese, como fatores positivos que irão legitimar ainda mais a “magia” dos Jogos Olímpicos. Tais imagens-síntese, parecem evocar a cidade como totalidade, um pretense *ethos* carioca para o consumo externo. Da mesma forma que são potencializadas imagens-síntese da urbe outras imagens da cidade complexa e contraditória se encontram veladas. (SÁNCHEZ e GUTERMAN, 2016, p. 226)

Assim construiu-se a ideia segundo a qual “chegou a vez do Rio”, um momento único para a cidade e seus habitantes. Segundo Fernanda Sánchez e Bruna Guterman (2016), a partir da imagem cristalizada do Rio do turismo, do lazer e de belezas incomparáveis, o projeto da cidade olímpica é atualizado através da incorporação de novas representações. Desta maneira a imagem da cidade é renovada, agora, além das belezas naturais, a segurança para turistas, habitantes e investidores é ressaltada. O conjunto de intervenções urbanísticas que a metrópole fluminense sofreu a partir daí, ao mesmo tempo em que provocou mudanças físicas no tecido urbano, gerou novas paisagens e imaginários que possibilitaram uma reformulação das abordagens midiáticas. Operou-se uma forte campanha de *branding* urbano segundo a qual, o Rio começava a deixar para trás o imaginário de Cidade Maravilhosa para assumir o de Cidade Olímpica, com todos os atributos que este novo título agrega à “marca Rio”. De

certa forma a marca Cidade Maravilhosa estava um pouco “arranhada”, pois, a paisagem natural e construída que lhe rendeu esta alcunha, há décadas dividia espaço na pauta jornalística com inúmeras reportagens acerca da violência criminal, sobretudo ocorrências ligadas ao tráfico de drogas e às milícias.

A “Cidade Maravilhosa” é ao mesmo tempo lugar com elevados índices de violência, inclusive quando medida em termos de número de pessoas mortas em confronto com a polícia. A violência não é aleatória; relaciona-se à desigualdade social manifesta na disparidade de renda, de distribuição de capitais (cultural, social) e de condições de apropriação da cidade. (NOVAIS, 2016, p. 48).

Quando da escolha do Rio como sede dos Jogos de 2016, o cenário do país era de crescimento econômico, o Brasil era visto como uma potência emergente que se consolidava perante o mercado internacional. Sua cidade símbolo, portanto, precisava ser realavancada a um novo patamar. É neste contexto que o prefeito Eduardo Paes começa a se referir ao Rio como uma cidade-global. Nas palavras de Harvey (1992),

a produção ativa de lugares dotados de qualidades especiais se torna um importante trunfo na competição espacial entre localidades, cidades, regiões e nações. Formas corporativas de governo podem florescer nesses espaços, assumindo elas mesmas papéis desenvolvimentistas na produção de climas favoráveis aos negócios e outras qualidades especiais (HARVEY, 1992, p.266).

Assim, praticamente um século após as reformas de Pereira Passos, o Rio passou por outro extenso programa de intervenções urbanas⁸. O maior de sua história. A justificativa, salientada pela prefeitura e pelo governo do estado, foi que essa reordenação atendia a uma vasta agenda que a FIFA⁹ e o COI¹⁰ exigiam para a realização da Copa e das Olimpíadas, respectivamente. Sob a égide do legado, portanto, e com o apoio dos governos federal e estadual, nas figuras dos, então, Presidente da República, Luís Inácio Lula da Silva, e Governador do Estado do Rio, Sérgio Cabral Filho, o prefeito Eduardo Paes viabilizou os projetos do Porto Maravilha, a “revitalização” da zona portuária (intervenção urbana idealizada por César Maia), do Parque Olímpico, em Jacarepaguá, e as obras viárias de mobilidade urbana, como a implantação dos BRTs¹¹ e do Veículo Leve sobre Trilhos (VLT), ligando o Centro à zona portuária. Na região central, as obras tiveram como foco a demolição da Perimetral, a abertura da Avenida Binário e do túnel Marcelo Alencar, que serviram de alternativa ao extinto viaduto da Perimetral, a fim de revitalizar a região da Praça Mauá. A Avenida Rio Branco também passou por uma grande reformulação com vistas à instalação do

⁸ Algumas dessas obras ainda estão em curso, como os corredores BRT da Avenida Brasil.

⁹ Federação Internacional de Futebol e Associados.

¹⁰ Comitê Olímpico Internacional.

¹¹ *Bus Rapid Transit* – corredor exclusivo de ônibus articulados, divulgado como modal de massa para desafogar o trânsito na cidade.

VLT. Tudo isso fora impulsionado pelo projeto Porto Maravilha, que teve como ícone a reurbanização da região da Praça Mauá, nas figuras dos dois principais equipamentos culturais da região – o Museu do Amanhã e o Museu de Arte do Rio (MAR).

Incluído na carteira de projetos relacionados aos Jogos Olímpicos de 2016, o Porto Maravilha é uma Parceria Público-Privada que envolve, entre outras obras, a reconstrução das redes urbanas e a implantação de um sistema de mobilidade que reestrutura a área e modifica a sua articulação com o Centro (NOVAIS, 2016, p.83).

Harvey (2005) destaca que as Parcerias Público-Privadas (PPP) são uma estratégia bastante utilizada pelo empreendedorismo urbano. Nesse sentido, o projeto Porto Maravilha, âncora da reurbanização promovida por Eduardo Paes, foi a maior PPP que já existiu no Brasil, uma parceria da Prefeitura do Rio, na figura da Companhia de Desenvolvimento Urbano da Região do Porto do Rio de Janeiro (CEDURP), uma pessoa jurídica do município, e a Concessionária Porto Novo, formada pelas construtoras OAS, Norberto Odebrecht Brasil e Christiani-Nielsen Engenharia Ltda. O projeto, fundamentado pela Lei Complementar 101/2009¹², da Prefeitura do Rio de Janeiro instituiu a Operação Urbana Consorciada da Região do Porto do Rio, e envolveu uma área de cinco milhões de metros quadrados, próxima às principais avenidas da cidade, a Rio Branco e a Presidente Vargas. Além das mudanças viárias citadas, o projeto incluiu a construção de habitações e contou com o apoio do governo federal por meio do Programa Minha Casa Minha Vida¹³.

A Zona Oeste – notadamente o bairro da Barra da Tijuca – foi o local da cidade que sofreu as maiores transformações viárias. A instalação dos corredores BRT (*Bus Rapid Transit*) na Avenida das Américas e a abertura do túnel da Grota Funda estabeleceram uma ligação direta entre a Barra e Santa Cruz – esse corredor foi denominado TransOeste pela prefeitura. Concomitantemente, a Avenida Ayrton Senna foi reformulada a fim de otimizar o fluxo de automóveis à Avenida Abelardo Bueno, local onde foi construído o Parque Olímpico, extinguindo o Autódromo de Jacarepaguá. Ali aconteceu a maior parte dos jogos das Olimpíadas de 2016. Além da TransOeste, outros corredores expressos foram abertos na região da Barra da Tijuca a fim de dinamizar o transporte, uma exigência do COI. A TransCarioca, que liga a Barra ao aeroporto do Galeão; e a TransOlímpica, que liga a Barra ao bairro de Deodoro, viabilizando a conexão entre Zona Oeste e Avenida Brasil.

¹² Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro. Lei Municipal complementar n. 101/2009. Disponível em http://www.portomaravilhario.com.br/media/legislacao/2010/06/LC101__23112009.pdf, acesso em jan. de 2018.

¹³ Dados obtidos no boletim da Federação de Órgãos para a Assistência Social e Educacional (FASE) de 11/06/2014.

A Zona Sul, por sua vez, sofreu obras relacionadas à expansão do metrô à Barra da Tijuca passando pelo bairro do Leblon. Entre São Conrado e Barra da Tijuca, um novo túnel foi aberto para abrigar a duplicação do viaduto pelo costado do Joá. Na Zona Norte, as obras ficaram circunscritas ao entorno do estádio no Maracanã, que foi reformado para receber alguns jogos da Copa do Mundo e também palco da abertura e do encerramento dos Jogos Olímpicos.

A cidade, quando pensada e transformada em produto, é uma alavanca mercadológica para outros produtos a ela associados. Mediante a imagem produzida e vendida do lugar, cria-se uma conexão entre as políticas de reestruturação espacial e os interesses do capital privado. Desta maneira, essa “revitalização” do Rio, agora, Cidade Olímpica, teve por objetivo um reordenamento de atividades de produção e de consumo de alto padrão. Pereira Passos, Paulo de Frontin e Carlos Sampaio já haviam antecipado isso no começo do século XX, mas não com a magnitude e a complexidade com que tais injunções ocorrem hoje.

1.2 – Da Pequena África à Barra da Tijuca: uma cidade que se pretende global

Em meados de 2012 o então prefeito Eduardo Paes, à época candidato a reeleição, cogitou vestir-se de Pereira Passos na “inauguração” do Cais do Valongo, em meio às obras do projeto Porto Maravilha. Mas foi dissuadido da ideia por assessores, visto que 2012 era ano eleitoral e tal atitude poderia soar demasiadamente forçada. Mesmo assim, o viés midiático que o mandatário do executivo municipal adotara, corrobora fortemente com a lógica do planejamento estratégico. Paes queria os holofotes a fim de ser lembrado com a mesma importância daquele que modificou profundamente a então capital da República, no começo do século XX. Para situarmos o leitor, Francisco Pereira Passos foi prefeito do Rio de dezembro de 1902 a novembro de 1906, e entrou para a história por realizar a maior reforma urbana pela qual a cidade tinha passado até então. Reformulou completamente o Centro da capital, dotando-a de novos signos físicos e simbólicos. O ponto máximo da Reforma Passos foi a abertura da Avenida Central, mas sobre tais obras falaremos detalhadamente no próximo capítulo.

Voltando ao evento de “inauguração” do Cais do Valongo, em reportagem veiculada pelo jornal *O Globo* em 9 de julho de 2012, o então prefeito disse que as obras pelas quais a cidade passava, a fim de adequar-se aos megaeventos que abrigaria, a elevariam ao patamar de “cidade-global”. Novamente tal ideia vinha à tona. Este conceito popularizou-se através da obra *“As cidades globais”* (1991), de Saskia Sassem, e diz respeito às cidades proeminentes

no cenário mundial (num contexto neoliberal) por serem confluência de elevados aportes econômicos, sediarem empresas multinacionais, bancos e bolsas de valores. Além disso, possuem redes de transportes sofisticadas que as conectam internamente, bem como com o restante do mundo. No que tange à cultura, tais cidades também teriam um papel importante por abrigarem museus, universidades de ponta e receberem periodicamente eventos como: concertos musicais, exposições artísticas, grandes shows e megaeventos esportivos. Nesse contexto, essas cidades concentram serviços sofisticados e consumo de alto padrão, tornando-se pontos nodais aos processos de comunicação e tendo grande influência no cenário mundial. Em 1991, Saskia Sassem analisou os casos de Londres, Nova Iorque e Tóquio enquanto cidades globais. Hoje podemos citar outras como: Paris, Frankfurt, Los Angeles, Chicago, Hong Kong e Dubai.

A *Globalization and World Cities Study & Network*, ligada à Universidade de Loughborough na Inglaterra, construiu um ranking de cidades globais dividindo-as em três estágios: alfa, beta e gama. As ranqueadas como “alfa” seriam as que citamos no parágrafo anterior. Nessas, os fatores aferidos para qualifica-las enquanto cidades globais já estariam plenamente desenvolvidos. Em situação intermediária estariam as indicadas como “beta”, dentre as quais há três cidades latino americanas: São Paulo, Cidade do México e Buenos Aires. As cidades globais apontadas como “gama” seriam aquelas que tem alguma influência global, mas necessitam melhorar, sobretudo no que diz respeito à captação de investimentos a fim de aumentar o seu peso econômico e atrair grandes corporações. É nesta posição que o Rio de Janeiro se encontra junto de cidades como: Lima, Santiago, Boston, Roma e Miami.

Quando Eduardo Paes cita, na reportagem d’*O Globo*, que gostaria de transformar o Rio numa cidade-global, o que o ex-prefeito almejava era projetar a Cidade Olímpica a um patamar “beta” e, quiçá, futuramente “alfa”. Para tanto o modelo de gestão urbana calcado no planejamento estratégico deveria ser levado às últimas consequências. Não estamos falando isso a fim de justificar ou corroborar com as ações de Paes, mas trata-se de constatar o que dissemos há algumas linhas: o *city-marketing* é o instrumento central do planejamento urbano orientado para o mercado. Afinal, no que tange às cidades globais, pra que se criar um ranking entre elas, senão para apontar e legitimar aquelas mais adaptadas e seguras aos investidores?

A reorganização do espaço recodifica a cidade, atualiza-a. Essa “atualização” da cidade, como parte de seu processo de produção, visa a um ordenamento de atividades de produção e de consumo de alto padrão, com o objetivo de ganhar uma inserção renovada nas escalas nacional e internacional (SANCHÉZ, 2010, p. 101).

Todas as obras pelas quais a cidade passou a fim de adequar-se à Copa e aos Jogos Olímpicos giraram em torno disso. O metrô até a Barra da Tijuca, os corredores de BRT, o VLT ligando pontos chave do Centro da cidade, a abertura de novas vias expressas, a construção de museus, a requalificação de áreas tidas como degradadas, todas essas “exigências” creditadas ao COI e à FIFA, são praticamente idênticas a tudo aquilo que se aponta como fundamental a uma cidade que pretende se confirmar e ascender globalmente. É neste momento que surge a questão do “legado”, enquanto um instrumento discursivo que visa fazer com que o habitante da cidade naturalize tais intervenções e as pense como a única alternativa possível.

No mundo contemporâneo, onde uma agenda determinada pela lógica do mercado tem dominado as teorias e práticas do planejamento, impulsionando cidades a uma verdadeira guerra competitiva por investimentos, a retórica dos “legados” tem se mostrado conveniente como elemento legitimador para a disputa pelo direito de sediar megaeventos. Protagonizada por coalizões “pró-crescimento”, compostas principalmente por políticos, empresários de mídia e instituições esportivas, essa disputa tem ocupado papel de destaque nas políticas urbanas das cidades contemporâneas que, geridas como empresas, aspiram inserção no mercado mundial (OLIVEIRA, 2016, p. 103).

Desta forma dois tipos de legados são operados discursivamente, os tangíveis e os intangíveis. De acordo com Nelma Oliveira (2016), os tangíveis se convertem nos projetos de intervenção urbana concretizados na forma de obras, reformas e edificações visando o megaevento. Os intangíveis invocam os efeitos relacionados ao *branding*,

estão aí incluídos: a capacidade de criar internacionalmente uma imagem positiva da cidade e país anfitrião, fortalecer sua identidade e de aumentar o orgulho cívico de seus habitantes; o incremento na indústria do turismo devido à projeção que alcança na mídia; a demonstração internacional de competência; o estímulo e incentivo ao desenvolvimento do esporte e seus efeitos educativos e mesmo a possibilidade de atração de eventos futuros (OLIVEIRA, 2016, p. 104).

Os megaeventos expandem domínios muito além da esfera esportiva a fim de, através de uma série de imagens síntese da cidade, construir uma marca e possibilitar a transformação do espaço. Um outro fator que pode ser associado a isso, diz respeito a uma revalorização de certos aspectos de sua história. Mas não qualquer aspecto, há de ser algo relevante e incontornável. Por exemplo, quando das escavações durante as obras do Porto Maravilha, o Cais do Valongo foi desenterrado. Justamente por isso, no começo deste item, colocamos o termo inauguração entre aspas mais de uma vez, pois, em realidade, nada foi inaugurado. O Cais do Valongo sempre esteve ali, mas soterrado. O próprio Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) e arqueólogos do Museu Nacional (UFRJ), quando do início das obras do projeto Porto Maravilha, indicaram sua localização para que ali fosse escavado.

Mas, midiaticamente, a prefeitura utilizou o mote da “inauguração” com o fito de impactar e aumentar a relevância de uma obra que modificaria completamente a zona portuária do Rio.

O Cais do Valongo foi o ponto nevrálgico por onde durante duas décadas escravos africanos chegavam à cidade. É bem verdade que a praia do Valongo foi um ponto de desembarque de escravos muito antes da construção do cais em 1811, mas o aterramento e o calçamento do local se deram há exatos 200 anos de seu desenterro. Em 1843 o local fora reformado para receber a princesa Tereza Cristina, que viria a se casar com Dom Pedro II; a partir daí o lugar passou a ser denominado Cais da Imperatriz. Um século após sua construção, em 1911, o cais foi aterrado no bojo das reformas iniciadas por Pereira Passos em 1903, mas já na gestão de Bento Ribeiro (1910-1914). Em julho de 2017, o Cais do Valongo foi reconhecido pela UNESCO como Patrimônio Histórico da Humanidade.

Tais obras trouxeram à tona o espectro de Pereira Passos, como frisamos anteriormente. Na mesma reportagem d’*O Globo* de 09/07/2012 o então prefeito Eduardo Paes, disse: “*Quero ser lembrado como um urbanista à la Pereira Passos, com um coração à la Pedro Ernesto*”. No curso das obras do Porto Maravilha chegou-se a cogitar que o Cais do Valongo fosse soterrado novamente, mas no que tange ao empreendedorismo urbano, essa seria uma atitude pouco inteligente. Uma vez “inaugurado”, o Cais do Valongo foi reapropriado, bem como toda aquela área cultural, conhecida como Pequena África¹⁴, que por anos estivera esquecida. Nessa reapropriação, a prefeitura criou o Centro Cultural da Pequena África, que, sob a responsabilidade da RioTur, tem a função de reconstruir e preservar a cultura afro-brasileira da região. Isto posto, ao mesmo tempo em que tal instituição tem o papel de remir e salvaguardar a cultura africana, conforme está em seu site, ele está sob a administração da Empresa Municipal de Turismo (RioTur), órgão encarregado por executar a política de turismo traçada pela administração municipal. Assim, tal pasta também é gerida com um viés notoriamente mercadológico, que muito mais estimula uma “disneyficação” daquela localidade, do que propriamente a manutenção de suas tradições.

Quando acessamos o site da RioTur, o Centro Cultural da Pequena África aparece como mais uma das opções de passeio na Cidade Olímpica, mas em momento algum é citada a história do local, o que Cais do Valongo representa, tampouco atrações longevas que há nas redondezas como o samba da Pedra do Sal. Este, inclusive, já foi impedido de acontecer algumas vezes pela própria prefeitura na gestão de Marcelo Crivella. Sítios arqueológicos

¹⁴ Em realidade a Pequena África abrangia alguns bairros da região central do Rio, da Praça Mauá até o Estácio, passando pelo Santo Cristo, Gamboa, Praça Onze, Cidade Nova e Catumbi. Mas hoje, de uma forma geral, quando se fala em Pequena África, faz-se menção às cercanias do Cais do Valongo.

como o Cemitério dos Pretos Novos, onde eram enterrados escravos e escravas que faleciam nas “casas de engorda”¹⁵, antes de serem negociados, também não são citados em momento algum. Além do que, a influência religiosa africana, no que diz respeito ao candomblé e a umbanda, praticada em alguns terreiros da região, também estão ausentes do site da RioTur, no tocante à Pequena África. Fica evidente que, no que diz respeito à mídia institucional, tal área cultural é citada apenas como mais uma atração da cidade. Nada além disso.

As representações produzidas para a “venda da cidade do Rio” podem ser interpretadas como peças de afirmação da hegemonia local, pelas quais o poder de classe das elites é legitimado e oferecido ao consumo do estrangeiro, onde a cultura popular ressurgiu pacificada, as misturas sociais são toleradas e as diferenças domesticadas, para valorizá-las como traços da urbanidade carioca. (SÁNCHEZ e GUTERMAN, 2016, p. 226)

Espacialmente a Pequena África está contida nos bairros da Gamboa, Saúde, Santo Cristo e Praça Mauá, próximo à Pedra do Sal e do Largo da São Francisco da Prainha, no costado do Morro da Conceição. Um fato importante e que não podemos deixar de ressaltar, diz respeito a essa região quando da Revolta da Vacina em novembro de 1904. Tal localidade abrigava muitos terreiros de candomblé fortemente ligados ao orixá Omulu/Obaluaiê¹⁶. Na religiosidade africana os orixás e as iabás, de uma forma geral, representam alguma força da natureza. Iemanjá, muito cultuada no réveillon, é ligada ao mar e à confluência de águas; Oxum aos rios e cachoeiras; Iansã aos ventos e às tempestades; Oxóssi às matas; Xangô às pedras e à justiça; Ogum aos metais e à guerra; Oxalá é o orixá dos orixás, o maior de todos. São inúmeros os orixás e iabás, mas justamente aquele ligado ao mundo dos mortos e à proteção às doenças contagiosas, como a varíola que se tentava erradicar com a vacinação, é Omulu/Obaluaiê. Coincidência ou não, o local da cidade onde houve maior resistência à vacina foi justamente esta localidade. Em 1973 a dupla Vinícius Moraes e Toquinho eternizou um cântico a este temido orixá, cujo refrão dizia: *“Meu pai Oxalá é o rei, venha me valer. / Meu pai Oxalá é o rei, venha me valer. / E o velho Omulu, atotô Obaluaiê! / E o velho Omulu, atotô Obaluaiê!”*

Mesmo após a abolição da escravidão em 1888, a região continuou sendo um forte reduto negro atraindo, inclusive, ex-escravos que vinham (sobretudo do Nordeste) tentar a vida na capital reformulada após as reformas de Pereira Passos. Mesmo com as intervenções

¹⁵ Estabelecimentos onde escravos recém-chegados da África, com problemas de saúde, convalesciam a fim de ganhar peso e serem negociados por um valor mais alto. Porém, muitos deles não resistiam a tais doenças e vinham a óbito.

¹⁶ Ambos os nomes referem-se ao mesmo orixá, mas costuma-se dizer que Obaluaiê representa a sua fase jovem quando sua energia alude à cura e à vida. Omulu seria a sua faceta idosa, ligado às doenças infectocontagiosas e à morte.

urbanísticas que a cidade sofreu no começo do século XX, aquela região conseguiu manter certa coesão, diferente de outros redutos negros que havia, como o Morro do Castelo. É o que alguns historiadores, como Luiz Antônio Simas (2019), chamam de “segunda diáspora”. A primeira foi a própria retirada desses negros da África, a segunda foi consequente das remoções durante a Reforma Passos, que literalmente expulsou do Centro do Rio uma população majoritariamente pobre e afrodescendente. Essa, por sua vez, passou a ocupar algumas favelas da região central como o morro da Providência, do São Carlos (no Estácio) e Santo Amaro (na Glória). É justamente deste contexto de precariedade que nascem complexos culturais caríssimos à cultura brasileira, como o samba e o sincretismo religioso. Mais adiante nesta tese veremos como essas religiões têm forte influência no modo como festejamos o ano novo até hoje. Não há como falar da história do Rio de Janeiro e do réveillon carioca, sem falarmos de cultura e religiosidade africana. O Rio e o Brasil são feitos de Pequenas Áfricas.

Um caso semelhante a este do Cais do Valongo, mas com outros contornos, deu-se no início de 2013 quando o governo do estado, sob a ideia de construir um estacionamento no local, tentou remover à força os índios da Aldeia Maracanã, que viviam no Museu do Índio em área contígua ao estádio. À época uma grande resistência foi montada pelos indígenas, que contaram com a ajuda de diversos movimentos sociais, a fim de preservar a Aldeia Maracanã e consequentemente o prédio do Museu. Após muitas idas e vindas na esfera jurídica, o ex-governador Sérgio Cabral, desistiu da demolição do local e sua transformação em estacionamento. Ocorre que, diferente do Cais do Valongo, reapropriado enquanto atração turística da Cidade Olímpica, o Museu do Índio e a Aldeia Maracanã foram simplesmente esquecidos pelo poder público e pela mídia local. No começo de 2019 um deputado estadual recém-eleito referiu-se à Aldeia Maracanã como “lixo urbano”, em reportagem publicada pelo jornal *O Globo* em 4/1/2019, e ainda completou dizendo em tom beligerante que: “*Quem gosta de índio que vá para a Bolívia!*” Uma fala extremamente racista não só com os indígenas, mas também com o país sul-americano dotado de grande contingente populacional ameríndio. Ou seja, se a Pequena África é fomentada e, de certa forma preservada, pelos governos locais que projetam o lugar através do turismo (por mais que deixem para trás a sua história), com relação aos índios a questão aponta literalmente para o seu apagamento.

A estigmatização da população mais pobre e o constrangimento à sua presença nos espaços projetados para a recepção do megaevento garantem a acumulação de capital simbólico para os agentes da nova ordem urbana. (SÁNCHEZ e GUTERMAN, 2016, p. 226)

Os espaços públicos são capturados pela espetacularização e transformados em cenários midiáticos, homogêneos e pacificados, marcas registradas da Cidade Olímpica. O processo operado no Cais do Valongo e conseqüentemente na região da Pequena África, no bojo das obras de requalificação da Praça Mauá, mostram exatamente isso. Assim, aquilo que há pouco tempo estava completamente esquecido é realavancado como uma renda monopolista desta “nova” cidade, tratada como um produto a ser vendido para investidores, turistas e consumidores.

1.3 Cidade espetáculo, cidade da exceção

Figura 1: O Globo, 31/12/2013, editoria Rio, p. 17.

Festas nas lajes de morros da Zona Sul podem custar até R\$ 1.350

Ainda há ingressos à venda para quem deixou a decisão sobre os festejos para a última hora

Renata Leite
31/12/2013 - 05:00



Dona Azelina vai receber turistas em uma grande festa de réveillon no Morro Pavão-Pavãozinho Foto: Fábio Seix / Agência O Globo

Pelo que debatemos até agora, podemos dizer que as políticas urbanas ligadas à realização de megaeventos buscam homogeneizar a cidade envolvendo-a num *ethos* do espetáculo. É como se todas as diferenças e rugas, muitas vezes fomentadas abertamente, se dissolvessem em prol de algo maior. O réveillon no alto da laje de Dona Azelina, que citamos no começo deste capítulo, exemplifica isso. Iniciamos este tópico usando esse argumento pois muitos ao lerem o termo exceção no título podem pensar na exceção com uma conotação de exclusão, de segmentação, mas não é exatamente sobre isso que falaremos agora. Reconhecemos que a cidade espetáculo é excludente com os estratos populares, dos cortiços removidos por Pereira Passos no começo do século XX, às favelas removidas por Eduardo

Paes no começo do XXI. Mas agora queremos tratar de outro tipo de exceção, aquele relativo à regra (no caso à Lei), pois, quando uma cidade aceita as exigências impostas por entidades como o COI ou a FIFA, para sediar uma Olimpíada ou uma Copa do Mundo, isso implica também na modificação de alguns aspectos das leis locais durante a realização do megaevento. Não só no que diz respeito à posturas dentro das arenas onde ocorrem as competições, ferindo a lei 10.671/2013 (mais conhecida como Estatuto do Torcedor), mas à própria administração pública.

Conforme Carlos Vainer (2016), o “desenvolvimento urbano espontâneo”, isto é, do mercado, exige flexibilidade. Visando assegurar diferentes formas de acumulação de capital, o urbanismo calcado no planejamento estratégico vai afirmar a prevalência do mercado e operar a reconfiguração do modelo, definindo o negócio e a oportunidade de negócio como fundamentos essenciais da nova cidade e do novo planejamento. Nesse sentido até a lei pode ser flexibilizada quando interessa ao mercado, é aí que a exceção vira regra. Por mais que algo esteja previsto legalmente num Plano Diretor, no Estatuto das Cidades ou do Torcedor, quando há interesse dos neoplanejadores urbanos, tendo em vista a realização de algum megaevento ou a viabilização dos interesses de grandes construtoras, a lei vai legalizar o desrespeito à lei; ou melhor, vai legalizar, autorizar e consolidar a prática da exceção legal. A exceção como regra.

Quando se examina a evolução recente da legislação e das práticas urbanísticas no Brasil, não será difícil encontrar a forma legal da proposta de flexibilização: é a operação urbana. Lê-se no Estatuto da Cidade.

Art. 32. Lei Municipal específica, baseada no plano diretor, poderá delimitar área para a aplicação de operações consorciadas.

§ 1º Considera-se operação urbana consorciada o conjunto de intervenções e medidas coordenadas pelo Poder Público municipal, com a participação dos proprietários, moradores, usuários permanentes e investidores privados, com o objetivo de alcançar em uma área transformações urbanísticas, melhorias sociais e a valorização ambiental.

§ 2º Poderão ser previstas nas operações urbanas consorciadas, entre outras medidas: I – a modificação de índices e características de parcelamento, uso e ocupação do solo e subsolo, bem como alterações das normas edilícias, considerando o impacto ambiental delas decorrente;

II – a regularização de construções, reformas ou ampliações executadas em desacordo com a legislação vigente - Lei 10.257, de 10/07/2001 (VAINER, 2016, p. 31).

O planejamento estratégico das ditas cidades-globais obedece a uma lógica neoliberal eminentemente mercadológica. O modelo se funda na ideia de que as cidades devem ser planejadas segundo uma perspectiva estratégica transposta do planejamento empresarial para o planejamento de cidades. Isso representa o que Vainer (2016) chama de “despolitização da cidade”, significa a sua transformação de espaço público em espaço privado. O processo de

privatização da cidade, além do âmbito espacial, diz respeito à negação da discussão política, indicando o fim da expectativa da democracia na urbes. É, literalmente, o enfraquecimento da ação coletiva e da pluralidade no espaço público.

Opera-se assim a transformação da governança urbana em um governo “autoritário”, sempre alinhado aos interesses de grandes empresas e de organizações privadas como a FIFA e o COI, em detrimento dos anseios da população. Para ilustrar o que acabamos de dizer, quando das manifestações em junho de 2013, pouco antes do início da Copa das Confederações, Jérôme Valcke, secretário geral da FIFA à época, foi enfático ao dizer que “*democracia atrapalha fazer a Copa do Mundo*” (O Globo, 24/04/2013).

Um notório exemplo de privatização do espaço público onde a exceção vira regra, e que ocorreu à reboque das Olimpíadas, foi a construção de um campo de golfe num local contíguo à praia da Reserva. Trata-se de uma área de restinga, entre a da Barra da Tijuca e o Recreio dos Bandeirantes. À época o Rio já possuía dois campos de golfe, o Itanhangá Golf Club (na Barra da Tijuca) e o Gávea Golf Club (em São Conrado). No entanto, ambos foram considerados inaptos pelo COI, para atender aos padrões da modalidade golfe nas Olimpíadas. A solução encontrada pela prefeitura, ao invés de adaptar os campos já existentes, foi construir outro campo de golfe. Onde? Na restinga entre a Barra e o Recreio, uma área de preservação ambiental que teve a sua licença suspensa, ou melhor, “flexibilizada” pela operação urbana, a fim de viabilizar os interesses da organização dos Jogos de 2016. Após as Olimpíadas esse campo passou a fazer parte de um projeto imobiliário, da construtora RJZ Cyrela, que ergueu alguns edifícios de luxo ao torno do mesmo, formando o condomínio “*Riserva Golf Vista Mare Residenziale*”, em que o campo de golfe foi um dos principais atrativos ofertado aos compradores. “Nessas redes de poder e correias de transmissão paralelas que constituem o terreno propício às Parcerias Público-Privadas, a cidade de exceção se conforma também como a democracia direta do capital” (VAINER, 2016, p. 43).

“A projeção de uma imagem urbana marcada pela negação de tensões sociais tem poder despolitizador, fazendo com que as reivindicações dos diversos movimentos de resistência sejam deslegitimadas” (SÁNCHEZ e GUTERMAN, 2016, p. 227). A construção da Cidade Olímpica envolve também atores e movimentos que agem no sentido da resistência. Citamos anteriormente o caso da Aldeia Maracanã, mas houve muitas manifestações durante a Copa e as Olimpíadas. Nesse contexto um caso que chamou a atenção foi o da Vila Autódromo, comunidade que ocupava uma área fronteira ao extinto Autódromo de Jacarepaguá, no entroncamento das avenidas Abelardo Bueno e Salvador Allende. Com a desativação e demolição do Autódromo em 2012, para dar lugar ao Parque

Olímpico, tudo indicava que a comunidade não teria um destino muito diferente. Afinal, uma comunidade ao lado do local onde realizou-se grande parte dos Jogos Rio 2016, não seria tolerada pelo Comitê Olímpico Brasileiro (COB), pela prefeitura e tampouco por investidores que pretendiam construir hotéis, shoppings, condomínios e torres comerciais na região.

Um segundo exemplo é o da Vila Autódromo, contígua ao local onde será instalado o Parque Olímpico. A favela é de ocupação antiga e seus moradores possuem título de propriedade concedido pelo governo estadual. O projeto elaborado por uma empresa britânica, manteve a comunidade. Mesmo assim, houve sucessivos esforços para a desocupação da área, ora justificada pela exigência de segurança dos atletas, ora pela importância da preservação da Lagoa de Jacarepaguá, ora pela necessidade de implantação de uma das vias do sistema BRT (NOVAIS, 2016, p. 84).

Ocorre que os moradores da Vila Autódromo organizaram um forte movimento de resistência e, assim como no caso da Aldeia Maracanã, contaram com a ajuda de outros entes da sociedade civil que se engajaram na luta. Nesse contexto, com a ajuda de alunos, professores universitários e movimentos sociais, foi formulado o Plano Popular da Vila Autódromo (PPVA), um documento apresentado à prefeitura, alinhado aos parâmetros da ONU-Habitat, visando equacionar o local, que passaria por profundas obras, à permanência da comunidade. As negociações entre moradores e prefeitura iniciaram-se ainda em 2012 e, em meio ao debate sobre o PPVA, o poder público seguia o seu programa de remoções.

Ao final, apesar de 97% da comunidade ter sido despejada, ela não foi completamente extinta. Além disso, alguns dos que aceitaram a remoção tiveram o amparo de movimentos sociais, a fim de negociar com a prefeitura valores melhores para suas indenizações. Hoje, no que permaneceu da Vila Autódromo, os moradores construíram o Museu das Remoções, sob o lema “*memória não se remove*”, em alusão ao histórico de lutas travadas pela manutenção daquele local.

Expusemos o caso da Vila Autódromo para ilustrar o que dissemos há alguns parágrafos, no tocante aos movimentos de resistência às requalificações urbanas pró-megaeventos. A cobertura do jornal *O Globo* sobre tal caso invariavelmente apontava os moradores da Vila como “obstáculos ao progresso”, ou então fomentava o medo à comunidade apontando o local como foco de criadouros do mosquito *aedes aegypti*, transmissor de doenças como dengue, febre amarela, zika e chikungunya. Além disso sugeriam que as indenizações pagas aos moradores despejados eram demasiadamente altas, como em reportagem de 14/05/2015, sob a manchete “*Apesar de indenizações milionárias, prefeitura não consegue acabar com a Vila Autódromo*”; em 25/02/2016, “*Desapropriações na Vila Autódromo já custam uma arena olímpica*”. Ou então, a sugestiva manchete de 30/10/2013, “*Moradores pedem pra sair da Vila Autódromo*”, tentando insinuar que o

movimento de resistência às remoções não era formado pelos verdadeiros moradores da comunidade, numa clara tática discursiva que visa deslegitimar a sua luta.

Tal postura do jornal *O Globo* evidencia o que salientamos há algumas linhas, no tocante à articulação entre governos locais, coalizões empresariais e meios de comunicação, atuando conjuntamente em prol de um projeto de cidade que tem, nos megaeventos, o ensejo para serem negociados e postos em prática. Ainda mais quando da realização de certames da magnitude de uma Olimpíada ou de uma Copa do Mundo, a sintonia entre esses atores torna-se ainda mais fina, a fim de justificar e legitimar as inúmeras intervenções operadas no tecido urbano. Assim, tudo gira em torno de algo maior que, de acordo com os discursos articulados, mudará a cidade para melhor, e que portanto vale o sacrifício dos seus habitantes: o megaevento ou, como no caso do Rio, os megaeventos.

Quanto às intervenções ligadas aos megaeventos, elas constituem casos extremos que ajudam a compreender não apenas o lugar, mas o sentido do urbanismo. Diferentemente das propostas voltadas para redesenhar o espaço urbano, o projeto urbanístico em um megaevento é apenas um ponto de partida para a negociação. Nas decisões prevalece uma razão para a qual o projeto físico não representa um interesse, apenas uma posição que provoca acordos (NOVAIS, 2016, p. 91).

Pedro Novais (2016) no trecho acima aponta que os projetos urbanísticos ligados aos megaeventos são moedas de barganha, onde o que vale é a satisfação dos interesses dos investidores. Assim conforma-se um urbanismo contingente que, ao invés de focar na eficácia de uma cidade articulada onde o bem-estar dos habitantes é o objetivo principal, volta-se às expectativas dos incorporadores, construtoras e à especulação imobiliária. Aí vale tudo, até referendar a exceção na forma da lei. Consolida-se assim um urbanismo despolitizado, mercantilizado e autoritário.

1.4 Réveillon, Carnaval, Copa, Olimpíadas... Afinal, o que é um megaevento?

Até aqui no presente capítulo, mediante tudo que falamos sobre Rio de Janeiro e planejamento urbano, os megaeventos sempre estiveram presentes, principalmente a Copa de 2014 e os Jogos Olímpicos de 2016, por terem sido os dois últimos megaeventos de amplitude internacional realizados na cidade, que suscitaram inúmeras reformas urbanas físicas (obras) e simbólicas (*branding*). Mas afinal o que é um megaevento? O carnaval e o réveillon cariocas, são megaeventos tal e qual uma Olimpíada? E o Rock In Rio ou um show dos *Rolling Stones* na praia de Copacabana? Nos dedicaremos a partir de agora, a tentar responder tais questões e contribuir com esta discussão. Mas desde já salientamos que balizar um conceito único que

abarque todos os megaeventos é difícil, visto que “pesquisadores de todo o mundo e de diversas áreas estão debruçados sobre o tema, mas não há unanimidade, já que cada autor leva em conta o contexto de seu país ao elaborar conceitos e tipologias” (FREITAS, LINS, SANTOS, 2014, p. 4).

Michel Maffesoli (2004) atribui especial importância à observação de grandes ajuntamentos e dos excessos característicos das efervescências sociais. Nesses eventos desenvolve-se um tipo de sociabilidade onde não se deseja compreender nem conhecer profundamente o outro, saber dos seus atributos profissionais ou financeiros. Por algumas horas ou alguns dias o que importa é encontrar os amigos, se unir ao desconhecido e dançar junto, torcer junto, beber junto ou até reclamar junto. Tanto faz. O importante é estar junto.

Outra visão, agora de cunho mais quantitativo, acerca deste tema, aponta que a denominação “mega” dos eventos é um recurso publicitário que seduz a audiência à concentração massiva em um mesmo espaço. De acordo com J. Brito e N. Fontes (2002, p. 59) um pequeno evento conta com até 20 participantes, um médio evento com 200 a 500 participantes e um grande evento com mais de 500 participantes. Ainda numa perspectiva quantitativa, Malena Contrera e Marcela Moro (2008) utilizam o conceito “mega” para eventos com mais de 10 mil participantes. Trata-se de uma abordagem interessante e perspicaz, porém, levando em consideração que existem projetos culturais que aglomeram 10 mil pessoas – sem, contudo, haver mobilização social, nem repercussão na mídia –, preferimos denominá-los como eventos de grande porte, não megaeventos.

Já Simon Butt (2010), referendando tais certames, diz que os megaeventos trazem incrementos positivos às cidades onde são realizados quando pensados a longo prazo. Dentro de sua perspectiva os megaeventos só teriam o poder de transformar eficazmente a realidade de uma cidade quando articulados a outros projetos de intervenção urbana. Daí aventa-se até um debate sobre legado, como falamos anteriormente. Os Jogos Olímpicos de Barcelona em 1992 exemplificariam a abordagem de Butt, pois, serviram para fortalecer a economia catalã, além de terem recuperado áreas degradadas da cidade, tendo em vista a posicionamento dos locais de competição dos Jogos no contexto da cidade, justamente para suscitar a sua integração. Falamos sobre o caso de Barcelona o início deste capítulo. No caso dos Jogos Rio 2016, buscou-se a mesma fórmula aplicada à Barcelona. Desde o começo da década de 1990 o então prefeito César Maia nunca escondeu sua inspiração no modelo catalão. Seus sucessores Luiz Paulo Conde e Eduardo Paes seguiram a mesma linha. Ocorre que, no caso carioca, devido a uma série de injunções políticas e econômicas, o projeto Rio 2016 que ensinou a Cidade Olímpica, começou a perder fôlego desde antes do começo dos Jogos.

Assim, muitas obras foram concluídas a toque de caixa, outras foram simplesmente abandonadas incompletas, como os corredores BRT da Avenida Brasil.

Sabemos que a derrota do candidato de Eduardo Paes a sua sucessão¹⁷ em 2016, bem como a crise econômica pela qual o Brasil passa desde meados da década de 2010 influenciaram o ocaso olímpico carioca. Muito embora reconheçamos a importância e a pertinência de tal discussão, não adentraremos nela, pois, devido a sua complexidade e profundidade, certamente acabaríamos perdendo o foco deste capítulo e da própria tese.

Sandra Pesavento (1997) aponta a Exposição Universal de 1851 como o primeiro megaevento que houve. À época, meados do século XIX, tais certames representavam uma espécie de “meca” da burguesia industrial, que se reunia periodicamente para expor sua capacidade produtiva e inovações. Walter Benjamin (2006) refere-se a essas Exposições como locais de exaltação ao fetiche da mercadoria. A priori tais eventos ocorreram em Londres e Paris, posteriormente algumas cidades norte-americanas como Filadélfia, Saint Louis e Nova Orleans também abrigaram edições do megaevento, que no começo do século XX foi realizado em Viena, Porto, Milão, Bruxelas, Dublin e no Rio de Janeiro.

A chamada Exposição Internacional de 1922 marcou o corolário das reformas urbanas pelas quais o Rio vinha passando desde 1903. Na década de 1920, quando a capital da república sediou tal acontecimento, o prefeito Carlos Sampaio o utilizou como mote para demolir o Morro do Castelo. Sob o argumento de que tal montanha prejudicava a aeração da cidade, o então prefeito expulsou uma população pobre e majoritariamente negra que ali habitava, e que não condizia mais com a nova feição que o Centro da cidade ganhava. Munido do material consequente do arrasamento do Morro do Castelo, Carlos Sampaio iniciou o aterramento da área que recebeu a Exposição de 1922. Hoje, este local compreende as pistas de rolamento do Aterro do Flamengo, além do obelisco ao final da Avenida Rio Branco, chegando ao III Comar, ao Aeroporto Santos Dumont e à área do Museu e Arte Moderna (MAM). Ali realizou-se o primeiro megaevento internacional no Rio, para tanto, algumas praias que existiam nessa região central da cidade, como as de Santa Luzia, do Calabouço e do Peixe, também foram aterradas. A partir de agora, quem quisesse banhar-se no mar teria de pegar o bonde e se dirigir a Copacabana.

Alguns podem estar se perguntando, não houve outra Exposição no Rio anterior a de 1922? Houve, em 1908, numa área que também foi ganha ao mar por meio de aterramentos, e a qual hoje nos referimos como Praia Vermelha. O certame de 1908, que foi chamado de

¹⁷ O deputado Pedro Paulo foi o candidato escolhido por Eduardo Paes para sucedê-lo no executivo municipal, mas este não chegou ao 2º turno.

Exposição Nacional, comemorava os 100 anos da abertura dos portos às nações amigas, e teve a participação de expositores de todos os estados do país, além de um pavilhão destinado aos de Portugal. À época, segundo Ruth Levy (2008), ele não foi considerado um megaevento internacional, mas nacional. Assim, podemos dizer que a Exposição de 1908 foi o primeiro megaevento realizado no Rio de Janeiro e, no que tange ao planejamento urbano, como debateremos no capítulo seguinte, ele teve um simbolismo importante pois apontou um novo ciclo de expansão da cidade. Saía de cena o Centro de inspiração parisiense, e a vida praiana na Zona Sul – sobretudo Copacabana – começava a se impor como a nova tendência.

As Exposições ocorridas no Rio de Janeiro em 1908 e 1922, muito embora representem momentos distintos da evolução urbana da cidade, têm, ao mesmo tempo, alguns pontos em comum que vão muito além da cidade-sede. Para nós, o principal deles é que terá um impacto fundamental no nosso entendimento do que é um megaevento, está ligado ao seu impacto midiático. Um megaevento possui um enorme poder massivo e se impõe ao cotidiano do lugar e dos habitantes onde se realiza. Não se trata de comparar a potência dos meios de comunicação de massa do começo do século XX com os do começo do XXI, mas de entender que no seu contexto histórico eles têm uma forte presença midiática, bem como suscitam mudanças no dia-a-dia dos locais onde são realizados.

Isto posto, reafirmamos nossa conceituação megaeventos baseando-nos na formulação de Ricardo Ferreira Freitas, segundo a qual, os megaeventos são fenômenos sociais midiáticos, efemérides que repercutem na mídia antes, durante e depois da sua realização formal, despertando o interesse de inúmeras pessoas. Mais do que a presença física ao certame, Freitas (2011) leva em conta se o evento teve alcance de público pelos meios de comunicação de massa, da interatividade nas redes sociais e se uma parcela importante da sociedade se expressou sobre o assunto. Nessa perspectiva, podemos recorrer a exemplos de megaeventos que contam não só com a participação de milhares, mas, às vezes, de milhões de pessoas.

Assim, salientamos que um megaevento não se restringe ao tempo de sua duração, ele vai além. Começa muito antes de seu início e termina após seu encerramento propriamente dito. Por conta de suas reverberações midiáticas, um megaevento se espalha por toda a sociedade em que se insere. E enganam-se aqueles que não querem se envolver, ou acham que conseguirão passar “ilesos” por esse acontecimento. Justamente por conta dessas reverberações, de alguma maneira esses indivíduos acabam sendo atingidos pelo megaevento. O que nos remete ao conceito de *fato social* de Émile Durkheim:

Um fato social reconhece-se pelo seu poder de coação externa que exerce ou é suscetível de exercer sobre os indivíduos; e a presença desse poder reconhece-se, por sua vez, pela existência de uma sanção determinada ou pela resistência que o fato opõe a qualquer iniciativa individual que tenda a violentá-lo. No entanto, podemos defini-lo também pela difusão que tem no interior do grupo, desde que, se tenha o cuidado de juntar como segunda e essencial característica a da que ele exista independentemente das formas individuais que toma ao difundir-se. (DURKHEIM, 1978. p.91)

Para Durkheim, o *fato social* é determinante nas alterações do cotidiano de uma coletividade, caracterizando-se por três vertentes: a coercitividade relacionada a fortes padrões culturais do grupo que os indivíduos integram; a exterioridade desses padrões de cultura às consciências individuais; e a generalidade, ou seja, os fatos sociais existem através da coletividade. Assim, os impulsos coercitivos de um megaevento acabam sendo suas próprias reverberações que acontecem em geral na mídia. É claro que com o advento da internet devemos considerar que os fatos e produções do cotidiano ganham novos sentidos a partir de cada apropriação ou reapropriações produzidas. Seja por blogs, redes sociais ou simplesmente por mensagens distorcidas em e-mails. Por nossa inspiração em Durkheim somos levados então, como dissemos anteriormente, a considerar os megaeventos como fenômenos sociais midiáticos, ou seja, eles reúnem as três vertentes citadas anteriormente, mas com forte interpretação e influência do meios de comunicação de massa e das redes sociais. São, portanto, os meios de comunicação, em suas mais variadas formas, que potencializam a magnitude de um megaevento. Ao mesmo tempo em que se retroalimentam das reverberações, causando envolvimento coletivo para continuar gerando notícias.

Para entendermos essa ligação é preciso estar atendo ao poder coercitivo de um megaevento. Todo o envolvimento da sociedade em torno daquele acontecimento: as modificações que ocorrem na rotina da cidade com relação ao trânsito; o funcionamento dos transportes públicos; do comércio; a própria alteração na rotina e interação dos indivíduos entre si, bem como um olhar mais carinhoso e feliz da cidade, como se houvesse uma trégua durante aquele período e nossos problemas fossem esquecidos ou deixados de lado, e noticiássemos preferencialmente as coisas boas. São aspectos do que chamamos, nesta tese, de reverberações causadas pelo megaevento.

Também levando em conta a cobertura da mídia, Chito Guala (2007) percebe outros tipos de eventos mais do que os megaeventos considerados por Freitas (2011) e Roche (2000), já que deverão contar com a cobertura ao vivo da TV, em nível global, durante toda a sua realização. Tal característica superaria as atuais exposições mundiais, por exemplo, que contariam apenas com matérias feitas para a TV global. Seriam os eventos “mega e mídia” (FREITAS, LINS e SANTOS, 2014, p. 7).

Nesse sentido o que se aponta como eventos mega e mídia seriam por exemplo os Jogos Olímpicos e a Copa do Mundo. Ambos são massivamente midiáticos, ao vivo, para o mundo inteiro, além de renderem muitas matérias jornalísticas. Abaixo desses, segundo tal classificação, viriam os megaeventos, que, segundo Chito Guala (2007), seriam as Exposições Universais. Essas além do alcance global também dão margem a muitas matérias, mas não são transmitidas ao vivo o tempo todo. Certames como as etapas do campeonato mundial de Fórmula 1, os jogos finais da *Champions League*, os Jogos Pan-americanos, a final da Copa Libertadores, a Eurocopa ou a Copa América, são caracterizados por Guala (2007) como eventos esportivos especiais, pois apesar de serem transmitidos ao vivo e possibilitarem muitas matérias, não despertam o interesse global, mas regional ou continental.

Trazendo essa conceituação de Chito Guala (2007) e somando-a a abordagem de Ricardo Ferreira Freitas (2011) sobre megaeventos,

chama a nossa atenção que a visibilidade midiática e o impacto econômico são as características comuns entre os diversos tipos de eventos que entendemos por mega, sinalizando para a proximidade contemporânea entre comunicação e capital financeiro, inclusive no Brasil, como salienta Muniz Sodré (2012), para quem 'financeirização e mídia são duas faces de uma moeda chamada sociedade avançada' (FREITAS, LINS e SANTOS, 2014, p. 8)

Os megaeventos além do impacto massivo têm um componente econômico que dialoga com a abordagem de Carlos Vainer, conforme expusemos em itens anteriores deste capítulo. Obviamente Vainer tem um olhar mais voltado à cidade e suas injunções, no que diz respeito ao planejamento urbano. Mas quando ele fala dos megaeventos, seu destaque vai no sentido de que, em realidade, esses certames são grandes viabilizadores de negócios. Para tanto as reverberações midiáticas são fundamentais. Ou seja, além do envolvimento de um grande público e dos potentes impactos massivos, os megaeventos também dão sentido a uma vasta cadeia econômica que se constrói justamente através deles.

Quando pensamos na Copa do Mundo ou nos Jogos Olímpicos, e as modificações no tecido urbano que vieram a reboque desses megaeventos, isso é mais fácil de ser visualizado, além das cotas de publicidade durante as transmissões ao vivo e dos patrocinadores máster (*major sponsors*) presentes ao megaevento em si. Mas e no caso de um megaevento como o réveillon de Copacabana, aonde entraria essa questão econômica? Inicialmente apontaríamos o turismo quase que como uma obviedade, mas no caso do réveillon carioca, desde o início dos anos 1990 ele passa a ser tratado pela prefeitura como um ativo desta cidade e midiático enquanto tal. Assim, não nos referimos apenas aos postes da Avenida Atlântica ornamentados com as marcas dos patrocinadores oficiais do evento, ou aos shows de artistas

consagrados no palco montado na praia em frente ao hotel Copacabana Palace. Queremos dizer que ele próprio (megaevento réveillon) se institui enquanto uma renda monopolista que, além de projetar a imagem do Rio para o mundo inteiro, pois é transmitido ao vivo, também é dono de um *ethos* tido como único. Não só no que diz respeito à magnitude da festa em si, mas sobretudo à sociabilidade que se estabelece ali naquela noite. Algo que para ser vivido faz-se necessário vir ao Rio. Assim, ao mesmo tempo em que o réveillon de Copacabana funciona como um atrator de capitais para a cidade, concomitantemente ele vende a imagem da mesma para o mundo inteiro. Nesse sentido, de acordo com a conceituação de Freitas, Lins e Santos (2014), o réveillon carioca seria um “megaevento cultural nacional” pois é transmitido ao vivo, rende muitas matérias jornalísticas nos meios de comunicação locais e estrangeiros, o que projeta a imagem do Rio internacionalmente, possibilitando ganhos econômicos pela abrangência de público que atinge.

Os megaeventos hoje são poderosas ferramentas do *city branding* e, justamente por isso, tem nos meios de comunicação seu principal agente viabilizador. Para que consigamos mostrar ao leitor tal situação, fizemos um levantamento junto ao Tribunal de Contas do Município do Rio de Janeiro (TCM-RJ) onde requisitamos valores gastos pela prefeitura com publicidade a partir de 1990. Conseguimos tais dados, mas fomos informados que só teriam como nos passar dados a partir de 2002. Não era exatamente o que queríamos, mas tais informações nos permitem tecer algumas considerações importantes acerca dos megaeventos no Rio de Janeiro.

A tabela 1 - abaixo - mostra os gastos da prefeitura com publicidade entre 2002 e 2018, tais números são importantes, pois, através deles, fica mais fácil visualizarmos a questão do *city-branding*, ou seja, o investimento na renovação da marca-cidade Rio.

Ano:	Gastos da prefeitura com publicidade:
2002	R\$ 2. 570. 456, 40
2003	R\$ 9. 386. 000, 00
2004	R\$ 9. 021. 302, 00
2005	R\$ 2. 414. 197, 93
2006	R\$ 3. 627. 758, 00
2007	R\$ 3. 384. 588, 00
2008	R\$ 3. 640. 357, 00
2009	R\$ 3. 649. 866, 00
2010	R\$ 38. 075. 660, 91
2011	R\$ 89. 495. 713, 00
2012	R\$ 46. 967. 200, 00
2013	R\$ 79. 801. 000, 00
2014	R\$ 91. 930. 000, 00

2015	R\$ 133. 736. 210, 00
2016	R\$ 71. 221. 852, 00
2017	R\$ 59. 339. 890, 68
2018	R\$ 42. 026. 564, 18

Observando a tabela não é muito difícil notar que de 2002 a 2008 os gastos da prefeitura com publicidade obedecem a certo padrão. Exceção de 2003 e 2004, anos seguintes à escolha da cidade como sede dos Jogos Pan-americanos de 2007, quando a prefeitura investiu numa forte campanha de marketing que, além de apresentar a logomarca e o mascote do Pan, também alterou o layout de todo material institucional da mesma, até o uniforme dos alunos das escolas municipais, para a cor laranja. Mas é em 2010, ano seguinte à escolha do Rio como sede das Olimpíadas de 2016, que o gasto com publicidade aumenta 1055% se comparado a 2009, e tem um pico de 3722% em 2015, às vésperas dos Jogos Olímpicos, chegando a quase 134 milhões de reais.

A produção do espaço mercadoria também envolve a produção de representações que o acompanham. Esse espaço é concebido como lugar onde o privado se afirma produzindo signos que parecem realizar desejos e fantasias (SÁNCHEZ, 2010, p. 49).

É o que Henri Lefebvre (2016) nos diz quando fala de *branding*, abordando a questão do valor de troca que essas novas representações suscitam. O urbanismo dos produtores de vendas concebe e realiza o espaço para o mercado. Nesse sentido, os meios de comunicação de massa são vitais aos processos de reestruturação urbana atuais, onde o discurso (verbal e imagético) dá sentido à produção do espaço. Mas alguns ainda podem estar se perguntando, e onde entram os megaeventos nisso? Eles são justamente o pano de fundo, a mola desencadeadora que possibilita todos esses processos. Olhando novamente para o Rio de Janeiro, desde o final da década de 2000, todos os projetos de reestruturação levados a cabo na cidade eram feitos em nome de que? O que traria o progresso à cidade? O que valia o sacrifício dos habitantes locais mediante os transtornos causados pelas obras? A Copa do Mundo e os Jogos Olímpicos que, de acordo com o discurso hegemônico, elevariam o Rio a um novo patamar. “*Porto Maravilha deve ganhar megacomplexo corporativo*”, manchete da editoria Rio d’*O Globo* de 25/10/2013. Praticamente um ano depois, em 11/10/2014, *O Globo* veiculava outra reportagem sobre o Porto Maravilha, destacando tais obras como um legado positivo que ficaria dos Jogos 2016, sob a manchete: “*Empreendimentos prometem levar o futuro à Zona Portuária*”. Certamente houve outras reportagens n’*O Globo* sobre o Porto Maravilha neste intervalo, mas destacamos essas manchetes justamente pelo seu caráter otimista sobre algo que ainda era totalmente incerto, mas, mesmo assim, apontado com ares

quase que proféticos como fadado ao sucesso. Por isso, não nos furtamos a dizer que os megaeventos, hoje, são o principal agente pacificador e legitimador dos processos de requalificação urbana.

Voltando ao réveillon, se conseguimos levantar os gastos da prefeitura com publicidade junto ao Tribunal de Contas do Município do Rio de Janeiro (TCM-RJ), também o fizemos no tocante aos gastos com o réveillon. Isso não se deve apenas ao fato do réveillon ser um elemento chave desta tese, mas, conforme frisamos, ele representa uma dos principais produtos associados à marca Rio, projeta a imagem da cidade globalmente, atraindo turistas e investimentos do mundo inteiro. Ressaltamos que gostaríamos muito de ter conseguido dados desde a década de 1990, mas não tivemos acesso a tais números. Então, novamente pegando o intervalo 2002-2018, vejamos na tabela 2 quanto a prefeitura do Rio gastou com o réveillon neste período:

Ano:	Gastos da prefeitura com o réveillon:
2002	R\$ 2. 141. 500, 00
2003	R\$ 2. 089. 011, 50
2004	R\$ 6. 780. 911, 93
2005	R\$ 3. 236. 979, 59
2006	R\$ 6. 897. 073, 32
2007	R\$ 6. 747. 576, 00
2008	R\$ 7. 243. 309, 00
2009	R\$ 17. 588. 670, 80
2010	R\$ 29. 386. 753. 69
2011	R\$ 60. 446. 418, 03
2012	R\$ 97. 579. 058, 65
2013	R\$ 40. 956. 546, 75
2014	R\$ 35. 665. 158, 90
2015	R\$ 27. 535. 337, 00
2016	R\$ 31. 382. 111, 00
2017	R\$ 30. 312. 424, 75
2018	R\$ 14. 480. 554, 48

Analisando os dados acima, algumas coisas se evidenciam ao mesmo tempo em que corroboram com certas tendências da tabela anterior, quando expusemos os gastos da prefeitura com publicidade. Em 2004, conforme dissemos, ano em que são lançados o mascote e a logomarca do Pan 2007, além de toda a reformulação de publicidade institucional que a prefeitura faz, temos um aumento de 319% dos gastos com o réveillon se comparados a 2002. Em 2009, primeiro réveillon sob a égide Olímpica, onde uma política de renovação do *branding* da marca-cidade ‘Rio’ já estava em curso, este custo aumenta 833%, beirando 18

milhões de reais. O pico desses custos ocorre em 2012, pois, para a chegada de 2013, a grande atração do réveillon de Copacabana foi o lançamento da logomarca dos Jogos Rio 2016, fato que deveria repercutir massivamente no mundo inteiro, daí um gasto de quase 98 milhões de reais, que totaliza um aumento de 4875% se comparado a 2002. Corroborando com a ideia do réveillon enquanto um ativo do Rio de Janeiro que, na lógica do planejamento estratégico, além de corroborar com a atração investimentos para a cidade, projeta a sua imagem globalmente a fim de retroalimentar este processo.

Um ano antes, no réveillon de 2012, chamado pelo *O Globo* de “réveillon da pacificação”, quando a laje da Dona Azelina virou “camarote” de Ano Novo para turistas, no Morro Pavão-Pavãozinho, o montante gasto pela prefeitura com o réveillon já havia saltado 61,6% em relação a 2011. Tal ano marcou a chegada da UPP à Rocinha, maior comunidade da Zona Sul. Um ano antes a polícia e o Exército haviam ocupado o Complexo do Alemão e a Vila Cruzeiro, ambos na Penha. A institucionalização da Rocinha representava o ponto máximo de um projeto iniciado no final do 2008, mas no que diz respeito ao *branding*, a midiaticização, era preciso massificar a ideia da cidade pacificada. Lembrem de Dona Azelina soltando uma pomba branca do alto de sua laje?

A título de esclarecimento, a razão do termo *branding*, conceito caro aos profissionais de publicidade, deriva de *brand*, que, em inglês, significa marca. Assim, quando falamos em “*branding* urbano”, fazemos menção à renovação da marca de uma cidade. Para tanto é importante entender que marca, publicitariamente falando, é um signo que traz consigo uma série de representações. Foi o que ressaltamos no início deste capítulo quando citamos Isleide Fontenelle (2002), segundo a qual uma marca veicula aquilo que vinculamos a ela. Ou seja, a marca é um imaginário, e este carrega consigo uma bacia semântica de representações. Assim, se queremos modificar o que se pensa de uma marca, faz-se necessário mudar o imaginário que há a seu respeito, e, para tanto, temos de renovar as representações que há sobre ela. Nesse sentido, engana-se quem pensa que as representações refletem necessariamente toda a realidade, elas cotejam-na, esbarram-se. Sobre isso, Howard Becker (2011) ressalta que:

Qualquer representação da realidade social – um filme documentário, um estudo etnográfico, um romance realista – é necessariamente parcial, é menos do que experimentaríamos e teríamos à nossa disposição para interpretar se estivéssemos no contexto real que ela representa. Afinal, é por isso que se fazem representações: para relatar apenas aquilo de que os usuários precisam para realizar o que quer que queiram fazer. Uma representação eficiente nos diz tudo que precisamos saber para nossos objetivos, sem perder tempo com aquilo de que não precisamos. Como todos esperam que esses artefatos sejam assim adequados, produtores e usuários de representações devem realizar várias operações sobre a realidade que experimentam para obter a compreensão final que querem comunicar. A organização social afeta a

feitura e o uso da representação ao afetar o modo como os produtores levam a cabo essas operações (BECKER, 2011, p. 34).

Frisamos isso, pois, a cidade do Rio de Janeiro foi representada de diversas maneiras ao longo de sua história. Em cada um desses momentos sua marca-cidade refletiu toda uma carga imagética formulada a seu respeito. Da Paris dos Trópicos no começo do século XX à Cidade Olímpica no início do XXI, provavelmente a alcunha de Cidade Maravilhosa tenha sido aquela que por mais tempo esteve ligada ao Rio, e de certa forma ainda está, pois a Cidade Olímpica não resistiu demasiadamente após os Jogos de 2016. Muito se comenta acerca das diferentes origens da expressão Cidade Maravilhosa, mas independente disso tal termo massificou-se no carnaval de 1935 através da marchinha composta por André Filho, cujo refrão fincou raízes profundas: “*Cidade Maravilhosa, cheia de encantos mil. Cidade Maravilhosa, coração do meu Brasil.*”, momento em que o Distrito Federal vivia os seus anos dourados enquanto cidade-símbolo e farol cultural de uma jovem república que buscava projetar-se na cena mundial. Sua região central foi completamente reformulada, a pobreza que lá habitava foi literalmente removida para os subúrbios, ou fixou-se nas favelas que surgiam nas cercanias do Centro; Copacabana confirmava-se como o bairro modelo da cidade que, além de atrair as classes mais abastadas materialmente, e possuir o hotel mais luxuoso da América do Sul¹⁸, também espriava um novo padrão de sociabilidade e de civilidade, agora, à beira-mar.

Ocorre que, se inicialmente a Cidade Maravilhosa refletia todo o otimismo com o futuro do país, dos anos 1960 em diante ela passou a espelhar também suas vicissitudes. Inicialmente com a perda do status de Distrito Federal para Brasília, posteriormente o esvaziamento econômico que já ocorria, piorou ainda mais com a anexação forçada da Guanabara ao Estado do Rio em 1975. A queda da representatividade política do Rio de Janeiro no cenário nacional é concomitante ao aumento das desigualdades sociais no estado. Não queremos dizer com isso que a transferência da capital para Brasília foi a responsável pela crise econômica que se instaurou na cidade a partir deste momento, a realidade é que enquanto Distrito Federal o Rio valia-se totalmente de tal condição para se manter. Uma vez que essa estrutura se rompe, o estado nunca havia se preparado para caminhar por conta própria, sem as prerrogativas que angariava por ser a capital. O fato é que até hoje o Rio busca um equilíbrio econômico que se perdeu nos anos 1960, e depois veio piorando até a

¹⁸ O hotel Copacabana Palace quando inaugurado em 1923 representou um marco não só no que diz respeito à arquitetura, mas sobretudo ao luxo de suas instalações. Falaremos fartamente sobre isso no 3º Capítulo.

década de 1980, ao fim da ditadura militar, quando tal retração chegou ao seu ponto máximo (LESSA, 2005).

Aí um novo personagem faz-se presente na história da cidade, a criminalidade ligada ao tráfico de drogas. Notadamente a partir dos anos 1970, com o incremento do poderio bélico dos traficantes, os conflitos entre facções rivais, e destas com a polícia, começam a se tornar mais frequentes nas coberturas jornalísticas. As disputas por territórios dominados por essas facções, até então restritas aos subúrbios e a alguns bairros da Zona Norte, “atravessam o túnel” e fazem-se presentes na rotina dos moradores da Zona Sul, região que abriga os bairros com os IDHs¹⁹ mais altos da cidade. A partir daí, uma série de representações ligadas à violência começam a nublar os dias ensolarados da Cidade Maravilhosa. No início dos anos 2000 as milícias somam-se a essa mistura explosiva, narrada pela imprensa local tal e qual uma novela, cujo vilão parece estar mais perto da vitória a cada capítulo. Um *continuum* mnemônico cujo clímax se deu, como dissemos no início deste capítulo, em 17 de outubro de 2009 quando um helicóptero da Polícia Militar foi abatido por traficantes do Morro dos Macacos.

Houve aí um ponto de inflexão, exatamente 15 dias após a escolha do Rio como cidade-sede dos Jogos Olímpicos de 2016, um episódio digno de países que estão declaradamente em guerra, ocorre no lugar que abrigará alguns jogos da Copa de 2014, bem como sediará por completo as Olimpíadas. A abordagem jornalística sobre tal episódio cobrava medidas enfáticas do governador Sérgio Cabral, ou teríamos chegado “ao fundo do poço” com louros e argolas olímpicas? A partir deste acontecimento, a prefeitura e o governo do estado, que já realizavam algumas reformas urbanas tendo em vista tais megaeventos, passam a investir mais numa mudança da marca-cidade ‘Rio’. Para tanto, era preciso trabalhar as representações através das quais almejávamos ser associados, já que a imagem da Cidade Maravilhosa estava um tanto maculada. Assim, o programa das Unidades de Polícia Pacificadora (UPP), que já era aplicado em algumas comunidades desde 2008, é levado com mais rapidez e efetividade à comunidades consideradas estratégicas, segundo critérios da Secretaria de Segurança Pública.

Implementadas nas gestões do governador Sérgio Cabral e planejadas pelo então secretário de segurança pública José Mariano Beltrame, as UPPs inseriam-se nesse pacote de transformações operadas na cidade com vistas a torná-la mais atraente a novos megaeventos e, conseqüentemente, a novos investidores. Fica evidente, conforme salientamos no início

¹⁹ Índice de Desenvolvimento Humano.

deste capítulo, um receituário por parte dos neoplanejadores urbanos de olhar para a cidade e administrá-la mediante a lógica midiático-mercadológica do *city-branding*. Exemplo disso foi a cobertura, ao vivo e com ares de *reality show*, da implantação das UPPs no Complexo do Alemão e na Rocinha, com repórteres *in loco* usando coletes a prova de balas e transmitindo as ações dos policiais como um grande *Big Brother*.

No dia seguinte à ocupação da Rocinha pela polícia, 14/11/2011, a manchete de primeira página do jornal *O Globo* era: “*A Rocinha é nossa*”, seguida pelo subtítulo “*Sem tiros e em menos de 2h, Estado retoma 3 favelas e reestabelece serviços a 100 mil moradores*”. Ou seja, a mesma comunidade que, por décadas, fora noticiada como desordenada, violenta e entregue ao crime, em duas horas estava pacificada e com o tráfico de drogas erradicado. A fetichização do lugar é acionada o tempo todo, a fim de se criar um senso comum hegemônico favorável a esse “novo” Rio que emerge do “caos”. Temos aí efetivamente a fabricação de novas representações que visam a reformular o imaginário da cidade. Como suportes ou (re)produtores de discursos que contribuem para a formação de imagens que circulam nas metrópoles contemporâneas, os meios e recursos de comunicação ecoam as narrativas que reforçam ícones e símbolos que carregam, para dentro e para fora do país, o imaginário da cidade e dos seus cidadãos. Nesse sentido,

os veículos de comunicação de massa, sob a modernização tecnológica, são pensados como grandes difusores das estratégias comunicacionais dos governos urbanos e das coalizões dominantes, unidos em torno de projetos de reestruturação urbana, visando à reprodução da sociedade. Como canais privilegiados de difusão da ideologia daqueles que constroem os projetos de cidade, os veículos de comunicação de massa adquirem também um papel cultural e político fundamental: de meios construtores do imaginário social urbano e agenciadores da imagem urbana oficial (SÁNCHEZ, 2010, p.82).

Para que consigamos entender essa questão da violência urbana no Rio de Janeiro, recorremos a alguns estudiosos que dedicam-se a isso, a fim de enxergarmos que, apesar da crise econômica que se impôs à cidade desde a perda do status de Distrito Federal para Brasília, há outros fatores mais que se somam a esses. Cremos que assim conseguiremos entender, dentro da complexidade que há, como que se deu essa operação de pacificação do Rio, em tão pouco tempo, visando os megaeventos que a cidade sediaria.

1.5 A “pacificação” da Cidade Olímpica

Em 31/12/2008, *O Globo* destacava um pedido do Comitê Olímpico Brasileiro (COB), para que as pessoas que fossem ao réveillon em Copacabana levassem lenços brancos. Os

mesmos seriam acenados durante a contagem regressiva para 2009 que, além dos fogos e da inauguração de uma roda-gigante no Forte de Copacabana, em apoio à candidatura aos Jogos Olímpicos de 2016, também simbolizariam um pedido de paz.

A 1ª UPP da cidade foi inaugurada, também em 2008, na comunidade Santa Marta, em Botafogo. A partir daí, o slogan da “pacificação” tornou-se uma constante nas páginas d’*O Globo*. No último dia de 2009, o periódico fluminense veiculou uma retrospectiva intitulada “*O Rio encurrala o tráfico*”, logo abaixo havia uma foto de dois PMs brincando com um menino na Cidade de Deus, querendo indicar uma sociabilidade amistosa entre policiais e moradores de comunidades. Uma relação historicamente tensa no cotidiano carioca. Interessante notar também, como na imagem abaixo, que, inicialmente, os policiais alocados em UPPs não usavam coturnos, mas sapatos, provavelmente com o intuito de passarem uma imagem menos militarizada e mais simpática. Em 01/01/2010, o mesmo periódico publicou o saldo da festa sob a manchete: “*O réveillon da pacificação*”. A queima de fogos que recebeu 2010 fora amplamente aplaudida por 2,5 milhões de pessoas presentes a Copacabana. O jornal agora, noticia a favela, antes perigosa e violenta, com ares cordiais, ressaltando os turistas estrangeiros que foram recebidos na comunidade do Pavão-Pavãozinho para assistir à queima de fogos do alto das lajes, Dona Azelina que o diga. “*Queima de fogos aplaudida pela multidão, asfalto e morro celebram 2010*” (*O Globo*, 01/01/2010). Como uma cidade noticiada como violenta há 40 anos tornou-se pacífica, praticamente, em 2 anos? A lógica do *city-branding* sobre a qual discorremos anteriormente, associada aos megaeventos, nos ajuda a entender tal fenômeno.

As favelas sob intervenção são transformadas em cenário da cidade pacificada e passam a constituir ainda fator de valorização imobiliária. Os territórios da pobreza são capturados pela imagem da cidade-marca. Naqueles territórios selecionados para compor a imagem da renovação urbana, ressaltam-se as intervenções eleitas como linguagem de gramática territorial da Cidade Olímpica, que agora passam a fazer parte do espetáculo: o elevador no Morro do Cantagalo, a passarela de Niemeyer na Rocinha, o teleférico no Complexo do Alemão e no Morro da Providência (SÁNCHEZ e GUTERMAN, 2016, p. 232).

Figura 2 - O Globo, 31/12/2009, caderno especial Retrospectiva.



Representado em todo o mundo por uma série de características da ordem do belo e, ao mesmo tempo, por uma variedade de questões ligadas à violência, reconhecida como uma cidade de festas e com um povo sorridente, a partir de 2010 o Rio de Janeiro passa a ser narrado como uma cidade ‘olímpica’ e ‘pacífica’. Uma drástica mudança de abordagem, de um dos principais jornais impressos do país, acerca de problemas históricos da capital fluminense. Como Michel Misse (2010) aponta, a violência urbana no Rio de Janeiro ocupa lugar de destaque nos meios de comunicação desde meados dos anos 1970, fomentando uma série de imaginários sobre o perigo de se viver nesta cidade.

As metrópoles contemporâneas têm se pautado por uma espécie de cultura de risco que evidencia a suspeita e o perigo como vilões do cotidiano. A mídia, por sua vez, reforça essa tendência ocupando boa parte do tempo de seus usuários com denúncias e matérias jornalísticas centradas na escalada da violência. Nesse panorama, o homem urbano contemporâneo se sente acuado, cria espaços de fuga e constrói sua história de vida entre grades, muros e telas. Nos últimos anos, a exemplo do que acontece em outras partes do mundo, as metrópoles brasileiras assistiram ao crescimento do número de shopping centers

(FREITAS, 1996, 1999; 2005; LARDELLIER, 2005; FREITAS; NACIF, 2005), condomínios fechados, centros empresariais e redes sociais na web, cultivando, muitas vezes, um relacionamento de negação e ruptura com o resto da cidade e com o que pode ser chamado de um estilo moderno de espaço público aberto à livre circulação (CALDEIRA, 2000, p. 259). Paralelamente, essas metrópoles sediam inúmeras manifestações coletivas de ordem pública, como bem exemplificam o *réveillon* e o carnaval do Rio de Janeiro.

No Rio de Janeiro, a Barra da Tijuca é o bairro que mais se desenvolve baseado na ótica do “medo”, como expusemos acima. Os lançamentos imobiliários no local apelam à ideia dos condomínios fechados como oásis de tranquilidade em meio ao caos da cidade. Vende-se o ideal de uma vida “segura” segmentada em condomínios, clubes, shoppings e articulada por vias expressas, uma vez que a compartimentalização espacial que ela suscita constitui a base de um controle social onipotente e onipresente. Vale lembrar que a Barra da Tijuca foi o bairro do Rio que recebeu mais obras e atividades relacionadas aos Jogos Olímpicos de 2016.

O termo violência possui uma série de significados dependendo da abordagem na qual seja utilizado. Por exemplo, podemos ler em um jornal que houve um tiroteio violento em determinado local da cidade, bem como este mesmo jornal, em outra oportunidade, pode dizer que após uma forte chuva a violência com que as águas desceram pelas encostas provocou deslizamentos de terra. Dessa forma, salientamos que este termo – “violência” – banalizou-se, podendo designar inúmeras coisas. Por isso, queremos circunscrever como o utilizaremos e, para nós, o que significará “violência”.

Michel Maffesoli (1987) aponta a violência como uma constante que se exprime na instabilidade, na espontaneidade, na multiplicidade de acordos e recusas. Segundo ele, a violência é parte do processo de composição das relações sociais. É um erro não leva-la em conta, ou achar que é possível extirpá-la. O senso comum denota como violência aqueles eventos que ocorrem em contrariedade à ordem estabelecida, mas não podemos nos esquecer de que a própria ordem instituída, que disciplina os indivíduos, se funda na prerrogativa do uso legítimo da força pelo Estado (WEBER, 1991). O problema não é a violência em si, mas como, quando e contra quem ela é utilizada. “Durante o desenvolvimento histórico, o uso da força física foi monopolizado de modo crescente pelo órgão de repressão de uma espécie determinada de socialização e de comunidade concordante: a organização política” (MAFFESOLI, 1987).

O processo de “pacificação”, iniciado na cidade do Rio de Janeiro com a implantação das UPPs, esteve baseado numa lógica que podemos chamar de “violência institucional”.

Comunidades dominadas territorialmente pelo tráfico de drogas agora estão sob do poder da polícia (Estado). Recorrendo novamente a Max Weber, a dominação continua ocorrendo, porém agora de forma legítima. Possivelmente, se ainda estivesse vivo, o sociólogo alemão não utilizaria o termo “pacificação”, mas “institucionalização”, para se referir a essas ocupações. Podemos dizer que o que chamamos de violência é determinado pela conjuntura social e histórica em que se vive.

Georg Simmel (1992), outro autor clássico da Sociologia, debate a violência em sua “teoria do conflito”. Nela, o sociólogo alemão vê o conflito como um componente fundamental aos processos de comunicação e socialização, visto que o dissenso, a discórdia e o combate implicam a compreensão da leitura dos códigos das partes envolvidas. A comunicação, no seu sentido mais primário, impõe a tentativa de compreensão do que o outro diz, das suas formas de narrar o que pensa e explicitar seus desejos, gerando as mais diversas interpretações. Muitas vezes, é com o conflito que as partes envolvidas desenvolvem novas formas de comunicação, algumas pacíficas outras bélicas.

Hoje, o que comumente se caracteriza como violência, notadamente nos meios de comunicação de massa, é o que Muniz Sodré chama de “violência anômica”: a ruptura pela força desordenada e explosiva da ordem jurídico-social que dá lugar à delinquência, à marginalidade, aos múltiplos ilegalismos coibíveis pelo Estado. Essa é a violência com a qual se deseja acabar ou, pelo menos, se isolar. É o que praticamente sumiu da cobertura do *réveillon* de Copacabana nas páginas de *O Globo*, desde que um excessivo otimismo se instalou na cidade por conta da realização da Copa e, principalmente, dos Jogos Olímpicos. Este cenário discursivo explicita o papel simbólico da instância informativa no processo de (re)urbanização da cidade do Rio de Janeiro implementado nos últimos anos, especialmente em sua relação com a forma como a questão da violência é tratada (MENDONÇA, 2018, p. 47).

Luiz Antonio Machado da Silva (2004), aponta que a dita “violência urbana” insere-se num contexto maior que ele denomina como sociabilidade violenta. Ou seja, a violência urbana está no centro de uma formação discursiva que expressa uma forma de vida constituída pelo uso da força como princípio organizador das relações sociais. Analisada em seus conteúdos de sentido mais essenciais, a representação da violência urbana indica um complexo de práticas consideradas ameaças à duas condições básicas do sentimento de segurança que costuma acompanhar a vida cotidiana: integridade física e garantia patrimonial.

Ocorre que, em realidade, o que o senso comum chama de violência urbana não é o crime comum, a transgressão da lei em si, mas a força nele contida. É o excesso dessa força que se aponta como responsável pelo rompimento da “normalidade” das rotinas cotidianas.

Esta é a razão pela qual a violência urbana não é simples sinônimo de crime comum nem de violência em geral. Trata-se portanto de uma construção simbólica que destaca e recorta aspectos das relações sociais que os agentes consideram relevantes (MACHADO DA SILVA, 2004, p.60).

Em relação à essas ameaças constroem-se uma série de modelos de comportamento e experiências vividas não convencionais.

Há muito tempo que assaltos, roubos, sequestros, linchamentos, etc., vêm aceleradamente deixando de ser percebidos como desviantes e ocasionais – por agentes, vítimas e observadores – sem que, por isso, se possa afirmar que se trata tão somente de um processo de incorporação destas relações sociais à ordem institucional-legal, aos costumes dominantes ou às rotinas vividas como não problemáticas (MACHADO DA SILVA, 2004, p.61).

Chama-nos a atenção neste processo que os padrões convencionais de convívio social, regulados pelo Estado, na forma da lei, em determinados contextos e sob certas condições perdem validade e são substituídos, segundo circunstâncias subjetivas e coercitivas, por práticas que constituem o âmbito próprio da violência urbana. Ou seja, nesse contexto, o Estado paulatinamente vem perdendo o monopólio legítimo do uso da força, bem como a população que produz essa representação (da violência urbana) e pauta suas condutas por ela, legitima o sentido desta ordem social: a sociabilidade violenta.

Desta maneira, entendemos que a violência não é uma esfera à parte, ou uma cisão no transcorrer diário, ela é a estrutura que engendra e articula uma série de relações sociais pautadas pela força. Michel Misse (2008) em sua abordagem sobre a “acumulação social da violência”, parte desta mesma ideia quando propõe que a violência urbana diz respeito a uma multiplicidade de eventos (que nem sempre apontam para o significado mais forte da expressão violência) que parecem vinculados ao modo de vida das grandes metrópoles na modernidade.

Usamos a categoria violência como operador analítico, como um conceito que não é, dada a sua polissemia, para acusarmos o que achamos que deve ser acusado e, no mesmo movimento, convocar uma contra-violência ao objeto que escolhamos investigar. É um método interessante, pois geralmente nos coloca num lugar “fora da violência” e coloca a violência em outro lugar, que podemos escolher segundo nossos valores (MISSE, 2008, p.373).

Destacamos que hoje o senso comum tem utilizado a expressão violência como uma categoria de acusação social, onde incluímos e estigmatizamos sujeitos criminalmente suspeitos, por mais que estes não tenham cometido delito algum. Além disso, esses possíveis

“sujeitos criminais”, de acordo com o senso comum, são suscetíveis a práticas como torturas, assassinatos e outros tipos de ações ilegais, mas que, no caso deles, podem ser aplicadas. Afinal, como se aventa hoje sem o menor pudor, “bandido bom é bandido morto”.

Misse (2008) salienta que esse processo de “acumulação social da violência”, no Rio de Janeiro, inicia-se na década de 1950 com os chamados “esquadrões da morte”. Nessa época o Brasil vivia um momento de transição, de uma estrutura agrária tradicional para a modernidade urbana. A maioria dos registros policiais apontam para crimes de baixa letalidade como pequenos furtos, estelionatos, brigas sem o uso de armas de fogo, etc. Esse era o tipo da maioria dos delitos registrados no Brasil dos anos 1950. Mas é justamente neste momento que ocorre uma mudança nos padrões da criminalidade em grandes cidades como Rio de Janeiro e São Paulo. Principalmente o Rio, que era a capital e concentrava os grandes veículos de comunicação, como a Rádio Nacional, o que acontecia aqui tinha uma visibilidade maior.

É nesse período que notícias envolvendo crimes mais violentos (com o uso de armas de fogo, por exemplo) começam a ocupar frequentemente os jornais e alarmar a população. Como uma resposta, o chefe de polícia à época decide criar o Grupo de Diligências Especiais (GDE) e o coloca sob o comando do detetive Milton Le Cocq, ex-comandante da polícia especial do presidente Getúlio Vargas durante o Estado Novo. As ações do GDE passam a ser noticiadas pela imprensa como “caçadas” a bandidos que, invariavelmente, terminavam com a morte dos mesmos. Naturalmente, os populares passam a referir-se ao GDE como “esquadrão da morte” e a simpatizar com suas ações. Assim, abria-se mão da investigação policial para identificar os verdadeiros criminosos, em nome de um “justiçamento” que muitas vezes matava inocentes, ou, melhor dizendo, suspeitos em potencial.

Em 1964 o detetive Milton Le Cocq morreu numa troca de tiros com bandidos, mas o “esquadrão da morte” não acabou, pelo contrário, novos esquadrões surgiram financiados por comerciantes e empresários que pagavam “mesadas” a policias e ex-policiais, para que esses “limpassem” a área dos seus negócios. Esse fenômeno foi muito comum na Baixada Fluminense durante a ditadura civil-militar. A partir daí temos a formulação de um senso comum, muito forte até os dias de hoje, que diz existir a ‘boa violência’ e a ‘má violência’, uma “combate” a outra. Ou seja, a má violência é aquela praticada pelo bandido, a boa violência é aquela realizada pelo Estado (ou pelo “cidadão de bem”) para combater o criminoso, por mais que se infrinja a lei neste combate. Como nos lembra Misse (2008), é muito comum no Brasil que a lei não seja seguida em certos e variados casos, assim como seus contextos produzem - às vezes - formas que padronizam práticas extralegais relativamente legítimas.

O carisma positivo que este tipo de ação ganha perante a população, reforça o que Machado da Silva (2004) salientou anteriormente acerca do Estado brasileiro não deter mais o monopólio legítimo do uso da força.

Pois não é possível, não é imaginável que um país que tenha a capacidade de processar razoavelmente os conflitos e os crimes no âmbito da Justiça, assista à demanda, cada vez maior, hoje presente tanto na mídia quanto em expressivos segmentos da população, para soluções de força privadas ou para soluções de força ilegais: justicamentos, tortura, fazer justiça com as próprias mãos (MISSE, 2008, p.374).

O processo de “acumulação social da violência”, além do contexto descrito anteriormente, fundamenta-se na naturalização de uma desigualdade social profunda, tal que, parte considerável da sociedade defende convictamente a tortura e o justicamento de suspeitos, simplesmente porque está segura de que essa regra jamais será aplicada a ela. Ou seja, o dito “cidadão de bem” não se vê como passível de ser incriminável. Quando somamos essa profunda desigualdade ao sentimento de insegurança e à incriminação baseada na sujeição criminal (os “suspeitos em potencial”), temos o mecanismo que articula o que Misse (2008) denomina “acumulação social da violência”. Ela é uma prática que engendra um tipo de relações sociais e que dialoga com o que Machado da Silva chama de “sociabilidade violenta”.

Ou seja, a dita violência urbana no Rio de Janeiro não é algo que surge a partir dos anos 1960 com a transferência da capital para Brasília, ou a partir dos anos 1970 com o aumento do poder de fogo dos traficantes de drogas, tampouco que acabaria concomitante à implantação das UPPs. É algo que está fundado no próprio padrão de sociabilidade que temos enquanto sociedade. Do GDE ao BOPE²⁰, dos justicamentos realizados pelos esquadrões da morte ao modus operandi das milícias atualmente, há passados que insistem em se fazer presentes neste processo.

Isto posto, ressaltamos que, quando nos referimos à “violência” designamos todo e qualquer tipo de delito, independente da força utilizada, que implica em crime a partir do momento em que representa uma transgressão à ordem legal. É com base nessa visão que pesquisamos, nos arquivos do jornal *O Globo*, representações da violência no *réveillon* carioca após a sua transformação em megaevento. Ressaltamos que não queremos cair na armadilha de pensar a violência como um “sujeito” que abruptamente rompe a “paz social”, mas entendê-la em seus múltiplos sentidos, sobretudo aqueles produzidos histórico, cultural e politicamente. Assim, será possível compreender os usos políticos, morais e econômicos da violência enquanto um operador discursivo nos meios de comunicação e na sociedade. Desta maneira acreditamos ter mais possibilidades de fugir à perspectiva maniqueísta reinante, da

²⁰ Batalhão de Operações Especiais da Polícia Militar do Rio de Janeiro (BOPE), fundado em 2000.

luta do ‘bem’ contra o ‘mal’, onde o simples aumento da repressão policial restituiria a “paz”. As políticas de segurança pública implementadas no Rio fazem isso há décadas e não obtêm sucesso algum. Inspirados no trabalho de Kléber Mendonça (2018), abordaremos a violência como uma categoria baseada em representações, que são transformadas em argumentos discursivos em função das relações de poder que fundamentam a sociedade e um projeto de cidade. No caso do “Rio Olímpico”,

a “cidade pacificada” é uma noção associada ao mito da oferta da “cidade segura”, a política de segurança é justificada com a retórica do espetáculo: a decisão de “extinguir a violência”, de “restituir a ordem”. Prática-se, assim, uma standardização simbólica: transmite-se a ideia de uma urbe pacificada, com as parcelas incômodas ou indesejáveis da cidade agora controladas pelo poder público. Juntamente com a pacificação de territórios estrategicamente localizados em favelas da Zona Sul da cidade (principal área turística) e nos arredores dos anéis olímpicos, ocorre uma supervalorização imobiliária, tendente à gentrificação (SÁNCHEZ e GUTERMAN, 2016, p. 232).

Expusemos essas abordagens acerca da violência no Rio de Janeiro para reforçarmos o que dissemos anteriormente sobre as UPPs. Essas tiveram um papel muito mais importante na legitimação do discurso da pacificação, do que efetivamente contribuído com o fim da violência urbana, como *O Globo* aventou fortemente a partir de 2010.

Nossa hipótese é a de que a mesma se converte em um potente operador discursivo, que tem o objetivo de legitimar as intervenções do Poder Público nestes espaços e que pretende oferecer evidências simbólicas que garantam o consenso em torno da maneira (violenta) como tais ações foram colocadas em prática (MENDONÇA, 2018, p. 47).

Essa simbiose começou a se fragilizar em 2013 quando das manifestações de junho, que, dentre as várias bandeiras levantadas, vieram questionamentos sobre os gastos com as obras de adequação da cidade aos megaeventos esportivos. Não temos a intenção de nos aprofundarmos no que desencadeou as “jornadas de junho”, como ficaram conhecidas, pois sabemos que há diversas leituras sobre as motivações de tais manifestações. Ocorre que ali, apesar de toda repressão policial, movimentos que questionavam o modelo de cidade que estava em construção ganharam visibilidade, deixando dirigentes esportivos e governantes preocupados com a realização da Copa das Confederações.

Se o espaço público é o território onde discursos e imaginários do Rio Olímpico são disputados, controla-los se faz necessário para as políticas urbanas. A cidade maravilhosa e olímpica precisa também ser segura e ordenada. A coexistência de ações de dissenso e ações de repressão e controle revela as lutas simbólicas pelas diversas apropriações dos espaços públicos. Recentemente, nas chamadas Jornadas de Junho de 2013, como ficaram conhecidas as manifestações em diversas cidades do Brasil durante a Copa das Confederações, a disputa pelo espaço público ganhou protagonismo. O povo estava no centro da cena urbana a ofuscar o megaevento e ressemantizá-lo definitivamente como a “copa das mobilizações” (SÁNCHEZ e GUTERMAN, 2016, p. 230).

Em 2014 durante a Copa do Mundo novos protestos aconteceram, sobretudo nas capitais que receberam jogos da competição. No dia da final, no Maracanã, um grande protesto fora combinado envolvendo diversos movimentos sociais, para antes do jogo entre Argentina e Alemanha. A manifestação ocorreu, mas a repressão policial deu ao ato contornos de uma batalha campal nas ruas da Tijuca e Vila Isabel, bairros contíguos ao estádio. Muitas pessoas ficaram feridas, inclusive turistas. A visibilidade que tal acontecimento ganhou nos meios de comunicação nacionais e internacionais, expôs algumas contradições que envolviam a construção da Cidade Olímpica, não só no que diz respeito à segurança pública, mas notadamente ao modelo de cidade que estavam erigindo.

A resposta da prefeitura veio logo em seguida, no final de 2014, com o lançamento da campanha Rio 450, visto que em 2015 o Rio completaria 450 anos de fundação. “*Viva a carioquice!*” era o slogan da campanha, que suscitava uma série de clichês ligados à cidade, somado a novas representações que permeavam o adjetivo “olímpica”. Em 1º de janeiro de 2015, a manchete de primeira página d’ *O Globo* estampava “*Rio renasce aos 450 anos*”, com fotos dos fogos de artifício alusivos à passagem de ano e ao aniversário da cidade. A posse da presidente Dilma Rousseff teve menor destaque sob a manchete: *Dilma assume com a missão de domar políticos e economia*,” demonstrando claramente que a cidade-mercadoria era mais representativa do que momento político e econômico do país, bem como uma insatisfação do jornal com a reeleição da ex-presidente.

Figura 3 - Primeira página, O Globo, 1/03/2015.



No dia 1º de março de 2015, um domingo, dia do aniversário do Rio, o jornal *O Globo* retirou o seu nome do cabeçalho azul, típico de suas edições, e o substituiu simplesmente por

“O RIO” em letras maiúsculas. Logo abaixo uma foto enquadrando a Praça XV e a zona portuária – sem o elevador da perimetral –, acompanhado de um texto alusivo a um caderno especial comemorativo aos 450 anos da cidade. Notem que fomos obrigados a fotografar²¹ tal capa de um exemplar do nosso acervo, visto que, no site Acervo O Globo, tal edição simplesmente não é listada. Não se trata de um erro do site ou do navegador de internet, mas é como se não tivesse existido um jornal *O Globo* em 1/03/2015, mostrando que há tipos de apagamentos e silenciamentos mais literais que vão além das táticas discursivas. Pela dificuldade de visualização, transcreveremos o trecho abaixo da foto supracitada:

A Cidade de São Sebastião do Rio de Janeiro, a segunda fundada no país, em 1565 – a primeira foi Salvador -, completa hoje 450 anos. Da chegada de Estácio de Sá a um trecho de praia entre os morros Pão de Açúcar e Cara de Cão aos dias de hoje, a terra natal do povo que é símbolo do Brasil mundo afora nunca deixou de se desenvolver, mas em poucos momentos de sua história ocorreram transformações tão profundas como as que os cariocas estão vendo hoje. A metrópole de 6,4 milhões de habitantes se prepara para o futuro com 31 grandes obras, cujo custo total deverá chegar à casa dos R\$ 30 bilhões. [...] A expectativa é que, em 2016, ano das Olimpíadas, a cidade tenha uma nova cara e conte com serviços mais eficientes (O Globo, 1/03/2015).

O caderno especial “*Rio 450: a cidade que se reinventa em novas formas*” era composto de inúmeros artigos escritos por artistas, empresários, políticos, arquitetos e historiadores. Todos enalteciam as reformas pelas quais a cidade passava, retratando o “viver no Rio” como um privilégio. A cidade fora abordada como um cenário que sintetizava todas as virtudes do “ser brasileiro“. Em momento algum suas mazelas e contradições tão pujantes são mencionadas. A criminalidade; a favelização; a poluição da baía de Guanabara; o caos nos transportes públicos; nada disso é citado. Afinal, regra básica do marketing, não se pode denegrir a imagem da mercadoria a ser vendida.

Neste dia a prefeitura promoveu inúmeros shows e eventos pela cidade, todos gratuitos, além da inauguração do túnel Rio 450, na Praça Mauá, que fez parte do conjunto de obras do projeto Porto Maravilha. O próprio Grupo Globo promoveu um grande show na Quinta da Boa Vista, com a participação de artistas como: Gilberto Gil; Caetano Veloso; Baby do Brasil; Jorge Ben Jor; Paulinho da Viola; Martinho da Vila; Zeca Pagodinho; Arlindo Cruz; Diogo Nogueira; Erasmo Carlos; Frejat; Paralamas do Sucesso; Fernanda Abreu; Marcelo D2 e Negoinho da Beija-Flor. Novamente demonstrando fina sintonia com as ações do poder público local.

Figura 4 - Caderno especial Rio 450, O Globo, 1/03/2015.

²¹ Não conseguimos um *scanner* de mesa que possibilitasse digitalizar a página inteira do jornal.



No site “Rio 450”, criado pela prefeitura à época, a cidade era retratada praticamente como um parque de diversões. Todos os dias do ano de 2015 haveria eventos em comemoração aos 450 anos da metrópole fluminense. Algo explicitamente focado no turismo e que visava à divulgação da imagem de uma cidade festiva, vibrante e segura, com um povo receptivo e alegre. Um portfólio tentador a visitantes (que podem pagar) e a investidores. Assim, tentava-se enterrar as imagens dos protestos que tomaram conta do país a partir de

meados de 2013 até a Copa, enaltecendo ainda mais as qualidades da cidade aniversariante, que, no ano seguinte, seria a primeira metrópole da América do Sul a sediar uma Olimpíada.

Mas essa tradição do Rio em sediar megaeventos e reformular sua imagem não é de hoje. Ao longo do presente capítulo demos algumas pistas a fim de situar melhor o leitor em nossa narrativa. O próprio título do caderno especial, feito pelo jornal *O Globo* quando do aniversário da cidade, ressaltando a sua capacidade de se inventar e reinventar é algo efetivamente presente na história da metrópole fluminense. No próximo capítulo traçaremos um histórico de como essa cidade se construiu a partir de meados do século XIX, tendo como base os planos urbanísticos elaborados em cada um desses momentos. Tentaremos esclarecer de onde vem a vocação do Rio para sediar megaeventos e, concomitantemente a isso, traçaremos um histórico das comemorações de Ano Novo na cidade até os anos dourados de Copacabana, nas décadas de 1950 e 1960.

2 A INVENÇÃO DO RIO E O RÉVEILLON CARIOCA

Rio de mar, de praias sem fim

Rio, você, foi feito pra mim

Tom Jobim.

A história do Rio de Janeiro se mistura com a história do desenvolvimento Brasil, como se o Rio fosse seu sinônimo, ou pelo menos sua metáfora. Nesse sentido, há certos aspectos cristalizados com o tempo que tentaremos debater neste capítulo, o primeiro deles refere-se ao fato de que o Rio é uma cidade que cresceu sem planejamento, desordenadamente, e isso teria um forte impacto em problemas da cidade como a favelização e a violência urbana. O Rio também é representado como uma cidade de natureza privilegiada, de belezas únicas que lhe renderam a alcunha de Cidade Maravilhosa, ocorre que grande parte dessas “belezas naturais” são, em realidade, construídas. Desde o começo do século XX havia a intenção do governo local de se construir uma paisagem litorânea que impressionasse positivamente os visitantes estrangeiros que chegavam à cidade, ainda mais numa época em que o único meio de transporte comercial utilizado para viagens transatlânticas eram os navios.

Amanda Costa (2014) aponta que o Rio dos séculos XVII e XVIII era uma cidade de colonos com forte vocação mercantil e certa autonomia política perante o empreendimento colonial lusitano. Desta forma sua centralidade excedia essas esferas formais – econômica e política – e tornava-a palco dos principais acontecimentos e eventos da nação. Nos aprofundaremos mais adiante neste assunto, mas dois fatos históricos abalaram fortemente essa autonomia do Rio, o primeiro fora a transferência da capital de Salvador em 1763, que aumentou o controle da Coroa sobre a cidade. O segundo ocorreu em 1808 com o traslado da Corte lusa para o Brasil, em fuga das tropas napoleônicas.

O Rio também é visto como o habitat natural de um tipo simpático, festeiro e receptivo: o carioca. Conforme expusemos ao final do último capítulo, em 2015, quando a cidade completou 450 anos de fundação, a prefeitura lançou uma campanha a fim de promover a imagem da metrópole fluminense. Dentre os muitos clichês aventados, a campanha enaltecia a ideia segundo a qual, ser carioca é um estado de espírito que está muito mais vinculado à adoção de uma estética comportamental e linguística, do que à natalidade na cidade. Essa era a tal “carioquice” anunciada em seu *slogan*. Carlos Lessa (2005) debate isso em “*O Rio de Todos os Brasis*”, quando chama o carioca de “malandro criativo”. O malandro

é um personagem tipicamente carioca, que surge na virada do século XIX para o XX, no bojo das transformações operadas no Centro da cidade, sempre associado ao mundo do samba. A Lapa, a Gamboa, a Saúde e o Estácio – quatro bairros da região central – foram seus redutos de origem, localidades pauperizadas e negativamente estigmatizadas nos jornais e revistas da época, que conferiram ao malandro a conotação de um sujeito de índole duvidosa. Quando Lessa diz que o carioca é o “malandro criativo”, ele está trazendo uma carga histórica cidadina e popular da malandragem, mas ao embutir o adjetivo “criativo” ele o redime do senso comum, que vê o malandro como alguém pouco confiável. Para Lessa (2005) o carioca é o malandro do bem, “gente fina”. Por isso, como dissemos acima, o “ser carioca” está muito mais ligado à incorporação de um “jeito de ser”, de um *habitus* (conforme Pierre Bourdieu), do que propriamente ao nascimento na cidade. A campanha “Rio 450” apontava também nessa direção.

A tradição de sediar megaeventos é outro aspecto bastante salientado quando pensamos esta cidade. O Rio tem sua história, notadamente a partir do século XX, permeada pela realização de uma série de certames que influíram diretamente no seu desenvolvimento urbano. Podemos citar a Exposição Nacional de 1908, que ocorre logo após a primeira fase de reformas desencadeadas pelo prefeito Pereira Passos; a Exposição Internacional de 1922, realizada durante a gestão Carlos Sampaio que marcou, além da conclusão das reformas no Centro com o arrasamento do Morro do Castelo, a confirmação da expansão da cidade à Zona Sul; a Copa do Mundo de 1950, que teve como ápice construção do estádio do Maracanã, fomentou investimentos na Zona Norte e evidenciou um processo de verticalização que estava em curso na cidade desde os anos 1930. Neste momento o Centro sofre novas intervenções, durante a gestão do prefeito-interventor Henrique Dodsworth, que culminam com a inauguração da Avenida Presidente Vargas em 1944.

Mas falando sobre megaeventos no Rio de Janeiro e tendo em vista que estes certames são fenômenos comunicacionais (FREITAS, 2011), conforme debatemos amplamente no 1º Capítulo, não podemos nos esquecer das provas automobilísticas realizadas no Circuito da Gávea entre 1932 e 1954, que suscitaram investimentos na região da Gávea e do Leblon; as etapas da Fórmula 1 disputadas no extinto Autódromo de Jacarepaguá de 1977 a 1989, que atraía milhares de turistas para a cidade, além de descortinar as regiões de Curicica e do Camorim. Nesta mesma localidade, em 1985, foi realizado o primeiro Rock In Rio num momento em que a cidade já se expandia na direção da Barra da Tijuca, conforme o plano Lúcio Costa. Em 1992 o Rio recebeu a conferência das Nações Unidas sobre o meio ambiente, a ECO'92. No início do século XXI a cidade recebeu outras edições do Rock In

Rio; os Jogos Pan-americanos de 2007; a Jornada Mundial da Juventude e a Copa das Confederações, ambas em 2013; foi uma das sedes da Copa de 2014 e, em 2016, a primeira cidade da América do Sul a receber uma Olimpíada.

Como a metrópole fluminense e o seu réveillon são o foco desta tese, expusemos essa relação entre megaeventos e reformas urbanas, pois neste capítulo discutiremos o desenvolvimento da cidade concomitantemente a um histórico das comemorações de ano novo a partir de meados do século XIX. Propomos este recorte temporal pois antes disso são escassos os relatos sobre festas de Ano Novo no Rio, além do que a primeira proposta de um plano urbanístico para a cidade data de 1843. Inspirados na obra de Verena Andreatta (2006), *“Cidades Quadradas, Paraísos Circulares”*, dividimos os subitens deste capítulo de acordo com os principais planos urbanísticos feitos para o Rio: o Plano Beaurepaire de 1843; os dois relatórios da Comissão de Melhoramentos (1875 e 1876); as Reformas de Pereira Passos iniciadas em 1903; o Plano Agache da década de 1920; o Plano Piloto idealizado no auge da Era Vargas, ao final da década de 1930; e o Plano Doxiádis dos anos 1960, encomendado pelo então governador Carlos Lacerda. Não incluímos aqui o Planejamento Estratégico de gestão urbana, aplicado a partir da primeira gestão de César Maia, pois já o discutimos no capítulo anterior.

Ao contrário do que o senso comum aponta, a partir da transferência da Corte para o Brasil o planejamento da cidade (agora capital do Império), tornou-se um tema importante. Naquela época, os problemas urbanos “diagnosticados” pela medicina higienista tornaram-se importantes vetores da articulação de um discurso que visava adequar a cidade aos padrões civilizatórios europeus. O status de capital imperial implicou na abertura dos portos e contribuiu para um acelerado aumento da população local. É bem verdade que antes disso, como uma cidade de colonos com forte vocação mercantil, o Rio fugia ao ‘exclusivo português’²² (RODRIGUES, 2002). Mas a partir de 1808 as atividades comerciais e fabris avolumaram-se sobremaneira, e a quantidade de produtos importados da Inglaterra que chegavam ao Rio era tão grande que o preço dos aluguéis de casas próximas ao porto dispararam. Essas eram utilizadas não só como habitação, mas também como depósito. Além disso, com essa enxurrada de produtos importados, as incipientes manufaturas locais sucumbiram à concorrência com o capital estrangeiro.

A instalação da Corte rompeu o equilíbrio da cidade. Em menos de duas décadas, sua população duplicou, alcançando 100.000 habitantes,

²² Resolução que proibia as colônias portuguesas de realizarem transações comerciais com qualquer país, exceto Portugal.

aproximadamente, em 1822, e 135.000, em 1840. Entre 1808 e 1816, foram construídas cerca de 600 casas no perímetro da cidade, onde os sobrados começaram a suplantam as toscas casas térreas dos tempos da colônia, e 150 nos arredores – chácaras, em sua maioria, para a residência de verão dos senhores e sua numerosa escravaria doméstica. (BENCHIMOL, 1992, p.25)

Neste momento, meados do século XIX, a cidade concentrava-se basicamente numa região portuária entre o Largo do Carmo (atual Praça XV) e a região da Prainha (atual Praça Mauá). Continente adentro estendia-se até pouco antes do Campo de Santana. Com a construção da ponte dos Marinheiros em 1811, o Rio se expande rumo ao Engenho Velho²³ e à Quinta da Boa Vista. Não à toa hoje, nas imediações da Praça XI e do Estácio, há um bairro chamado Cidade Nova. Àquela época, começo do século XIX, o termo “cidade nova” compreendia a toda a região para qual a cidade crescia ao norte do Campo de Santana. Conseqüentemente, a “cidade velha” correspondia à região central contígua ao porto que abrangia cinco freguesias: Candelária, São José, Sacramento, Santa Rita e Santana. Essa localidade fora alvo das principais intervenções urbanísticas realizadas até o começo do século XX.

A elevação do Rio à Corte, além das questões políticas e econômicas, tinha de envolver também um realinhamento estético e cultural da cidade, a fim de reprimir práticas e posturas que não refletissem essa mudança. Ou seja, era preciso “civilizar” a cidade a fim de dota-la de condições de servir de sede às autoridades do reino. Sedar uma Corte implica na construção de uma cidade ideal que projetasse ao mundo uma imagem poderosa deste Estado e deste governo. (CARVALHO, 2014, p.58)

O Rio projetava-se como sede do Estado, maior cidade e principal centro comercial do país. Escoava toda a produção de café do Vale do Paraíba, último reduto escravagista do Brasil. Com a crise da escravidão e os novos trabalhos assalariados que surgiam na cidade, a trama de relações sociais ia se renovando. Os escravos de ganho dominavam a paisagem urbana nesta época, em sua maioria trabalhando como vendedores ambulantes, carregadores ou pedreiros. O contraste entre a vista que se tinha ao chegar de navio pela baía de Guanabara e o estar na cidade era significativo. De longe um lugar lindo, de natureza exuberante, mas ao pisar no seu solo o que se presenciava era completamente diferente: o mau cheiro do esgoto que corria em valas à céu aberto, as ruas estreitas e desordenadas onde amontoavam-se transeuntes, ambulantes, animais e carroças. A ausência de qualquer plano de cidade era notória.

²³ O Engenho Velho hoje corresponde à região da Zona Norte chamada de Grande Tijuca, que engloba os bairros: Tijuca, Grajaú, Vila Isabel, Andaraí e a pouco lembrada Aldeia Campista.

A maioria das ruas do Rio se cruza em ângulo reto, mas encontram-se algumas que não seguem a direção da bússola, circunstância devido às montanhas que as separam e ao contorno irregular das praias da baía. São estreitas. A rua da Alfândega tem apenas dezoito pés de largura, de parede a parede, e tal é em geral a largura das ruas na parte velha da cidade. O perfil transversal das ruas obedece ao modelo antigo: o calçamento se abaixa em ambos os lados, desde a frente das casas até o meio da rua. Mas já se veem trabalhadores ocupados em modificar esta característica. Não há meios-fios de pedra, pois em realidade não há passeio para pedestres, e os carros, quando se cruzam, quase tocam nas casas de um e outro lado. Pela mesma razão não se permite escada saliente ou qualquer coisa que se sobressaia na fachada. (EWBANK, 1973, p.46)

A ânsia por melhorias e embelezamento da cidade urgiam em meados do século XIX. Somando-se o montante arrecadado com as exportações de café a empréstimos captados junto a bancos estrangeiros, julgava-se possível viabilizar algumas intervenções urbanísticas. Neste momento, a medicina social norteava o julgamento daquilo que seriam os principais problemas da capital: clima úmido, dificuldade de aeração de certas áreas, aglomerados de pessoas em habitações mal estruturadas, a ausência de uma rede de esgotos, ruas estreitas e de traçado confuso. Essa configuração de cidade impactava não só as atividades econômicas, mas também o modo como as pessoas vivenciavam-na cotidianamente. No que diz respeito às festas populares, sobretudo o réveillon, essa estrutura física tinha um impacto direto pois a rua não era pensada, tampouco vivida, enquanto um espaço agregador.

O Brasil era o maior país católico do mundo e não era um estado laico, isso tinha um peso importante pois a Igreja condenava festividades coletivas em logradouros públicos com o mote de não dar margem a paganismos. Ao mesmo tempo, nas brechas dessa imposição, temos registros de cultos a orixás e iabás africanas em praias, rios e freguesias mais pobres da cidade. Até mesmo na festa do Divino, maior comemoração popular do Rio na segunda metade do XIX, ao mesmo tempo em que fiéis louvavam o Espírito Santo, batuques de pretos e consultas com ciganas aconteciam na praça externa à Igreja no Campo de Santana. Àquela época o estar na rua e a fruição na cidade, embora existissem, não era algo tão corriqueiro como hoje. Nesse sentido, as reformas de Pereira Passos iniciadas em 1903 e o enfraquecimento do poder da Igreja no sugestionamento de condutas, são fundamentais a uma mudança da vivência no espaço público.

2.1 O Ano Novo na capital imperial e os primeiros planos urbanísticos

O réveillon carioca de meados do século XIX refletia uma dinâmica consequente da conjuntura espacial e religiosa que havia na cidade. Mediante o que expusemos acima, uma conformação urbana vista como problemática, aliada à visão negativa que a Igreja tinha

dessas comemorações, não faziam da rua um lugar atraente aos “bons cristãos”. Nesse sentido, a chamada festa de “anno bom” era vivenciada inicialmente com uma missa na noite do dia 31, e, posteriormente, em casa com a família. Depois de entoarem cânticos e orações cristãs antes da ceia, à meia-noite as pessoas comiam, brindavam e comemoravam a passagem de ano. Com relação aos fogos de artifício, esses artefatos são uma tradição de longa data em comemorações populares na cultura portuguesa, sob uma ótica de “iluminar a noite”, trazer luz à escuridão, de modo que até em procissões religiosas os chamados “foguetes” eram disparados. Ou seja, naquele momento apesar de já existirem fogos de artifício, eles não eram o ponto alto da festa de réveillon.

Conforme relata Mello Morais Filho (2002), a festa de Ano Novo começava no dia 30 de dezembro e perdurava até o dia de Reis à 6 de janeiro. Na véspera do dia que marcava a passagem de ano já era possível notar uma ambiência diferente na cidade, as pessoas enfeitavam as sacadas de suas casas com fitas coloridas, as moças e os rapazes saíam à rua com roupas feitas de tecidos mais caros, parentes do interior vinham para a capital a fim de que toda a família estivesse reunida para a ceia na noite do dia 31. A efervescência sinalizava que vivia-se uma ocasião diferente da habitual, mas nada comparado ao megaevento que o réveillon carioca se tornou no final do século XX. Em meados do XIX Copacabana era algo distante, provavelmente algumas pessoas já tivessem ouvido falar, mas de uma forma geral era uma localidade longínqua para uma capital que restringia-se basicamente à Cidade Velha. Pontuamos isso para frisar que não há termos de comparação entre o réveillon que festejamos hoje no Rio, e aquele de meados do XIX. Aliás, a própria cidade que havia àquela época, pouco tem a ver com a atual, bem como a postura da Igreja hoje difere significativamente dos posicionamentos da instituição naquele momento.

Por mais incongruente que possa parecer, em meio a toda essa ambiência fortemente permeada por uma moral católica, num Estado teocrático, temos os primeiros registros de cultos à Iemanjá nas praias da cidade. Geralmente esses rituais eram realizados por negros que se dirigiam sobretudo às praias de Santa Luzia e do Russel²⁴, aos pés do Outeiro da Glória, para cultuar a iabá africana. Joana Bahia (2018) indica que com a transferência da capital de Salvador para o Rio há um agravamento das condições de vida na Bahia, assim muitos negros baianos livres emigram para a nova capital em busca de melhores condições de vida e trabalho. Esses, somados aos que já habitavam o Rio, trazem consigo toda uma carga cultural

²⁴ Inicialmente chamada de praia D. Pedro I, em 1869 passou a ser chamada de praia do Russel em homenagem ao empreendedor inglês John Russel, responsável pelo serviço de saneamento da cidade à época. Posteriormente, nos anos 1950, a localidade foi aterrada no bojo das obras que visavam a construção do Parque do Flamengo.

e religiosa de suas raízes africanas.

Assim, é no candomblé e nas habitações coletivas que se espalham em Salvador, nas juntas de alforria, nas irmandades e nos espaços da música e da religiosidade no século XIX, que muitos negros buscavam celebrar uma ideia de herança africana. Essa herança migra com a vinda dos baianos para a cidade do Rio de Janeiro. (BAHIA, 2018, p. 184)

O Morro da Castelo, os cortiços e estalagens da Cidade Velha, bem como a região da Praça Mauá eram os locais onde essa população habitava ao chegar aqui, e ali entrava em contato com os negros locais. Daí os primeiros registros desses cultos africanos nas antigas praias do Centro da cidade e na região da Glória. O candomblé é uma religião afro-brasileira que nasce justamente neste contexto, no século XIX, na Bahia, juntando crenças de diferentes etnias africanas, daí a expressão “cultos de nação”.

Figura 5 - Praia do Russel, enseada da Glória, 1875.



Os africanos trazidos como escravos para o Brasil pertenciam a diferentes povos que habitavam locais diversos da costa africana, do Senegal a Angola. Assim, a heterogeneidade de idiomas, culturas e sistemas de crenças era enorme. Daí o termo “nações de candomblé”, pois, embora esta religião tenha juntado diferentes credos no culto aos orixás e iabás, dependendo da localidade onde se desenvolvia, havia diferenças ritualísticas. Na Bahia, por exemplo, os candomblés em sua maioria são de origem nagô (iorubá), daí as nações ketu, ijexá e efon. Nos candomblés de origem jeje temos as nações jeje-mahi, jeje-savalu e jeje-nagô. E nos de origem banto há as nações congo-angola e os candomblés de caboclos, que incorporam traços de ritos indígenas brasileiros. Ou seja, o candomblé é uma religião extremamente plural, heterogênea e rica culturalmente.

Nesta época a principal festa popular que havia no Rio era a do Divino Espírito Santo, que acontecia no Campo de Santana, no dia de Pentecostes. Ali havia uma grande mistura que

reunia de fiéis a barraquinhas de jogos de azar, passando pela venda de comidas, bebidas até leilões. Conforme Martha Abreu (1994) aponta, quando da Festa do Divino o Campo de Santana era tomado por acrobatas, dançarinas de corda, equilibristas e batuques de “pretos” (termo usado à época para designar os escravos). Um verdadeiro circo se formava no local, Lima Barreto referia-se à festa como as “folganças de junho no Campo de Santana”. Em realidade a Festa do Divino era um grande espaço de disputas pois a Igreja não aprovava esse tipo de comemoração, eram as irmandades quem organizavam essas festividades em dias santos. No caso da Festa do Divino, a irmandade de Santana era a que mais se dedicava à sua consecução. Essas irmandades muitas vezes reuniam escravos e adotavam posturas contrárias àquelas indicadas pela Igreja.

Com todos esses variados acontecimentos, a festa do Divino reunia os ingredientes da festa mais popular da cidade: as atrações espetaculares e ilusionistas desafiavam a simplicidade do dia a dia; muita música, dança, sensualidade, comida e jogos completavam o ambiente profano de uma festa religiosa. A presença e a vivência da festa por diferentes setores sociais também garantia que ela fosse um local de encontro e, principalmente, de troca e circulação entre as diversas manifestações culturais. (ABREU, 1994, p. 194)

A festa do Divino era o mais importante evento de conagração popular no Rio oitocentista, algo semelhante ao que hoje é a festa de São Jorge, dia 23 de abril. Santo católico de origem turca (da região da Capadócia), Jorge foi um soldado romano que se negou a perseguir os cristãos e por isso foi morto. O “santo guerreiro”, como é conhecido, é fortemente cultuado nos ritos afro-brasileiros. Na umbanda carioca, por exemplo, São Jorge é sincretizado com Ogum, orixá ligado aos metais, guerreiro vencedor de demandas, a quem muito se recorre para pedir proteção e caminhos na vida. Traçamos essa relação entre a festa de São Jorge hoje, e a festa do Divino no passado, pois são momentos em que sagrado e profano se lambuzam e se ultrapassam, tal e qual uma encruzilhada, abrindo novas possibilidades. Há missas, sermões dos padres, procissões e romarias, mas também há churrasquinho, cerveja gelada, feijoada, caipirinha, pagode e a curimba²⁵ batendo forte nos terreiros pela cidade. Afinal, como diz Jorge Benjor, “*Domingo 23 é dia de Jorge!*”²⁶

Mas voltando às comemorações de Ano Novo, as trocas de presente que hoje ocorrem no Natal, naquela época se davam no dia 1º de janeiro. O chamado dia da confraternização universal era uma data efetivamente dedicada à troca de presentes. Do começo da manhã ao final da tarde famílias se visitavam trocando regalos. Nas freguesias, o vigário, o médico e o fiscal eram sempre os mais contemplados. Bandas militares circulavam pelas ruas e paravam

²⁵ Conjunto de atabaques tocados nos rituais de candomblé e umbanda em louvação aos orixás, iabás e demais entidades invocadas.

²⁶ Música do álbum Ben, de Jorge Benjor, lançado em 1972.

para tocar quando chegavam à casa de algum oficial de alta patente, como os generais, ou então quando passavam pela residência de algum ministro. Comerciantes influentes também eram contemplados com essa reverência, e, de uma forma geral, retribuía a gentileza da banda com generosas gorjetas.

Nos armazéns de gêneros alimentícios, caixas de vinhos, queijos do reino, presuntos frescos, figos, ameixas e outras especiarias eram encaixotadas e oferecidas aos fregueses do ano. Do Convento d'Ajuda, finas bandejas de prata com o brasão da família a ser presenteada saíam uma após a outra lotadas de doces. Das sacadas das casas e dos sobrados, as pessoas observavam o movimento e comentavam entre si.

Também havia presentes curiosos, como leitões, patos e galinhas, transportados por negros de ganho que entravam pelas casas, protagonizando cenas curiosas. Uma família podia estar sentada na sala papeando quando da porta surgia um par de escravos com um porco guinchando, amarrado pelos pés numa haste de madeira que os negros sustentavam pelo ombro, e ofereciam-no ao chefe da família. Ou então, em vez do porco esse mesmo par de negros poderia portar um cesto lotado de marrecos e/ou galinhas com o pescoço, quebrado, pendurado para fora da borda e decorado com um laço de fita colorido. Ao ofertarem o presente ao senhor entregavam-lhe uma carta, que, geralmente, continha os seguintes dizeres: “Boas saídas e melhores entradas lhe desejo! Incluso, encontrará vossemecê um leitãozinho, umas galinhas ou um peru para mais um prato de seu jantar...” (FILHO, 2002, p. 35).

Entre os membros da Corte era comum presentear-se com dádivas principescas, tais como: colchas da Índia, aparelhos da China, objetos litúrgicos de prata, jogos de talheres e travessas de prata, cavalos de raça, entre outros. Em contraste, os populares e negros alforriados, presenteavam-se com pães de ló, bolo inglês, e pastéis acomodados em bandejas de material não tão nobre quanto a prata, e enfeitados com gaze colorida ou flores artificiais.

Passado o período festivo, a rotina da cidade impunha-se e os problemas de sempre vinham à tona: crescimento desordenado; proliferação de doenças; mau cheiro; um porto saturado e raso que não comportava navios de grande porte. Para os homens que detinham o poder à época, urgia que algo fosse feito. Como salienta Amanda Costa (2014), “havia uma necessidade imperiosa de ajustar ao menos a capital brasileira aos novos tempos. As características coloniais ainda presentes na trama da urbes e os modos de estar na cidade destoavam em absoluto das demandas modernas”, ambicionadas pela elite local. Nesse sentido três planos urbanísticos visando melhorar o Rio de Janeiro foram propostos de meados pro final do século XIX.

2.1.1 O Plano Beaurepaire

Apresentado à Câmara Municipal em 20 de setembro de 1843, pelo Diretor de Obras Municipais, Henrique Beaurepaire-Rohan, é o primeiro plano formal de ordenamento da cidade do Rio de Janeiro. Militar com formação em engenharia, Henrique Beaurepaire, dividiu seu plano em duas frentes: salubridade e embelezamento. Exatamente conforme a ótica da medicina higienista.

Esta primeira proposta urbanística para o Rio de Janeiro é uma amostra interessante da transição da engenharia militar barroca para as técnicas de urbanização moderna, ao mesmo tempo que constitui um autêntico plano para a reforma da cidade construída e para a sua futura expansão, e também parece mostrar uma intenção tardia de introduzir a malha geométrica hispano-americana numa cidade de origem portuguesa. (ANDREATTA, 2006, p.84)

Para entender a proposta de Beaurepaire é preciso ter em mente a situação da cidade: acelerado crescimento populacional, migração do campo para a cidade, serviços urbanos incipientes e grande crescimento econômico. De igual maneira, não podemos nos esquecer que o Brasil ainda era um país escravagista, segundo Andreatta (2006), em 1850 dos 270 mil habitantes da cidade, 111 mil eram escravos. Outro fator pouco comentado, mas que fazemos questão de salientar, diz respeito aos obstáculos geográficos que havia na região, de modo que a cidade crescia comprimida entre o mar e uma vasta cadeia montanhosa, além de um solo pantanoso que dificultava as construções em algumas localidades.

Nesta época, o Rio é cenário de algumas epidemias de febre amarela e até mesmo alguns casos de cólera. O desordenamento urbano, somado ao clima e à altíssima densidade demográfica agravava sobremaneira as condições de vida na capital do Império. Uma cidade que até meados do XIX não tinha água encanada e o abastecimento era feito através de fontes públicas. As únicas quatro que havia eram: a da Carioca, das Marrecas, do Moura e a do Largo do Paço. Todas abastecidas pelo aqueduto da Lapa. As pessoas eram obrigadas a se dirigir a essas fontes, munidas de recipientes, a fim de enchê-los e retornar às suas casas. Registre-se que grande parte deste serviço era feito por escravos.

Em 1839 todas as obras públicas realizadas na cidade passam à jurisdição da Câmara Municipal. Um ano depois, Henrique de Beaurepaire-Rohan é nomeado diretor do Departamento de Obras Municipais, função que exerceu até 1844. O Plano Beaurepaire é gestado neste contexto e, mesmo não sendo aprovado pela Câmara, teve apoio de muitos dos seus membros, notadamente médicos, que sustentavam a proposta e isto provocou a publicação do texto.

À época, devido ao inchaço populacional da cidade, as habitações coletivas multiplicavam-se nos estratos de baixa renda. O que agravava-se com os intensos fluxos migratórios do campo. Essas pessoas acabavam morando, em muitos casos, no próprio local onde trabalhavam, amontoando-se em casas de cômodos, estalagens e situações análogas. Mas se havia um fator comum a esses casos era a escassez de espaço dessas moradias. Daí surge o termo “cortiço”, fazendo menção a essa modalidade de habitação.

A retícula incipiente da cidade estava formada pelo eixo da rua Direita (atual Av. 1º de Março) entre o morro do Castelo e o morro de São Bento, paralela à frente portuária e apoiada sobre a principal praça portuária: o Largo do Carmo (atual Praça XV); perpendicularmente a ele começou a desenvolver-se a rua do Ouvidor, que viria a ser a principal artéria comercial da cidade e que com o tempo se transformaria na mais sofisticada rua do Rio Imperial. (ANDREATTA, 2006, p.92)

O ideário de Beaurepaire está inserido na corrente higienista que dominou o urbanismo no século XIX. Para ele a saúde da cidade e de seus habitantes seria consequência de um ordenamento urbano no sentido de estipular geometricamente uma trama de ruas, quarteirões e praças que permitissem não só a organização de uma “malha” urbana, mas, sobretudo, a sua expansão futura dentro desta lógica. Seu plano, inicialmente, via a cidade dividida em dois âmbitos: uma zona central consolidada e uma zona mais adentro do continente, que eram localidades para onde o município crescia. Segundo Andreatta (2006), a proposta era que as obras comessem pela chamada Cidade Velha e depois fossem estendidas às outras regiões.

A estrutura da propriedade urbana da Cidade Velha se caracterizava por parcelas estreitas e profundas, com dimensões que variavam entre 3 e 6 metros de frente e uma profundidade entre 10 e 20 metros. A edificação era em sua maioria compacta, com casas geminadas e alinhadas que ocupavam normalmente ambos os lados da rua. A maioria foi construída sem se basear em nenhum modelo normalizado, o que deu como resultado uma estrutura de tipologias das edificações de um só andar ou no máximo dois, tendo sido introduzido recentemente o tipo de edificação do “sobrado”. Dava-se também uma grande mistura de usos nessas edificações, com exceção, é claro, das destinadas a usos públicos singulares, de administração, religiosa ou militar. (ANDREATTA, 2006, p.98)

Beaurepaire propõe, sobre essa trama, intervenções no sentido de criar ruas com um traçado retilíneo de modo a compor quarteirões geometricamente regulares. Previa também a construção de duas grandes avenidas paralelas ao porto, além das que já existiam: a rua da Direita e a rua da Quitanda. Não obstante, ruas perpendiculares a essas novas avenidas seriam abertas, para, com a rua do Ouvidor, formatar uma nova configuração dos logradouros da Cidade Velha. As ruas já existentes, paralelas à rua do Ouvidor, seriam alargadas de 30 para 80 palmos e 18 novas ruas seriam abertas com este mesmo traçado e largura.

Nos cruzamentos, o Diretor Municipal de Obras indicava a feitura de ruas esquinadas a fim de formar largos com o fito de melhorar o fluxo de pessoas, de veículos de carga provenientes do porto e a aeração local. Outro fator que o Plano previa, diz respeito à questão dos serviços, em especial às redes de distribuição de água e esgoto. Essas teriam uma viabilidade maior, no que tange à concepção e à execução, num tecido urbano composto de quarteirões regulares.

Esse argumento pode ser nitidamente verificado no Plano quando enfatiza a utilidade dessa malha regular para “um esgoto mais pronto da cidade”, e também quando confia nela como suporte de uma trama de renovação da edificação para lograr “uma residência dos habitantes mais cômoda e sadia”, e também para facilitar a construção de uma rede de água potável encanada. (ANDREATTA, 2006, p.101)

Além de todo esse ordenamento de quadras, alargamento e abertura de ruas, o Plano propunha a reformulação da fachada dos edifícios. O que acabaria sendo uma “consequência natural”, pois, nas ruas a serem alargadas, muitos imóveis seriam afetados. Benfeitorias teriam pedaços demolidos ou iriam ao chão na sua totalidade. Essas, quando reconstruídas, já seriam refeitas obedecendo a um novo padrão estético e teriam todas um distanciamento padronizado em relação ao passeio. Ou seja, muito embora o relatório de Beaurepaire tivesse um enfoque maior na redefinição da trama urbana, a questão estética não deixou de ser levada em conta. Sua influência na cidade construída por Pereira Passos 60 anos depois é notória.

As praças públicas eram outro destaque do Plano e teriam a função de hierarquizar o espaço, aformosear a cidade e incrementar a saúde pública. Beaurepaire previa a urbanização das mesmas com muitas árvores, provavelmente tendo em vista o Passeio Público construído em 1783. A preocupação com a paisagem é um traço marcante no planejamento urbano do Rio de Janeiro. Nesse sentido eram previstas a construção de oito novas praças além da ampliação das já existentes. Dessas oito, cinco seriam construídas na faixa litorânea a fim de criar uma paisagem marítima. O que é tão natural aos olhos do leitor atualmente, não era tão natural assim numa época em que o mar era visto e utilizado basicamente para a navegação e para o lançamento de dejetos orgânicos. Essa fachada marítima, da qual o Rio hoje tanto se orgulha e acaba compondo uma identidade visual da cidade, é algo pensado pelo menos desde o final do século XVIII. Esse é o embrião da Cidade Maravilhosa cantada a partir dos anos 1930.

Com relação às praças construídas no interior da cidade, notadamente as de maior porte, além de possibilitar a demolição de casas e galpões antigos, também viabilizariam o crescimento da cidade. Andreatta (2006) argumenta que do Plano se deduz a vontade de monumentalidade, de realce da importância da cidade que costuraria, à abertura dessas praças

e avenidas, à construção de prédios públicos que contribuiriam com a consecução de uma hierarquia de locais da cidade tendo como critério a sua função. Assim, dentro de uma trama geometricamente regular, teríamos grandes praças e pequenas praças ligadas por ruas e avenidas que concentrariam certas repartições públicas e comércio. Além das já citadas praças litorâneas.

Das grandes praças internas, a principal seria a construção da Praça da Aclamação, no lugar do Campo de Santana (localidade que abrigava a festa do Divino). Projetada por Auguste Henri Victor Grandjean de Montigny em 1827, quando da passagem da Missão Artística Francesa pelo Brasil, a nova praça reordenaria a paisagem do local com a reformulação dos jardins e a construção de novos prédios ao seu redor, inclusive o novo Fórum da cidade. O Plano Beaurepaire previa além da consecução do projeto de Montigny, sua utilização como uma rótula que congregaria as avenidas oriundas porto (atravessando toda a Cidade Velha) e as lançaria em direção à Cidade Nova, servindo como uma espécie de feixe ordenador e impulsionador do crescimento da urbes.

A consolidação de caminhos e de pontes para os subúrbios também eram contemplados pelo Plano, em especial as localidades de Botafogo, Engenho Velho e São Cristóvão, que – à época – congregavam uma população de elevado poder aquisitivo. Nesse sentido o aterro do mangue de São Diogo melhora a ligação da região central com São Cristóvão, com o Engenho Velho, impulsionando o crescimento à Cidade Nova. A canalização do mangue e de sua ligação com o mar, bem como a demolição do Morro do Castelo, têm forte influência do relatório de Beaurepaire ao fundamentar argumentos higienistas e de otimização da trama urbana.

No Plano de Beaurepaire se dá, pois, uma curiosa mistura de um programa detalhado de obras e caminhos, pontes e canais, reflexo das técnicas conhecidas da engenharia militar, com uma breve, porém relevante aproximação às novas técnicas dos serviços urbanos mais modernos da época. (ANDREATTA, 2006, p.116)

Além do exposto acima não podemos deixar de citar o forte conteúdo higienista presente no Plano, pois, segundo Beaurepaire, a melhoria das condições físicas da cidade viabilizaria a formação de uma nova sociedade. Daí sua postura crítica às habitações pequenas e mal arejadas onde residiam muitas pessoas, ao clima quente e úmido, aos mangues que corroboravam com essa umidade e aos morros que prejudicavam a ventilação da cidade. Os aterramentos de manguezais e faixas litorâneas, bem como arrasamento de morros foram uma constante na construção do Rio desde priscas eras. E já que este capítulo dedica-se a fazer uma “tabelinha” entre o histórico das comemorações de ano novo na cidade e sua evolução

urbanística, a enorme faixa de areia que a praia de Copacabana tem hoje não é obra de Deus, mas resultado de sucessivos aterros que foram “empurrando” o mar pra trás. Como veremos no próximo capítulo, Copacabana foi pensada como o palco principal da “cidade espetáculo”.

Voltando ao século XIX, onze anos após Beaurepaire deixar a direção de Obras Públicas do município, uma das principais propostas presentes em seu Plano fora realizada: a instalação de uma rede de esgotos em boa parte da cidade. As obras foram concedidas ao capital privado e realizadas pela empresa inglesa “*Rio de Janeiro City Improvements*”. Desta maneira, o Rio tornava-se a primeira cidade da América Latina a possuir uma rede domiciliar de esgoto. De acordo com Benchimol (1992), em 1864 o alcance do sistema servia a cerca de 7.800 edifícios e já em 1870 este número elevou-se para 15.500.

Isto posto, salientamos a relevância do seu relatório que, mesmo não aprovado, muitas de suas propostas foram realizadas posteriormente, tais como a transferência do matadouro público para a praia de São Cristóvão; a instalação de uma rede de esgotos; a construção de encanamentos de água para a distribuição de água potável para a cidade através dos rios Maracanã e Carioca; o aterramento do mangue de São Diogo somado ao estabelecimento de um canal de navegação; e, por fim, o desmonte do Morro do Castelo a fim de possibilitar a ampliação e a aeração da cidade.

2.1.2 Os Relatórios de 1875 e 1876 da Comissão de Melhoramentos

A partir da década de 70 do século XIX, se havia um tema sobre o qual a opinião pública convergia quando se falava dos problemas da cidade e suas possíveis soluções, era a medicina social. Esse senso comum corroborava com todo tipo de proposta que buscasse transformar a capital do Império numa cidade salubre e moderna pois, ao mesmo tempo em que a cidade crescia geograficamente e economicamente, os mesmos problemas permaneciam: inchaço urbano, construções desordenadas, surtos de febre amarela e um porto saturado.

Com relação às comemorações de Ano Novo, trinta e dois anos após a publicação do Plano Beaurepaire, o panorama pouco mudara. A festa seguia com a mesma dinâmica religiosa e a maior parte das comemorações ocorria no âmbito familiar. Os cultos à Iemanjá também aconteciam, ainda que escondidos, pois eram coibidos à luz da lei. Numa monarquia teocrática católica, tais práticas não eram toleradas. “Na segunda metade do século XIX, muitas prisões eram decorrentes de batidas policiais em terreiros de cultos afro-brasileiros; acusados de feitiçaria, alguns de seus líderes iam para a casa de detenção” (BAHIA, 2018, p.

185). A freguesia de Sacramento, no coração da Cidade Velha, era a localidade onde encontrava-se a maioria desses terreiros, mas também era possível achá-los nas freguesias de São José, Santa Rita e na Glória. Ou seja, como dissemos anteriormente, por mais que a Igreja e o Estado quisessem impor a sua hegemonia, havia um cenário de disputas cotidianas nos becos e vielas da cidade onde eles não conseguiam fazer valer totalmente sua autoridade. Como o próprio João do Rio aponta em *“As religiões do Rio”* (1904), muitas das distintas senhoras que não perdiam uma missa aos domingos, volta e meia dirigiam-se às “casas de feitiço”, à macumba, para se consultarem com pais e mães de santo.

A partir de 1868 o transporte público por bondes à tração animal é introduzido na capital Imperial. Isso dinamiza o crescimento da cidade por melhorar a ligação do Centro com os subúrbios. Assim nascem alguns bairros, hoje famosos, como Vila Isabel, por exemplo. Localidade que se constituiu enquanto confluência de linhas de bonde, o que acarretou o parcelamento de chácaras, abertura de ruas, culminando com a instalação da (já extinta) Fábrica Tecelagem Confiança em 1878.

Neste momento já havia linhas de bonde ligando o Centro à Zona Sul, mais exatamente a Botafogo, bairro que assim como a Tijuca congregava uma população de alto poder aquisitivo. Mas e Copacabana?, alguns podem estar se perguntando. Na década de 1870 o lugar só era acessível através de uma trilha que cortava o morro²⁷ por trás do cemitério São João Batista, e tinha uma população composta basicamente por pescadores e caboclos que viviam da pesca e de uma agricultura de subsistência. Como veremos no 3º Capítulo desta tese, a construção de Copacabana enquanto bairro só acontecerá a partir de 1892, quando os carris da Companhia Jardim Botânico chegam à localidade praiana.

Mas Botafogo não era um bairro ocupado apenas pela elite, tampouco a Zona Sul. As imediações do cemitério de São João Batista eram o local onde viviam muitas famílias de baixa renda, geralmente imigrantes que trabalhavam em pequenos comércios. As fábricas de tecidos que se instalam em Laranjeiras, Gávea e Jardim Botânico, por volta de 1880, também abrigavam um contingente populacional despossuído materialmente, que morava em cortiços e vilas operárias próximas às fábricas. As hoje chamadas “casinhas” da PUC e algumas vilas na rua Pacheco Leão, são resquícios dessas vilas operárias do século XIX.

Com a proibição do tráfico negreiro em 1850, a transição do trabalho escravo ao trabalho assalariado ocorreu de maneira veloz. A partir de 1870 a mão de obra escrava foi

²⁷ Os morros São João Batista e da Saudade são as montanhas que dividem os bairros de Botafogo e Copacabana, nas imediações das ruas Real Grandeza e Siqueira Campos. Hoje este local é ocupado pelas comunidades Ladeira dos Tabajaras e Morro dos Cabritos.

rareando, aliado a isso muitos negros foram alforriados por terem lutado na Guerra do Paraguai. A essa altura dos acontecimentos, a realidade econômica que vigorava no país fazia da escravidão um tipo de trabalho pouco lucrativo. Ainda mais no Rio de Janeiro, cidade que sempre teve uma vocação comercial, quanto mais pessoas com poder de compra, melhor. Mas o trabalho escravo ainda predominava em atividades domésticas e em pequenas manufaturas.

O porto do Rio concentrava, em 1875 e 1876, a metade do valor total das exportações do país. Segundo Benchimol (1992), o café sozinho correspondia a 94% das mercadorias exportadas, os destinos principais eram: Estados Unidos, Inglaterra e França, respectivamente. Com o aquecimento das atividades econômicas na cidade, tornava-se urgente a melhoria e a expansão do porto que além de pequeno, era raso, ou seja, navios maiores, com calados mais profundos não conseguiam atracar sob o risco de encalharem.

Nesse contexto de grandes transformações, as contradições sociais se tornaram ainda mais evidentes, aguçadas pelas fortes epidemias de febre amarela. O então ministro do Império propôs ao Imperador, em 1874, a nomeação de uma Comissão de Melhoramentos da cidade do Rio de Janeiro, composta pelos engenheiros Francisco Pereira Passos, Jerônimo Rodrigues de Moraes Jardim e Marcelino Ramos da Silva. Dois relatórios foram apresentados, um em 1875 e outro em 1876, considerado o primeiro plano urbanístico da cidade a ser levado ao conhecimento público e ampliando as discussões acerca do urbano. (CARVALHO, 2014, p.61)

O primeiro relatório é apresentado apenas dez meses após a nomeação da comissão e concentrava-se sobre a região da Cidade Nova. Os engenheiros alegavam que aquela era a região da cidade que mais necessitava de melhorias, além de ser o local para onde a cidade crescia. Assim, o custo das obras seria menor pois não se gastaria tanto com desapropriações. Teoricamente, partindo do zero, de regiões pouco habitadas, as dificuldades de se implementar tal agenda seriam menores. A região do canal do Mangue seria o foco inicial das intervenções, a ideia era transformá-lo num caminho navegável, além de contribuir com o escoamento de regiões pantanosas que dificultavam a expansão do tecido urbano e eram vistas como fontes de doenças. Daí a canalização dos rios para que desembocassem nele, além da otimização de sua ligação com o mar.

Situada em zona tropical, numa planície baixa e pantanosa, rodeada pelo mar e pelas montanhas, a cidade reunia, segundo os higienistas, duas características adversas: o calor e a umidade proveniente da evaporação das águas do mar, dos pântanos e das chuvas, que não escoavam devido à pouca declividade do solo. Os pântanos eram particularmente temidos por constituírem focos de exalação de miasmas, os pestíferos gases que veiculavam os agentes causadores das doenças e da morte. Os morros da cidade também eram tematizados como fatores de insalubridade, porque impediam a circulação dos ventos purificadores e porque deles escoavam as águas dos rios e das chuvas, que se imobilizavam na vasta planície sobre a qual se estendia a maior parte construída do Rio, tornando-a pantanosa, úmida e calorenta. Assim, desde muito cedo, os médicos defenderam, além do aterro de pântanos, o arrasamento de morros. (BENCHIMOL, 1992, p.116).

Neste contexto, a medicina social, os engenheiros e o Estado agiam como “regeneradores urbanos”, fiscalizando, coibindo e indicando novas posturas. Em 1866 o vereador Pereira Rego faz um projeto que viabilizava a extinção dos cortiços e demais nódulos de coabitação numerosa, vistos como agentes da desordem e da mistura na cidade. Inicialmente seu projeto não foi aprovado, mas dois anos depois, Pereira Rego foi nomeado presidente da Junta Central de Higiene Pública, e dele solicita-se um parecer acerca de um relatório feito pelo médico-verificador da freguesia de Santana (ponto central da Cidade Velha), tal documento visava demonstrar que ocorriam mais óbitos em estalagens e cortiços do que em casas particulares. Episódios como este municiavam a opinião pública e avalizavam iniciativas do Estado, que, sob o argumento de acelerar tais medidas, davam ao capital privado a função de construir novas habitações para esta população e administrá-las. Ou seja, o Estado ao mesmo tempo em que era inoperante na resolução dos problemas locais, principalmente a falta de habitação para os estratos de baixa renda, era permissivo com capital estrangeiro que passa a controlar uma série de serviços fundamentais ao cotidiano da população. As empresas que administravam o sistema de esgoto, o sistema de abastecimento de água, inúmeras linhas de bonde, bem como grandes construções, eram, em sua maioria, inglesas ou norte-americanas. Se você pensou nas atuais parcerias público-privadas (PPPs), não se espante.

Sobre as propostas da Comissão de Melhoramentos, o primeiro relatório, de 1875, expressa um ideário de cidade calcado no que Beaurepaire já havia proposto. Ou seja, o ordenamento do espaço a fim de solucionar os problemas de saúde pública e viabilizar a emergência de uma nova sociedade. O relatório de 1875 também expõe argumentos que explicam o fato das obras começarem pela Cidade Nova, pois, segundo eles, a Cidade Velha necessitava de tantas intervenções que naquele momento não haveria orçamento para tanto. Contudo, Andreatta (2006) refuta essa versão que, em realidade, tentava esconder o fato de que a própria Comissão de Melhoramentos - a fim de estabelecer um marco conciliatório entre o interesse público e o interesse privado - outorgava a definição de regras para expansão da cidade sobre o espaço onde se concentrava, naquele momento, a geração de valor urbano.

Para implantar e expandir rapidamente os serviços de água e esgoto, a Comissão propõe os quarteirões geometricamente regulares pois, devido a sua simplicidade e fácil capacidade de extensão, seria algo mais viável. Impossível não recordar de Beaurepaire.

O recurso aos mesmos argumentos utilizados no Plano Beaurepaire (como melhorar a ventilação da cidade, dar escoamento às águas pluviais, e facilitar a circulação entre os pontos da cidade) pode ser a razão pela qual a literatura especializada tem

acentuado o higienismo como a corrente de influência do Plano da Comissão de Melhoramentos. (ANDREATTA, 2006, p.154)

Novamente são propostas avenidas monumentais de 40m de largura, a principal ligaria o Campo de Santana até o Portão Vermelho, que daria passagem ao Jardim Zoológico e ao Horto Botânico, integrando o loteamento do novo bairro Vila Isabel. Neste momento, quando falamos de Jardim Zoológico e Horto Botânico referimo-nos ao que hoje popularmente chamam de “antigo Jardim Zoológico” ao final da rua Visconde de Santa Isabel. Daí, uma outra grande avenida seria aberta, perpendicularmente, ligando a Tijuca com o Morro do Telégrafo, onde estava previsto a construção do Palácio Universitário (atual Universidade do Estado do Rio de Janeiro).

Na entrada do Jardim Zoológico, uma praça de 150m de diâmetro daria início a um canal que conduziria as águas daquela região do Engenho Velho (hoje Grajaú) ao canal do Mangue. Além desses dois eixos que otimizariam a ligação da Cidade Nova com o Engenho Velho, um terceiro prolongaria o Bulevar 28 de Setembro até uma quarta avenida que seria aberta paralela à rua São Cristóvão. Esta avenida, também com 40m de largura, ligaria o portal da Quinta da Boa Vista à Praça Castilhos França (mais conhecida como Praça Afonso Pena) na Tijuca. A magnitude e a monumentalidade das avenidas propostas no relatório nos lembram o Plano de Haussmann para a Paris oitocentista.

O canal do Mangue constituía o eixo em torno do qual se alinhavam as extensas e largas avenidas projetadas, conforme as novas concepções urbanísticas postas em prática nas cidades europeias, a partir de Haussmann. Mas ao invés de serem rasgadas no centro densamente povoado, para desalojar os quarteirões operários, eram traçadas na periferia da cidade, para induzir a sua ocupação, à semelhança do Bulevar 28 de Setembro, aberto pelo Barão de Drumond. (BENCHIMOL, 1992, p.142)

Um ponto chave seria a ligação do canal do Mangue com o mar, pois, se por um lado o canal recebia águas dos maciços da Tijuca e do Andaraí, por outro ele teria de despeja-las em algum lugar. Temos aí o embrião do que hoje é o canal da Avenida Francisco Bicalho, desaguando no mar entre as ilhas dos Melões e das Moças. A Comissão projetou um cais da ponta da Chichorra à praia dos Lázarus, conectando assim, os bairros de São Cristóvão e da Gamboa. Uma vez que este cais estivesse construído e toda a região do mangue de São Diogo aterrada, seria instalada ali a Estrada de Ferro D. Pedro II. Desta forma teríamos também uma ligação rápida entre a ferrovia e o cais, otimizando tanto a entrada de mercadorias importadas como a saída de insumos que o país exportava.

Outra modificação sugerida nessa região era a demolição do Matadouro, que ocupava o espaço onde hoje é a Praça da Bandeira. Em seu lugar recomendava-se a construção de um

parque com um edifício que exporia permanentemente máquinas e aparelhos agrícolas, atividade que representava a base da economia nacional. O relatório de 1875, apesar de se concentrar mais na abertura de grandes eixos, não deixou de lado as construções privadas e determinava toda uma padronização das construções levando-se em conta a largura das ruas.

Assim o Plano da Comissão determina normas para a altura dos edifícios em função da largura da rua (12, 16 e 20m segundo a rua tenha menos de 7m de largura, entre 7 e 10 e mais de 10), estabelece limites sobre recuos da edificação, e também tamanhos máximos dos elementos salientes na fachada e composição de alturas nas esquinas. Recomenda, pelo contrário, não regular os aspectos estéticos, e sim dar liberdade arquitetônica, frente à uniformidade dos padrões neoclássicos aplicados nas cidades europeias. (ANDREATTA, 2006, p.162)

Um tema polêmico e que demorou muito a se consolidar foi a exigência de licença municipal para construções particulares. A Comissão propôs a nomeação de um engenheiro (ou arquiteto) por distrito para supervisionar as construções e obras em andamento. O imposto a ser recolhido desta licença serviria para financiar tais inspeções. Um outro fato interessante abordado por Andreatta (2006) salienta como em alguns pontos o relatório liga o higienismo à forma das construções.

Pelo que se refere às condições de salubridade das casas, o Plano se centra no “pé direito”, ou distância entre o “o soalho e o forro”, cujas normas exigem que seja de no mínimo três metros; no tipo de instalações sanitárias exigíveis; e a necessidade de janelas para a rua em todos os quartos, com uma proporção de 1m² cada 10m² de superfície construída. É curioso comprovar que anos mais tarde, em 1890, a Liga para a Proteção da Saúde Pública prussiana conseguiria introduzir nas leis do seu país uma cifra análoga: 0,2m² de abertura para cada 10m³ habitáveis. (ANDREATTA, 2006, p.160)

O segundo relatório da Comissão data de fevereiro de 1876, seu texto defende muitos aspectos do primeiro e reforça os padrões de alinhamento e altura das construções frente aos caprichos dos proprietários. Insiste na instituição de regras obrigatórias para edificações citando exemplos de leis inglesas e francesas da mesma época. A principal diferença entre os relatórios diz respeito à sua abrangência geográfica, enquanto o primeiro relatório concentrava-se na Cidade Nova, o segundo olha mais cuidadosamente para a Cidade Velha. Reforça o padrão de 40m de largura das avenidas com calçada central de 18m e dois passeios laterais. Construída décadas depois, a Avenida Central de Pereira Passos simbolizará a concretização dessas ideias. Hoje pode soar banal falar de largura de ruas, avenidas, calçadas e recuo de construções ao passeio, mas naquela época, numa cidade construída contingencialmente e que continuava crescendo da mesma forma, esse tipo de proposta deu margem a acalorados debates.

Sobre a questão dos alinhamentos, ela é consequência da nova ordem burguesa pois, deste momento em diante, é fundamental a definição do conteúdo e do tamanho da propriedade urbana, já que esta agora é dotada de um valor monetário e de um simbolismo que antes não existia. Além do que, a forma e a velocidade com que a cidade cresce incide diretamente no valor dos terrenos. A “lei de alinhamentos” utilizada como referência para todas criadas por aqui foi a promulgada por Napoleão em 1807.

Parte das propostas deste relatório se centra nas ruas a prolongar em Laranjeiras e Botafogo, bairros que não haviam sido objeto de atenção no primeiro, ou a modificar algumas delas, como a ampliação da grande avenida transversal projetada desde o Campo de Aclamação ao Horto Botânico em Vila Isabel, que diminuiu para 35m de maneira a não afetar o depósito de água do morro do Barro Vermelho. (ANDREATTA, 2006, p. 165)

A proposta principal do segundo relatório da Comissão versa sobre a criação de um cais de 3900m de comprimento por 40m de largura, começando no morro da Viúva e indo até a praia do Flamengo, um embrião da Avenida Beira Mar que seria concluída anos mais tarde por Pereira Passos. Apesar de aprovados, o grande obstáculo à realização das propostas contidas nos dois relatórios da Comissão de Melhoramentos foi a questão orçamentária, pois o contingente de desapropriações a serem indenizadas extravasava a capacidade dos cofres públicos. Os membros da Comissão chegaram a propor que a execução do projeto fosse entregue à iniciativa privada. De acordo com eles, a empresa que financiasse as desapropriações, depois teria o direito de explorar os terrenos e as benfeitorias neles realizadas. Naquele momento essa proposta de financiamento das obras não teve a aprovação do Estado, mas ali conforma-se o modelo de custeio que se aplicará às intervenções na cidade décadas adiante. E de forma alguma seria forçoso dizer que as parcerias público-privadas, tão enaltecidas atualmente, já se esboçavam naquela época.

2.1.3 As festas religiosas e o réveillon carioca à beira do século XX

O Rio chega ao final do século XIX com os mesmos problemas estruturais que a medicina higienista apontava desde os anos 1840. Os relatórios da Comissão de Melhoramentos embora aprovados não se tornaram realidade pela escassez de recursos. Em 1876 a cidade viveu outro grave surto de febre amarela, o primeiro ocorrera em 1853. Novamente os cortiços da Cidade Velha foram apontados como os responsáveis pela epidemia. Mas no que diz respeito às festas populares, dentre as quais o réveillon, algumas mudanças podiam ser notadas. À época, a festividade do Divino seguia como a principal

comemoração popular da capital, em 1874, segundo Martha Abreu (1994), a Câmara aprovou a construção de mais coretos e barracas ao redor do Campo de Santana para as comemorações.

No século XIX, as principais comemorações religiosas da cidade, todas com origem no período anterior, ainda eram as mais concorridas: as procissões do padroeiro São Sebastião, Cinzas, Semana Santa (Passos, Endoenças, Enterro) e Corpo de Deus; as festas em homenagem aos Santos Reis, Santana, São Jorge, Santo Antônio, São João e, a maior delas, a do Divino Espírito Santo. (ABREU, 1994, p. 185)

Tangenciamos isso anteriormente mas agora explicaremos com mais detalhes, a festa do Divino, tal e qual outras festas em dias de santos que havia na cidade, não eram organizadas pela Igreja católica, mas por irmandades e ordens terceiras, organizações leigas que na maioria das vezes não contavam com a total apoio da Igreja para as suas realizações, pelo contrário. A festa do Divino, por exemplo, era um manancial de disputas entre a irmandade de Santana (organizadora da festa) e a Igreja católica, que não aprovava certas práticas tidas como pagãs, tais como as batucadas e danças promovidas por escravos, além de jogos com apostas em dinheiro. Essas práticas eram apontadas, pela polícia, como perturbadoras à ordem pública. Segundo o clero da época, atividades deste tipo modificavam perigosamente aspectos originais da doutrina católica, causando confusões entre o sagrado e o profano.

As danças negras da cidade do Rio de Janeiro, desde o início do século XIX, realizavam-se nas festas religiosas ou acontecimentos sociais, como as coroações ou nascimentos de reis, todos eles eram ótimas ocasiões para o encontro de escravos. (ABREU, 1994, p. 191)

O chamado “catolicismo barroco”, típico do século XIX, marcado por missas pomposas, festas com muita música, fogos de artifício, comidas e bebidas, não agradava à Diocese. O clero local só atuava em situações específicas e não possuía quadros suficientes para atingir todos os fiéis. Então, grande parte da formação religiosa (inclusive de novos padres) ficava a cargo das irmandades e ordens leigas. No bojo dessa disputa a Igreja iniciou uma reforma, a fim de diminuir o poder das irmandades e formar um novo clero alinhado às perspectivas tridentinas. Daí vem a expansão das escolas confessionais e dos seminários sacerdotais, justamente para fazer frente às ordens terceiras, o que afetou as festas e comemorações populares em dias de santos.

Notadamente a partir de 7 setembro 1880, quando são inauguradas as reformas no Campo de Santana, sob supervisão do engenheiro Francisco Pereira Passos, o botânico francês François Glaziou projetou um grande parque à inglesa, com alamedas ornadas, lagos e

grutas artificiais. A praça também fora dotada de animais caros à fauna brasileira e cercado com grades. A partir deste momento a festa do Divino passa a ser mais controlada pela Igreja e conseqüentemente pelo Estado, que a transformam praticamente numa quermesse, algo muito menor do que fora anteriormente. Ao redor da praça também foram construídos edifícios que simbolizavam os principais marcos do poder imperial.

Foram, igualmente, um importante sinal de que a antiga sociabilidade praticada nas ruas e festas de irmandades, começava a ser limitada e afastada do centro do poder, expressando um novo tipo de ocupação, recreação, encontro (os passeios “familiares”) e saúde (em busca do ar puro) nos espaços públicos. (ABREU, 1994, p. 196)

As obras no Campo de Santana, além de inviabilizarem a da festa do Divino e suscitarem a demolição do Teatro Provisório, também levaram ao chão o “chafariz das lavadeiras”, famoso ponto de encontro de escravas e mulheres pobres que papeavam e interagiam enquanto lavavam roupas. Obviamente todas essas ações do Estado (que frisamos, não era laico) ocorreram com total apoio da Igreja.

Figura 6 - Campo de Santana, meados do século XIX, antes da reforma. Palco da Festa do Divino.



Em meio a essa queda de braço entre Diocese e irmandades, os cultos aos orixás africanos seguiam acontecendo, ainda que de maneira discreta e muitas vezes camuflados no

bojo dos dias santos, devido ao sincretismo estabelecido pelos escravos para poderem continuar manifestando sua fé nos orixás. Por exemplo, Iemanjá, no candomblé baiano, é sincretizada com Nossa Senhora dos Navegantes, mas aqui no Rio tal santa não é tão cultuada quanto na Bahia, sua ligação maior é feita com Nossa Senhora da Glória. Não por acaso a praia do Russel, que existia no costado do Outeiro da Glória, foi um dos primeiros locais de louvação à Iemanjá na cidade. Segundo a tradição nagô²⁸, Iemanjá representa a força geradora, a grande mãe, ilustrada pela força da natureza ligada às águas, ao mar e sua confluência com os rios. Assim, chegamos às portas do século XX com um conjunto de festividades, manifestações religiosas e uma cidade mais heterogênea do que aquela planejada por Beaurepaire.

Se nas décadas de 1840/1850 a festa de ano novo detinha forte aura católica e, em sua maioria, era comemorada em casa, ao final do XIX as festas da virada começam a ocorrer em clubes e, posteriormente, em agremiações carnavalescas. Um contraponto à toada cristã de décadas atrás. Ou seja, ao mesmo tempo em que a Igreja e o Estado cerceiam e disciplinam as festividades nas ruas, surgem as festas nos clubes. Esses, ainda que espaços privados, não representavam mais o âmbito do lar. É um momento de transição.

Como todos esses movimentos são consequentes de disputas, não podemos afirmar categoricamente que as festas de Ano Novo nos clubes acabaram com as comemorações em casa, tampouco que o aumento do controle da Igreja sobre os festejos populares de rua tenha acabado definitivamente com essas efemérides ou enfraquecido os rituais à Iemanjá. Mas é notório que na virada do XIX para o XX há mudanças em curso no que diz respeito às festividades populares, sobretudo o réveillon.

Em 1892 o bonde chega a Copacabana abrindo num novo *front* de expansão da cidade aos bairros atlânticos, como ficaram conhecidos. Àquela época ninguém poderia imaginar que um século depois aquele arrabalde praiano seria palco da maior festa de réveillon do mundo, bem como uma das praias mais conhecidas e desejadas por turistas dos mais variados cantos do planeta. E já que estamos falando em réveillon, para a chegada de 1900 a Gazeta de Notícias publicou um anúncio que não deve nada às atuais festas da virada em casas de *swing* ou boates de *strip-tease*, mostrando que certos comportamentos vistos hoje como avançados não têm nada de novo.

O Clube dos Celibatários convida para uma “arrochadíssima festa sem roupões”, oferecida pelo “Grupo das Tentadoras”, com direito a uma “elettrizadora recepção do século XX”, regada com pétalas de flores e muito champagne. (MAUAD, 1997, p. 535)

²⁸ Grupo étnico-linguístico da África Ocidental.

O Clube dos Democráticos alardeava, no Jornal do Brasil de 31/12/1899, seu “cáustico e acintoso baile à fantasia em homenagem ao século XX”, tudo com muita música e bebida. O Clube dos Fenianos, para não ficar pra trás, publicou uma chamada na Gazeta de Notícias convocando um baile à fantasia, “soberba passagem em plena folia ao século das luminárias”. Outros anúncios de bailes, no mesmo tom dos já citados, foram preparados pelo Clube dos Estranguladores, Tenentes do Diabo, Clube Nova Invenção, Congresso dos Políticos, Clube do Campinho, Clube do Riachuelo, Estudantina Apollo e Estudantina Arcas. Os que fugiam a esse tom excessivamente festivo e, em alguns casos temperados com doses de libertinagem, eram o Clube Gymnastico Portuguez e o Recreio dos Artistas, agremiações elitizadas com festas mais conservadoras.

A Igreja católica, por sua vez, condenava esses bailes e promovia festas pelas ruas da cidade nas mais diversas freguesias. Nesse Rio em disputa a Igreja foi obrigada a vir pra rua marcar sua posição, a mesma rua que por muito tempo ela condenou, quando palco de festas das irmandades e ordens terceiras. Por mais que os clubes mexessem um pouco com a configuração das comemorações de réveillon, o tom religioso seguia presente para aqueles que quisessem. Nesta época também já não se comenta mais sobre as trocas de presentes que ocorriam dia 1º de janeiro.

A celebração principal seria a procissão do Santíssimo Sacramento, para a qual a Igreja adotou ordenação sugestiva: os homens marchariam na dianteira, na ala das corporações religiosas, e as senhoras, depois do pódio. Ao chegarem à praça da Candelária, carregando velas que iam arder num sem-número de mãos que formariam uma atmosfera mágica. (MAUAD, 1997, p. 537)

Um dado interessante e que também ocorrera na virada para o ano 2000, quando do réveillon de 1900 a maioria das notícias nos jornais e chamadas de bailes alardeavam para a virada do século, quando em realidade o século XX só se iniciaria em 1901. Quando o ano 2000 chegou o mesmo erro fora cometido, afinal o século XXI só teve início em 2001. A única diferença foi que para a chegada de 1900, nem os libertinos presentes ao baile no Clube dos Celibatários (que de celibatários só tinham o nome), nem o mais fiel católico caminhando na procissão do Santíssimo Sacramento, nem o pai de santo depositando suas oferendas na praia do Russel, falaram em “bug do milênio”. Tampouco que os computadores do mundo inteiro entrariam em colapso.

O Rio que chegava às portas do século XX constituía-se enquanto um mercado de consumo de primeira ordem. Através do porto, os setores industriais tiveram acesso facilitado a máquinas e matérias primas importadas da Inglaterra. Ao mesmo tempo em que isso fazia

da cidade a maior expressão da civilidade local, sua autonomia de outrora esvaziava-se na mesma proporção. A capital confirmava-se como o mais importante centro financeiro do país, com o setor de serviços mais desenvolvido e mão de obra abundante para a indústria. Mas apesar de toda pujança econômica, a situação estrutural da cidade continuava com os mesmos problemas que já demonstrava desde o século XIX.

Nesse sentido o senador Soares de Sousa discursava sobre a lastimável situação da capital, que, aos olhos do mundo, tinha fama de empestada e inabitável. Dessa maneira propunha reformar seu sistema de saneamento e submetê-la a um plano de embelezamento, notadamente a Cidade Velha. Soares de Sousa tentava “vender o peixe” da construção de uma grande avenida, projetada pelo arquiteto italiano Giuseppe Fogliani em 1884, que desafogaria a Cidade Velha, facilitando o trânsito do porto e contribuindo com a circulação de ar na capital.

A avenida projetada, com cerca de 1130m de extensão e 25m de largura (sendo 15m a descoberto e 5m de cada lado, sob arcadas), partiria da rua da Direita, entre as do Hospício e da Alfândega, em frente ao Correio e à Bolsa, até encontrar e absorver a Senhor dos Passos (na dos Andradas), prolongando-se, então, até o campo da Aclamação. Continuariam existindo as ruas do Hospício e da Alfândega, mas seria reduzida a pó a velha rua Senhor dos Passos. (BENCHIMOL, 1992, p.198)

O projeto também previa a construção de prédios elegantes com traços artísticos condizentes ao padrão estético admirado pela elite local. Esses edifícios teriam, em média, 24m de altura e em seu pavimento térreo lojas de luxo, restaurantes, cafés, casas de leitura e de exposições de obras de arte. No segundo pavimento, escritórios de advocacia, de corretores e de empresas sediadas na cidade. No terceiro andar existiriam salas de prestadores de serviços de uma forma geral. Para tanto, o projeto requeria a desapropriação de imóveis num raio de 85m do local da avenida. Fogliani também recomendava a construção de dois grandes hotéis e dois teatros.

Pereira Passos, que à época presidia a Companhia de Carris São Cristóvão, propõe aos acionistas da empresa a compra do projeto de Fogliani. A compra fora aprovada pois a avenida abrigaria as estações terminas das linhas de bonde de toda a cidade, mas com a eclosão da Revolta da Armada em 1893, o projeto fora adiado e nunca saiu do papel. Porém, anos adiante, notaremos íntimas semelhanças do projeto de Fogliani com a Avenida Central de Pereira Passos.

Às vésperas do réveillon de 1903 Rodrigues Alves, recém-eleito presidente da República, nomeia justamente o engenheiro Francisco Pereira Passos prefeito do Distrito Federal. Pereira Passos era membro do Clube de Engenharia, presidira importantes companhias de carris e supervisionara as reformas do Campo de Santana. Estudou três anos

na França e acompanhou *in loco* as reformas de Haussmann em Paris. Por ter vivido de perto a consecução do Plano de Haussmann, realizado entre os anos de 1854 e 1870, Pereira Passos trouxe consigo uma forte carga de influências da escola de engenharia francesa e do modelo de gestão haussmaniano.

Em 17 anos, Haussmann realizou um conjunto sem precedentes de obras urbanísticas que, além das avenidas e parques, incluíam mercados públicos, estações e quarteis, canalizações de água e esgoto etc., executadas muito rapidamente, e com métodos draconianos que o consagraram em meio ao tumulto de interesses feridos, como um ditador, cuja habilidade consistia em atuar sobre alvos muito precisos, no menor tempo possível. (BENCHIMOL, 1992, p.193).

A citação acima resume com muita propriedade o modelo de gestão que Pereira Passos implementará no Rio a partir de 1903. Seu governo entrou para a história não somente pelas muitas obras estruturais e de embelezamento que realizou na cidade, mas também pela imposição e fiscalização de uma série de posturas “civilizatórias”. Não à toa, em 29 de dezembro de 1902, um dia antes de sua posse, o presidente Rodrigues Alves promulgou o decreto federal nº. 939, que alterava a lei orgânica do Distrito Federal e suspendia por 6 meses o Conselho Municipal (atual Câmara de Vereadores). Assim, Pereira Passos teria total liberdade para legislar por decretos e fazer aquilo que quisesse.

2.2 A construção física e simbólica do Rio de Pereira Passos

Em maio de 1903 o presidente Rodrigues Alves assinou um empréstimo de 8 milhões e 500 mil libras esterlinas, com o banco inglês *Rotschild and Sons* para reformas na região do porto. Este foi o embrião das reformas de Pereira Passos. Muito se fala, e com propriedade, da Avenida Central, mas são as obras que visavam a ampliação do porto que ensejam todo o conjunto de reformas na Cidade Velha. A Avenida Central²⁹, que muito se comenta acerca do seu valor estético, cultural e comportamental para os residentes no Rio, fora pensada logisticamente como um elo de ligação entre a Praça Mauá e a Avenida Beira Mar, com grande capacidade de fluxo de pedestres, veículos e paralela ao porto. Todos os quarteirões geometricamente regulares que se seguem daí (já previstos no Plano Beaurepaire) teriam a função de otimizar o trânsito de mercadorias do porto à cidade, dinamizando o comércio local.

A Comissão de Obras do Porto utilizou o projeto da Empresa de Melhoramentos do Brasil. Esta projetara um cais contínuo, desde o Arsenal de Marinha até a Ponta do

²⁹ Em 1912 a Avenida Central teve seu nome alterado para Avenida Rio Branco, em reconhecimento aos acordos diplomáticos estabelecidos pelo Barão do Rio Branco.

Caju, dividindo em duas seções: a primeira, até a ilha das Moças, para o serviço de navegação internacional ou de longo curso (permitindo 8,5m de calado em maré média); a segunda, da ilha das Moças até a Ponta do Caju, denominado cais sanitário, para as embarcações de cabotagem. (BENCHIMOL, 1992, p.223)

A retificação da linha irregular do litoral, a fim de viabilizar a construção de um cais regularmente retilíneo, implicava não apenas a demolição de centenas de prédios, como também o aterro de diversas enseadas que existiam naquela orla. A terra e o entulho para esses trabalhos vieram do arrasamento do morro do Senado. Concomitante à modernização do porto, o governo federal incumbiu-se do prolongamento do canal do Mangue e da abertura de três avenidas: a Avenida do Mangue (atual Francisco Bicalho); a Avenida do Cais (atual Rodrigues Alves) e a Avenida Central (atual Rio Branco).

A Avenida do Cais teria a função de ligar o porto à emergente área industrial de São Cristóvão e à Praça Mauá. Com 3090m de comprimento e 40m de largura, ao longo do seu eixo haveria três faixas longitudinais de armazéns. A Avenida do Cais também fora pensada enquanto instrumento de manutenção da ordem, visto que cortava os bairros mais perigosos da cidade à época e focos da Revolta da Vacina: Saúde e Gamboa. Assim, facilitaria o patrulhamento da polícia na região. Nota-se aí uma clara influencia haussmaniana aliando a reformulação do espaço à segurança pública. Quando no começo deste capítulo falamos da conotação negativa da “malandragem”, isso está intimamente ligado à visão que se tinha à época da população que habitava esses redutos tidos como pobres e perigosos. Algo semelhante ao modo como o “favelado” é representado hoje nos principais veículos de comunicação.

A Avenida do Mangue, prevista no segundo relatório da Comissão de Melhoramentos, conforme Andreatta (2006), estava atrelada ao aterro do mangue de São Diogo. Seu canal iria da Ponte dos Marinheiros até o cais, inicialmente com 20m de largura e 1,5m de profundidade, a medida em que se aproximava do cais sua largura diminuía para 12m e sua profundidade aumentava pra 8m, onde seria instalada uma comporta de ligação com o mar para a limpeza diária do canal. Os terrenos aterrados do mangue de São Diogo passaram ao domínio do Estado e assim abriu-se a mais larga avenida da cidade, conhecida hoje como Av. Francisco Bicalho, com 95m de largura e 1380m de extensão, ela articula o porto com São Cristóvão e a região central do Rio.

Pois bem, em 7 de janeiro de 1903, Paulo de Frontin foi nomeado por Rodrigues Alves chefe da Comissão Construtora da Avenida Central. Os planos e explorações realizadas pela Empresa de Melhoramentos serviram de base, com modificações, para o projeto supervisionado pela Comissão de Obras do Porto, chefiada por Francisco Bicalho. Da comissão executiva, encarregada da supervisão técnica das obras, fazia parte Vieira Souto. A firma britânica C.H. Walker & Cia., contratada

para a execução dos trabalhos do cais, era vinculada àquela que havia adquirido a concessão da Empresa de Melhoramentos. (BENCHIMOL, 1992, p.216)

A Avenida Central foi a “joia da coroa” dentre as diversas obras realizadas na cidade, projetada a fim de emergir a “cidade civilizada” de um emaranhado de ruelas de traçado irregular que se cruzavam desordenadamente. Suas obras rasgaram o centro nevrálgico da Cidade Velha destruindo cortiços, estalagens e demais habitações coletivas onde residiam grande parte do proletariado carioca, visto como foco de miasmas e pestilências a serem extirpadas.

Entretanto não foi apenas o viés econômico que explica a Avenida Central, outras determinações de ordem política, social e ideológica influíram no projeto: a ideia de embelezar a cidade remonta ao projeto da avenida de Giuseppe Fogliani de 1884. E aqui, embelezar significava, além da adoção de um novo padrão estético, a erradicação dos pobres que residiam na área central. A mudança de função do Centro (Cidade Velha), atendia aos interesses especulativos do capital comercial e financeiro. A Avenida Central tornou-se um verdadeiro palco, uma passarela aonde se ia para notar e ser notado. Com um comércio refinado, lojas de moda, de tecidos e livrarias.

As melhores casas comerciais foram ali instaladas; os jornais construíram seus prédios monumentais e as grandes companhias, clubes, hotéis e vários edifícios do governo (Escola de Belas-Artes, Biblioteca Nacional, Supremo Tribunal, Theatro Municipal, Palácio Monroe) foram nela localizados. (ABREU, 1987, p. 63)

A avenida, como se vê, operava como o principal índice simbólico da cidade, irradiando com suas fachadas de cristal e mármore, suas vitrines cintilantes, os modernos globos elétricos da iluminação pública, os faróis dos carros e o vestuário suntuoso dos transeuntes, mudanças profundas na estrutura da sociedade e cultura. (SEVCENKO, 2008, p. 545)

O hábito de sair às ruas, caminhar pela cidade tornou-se uma prática cultivável, a modernização do espaço também implica a modernização de costumes. Isso impactou fortemente as festas populares, em especial o réveillon, que passou a ser mais comemorado nas ruas e com menos controle por parte da Igreja. Retornaremos a isso mais adiante para salientar que a Reforma Passos, além de operar uma série de modificações urbanísticas na cidade, refletiu-se numa reformulação de hábitos dos cidadãos. Nesse sentido, a imprensa tinha um importante papel, agindo educativa e disciplinarmente, a partir do momento em que transmitia um padrão de comportamentos condizentes com o *status* de metrópole e disseminava os valores da vida moderna.

Além das obras estruturais, o embelezamento também marcou a Reforma Passos, com intervenções paisagísticas na Praça XV, no Largo da Glória, no Largo do Machado, no

Passeio Público, na Praça XI e na Praça Tiradentes, reformulando seus jardins e instalando, nesses locais, estátuas de heróis nacionais.

Mas nem tudo eram flores. As pessoas desalojadas do casario demolido na Cidade Velha para a construção da Avenida Central e o alargamento de outras vias, passaram a ocupar as favelas do Centro, notadamente os morros da Providência, São Carlos e Santo Amaro. Outros foram para os subúrbios mais próximos da região central, como Engenho Novo e Inhaúma. Ao mesmo tempo em que o “Bota Abaixo” representa para o Rio de Janeiro a superação das contradições da cidade colonial, ele inaugura e acentua outras, de ordem material. O aprofundamento das relações capitalistas na “nova capital” começou a expulsar do Centro a população pobre. Ao mesmo tempo, o avanço da indústria e a abertura de postos de trabalho na construção civil atraíam habitantes das zonas rurais para a capital. A modernidade das reformas iniciadas por Pereira Passos evidenciou as contradições que já havia na cidade.

A Avenida Central foi aberta em tempo recorde, as demolições começaram em 29 de fevereiro de 1904 no Largo da Prainha (região da Praça Mauá). Paulo de Frontin tocou uma operação rápida e fulminante, ao estilo Haussmann, atacando os trabalhos ao mesmo tempo nas extremidades da futura avenida e convergindo para o meio. A rapidez das ações devia-se ao enorme custo social e político das obras.

O ano de 1904 fora de crise para a economia local, muitos comércios fecharam liberando abundante contingente de mão de obra que, somado aos desocupados que já existiam, muitos imigrantes recém-chegados à cidade e ex-escravos, formavam um vasto “exército de reserva”. Desta maneira havia considerável quantidade de trabalhadores que eram contratados e demitidos livremente pelos engenheiros responsáveis pelas obras. Em meio às dificuldades econômicas do momento e para dar sequência às obras e desapropriações, a prefeitura toma um novo empréstimo de bancos ingleses, dessa vez foram 4 milhões de libras. Isso exigiu uma dura política fiscal do município para com os cidadãos que tiveram de pagar a conta.

É interessante apontarmos que a Reforma Passos atingiu de modo desigual áreas cuidadosamente selecionadas do Centro, onde ficava claro uma série de injunções políticas e econômicas. As demolições no Centro ocorriam ao mesmo tempo em que novas construções surgiam na Zona Sul e nos subúrbios. Em 1904 Copacabana, embora pouco habitada, já era acessível por bondes há 12 anos e contava com duas estações: Siqueira Campos e Igrejinha (atual Posto 6). A ocupação das Zonas Norte e Sul da cidade foi largamente incentivada pelas companhias de bondes. Outro fator a ser destacado, diz respeito à remoção da população pobre e negra do Centro: essa transferência não se deu apenas pelas demolições e remoções,

mas pela própria valorização do solo urbano com as Reformas. De certa maneira podemos dizer que ali já ocorria um processo que hoje chamamos de “gentrificação”. Pereira Passos foi o primeiro prefeito da história do Rio a gerir e erigir a cidade segundo os interesses do capital privado.

Antes de debatermos a construção da Avenida Beira Mar, empreendimento finalizado por Pereira Passos, vamos falar sobre as proibições “civilizatórias” realizadas pelo prefeito. Conforme citamos anteriormente, embasado no decreto 939, durante os 6 primeiros meses de governo, Pereira Passos teve poderes discricionários para governar. Deste modo, o engenheiro que vivera Paris por anos, queria transformar “velhas usanças” da capital no “habitat de um povo civilizado”. Como ele mesmo diz:

‘Comecei por impedir a venda pelas ruas de vísceras de reses, expostas em tabuleiros, cercados pelo voo contínuo de insetos, o que constituía espetáculo repugnante. Aboli, igualmente, a prática rústica de ordenharem vacas leiteiras na via pública, que iam cobrindo com seus dejetos, cenas estas que, ninguém, certamente achará dignas de uma cidade civilizada.

Mandei, também, desde logo, proceder a apanha e a extinção de milhares de cães, que vagavam pela cidade, dando-lhe o aspecto repugnante de certas cidades do Oriente, e isso com grave prejuízo da segurança e da moral públicas.

Tenho procurado pôr termo à praga dos vendedores ambulantes de bilhetes de loteria, que, por toda a parte, perseguiram a população, incomodando-a com infernal grita e dando à cidade o aspecto de uma tavolagem. Muito me preocupei com a extinção da mendicidade pública, o que mais ou menos tenho conseguido, de modo humano e equitativo, punindo os falsos mendigos e eximindo os verdadeiros à contingência de exporem pelas ruas sua infelicidade (...).’ (BENCHIMOL, 1992, p. 277)

Pereira Passos também inicia uma “guerra” contra os quiosques, os quais considerava anti-higiênicos e sem inspiração artística, medida que rendeu grande repercussão nos jornais da época. Os quiosques eram pontos de aglomeração nas calçadas das ruas que reuniam, em sua maioria, trabalhadores de baixa renda que ali consumiam café, vinho, broas, sardinhas, pernil, queijo e outras miudezas. Era um tipo de comércio pobre que não rendia grandes retornos financeiros aos arrendatários que pagavam uma quantia mensal, espécie de aluguel, a uma companhia proprietária dos quiosques. Pereira Passos teria proposto 300 mil contos de réis pela rescisão do contrato até 1911. O dono da companhia fez uma contraproposta de 1 milhão e 500 mil contos de réis, e não se chegava a um acordo. O prefeito então, ignorando que havia um contrato em vigência e um grande contingente populacional que se alimentava naqueles locais, ordena a demolição de todos os quiosques para obrigar a companhia que os explorava a aceitar uma indenização menor.

Outra medida que teve grande impacto à população mais pobre e a pequenos produtores rurais foi a proibição dos “cargueiros” circularem pela cidade. Os cargueiros nada

mais eram do que carroças puxadas por animais e conduzidas por um homem que trazia frutas, legumes e verduras, geralmente plantadas e colhidas por eles mesmos. Isso afetou não só o abastecimento de alimentos de um contingente de indivíduos despossuídos como também decretou o fim de várias pequenas propriedades rurais nos subúrbios. Pereira Passos alegava que os cargueiros, além de lentos e antiestéticos, também representavam um perigo ao trânsito na cidade pelo risco de acidentes. Porém, ao mesmo tempo em que a prefeitura asfixiava os pequenos produtores rurais, ela promovia a construção de grandes mercados abrindo espaço ao capital comercial atacadista para a exploração do abastecimento de alimentos na cidade. Nasce assim o Mercado da Candelária, arrendado pela companhia *The Rio de Janeiro Municipal Markets and Cold Storage Company*, por 370.000 libras esterlinas. Nas palavras de Pereira Passos “uma praça de mercado digna de nossa capital”.

Tampouco o carnaval passou ileso pela prefeitura, em 1903 o “entrudo” (um festejo popular) foi proibido, e, em seu lugar, impôs-se a “batalha das flores”. O entrudo era um tipo de brincadeira realizada durante o carnaval, onde as pessoas atiravam umas nas outras frutas estragadas, baldes d’água, luvas cheias de farinha, confetes dentre outras traquinagens. Os infratores que fossem pegos pelos agentes da prefeitura, em meio a essa prática, pagariam multa ou ficariam presos de dois a oito dias.

Os agentes da prefeitura tinham ordens de inutilizar as “laranjas” encontradas pelas ruas e de prender aqueles que lançassem sobre os transeuntes ou sobre as pessoas nas janelas de suas casas qualquer líquido por meio de seringas, pós, estalos, confetes etc. Em substituição ao carnaval, essa festa bárbara e promíscua, segundo Pereira Passos, a prefeitura instituiu a elegante Batalha das Flores, que deu ensejo à pedagógica exibição das elites, em trajes de gala, nos seus carros ricamente ornamentados, para a plateia popular passiva e embasbacada. (BENCHIMOL, 1992, p.284)

A Reforma Passos, além de todas as intervenções físicas que operou na cidade, também implementou uma série de leis que coíbiam comportamentos e práticas tidos como indesejáveis, ou incivilizadas, na capital reformulada. Mas apesar de tudo isso, o que entrou para a história e até hoje mais se comenta, foram as diversas obras realizadas pela prefeitura. A primeira a ser inaugurada foi o alargamento e prolongamento da rua do Sacramento que passou a se chamar Avenida Passos em 26 de junho de 1903. Outra avenida inaugurada na mesma época foi a Salvador de Sá, com 800m de extensão e 17m de largura, esta radial destinava-se a evitar a movimentada curva da rua Frei Caneca, a fim de dinamizar o fluxo do Centro à rua Estácio de Sá, que servia de ligação com os bairros de São Cristóvão e Engenho Velho.

Em setembro de 1904 são inauguradas duas avenidas fundamentais ao plano de Pereira Passos e dos prefeitos que o sucedem: a Avenida Central e a Beira Mar. Sobre a primeira falamos bem neste capítulo, sobre a segunda discutiremos sua importância no próximo, onde nosso foco será da expansão da cidade à Zona Sul, sobretudo a Copacabana, que passa a ser epicentro da cartografia carioca (a partir dos anos 1960) e palco das principais comemorações populares da cidade, principalmente do réveillon que torna-se uma marca do Rio e do Brasil.

Mediante o que expusemos neste item, fica claro que as obras portuárias desencadearam uma série de intervenções por toda a cidade, tendo-se ganho ao mar, com terras precedentes da demolição do morro do Senado, uma superfície de 170 hectares diante dos morros do Livramento, Conceição, Previdência e Saúde. Ao final do seu mandato e com vistas à Exposição do Centenário em 1908, Pereira Passos construiu a Avenida Maracanã, uma das mais importantes vias da Zona Norte, que atravessa o bairro da Tijuca chegando até a região Muda, contígua ao Alto da Boa Vista.

Podemos dizer que mesmo com o fim do seu mandato em 1906 as reformas não pararam. Assim, seguindo a abordagem de Andreatta (2006), dividimos a Reforma Passos em três fases consequentes uma da outra: a primeira foi o “Bota Abaixo” e todas as obras realizadas ao longo dos anos que Pereira Passos esteve a frente da prefeitura; a segunda fora a gestão de Paulo de Frontin, em 1919; e a última, que tem como corolários o arrasamento do Morro do Castelo e a realização Exposição Internacional de 1922, na gestão de Carlos Sampaio (1920-1922).

2.2.1 Do Centro à Zona Sul Atlântica: a cidade cresce na direção do mar

Um dos maiores legados deixados pela gestão de Pereira Passos, que vai muito além das reformas e incide até hoje na administração municipal, é a enorme capacidade que o Rio articulou de angariar empréstimos externos e atrair investimentos nacionais e estrangeiros. É difícil encontrarmos no mundo exemplos de cidades que tenham passado por reformas tão profundas em sua trama urbana e continuem passando até hoje. O “Bota Abaixo” fora financiado quase que inteiramente pelo capital privado internacional, notadamente de bancos ingleses. Saltando um século, recentemente a cidade passou por outro extenso programa de reformas urbanas com vistas à Copa de 2014 e aos Jogos Olímpicos de 2016, e, novamente, o

fomento que viabilizou tais empreendimentos fora em sua maioria do capital privado³⁰. Muito se comenta acerca dessa “vocação” da cidade do Rio de Janeiro, algo tido como inato, que seria a sua capacidade de sediar megaeventos. Daí se apontam como motivações a simpatia do povo, as belezas da cidade, a malandragem criativa do carioca, que compõem uma atmosfera local única. Isso   o que David Harvey chama de “rendas monopolistas”, conforme explicamos no capítulo anterior.

Colocamos o termo voca o entre aspas pois   uma palavra que denota dom, talento, coisas que já nascem conosco. Salientamos isso pois pensamos ser forçoso apontar tal voca o ao Rio. Em realidade, esta cidade construiu um *modus operandi* de gestões municipais a fim de angariar grandes investimentos através da realiza o de megaeventos. Como mostramos no capítulo anterior, os megaeventos não são o fim, mas os agentes viabilizadores de um complexo mecanismo que visa o aporte de capitais   cidade. Este   o cerne da questão, esta   a “voca o” que se construiu.

O primeiro momento em que o Rio se abriu para mostrar as modificações que aqui eram feitas fora logo após a primeira fase das reformas urbanas iniciadas por Pereira Passos: a Exposi o Nacional de 1908. Tal efeméride, também chamada de Exposi o do Centenário, em alusão aos 100 anos da Abertura dos Portos às nações amigas, tinha como objetivo mostrar os produtos fabricados no país, bem como ostentar o novo Distrito Federal ao mundo.

O evento de 1908, mesmo sendo nacional, inspirou-se nas grandes exposi es universais e exibiu a produ o da indústria, ampliando mercados e apresentando a nova cidade. Seria uma ótima oportunidade do país, e especialmente do Rio, testar se estava preparado para receber eventos de grande porte e, conseqentemente, capitais. Para tanto a cidade precisava ser convincente na promo o de sua imagem, das suas tecnologias, artes e indústrias em geral (LEVY, 2008, p. 68).

O Brasil queria se firmar como na o republicana e, nesse imaginário, era necessário modificar a cidade e provocar legados para o futuro na forma de edifícios, novas avenidas e aterros. A Exposi o de 1908 serviu como mais um teste para esse propósito, visto que o prefeito Pereira Passos já havia tentado provar que a cidade, a despeito de estar nas Américas e de sua pobreza, poderia alcançar ares de metrópole europeia. Daí vem a alcunha de “Paris dos Trópicos”, que acompanhou a cidade durante o período conhecido como *Belle  poque* no começo do século XX.

³⁰ Segundo a Controladoria Geral da União (CGU), dos 39 bilhões de reais gastos para viabilizar os Jogos Olímpicos no Rio de Janeiro, 64% dos recursos vieram de entes privados e 36% do Estado.

Se a Reforma 1902/1906 investiu na construção da avenida Beira Mar, que dava um tratamento paisagístico a todo o contorno da baía de Guanabara até Botafogo, a Exposição de 1908 ampliava essa intervenção até os terrenos da praia Vermelha, incorporando-os ao mesmo tratamento urbanístico e arquitetônico atualizado. (LEVY, 2008, p.9)

Neste momento o réveillon ainda não se configurava enquanto um megaevento, mas a cidade já se expandia à Zona Sul atlântica e, neste contexto, começa a ocorrer uma mudança com relação ao modo como se vivenciava a proximidade com o mar. Não havia a ideia de balneabilidade que há hoje, o mar era visto (e vivido) basicamente como um meio de navegação. Nesse sentido, o Rio era uma cidade portuária e não um balneário. Um fato que ilustra isso, conforme mostraremos no 3º Capítulo, é que as primeiras construções que surgem em Copacabana tinham sempre seus fundos voltados ao oceano e sua faixa ao continente. Os banhos de mar só se tornarão uma prática cultivável, sob a ótica do lazer, a partir da década de 1910, acompanhando a ocupação e a frequência a Copacabana.

Naquele momento o termo “balneário” ainda era quase uma novidade: ele havia sido disseminado ao longo do século XIX para definir as cidades litorâneas europeias que se desenvolveram em função do turismo provocado pela transformação dos ambientes marítimos em lugares de lazer e de cuidados corporais. (FEIJÃO, 2013, p. 230)

É bem verdade que desde o final do XIX existiam algumas casas de banho em praias próximas ao Centro, sobretudo Santa Luiza e Flamengo, mas esses banhos eram praticados com um viés terapêutico e não como uma atividade relacionada à fruição, mas suscitam um contato maior entre os frequentadores e o mar. É justamente nessas enseadas da região central (Russel, Santa Luzia, Dom Manuel, Peixe e Prainha) que desde meados do século XIX temos registros de cultos a Iemanjá, no bojo das comemorações de Ano Novo.

Mas o que queremos salientar através das reformas iniciadas por Pereira Passos e da Exposição Nacional de 1908 é que elas inauguram um modelo de gestão municipal, baseado a lógica do capital financeiro, que é praticado até hoje. A expansão da cidade à Zona Sul foi toda pautada sob a lógica da construção desta “vocação”. Copacabana, conforme as palavras de Julia O’Donnell (2013), fora pensada e construída para ser a “Biarritz brasileira”, local que articulava e promoveria a imagem da capital da República ao mundo.

Nesse sentido, a escolha do local que abrigou a Exposição de 1908 não foi à toa, ela já apontava a direção do novo ciclo de expansão da cidade: a Zona Sul atlântica. Fazendo um paralelo e um salto histórico, desde o começo dos anos 2000 a maioria dos investimentos na cidade concentra-se na região da Barra da Tijuca, não por acaso lá se disputou o Pan-

americano em 2007, seis edições do Rock In Rio e a maioria dos jogos durante as Olimpíadas de 2016, último megaevento internacional realizado na cidade.

Retornando ao início do século XX para que possamos mostrar a simbiose que há entre reformas urbanas e megaeventos no Rio de Janeiro, antes das construções realizadas em nome da Exposição Nacional de 1908, era difícil caracterizar a Praia Vermelha/Urca como um bairro separado de Botafogo. Na área descampada só havia a Fortaleza de São João, a Escola Militar, o Hospício Pedro II e as obras do Instituto Benjamin Constant. A Praia Vermelha/Urca caracterizara-se como bairro justamente a partir da Exposição de 1908. Para tanto, a Praia Vermelha configura-se como primeira praia artificial do Brasil, pois, para viabilizar a construção dos pavilhões no local, toda a explanada existente hoje ao final da Avenida Pasteur, fora ganha ao mar por meio de aterramentos. A empresa Urbanização Carioca fora a responsável por tais intervenções, daí “Urca”. O que antes era uma sigla, hoje dá nome ao bairro.

Também em 1908, ao mesmo tempo em que ocorria a Exposição Nacional na esplanada da praia Vermelha, do outro lado da baía de Guanabara um fato relevante para a história das comemorações de Ano Novo no Rio de Janeiro e as reverências a Iemanjá, acontecia: a anunciação da umbanda. Com base na obra *“O livro essencial de umbanda”* (2014) de Ademir Barbosa Júnior³¹, e em relatos de umbandistas com quem conversamos, a religião de umbanda teve um mito fundante em Neves, bairro do município de São Gonçalo, através do médium Zélio Fernandino de Moraes que manifestou duas entidades: o Caboclo das Sete Encruzilhadas e o “preto velho” Pai Antônio. Não que antes não existissem manifestações de possessões espirituais, as macumbas e o espiritismo kardecista mostram justamente o contrário. Mas a umbanda traz consigo uma grande multiplicidade cultural, sincretizando matrizes religiosas de diferentes origens, tais como: o catolicismo, o espiritismo kardecista, as macumbas, os candomblés e ritos ameríndios. Desde já registramos que há outras explicações sobre o surgimento da umbanda, relacionando-a mais à cultura africana, às pajelanças, aos cultos da jurema sagrada e ao catimbó. Mas de acordo com o material a que tivemos acesso, e de conversas com praticantes da religião, a versão mais aventada (mas que não é a única), gira em torno das primeiras manifestações espirituais que ocorrem através do médium gonçalense supracitado.

Para que entendamos como os cultos à Iemanjá foram se construindo, desde meados do XIX até se tornarem um elemento central do réveillon carioca a partir dos anos 1970,

³¹ Presidente da Associação Brasileira de Escritores Afro-religiosos.

temos de compreender que já existiam louvações à Iemanjá na passagem de ano antes da anúncio da umbanda por Zélio Fernandino de Moraes. Mas são seus adeptos que confirmarão esta prática ao longo do século XX, visto que para a maioria dos candomblecistas o dia de se cultuar tal iabá é 2 de fevereiro, dia de Nossa Senhora dos Navegantes.

Figura 7 - Tata Tancredo, patriarca da umbanda omolokô, de mãos dadas com um menino.



No Rio de Janeiro, os umbandistas, mesmo sincretizando Iemanjá com Nossa Senhora da Glória, cujo dia santo é 15 de agosto, convencionaram louva-la no réveillon justamente por essa representação da iabá enquanto a grande mãe dos orixás, fonte geradora do mundo e renovadora da vida³². Mas o grande impulso para tal ligação deu-se através do pai de santo Tancredo da Silva Pinto, mais conhecido como Tata Tancredo. Foi ele que em 1950 fundou a Federação Umbandista de Cultos Afro-Brasileiros para resistir à perseguição que a umbanda sofria, sobretudo de entes do próprio Estado, e enaltecer suas raízes africanas. A fim de ilustrarmos tal situação, conforme o historiador Luiz Antônio Simas indica, hoje, o maior acervo de arte sacra afro-brasileira não está nos terreiros de candomblé ou de umbanda, do Rio ou da Bahia, mas no depósito da Polícia Militar carioca, localizado à rua da Relação, na região central da cidade. Foi justamente com o intuito de aumentar a visibilidade da umbanda para fugir ao preconceito e à intolerância religiosa, que Tata Tancredo, valendo-se de sua notoriedade, inclusive como figura influente no mundo do samba, passou a fomentar os cultos a Iemanjá pelos umbandistas nas praias cariocas (notadamente em Copacabana) na noite de réveillon.

³² Há múltiplos arquétipos relacionados à Iemanjá na cultura africana, mas na umbanda suas representações estão ligadas, de uma forma geral, à ideia da genitora-mor.

2.2.2 A Exposição Internacional de 1922 e o réveillon carnavalesco

Em 1919 Paulo de Frontin assumiu a administração municipal, engenheiro, assim como Pereira Passos, foi ele o responsável por algumas obras durante o “Bota Abaixo”, dentre as quais a abertura da Avenida Central. Nos nove meses em que esteve no comando da prefeitura (fevereiro a novembro de 1919), Paulo de Frontin reconstruiu e alargou a Avenida Atlântica, destruída após uma forte ressaca; pavimentou a ligação de Copacabana com Ipanema e construiu a Avenida Meridional (atuais Vieira Souto e Delfim Moreira); prolongou a Avenida Beira Mar até a Ponta do Calabouço, construiu o cais da Urca e canalizou o rio Comprido. Essa última obra lhe rendeu o nome de tal avenida que corta o bairro homônimo ao rio. Para tais obras, de acordo com Andreatta (2006), Paulo de Frontin contou com empréstimos de bancos estrangeiros da ordem de 10 milhões de dólares.

Em 1920 outro engenheiro, Carlos Sampaio, assumiu a prefeitura. Assim como Pereira Passos e Paulo de Frontin, Carlos Sampaio também era membro do Clube de Engenharia. O principal feito de sua gestão foi a demolição do Morro do Castelo e a utilização do material dali retirado para o aterramento do local onde se realizou a Exposição Internacional de 1922. Parte deste material também foi utilizado para aterrar algumas partes da Lagoa Rodrigo de Freitas, notadamente a área que hoje é chamada de Jardim de Alá, iniciando a urbanização de outra localidade da Zona Sul. Carlos Sampaio também foi o responsável pela canalização do rio Maracanã, que margeia a avenida construída anos antes por Pereira Passos.

O morro do Castelo, sede da fundação da cidade, foi demolido, para a celebração da Exposição comemorativa do Centenário da Independência de 1922, o que constitui um sério paradoxo. Foram removidos 4,5 bilhões de m³ de terras e ganhada ao mar uma superfície de 67.000 m² de solo, onde se celebrou a Exposição; e mais tarde, nos anos quarenta, se construiu junto a esse espaço o Aeroporto Santos Dumont, na borda do mar. (ANDREATTA, 2006, p.39)

Alguns órgãos de imprensa à época, associavam a obra de demolição do Morro do Castelo e a realização da Exposição como uma justificativa legítima para a extirpação dos “horrores” ali presentes, como as doenças e a miséria. Para outros veículos de comunicação, o fim do morro representava a vitória da burguesia sobre o trabalhador. Esses acreditavam que a verdadeira cidade estava sendo camuflada e obrigada a se afastar de seu local de origem. Em meio a essas disputas discursivas, o fato é que efetivamente o Centro da cidade mudou com novas ordens de deslocamentos e de aglomerações.

Carlos Sampaio, seguindo o modelo de Pereira Passos, governou a cidade como uma plataforma de negócios. Sendo assim, era preciso desenvolver um cenário próprio que transmitisse ao mundo a nova imagem que se queria passar da capital, a fim de fomentar a atração de investimentos. A demolição do Morro do Castelo e o consequente aterro da área –

localizada entre a praia de Santa Luzia e a enseada da Glória – onde se instalou a exposição, aprofundaram uma nova cartografia que se impunha à cidade, pois, com o aterramento das praias da região central, num momento em que os banhos de mar já eram vivenciados sob a ótica do lazer, Sampaio reforçava a vocação balneária de Copacabana e suscitava um aumento da frequência à Zona Sul. Agora, aqueles que quisessem desfrutar da fruição à beira mar deveriam pegar o bonde e cruzar o túnel. Não Rebouças, ainda. Mas o da Real Grandeza.

Figura 8 - Praia de Santa Luzia, 1905.



Além disso, como já salientamos, tais praias do Centro também abrigavam cultos religiosos afro-brasileiros, que eram malvistas por alguns setores da sociedade. Assim, ao mesmo tempo em que Sampaio reforça a Zona Sul como *locus* da fruição e do lazer, ele enseja o deslocamento de uma população mais proletarizada e negra aos subúrbios. No caso do aterramento dessas praias e das memórias dos ritos que ali eram realizados não podemos nem falar em ruínas, mas em apagamento.

Apesar de muitos autores tratarem do reordenamento urbano, quase nenhum deles trata das ruínas das praias e de seu aterramento como memórias das oferendas ao mar, nem das novas formas de usos do espaço urbano das cachoeiras e rios das áreas menos nobres da cidade. (BAHIA, 2018, p. 181)

Afastada a população pobre do Centro, Sampaio optou pela via financeira, para que o Rio passasse a ser competitivo nos negócios de uma forma geral. A nova estética proposta implicava situar, de forma definitiva, a cidade na lista internacional de grandes sedes de eventos e negócios, tal e qual Paris, Londres e Nova Iorque. Uma moderna organização urbanística integrada às obras de Pereira Passos e Paulo de Frontin, valorizando ainda mais a região central da cidade fora realizada para viabilizar o certame de 1922. É curioso lembrar

que, até 1970, era comum os cidadãos chamarem o Centro de ‘cidade’. A ‘cidade’ era um bairro, o Centro. Lá estava toda a simbologia arquitetônica e financeira dos possíveis significados de cidade grande (FREITAS, 2011).

A abertura da Exposição ocorreu em 7 de setembro de 1922, encerrando-se na primeira semana de julho de 1923. Foi uma verdadeira “vitrine” do progresso e um espelho da autoimagem cosmopolita, europeizada e moderna confeccionada para aplacar as ansiedades da elite local, desejosa de exibir uma cultura tropical civilizada aos olhos estrangeiros. O Hotel Glória foi construído especificamente para hospedar os convidados ilustres e o Copacabana Palace também foi projetado com essa finalidade, embora só tenha sido efetivamente inaugurado em 1923. Conforme Beatriz Jaguaribe (2011), o certame de 1922 pode ser considerado a imagem da cidade limpa e civilizada que se buscava desde o “Bota Abaixo” iniciado há 20 anos. As obras para a realização das duas Exposições, 1908 e 1922, repetiram a mesma fórmula de financiamento das reformas de Pereira Passos, ou seja, foram realizadas pelo Estado com empréstimos de bancos estrangeiros.

O Rio passa a ditar não só as novas modas e comportamentos, mas acima de tudo os sistemas de valores, o modo de vida, a sensibilidade, o estado de espírito e as disposições pulsionais que articulam a modernidade com uma experiência existencial e íntima. É nesse momento e graças a essa atuação que o Rio se torna, como o formulou Gilberto Freyre, numa cidade panbrasileira. (SEVCENKO, 2008, p. 522)

O local onde o megaevento se concentrou tinha como referência a Avenida das Nações, que se estendia do Palácio Monroe até a Ponta do Calabouço. Uma área que hoje compreende o Passeio Público, a Avenida Presidente Wilson, o início do Aterro do Flamengo, o Aeroporto Santos Dumont e o Museu de Arte Moderna (MAM).

O importante a se destacar desse episódio é que pela primeira vez o Brasil sediava um megaevento de amplitude internacional, que lançava definitivamente o nome e a imagem do Rio no cenário mundial. Também marcou o primeiro *branding* pelo qual a cidade passou, iniciado na gestão do prefeito Francisco Pereira Passos, ele alcançou seu clímax, duas décadas depois, na gestão de Carlos Sampaio.

Neste contexto em que a cidade se expandia à Zona Sul e concluía um ciclo de reformas no Centro, tendo como ápice a realização da Exposição de 1922, não resta dúvidas de que isso influenciou as festividades populares, dentre as quais o réveillon. Se na transição do século XIX para o XX o controle da Igreja católica, sobre as comemorações de rua, não evitou o surgimento de brechas que fugiam a essa regulação, agora, na década de 1920, o novo patamar a que o Rio fora alçado com as reformas urbanas, foi primordial no sentido de

enfraquecer o poder da Igreja no que diz respeito ao controle e ao balizamento de comportamentos. Grande parte da elite, agora munida de um espírito liberal, começa a assumir posturas que não necessariamente cotejavam os desígnios da Igreja. Assim, progressivamente o catolicismo é associado ao atraso, visto como *démodé* e afastado das festividades de rua. Isso não quer dizer que as missas dia 31 de dezembro deixaram de acontecer, que os cultos à Iemanjá passaram a ser bem vistos, tampouco que a Igreja passou a aceitar as festividades populares, mas nesse novo Rio que se pretendia moderno e cosmopolita, não havia mais espaço para as procissões do Santíssimo Sacramento.

A rua consolida-se como o lugar das comemorações e, se no passado o Campo de Santana fora o principal palco dessas festas, agora a praça Floriano Peixoto (popularmente chamada de Cinelândia), no entroncamento das avenidas Rio Branco e Beira Mar, passa a ser o lugar das festividades coletivas. Os bailes nos clubes seguem ocorrendo, mas agora as “batalhas de confete” com direito ao cortejo com o Rei Momo e clima de pré-carnaval dão o tom ao réveillon carioca.

2.3 O Ano Novo na capital reformulada

Dos anos 1920 aos 1960 o Rio experimentou um período de prosperidade e acúmulo de prestígio. Como capital da República, era sede dos principais bancos em operação no país, de grandes empresas e de órgãos governamentais. A cidade aumentava suas dimensões espaciais crescendo à margem da baía de Guanabara em direção à Zona Sul. A partir dos anos 1930 Copacabana consolidava-se como o principal bairro da cidade, a Avenida Atlântica sinalizava um novo padrão arquitetônico com os edifícios à beira-mar delimitados por um calçadão que serviu (e ainda serve) de inspiração a muitos artistas.

A urbanização do litoral sul da cidade do Rio de Janeiro foi efetuada em um período em que os hábitos balneários se disseminavam pela Europa, provocando mudanças econômicas e morais, com influências expressivas na moda, no comportamento e nos padrões de beleza. Situadas no perímetro urbano da capital da República, as praias cariocas adquiriram características muito particulares ao mesclar os ambientes praianos aos da grande cidade (FEIJÃO, 2013, p. 229).

Desde o início da década de 1940 Copacabana iniciou sua verticalização com edifícios que permitiam expandir o olhar pelo horizonte. As coberturas ganharam destaque nesse cenário, proporcionando a sensação de se ter o mar aos pés dentro de casa. O Centro “parisiense” perdera espaço para o bairro atlântico que concentrava serviços sofisticados ao longo da Avenida Barata Ribeiro. O hotel Copacabana Palace, inaugurado em 1923, atraía

turistas de todas as partes do mundo. A partir do esplendor do bairro praiano o Rio deixou para trás a alcunha de “Paris dos Trópicos” para ser simplesmente “Rio”, ícone moderno não colonial, a metrópole de roupa de banho, polo que emanava o novo padrão cultural do Brasil.

O carioca como personagem é cordial, habita uma cidade maravilhosa, civilizada, sem medo e que elimina qualquer temor ao visitante. O atraso, a sujeira e a pestilência já estavam exorcizados. Ao progredir, a confiança que os brasileiros depositam no país tenderá a valorizar o habitante da cidade-testemunho da capacidade do país de acercar-se ao futuro. (LESSA, 2005, p. 263)

Desde a década de 1920 Copacabana atraía grandes fluxos de investimentos, mas o local da cidade palco das principais comemorações de rua era a Avenida Rio Branco, sobretudo a praça Floriano Peixoto. Aí desenvolve-se uma atividade que marcará o ano novo carioca por, pelo menos, quatro décadas: o cortejo do Rei Momo seguido das batalhas de confetes. Há que se entender que, nesta época, primeira metade do século XX, o réveillon era comemorado como o início do carnaval, momento em que o Rei Momo abria as comemorações carnavalescas que se estenderiam até a quarta-feira de cinzas. Os blocos cantavam suas novas marchinhas, agremiações carnavalescas desfilavam pela Avenida Rio Branco, os clubes divulgavam sua agenda de bailes de carnaval durante os meses de janeiro e fevereiro, e a festa varava a madrugada. Era literalmente um momento de folia, totalmente diferente daquele de meados do XIX. Se hoje algumas pessoas reclamam dos blocos de rua que começam a desfilar cerca de duas semanas antes do carnaval, sobretudo na Zona Sul, elas certamente odiariam o Rio do começo do século XX.

Ao mesmo tempo em que a cidade crescia e se tornava mais complexa, novos problemas iam surgindo e ocupando espaço na pauta jornalística. Quando o réveillon era comemorado basicamente em casa ou nos clubes, episódios tidos como perturbadores à ordem pública (ou violentos) eram pouco noticiados. Mas quando a rua passa a ser o lugar da festa e o automóvel começa a ocupar mais espaço na cena urbana, incidentes que não ocorriam até então vão se fazendo presentes. No réveillon de 1927, por exemplo, *O Globo* noticia um engarrafamento de carros alegóricos nas imediações da praça Floriano Peixoto, algo inédito na cidade até então. Em 1928 os acidentes envolvendo automóveis começam a ocupar mais espaço na cobertura jornalística da folia momesca de “ano bom”³³.

Não queremos comparar as reportagens sobre o réveillon de Copacabana presentes hoje n’*O Globo*, com matérias da festa de Ano Novo nos anos 1920. Até porque não há termos de comparação. Para que tenhamos uma noção, se hoje a festa de Copacabana ocupa praticamente toda a primeira página do jornal no dia 1º de janeiro, com manchetes e muitas

³³ Expressão muito comum à época para referir-se ao que hoje chamamos de “ano novo”.

fotos, há um século ela era noticiada em breves notas no meio do jornal, que não tinha um caderno específico para notícias da cidade, e sempre no dia 2 de janeiro, pois no dia 1º não havia edição.

Figura 9 - Batalha de confetes na Avenida Beira Mar, réveillon de 1907.



Os preparativos da festa, que hoje ocupam largo espaço na cobertura jornalística após o Natal, no tempo da “Paris dos Trópicos” sequer existiam. Quando muito algum bar ou restaurante publicava anúncios de festas ou ceias com pratos especiais. Os hotéis Glória e Copacabana Palace eram pródigos nesse sentido, o Cassino da Urca idem. Matérias sobre os preparativos da prefeitura, a fim de adequar a cidade à festa, como há hoje, não existiam. Até porque a prefeitura não se ocupava da festa. Quem promovia o cortejo do Rei Momo e as batalhas de confetes era a Associação dos Cronistas Carnavalescos. Esporadicamente o jornal *O Globo* participava com algum fomento de ordem financeira, mas não influía na organização da festa em si. Esta ficava a cargo das agremiações e ranchos carnavalescos que dela participavam.

Isto posto, quando citamos acima incidentes que ocorriam durante a festa, não havia a representação da violência criminal que há hoje. O que se relatava mais eram brigas, atropelamentos, tumultos na dispersão dos foliões ao final da Avenida Rio Branco, e, às vezes, alguns assaltos. No último capítulo desta tese, quando debateremos a representações da violência no réveillon a partir dos anos 1990, mostraremos como essas representações variam ao longo da história.

Na edição de 2 de janeiro de 1929, *O Globo* narrou com certa indignação o engarrafamento que se formou à Avenida Beira Mar, misturando automóveis, carros alegóricos e foliões. Os grandes engarrafamentos serão narrados como um problema ainda maior quando do “boom” do réveillon de Copacabana, a partir dos anos 1970. Mas no que diz

respeito a esses incidentes durante a festa, pelo que pesquisamos, a única coisa que ocorre hoje tal e qual aconteciam no passado são os feridos e mortos por balas perdidas. Tudo bem que hoje isso transcende o réveillon, mas ao final da década de 1920 há inúmeros registros de feridos por “balas extraviadas” na noite de ano novo, como se dizia à época. Naquele momento o porte de armas era mais comum do que hoje, muito embora atualmente exista um enorme esforço para retornarmos a este passado, o fato é que à meia-noite juntamente com os fogos as pessoas sacavam seus revólveres e efetuavam disparos para o alto, isso quando não o faziam a esmo não importando quem estivesse a sua volta. Para ilustrar tais incidentes, em 2 de janeiro de 1931, *O Globo* relatou que num bar na Tijuca, à meia-noite do dia 1º de janeiro, um homem sacou a arma e disparou diversas vezes, ferindo pessoas e matando um amigo que estava próximo a ele.

A chegada de 1931 fora o primeiro réveillon sob o governo de Getúlio Vargas, o presidente e sua esposa, segundo *O Globo*, foram recebidos com pompas e ovacionados pelos presentes ao chegar e ao sair do baile no Jockey Club, na Gávea. Para o jornal isso demonstrava a solidez da Revolução de 1930. Neste contexto notamos que, ao mesmo tempo em que a elite seguia reunindo-se nos clubes, os populares concentravam-se na praça Floriano Peixoto (ponto nevrálgico das Reformas Passos) para festejar o réveillon carnavalesco, onde as batalhas de confetes impunham-se como o momento máximo da festa. Em Copacabana, ao mesmo tempo em que ainda não havia grandes comemorações de Ano Novo, inevitavelmente as pessoas acabam criando outras formas de conagração. Na madrugada de 1º de janeiro de 1931 a polícia estragou a festa ao invadir uma casa que fora transformada em *rendez-vous* no bairro praiano. Ficamos imaginando esses policiais fazendo uma incursão à boate *Help* nos anos 1990, provavelmente eles achariam que os atos praticados naquela casa fossem resquícius do réveillon católico de meados do XIX.

As notícias de feridos por balas perdidas voltaram às páginas do jornal junto com a chegada de 1932, uma menina fora alvejada em Bonsucesso. As batalhas de confetes deram o tom à festa popular enquanto nos clubes a elite, que não tolerava samba, comemorou a chegada do ano novo. Panorama semelhante recebeu 1933 e, novamente, houve feridos por balas extraviadas, dessa vez um homem que festejava com amigos a passagem de ano numa rua no Méier. A partir de meados da década de 1930 também começamos a notar na cobertura d’*O Globo* muitas notícias de atropelamentos e de brigas com feridos a golpes de navalha.

1934 chega juntamente com a homologação do voto feminino, previsto na Constituição de 1932, bem como a consolidação das leis trabalhistas (CLT), atos marcantes do governo Vargas. Mas em meio às comemorações para receber o novo ano, um homem

sacou o revólver e efetuou diversos disparos na rua Uranos, em Bonsucesso, ferindo quatro pessoas. Próximo à estação do Engenho Novo, uma briga de bar terminou com um homem gravemente ferido, após receber diversos golpes de navalha. Muito embora esses fatos soem violentos, o modo como o jornal os narra tem um tom folhetinesco, onde conta-se a história dos envolvidos no incidente, nome completo, endereço, se tinham alguma profissão, citam seus hábitos (ou supostos hábitos) e como tudo aquilo se encaminhou até o momento do delito. Era uma maneira diferente de construção de narrativas se comparadas às matérias de hoje, pois não ressaltam o medo, mas inserem o fato como algo que faz parte do cotidiano da cidade.

O ponto máximo do réveillon de 1935 foi o baile do hotel Copacabana Palace que contou com uma orquestra afiadíssima, segundo *O Globo*, e um público extremamente dançante. O *chá chá chá* deu o tom à festa que varou a madrugada, regada a muito champagne. O cortejo com o Rei Momo e a batalha de confetes no Centro contaram com um público maior do que em anos anteriores, mas em meio a folia um homem foi navalhado letalmente.

A chegada de 1936 foi confusa mediante a “ameaça comunista” que “rondava” o país. Ameaça essa que, em 1937, após a “descoberta” de um suposto plano do serviço secreto soviético (a KGB) para tomar o Brasil – o Plano Cohen – legitimou o golpe do Estado Novo. Usando este mote como justificativa, Vargas ordenou o fechamento da Câmara, do Senado e rompeu relações com a União Soviética. Neste réveillon, os organizadores da batalha de confetes foram acionados pela polícia dias antes, que lhes comunicou da proibição de máscaras e fantasias que cobrissem o rosto dos foliões. Seriam alguns deles *black blocs*? Tudo isso embasava-se numa caça aos inimigos, internos e externos, que visavam transformar o Brasil num país comunista. Exatamente o mesmo argumento que embasou o golpe civil-militar em 1964, a suposta “ameaça vermelha”.

A cobertura d’*O Globo* sobre a chegada de 1937 e 1938 inexistente. Nesses anos, além de noticiar fatos relativos à instabilidade política no país, o jornal também dedica um grande espaço à cobertura da Guerra Civil Espanhola, que resultou na ascensão ao poder do general Francisco Franco. O réveillon de 1939 é noticiado no mesmo padrão dos anos anteriores, os populares festejando a passagem de ano carnavalescamente no Centro e a elite nos clubes tradicionais e hotéis de luxo. A diferença será marcada pelo aumento dos feridos à bala na hora da virada. O caso mais grave fora de um menino, alvejado nas costas, enquanto festejava com sua família no portão de casa em São Cristóvão.

Mas ainda em 1939, mais precisamente no dia 8 de abril, um fato importante aconteceu, a instituição do Decreto de Lei 1202 que desautoriza a perseguição e a repressão aos cultos afro-brasileiros e seus praticantes. Tal Decreto representou um avanço pois até então não havia lei alguma que protegesse os adeptos dessas religiões e serviu para consolidar tais cultos em novos espaços urbanos. Também em 1939, Zélio Fernandino de Moraes, anunciador da umbanda, criou a União Espírita de Umbanda do Brasil, instituição que tinha como principal atribuição oferecer proteção aos seus praticantes. Muitos devem estar se perguntando o porquê de se criar uma instituição dessas, se já havia o Decreto 1202. A resposta é um pouco complexa pois mescla lei e preconceito. Com a instituição do Estado Novo em 1937 é criada nas chefaturas de polícia a “Seção de Tóxicos e Mistificações”, isso intensificou sobremaneira a repressão aos umbandistas e candomblecistas. E mesmo com a homologação do Decreto 1202, como ressalta Joana Bahia (2018),

cabe lembrar que, não obstante as mudanças na esfera jurídica, a liberdade de culto era uma garantia constitucional, mas o Estado, por meio da força policial, ainda perseguia os praticantes da fé afro-brasileira, respaldando-se em outras regras. A Lei de Contravenções Penais, de 1941, por exemplo, era uma das normas que os policiais se baseavam para reprimir os rituais. Ela previa sanções para aqueles que perturbassem a paz pública, provocando tumulto, fazendo reuniões, atrapalhando o sossego alheio. Muitas vezes, as práticas religiosas afro-brasileiras eram enquadradas nessa legislação. Assim, para que os terreiros pudessem funcionar, era necessário fazer o registro na Delegacia de Jogos e Costumes – exigência que somente foi extinta ao final da década de 1970. (BAHIA, 2018, p. 199)

O Estado Novo (1937-1945) foi um dos momentos da história do Brasil de maior perseguição e repressão aos fiéis de religiões afro-brasileiras, pois havia muitas brechas na lei que deixavam o critério daquilo que é religião, e daquilo que é perturbação da ordem pública, a cargo do policial. Esses, muitas vezes, viam essas religiões preconceituosamente e partiam pra repressão. Em realidade, fazendo jus à máxima “mudar para continuar igual”, pródiga à história do Brasil, o Decreto 1202/1939 substituiu o Decreto 847/1890, conhecido como Código Penal dos Estados Unidos do Brasil que, mantendo uma tipificação penal do Império (1830), condenava atitudes tidas como desviantes à moral e aos bons costumes, tais como: a vadiagem, a capoeiragem, batuques, mendicância, embriaguez, dentre outros.

Com base no Decreto 847 de 1890 a polícia tinha um amparo legal para invadir e reprimir terreiros de umbanda e candomblé, inclusive com a prisão de “pais” e “mães” de santo – durante os rituais – para averiguação na delegacia. Isto ocorria, pois, no texto da lei, não havia diferenciação alguma entre essas manifestações religiosas e práticas tidas como “vadiagem”. Desta maneira os cultos afro-brasileiros, por fugirem ao padrão cristão-católico,

eram vistos pelas autoridades como atividades anômicas³⁴ aos critérios de “civildade” da época. Quando frisamos acima o “mudar para continuar igual”, fazemos menção ao Decreto 1202 de 1939. Este, ao mesmo tempo em que “proibia” a repressão às religiões afro-brasileiras, seguia não tipificando o que são essas religiões. Ou seja, na prática, o padrão de discernimento entre religião e “vadiagem” continuava sendo o preconceito. Em 1941, com a instituição da Lei de Contravenções Penais, os umbandistas e candomblecistas são obrigados a se dirigirem às chefaturas de polícia para registrarem seus terreiros, informando os dias e os horários em que os cultos eram realizados, a fim de evitarem “batidas” policiais. Era, efetivamente, a criminalização de tais religiões e o aprofundamento, legalmente respaldado, de um vasto imaginário negativo a seu respeito. O racismo vai muito além da supressão de corpos pretos, ele passa sobretudo pela deslegitimação de práticas culturais não-brancas.

A chegada da década de 1940 ocupou pouco espaço nas páginas d’*O Globo* por conta do início da II Guerra Mundial, a cobertura do jornal volta-se quase que inteiramente ao *front* de batalha. Isso se acentua a partir de 1943 quando a Força Expedicionária Brasileira (FEB) é enviada à guerra. Nesse sentido, as festividades de Ano Novo só voltarão ao periódico carioca em 1947 numa reportagem sob do título “Grito de Carnaval”, salientando o mesmo panorama de anos anteriores quando o réveillon marcava o início da folia momesca, e a batalha de confetes impunha-se como o clímax da festa. Os anos 1940 representam um paradoxo no que diz respeito aos cultos à Iemanjá na noite de réveillon, pois, na mesma medida em que os ritos e oferendas começam a se espalhar das praias da região central às enseadas do Flamengo e de Botafogo, a repressão policial também aumenta. Nos jornais, conforme Joana Bahia (2018), as citações a essas religiões tornam-se mais comuns, bem como surgem novos terreiros de umbanda e candomblé. Talvez o Decreto 1202 tenha servido de incentivo a expansão das religiões afro-brasileiras, mas o preconceito, o racismo e a perseguição aos seus praticantes não diminuem.

Expusemos esse panorama do réveillon carioca, dos anos 1920 a década de 1940, para mostrar como as reformulações urbanas iniciadas por Pereira Passos em 1903, foram fundamentais no sentido de criar um espaço e suscitar uma mudança na relação entre indivíduo e cidade. É importante salientarmos que, ainda nos anos 1930, inicia-se o processo de verticalização no Centro. Nesse contexto, algumas construções em estilo *art nouveau* erguidas no início das Reformas Passos vão ao chão, dando lugar a grandes edifícios. No bojo dessas novas modificações que ocorriam na região central, em 1940, inspirado no Plano

³⁴ Conceito basilar da sociologia de Émile Durkheim que faz menção a eventos que colocam em xeque a coesão de uma sociedade.

Agache, o prefeito-interventor Henrique Dodsworth inicia um novo “bota abaixo”, tendo como ponto de partida a rótula da Igreja da Candelária e seguindo rumo à Praça da Bandeira. Nascia aí a Avenida Presidente Vargas, inaugurada em 1944, um ano antes do fim do Estado Novo.

A cidade seguida crescendo, principalmente em direção à Zona Sul, Copacabana já era um bairro consolidado na cartografia da cidade, atraindo cada vez mais frequentadores e habitantes. Em meio a um possível novo ciclo de reformulações que a cidade poderia passar, notadamente nos bairros atlânticos, era preciso que algo fosse feito a fim de ordenar esse crescimento.

2.3.1 O Plano Agache e o Plano Piloto

Durante a gestão do prefeito Prado Júnior inicia-se a tessitura do Plano Agache, apresentado em 1926. Encomendado ao arquiteto francês Alfred Agache, o Plano refletia a intenção da elite local de não perder as rédeas da forma como a cidade se expandia. Ordenava-se ali o crescimento da Zona Sul em direção à Ipanema e ao Leblon, bem como a solidificação da ocupação de Copacabana enquanto um sub-centro de serviços. Agache também propôs a construção de vias expressas ligando diferentes partes da cidade e a erradicação de favelas tidas como antiestéticas e insalubres.

O Plano Agache pretendia transformar o Rio de Janeiro (ou pelo menos o Centro e a Zona Sul) numa cidade monumental, exigindo inversões públicas de vulto, bastante superiores às possibilidades dos cofres do município ou da União. Resumidamente, o Plano pretendia ordenar e embelezar a cidade segundo critérios funcionais e de estratificação social do espaço. Assim, o Centro da cidade seria subdividido em áreas funcionalmente distintas, tais como o Bairro das Embaixadas, os Jardins do Calabouço, o Centro de Negócios propriamente dito (Castelo), o Centro Bancário (limitado pelo quadrilátero Avenida Rio Branco, ruas 1º de Março, 7 de Setembro e Candelária), o Centro Administrativo (na freguesia do Sacramento) e o Centro Monumental (em Santo Antônio). A construção dos dois últimos exigiria um grande número de desapropriações, afetando os bairros centrais de baixa renda que haviam sobrevivido às Reformas Passos, Frontin e Sampaio. Essas considerações, entretanto, não faziam parte das preocupações de Agache, que assim se pronunciava a respeito de Sacramento, freguesia central: “deve ser arrasado pois é um dos que deixam mais a desejar do ponto de vista sanitário”. (ABREU, 2008, p.86)

As contradições do Plano ficam evidentes em sua visão de cidade. Se por um lado ele apontava a necessidade da construção de vias que permitissem a conexão dos subúrbios com o Centro, por outro ele tentava garantir os privilégios da elite que detinha o poder político e econômico, baseando-se em determinismos geográficos e culturais. Assim, Agache propõe uma divisão de bairros residenciais divididos em três áreas distintas: a mais nobre seria

composta pelos bairros atlânticos da Zona Sul (Copacabana, Leme, Ipanema, Leblon e Gávea) destinados às classes abastadas; já os bairros mais antigos da Zona Sul (Glória, Catete, Laranjeiras, Flamengo e Botafogo), juntamente dos bairros consequentes do desmembramento do Engenho Velho (Tijuca, Grajaú, Vila Isabel, Aldeia Campista e Andaraí) mais o Rio Comprido, abrigariam residências burguesas de classe média; por último, São Cristóvão e os subúrbios abrigariam uma população proletarizada. No tocante às favelas, já abundantes na cidade, Agache as cita como um problema estético e sanitário, indicando a sua erradicação como a solução. Como Maurício Abreu (2008) indaga, o Plano só não diz o que fazer com as pessoas que habitam esses locais, e Agache ainda registra que “são uma população meio nômade e avessa a toda e qualquer regra de higiene”.

A partir de ponderações de Abreu (2008) sobre o Plano Agache, notamos uma mudança de enfoque no discurso que liga os problemas da cidade à pobreza. Se de meados do século XIX ao começo do XX os cortiços eram os alvos a serem extirpados, pois, segundo as Comissões Médicas da época, eram focos disseminadores de doenças, da década de 1920 em diante este estigma recai sobre as favelas. Carlos Sampaio já iniciara esse processo quando da demolição do Morro do Castelo, que expulsa várias famílias pobres que habitavam o local. Carlos Lacerda nos anos 1960 também se dedicará à erradicação de algumas delas. Não à toa, anos depois, o senso comum institui um ditado que diz “o problema da favela é o favelado”. A diferença é que atualmente os problemas atribuídos às favelas passam bem distantes do discurso higienista do começo do século XX, centrando-se mais em questões éticas e morais.

Devido a injunções históricas como a Crise de 1929, que faz despencar mundialmente o preço do café (principal insumo da economia brasileira à época) e a ascensão de Getúlio Vargas com a Revolução de 1930, sepultando a República Velha, as propostas de Alfred Agache não foram aprovadas, mas inspiraram um plano viário para a cidade que foi construído anos depois. Nascia aí Plano Piloto, um planejamento que visava a expansão da cidade por meio da construção de estradas e túneis, pretendia também articular as zonas Norte e Sul da cidade a fim de evitar congestionamentos no Centro. Além disso, fortes ventos modernistas sopravam sobre o país e abalavam as construções em *art nouveau* no Centro da cidade. Isso, aliado a um alto custo do metro quadrado na região, motivou várias demolições e ideias que visavam dinamizar a atividade industrial e o uso do automóvel na capital. Daí em diante as novas construções no Centro começam a assumir um estilo mais quadrático e retilíneo, geometricamente falando. As propostas que englobam o Plano Piloto foram elaboradas ao longo de dez anos: 1938-1948.

Desde o “Bota Abaixo” de Pereira Passos a construção do espaço urbano carioca deixou exposta uma cidade estratificada e geograficamente segregada. Após a II Guerra Mundial, paulatinamente, as classes altas dirigem-se à Zona Sul, mais especificamente para os bairros de Copacabana, Ipanema e Leme. As classes médias fixaram-se na “velha” Zona Sul (Botafogo, Glória, Catete, Flamengo) e na Tijuca. Os estratos sociais menos abastados seguiram o caminho do subúrbio ou das favelas. A formatação de bairros que o Plano Agache propôs há alguns anos foi acontecendo “naturalmente”. As contradições sócio-espaciais do Rio acompanharam historicamente o crescimento da cidade.

Impulsionado pelo desenvolvimentismo da Era Vargas (1930-1945), o Brasil sediou a Copa de 1950. O Rio, na condição de capital e com o recém-inaugurado estádio do Maracanã, foi a principal sede do megaevento, palco da cerimônia de abertura e da final contra o Uruguai de Ghiggia, autor do gol que calou mais de 100 mil pessoas presentes ao estádio. Mas, para além de atender aos interesses do esporte, a decisão de sediar o mundial obedeceu a outras postulações,

como a projeção de uma imagem do Brasil, particularmente da cidade do Rio de Janeiro, para o exterior, na esteira de um processo que já vinha sendo desenhado desde a virada do século XX, quando o país buscava apagar suas heranças coloniais em benefício de uma imagem moderna. Diante disso, além do resultado futebolístico estava em jogo a imagem do país diante do mundo e uma chance de projetar definitivamente o Brasil como empreendedor, moderno e vitorioso em direção ao desenvolvimento no cenário internacional. Essas aspirações ficam explícitas nos discursos de Mário Filho, membro do comitê organizador, que por diversas vezes revelou que “Acreditar na Copa do Mundo e no Maracanã é acreditar no Brasil” (CORREA; SOARES, 2015, p.15).

Ou seja, os megaeventos continuavam sendo uma importante plataforma de projeção da cidade (e até mesmo do país) visando a atração de investimentos.

2.3.2 As batalhas de confetes e o réveillon praiano

Vá pra perto do mar
Leve mimos pra sereia
Janaína Iemanjá

Otto

O Rio chega aos anos 1950 como uma cidade que apontava para cima. Ao analisarmos as edições do jornal *O Globo* da época, são muitos os anúncios de edifícios em construção, sobretudo em Copacabana. Na metade do século XX os banhos de mar, enquanto lazer, já estavam incorporados ao *modus vivendi* carioca há algumas décadas. Nesse sentido, se nos anos 1920, ainda que timidamente, aparecessem alguns registros de comemorações de Ano Novo nas praias de Santa Luzia e do Flamengo, dos anos 1950 em diante os cultos à Iemanjá aparecerão mais vezes. Na edição de 2 de janeiro de 1952, *O Globo* narra tais ritos com reservas e indaga se não seriam um caso de polícia, visto que a grande quantidade de velas acesas poderia ocasionar graves incêndios. Julgamos perspicaz e elegante a postura do jornal para condenar tais ritos, usando como mote o perigo do fogo, mesmo que na areia e a poucos metros do mar. Porém, quando os cultos à Iemanjá começam a ganhar vulto no réveillon de Copacabana, principalmente com o “pai de santo” Tata Tancredo incentivando os terreiros de umbanda a irem para tal praia, o periódico deixará o decoro de lado e assumirá um tom efetivamente preconceituoso ao se referir a tais práticas como degradantes.

Após a II Guerra Mundial há um crescimento significativo das religiões afro-brasileiras no Rio de Janeiro, sua presença na mídia aumenta chegando ao rádio em 1947 com a criação do programa “Melodias de Terreiro” transmitido pela, já extinta, Rádio Guanabara. Tal programa fora concebido por Átila Nunes, jornalista e advogado de classe média, que entra para a política no final da década de 1950 com um discurso de defesa das religiões afro-brasileiras e seus fiéis. O programa foi dirigido por ele até 1969 e, mesmo com sua saída, existe até hoje. Em 1949 a União Espírita de Umbanda do Brasil cria o periódico “Jornal de Umbanda”, também dedicado a divulgação e defesa da religião num contexto de repressão e perseguição aos seus praticantes. Em 1950 Tata Tancredo cria a Federação Umbandista de Cultos Afro-brasileiros, no mesmo contexto³⁵. Citamos esses fatos para salientar que tais religiões, a partir da década de 1950, passam a ter uma projeção midiática que nunca tiveram antes, bem como sua presença nas comemorações de Ano Novo praianas começam a aumentar na Zona Sul, notadamente na enseada do Flamengo e em Copacabana.

O crescimento das oferendas nas praias e em especial da Zona Sul no final do ano – que, nas pesquisas dos jornais, teve início na década de 1940 – vai ser atribuído aos adeptos da umbanda tanto pelos jornais analisados quanto na marcação de identidade entre umbandistas e candomblecistas, estes últimos evocando o dia 2 de fevereiro como sendo exclusivamente do candomblé. (BAHIA, 2018, p. 200)

³⁵ Frisamos que existiam algumas diferenças doutrinárias entre essas organizações, mas não as aprofundaremos a fim de não nos desviarmos do foco da tese.

Mas por mais que já existissem notícias de comemorações de Ano Novo na praia, a principal festa da cidade ainda era a batalha de confetes na Cinelândia e, na noite da virada, os casos de balas perdidas seguem o padrão dos anos 1930 e 1940, desta vez foi dado destaque a uma mulher atingida dentro de casa, em Santa Tereza. O ano de 1953 teve uma chegada agitada, a rádio patrulha atendeu a 200 chamados naquela noite, um recorde até então. Muitos acidentes de trânsito e, durante as batalhas de confetes, foram registradas inúmeras brigas com feridos à faca. Os problemas são basicamente os mesmos de réveillons passados, mas agora ocorrem em maior quantidade. A medida em que a cidade crescia e o número de habitantes aumentava, as ocorrências policiais avolumavam-se. Mas reiteramos que tais eventos, embora violentos, não eram noticiados a partir de representações da ordem do crime como ocorrem hoje.

Em meados dos anos 1950 a verticalização do Rio ocorria a pleno vapor, a quantidade de anúncios n’*O Globo* transcendia Copacabana, e agora era comum encontrarmos publicidade de edifícios sendo construídos em Botafogo, Laranjeiras, Tijuca e Flamengo. Todos bairros com perfil de classe média segundo o Plano Agache. Em meio ao crescimento e à verticalização da cidade, segundo Joana Bahia (2018), começam a aumentar também os despachos em encruzilhadas com o uso de alguidares, velas, charutos, cachaça e o transe mediúnico característico da umbanda. Mostrando que aqueles rituais antes restritos às praias, cachoeiras e locais de mata mais distantes, ou camuflados em dias de santos católicos, passam a acontecer também no meio urbano. E até nas barcas que fazem a ligação entre o Rio e a cidade de Niterói, as macumbas tomavam conta, “terreirizando” (SIMAS, 2019) as embarcações na noite de 31 de dezembro.

Em 12 de janeiro de 1954, no jornal *A Noite*, há uma matéria de Adão Carrazonni sobre o hábito do carioca ir às praias invocar a proteção de Iemanjá para o ano que se inicia. Na matéria de 19 de janeiro de 1954, de L.A. Leal de Souza, há a explicação da origem da religião como sendo africana e mostrando que os cariocas não apenas percorrem as praias de Ramos até a do Leblon, mas também médiuns e cambonos riscam o chão das barcas entre Rio e Niterói com suas pembas e as transformam em um altar de flores no último dia do ano. (BAHIA, 2018, p. 196)

Tal como 1953, o início de 1959 foi bem tumultuado. Durante o cortejo do Rei Momo e as batalhas de confetes, 579 pessoas foram detidas pela polícia, segundo *O Globo* de 2/01/1959. As ocorrências envolviam casos de brigas, assaltos, embriaguez e vadiagem. A 5ª DP, que responde pelo Centro da cidade, foi a mais movimentada naquela madrugada. *O Globo* voltou a salientar, em tom desabonador, “macumbeiros” na praia do Flamengo, pessoas com roupas estranhas praticando cultos mistificadores. Acreditamos que o olhar reprovativo que a Igreja católica tinha dessas religiões, além do racismo às suas raízes africanas, aliado à

conotação negativa que os termos macumba e macumbeiro tinham nos periódicos de grande circulação, como *O Globo*, contribuíram fortemente para fomentar preconceitos aos umbandistas e candomblecistas. Todos “macumbeiros”. Em realidade, a palavra “macumba”, além de designar uma série de ritos que evocam o feitiço e a magia, concretamente traduz-se num instrumento africano de percussão (semelhante a um atabaque) utilizado nos rituais dessas religiões.

Adentramos a década de 1960 e com ela o Rio perde a condição de Distrito Federal, aprofundaremos os impactos dessa mudança na rotina da cidade no item 2.4. Mas agora queremos salientar que a partir dos anos 1960 os registros sobre festas de Ano Novo na praia começam a aparecer em maior quantidade n’*O Globo*, principalmente em Copacabana. O foco da festa continuavam sendo as batalhas de confetes na Cinelândia e os bailes em clubes e hotéis, mas notamos que a partir de meados dos anos 1960 inicia-se um processo de transição que resultará numa relevante mudança da maneira como se festeja o réveillon no Rio. Na disputa entre o Ano Novo carnavalesco e o Ano Novo praiano, Copacabana, que já contava com fortes investimentos públicos e privados, sairá vitoriosa. De modo que, dos anos 1970 em diante o Ano Novo da “princesinha do mar” passará a atrair mais público do que as batalhas de confetes na Cinelândia. Imediatamente isso não decretará o fim do réveillon carnavalesco da região central.

As razões para Copacabana ter superado o Centro como principal palco dos festejos de Ano Novo na cidade são muitas, conforme veremos no 3º Capítulo. Mas para não deixar o leitor desamparado agora, podemos dizer que o bairro oceânico já despontava como um centro comercial mais sofisticado do que a região central desde o final dos anos 1950, além disso há uma mudança de foco nos lançamentos imobiliários. Se nos anos 1930 e 1940 os edifícios que subiam em Copacabana eram destinados a um público de alto poder aquisitivo, dos anos 1960 em diante começam a surgir lançamentos voltados à classe média, o que atrai novos fluxos populacionais ao bairro e o torna mais heterogêneo. Se o Rio muitas vezes é apontado como a metonímia do Brasil, Copacabana seria a sua síntese.

Mas de uma forma geral, no início dos anos 1960, o panorama do réveillon carioca é semelhante ao de décadas anteriores. Conforme podemos supor, as batalhas de confetes no Centro e os bailes suntuosos em clubes como o Jockey, o Fluminense, o Ginástico Português, o Caiçaras e nos hotéis Glória e Copacabana Palace. A seção policial da festa também não apresentava novidades, feridos por balas perdidas (com destaque para um menino alvejado em Santa Tereza) e um homem morto a pauladas numa briga em Botafogo.

Em 1962 temos um marco no réveillon carioca, o baile do Copacabana Palace toca samba e o *chá chá chá* vai ficando de lado, com total aprovação dos frequentadores, segundo *O Globo*. Fato inédito, pois, nos bailes destinados à alta sociedade não se tocava samba de maneira alguma. Identificamos aí outro ponto de transição numa disputa que durou décadas: o réveillon popular era o grito de carnaval, enquanto nos bailes de gala só se dançava ao ritmo de orquestras. Não encontramos um marco definidor de quando o samba passa a ser aceito nas altas rodas, mas acreditamos que esteja associado ao surgimento da Bossa Nova, movimento musical que mesclava o samba ao *jazz*, e foi a trilha sonora do crescimento urbano brasileiro no final da década de 1950. Em 1958 Tom Jobim e Vinícius de Moraes escrevem *Chega de Saudade*, cantada inicialmente por João Gilberto que no mesmo ano também emplaca *Bim Bom*. Cinco anos depois Tom e Vinícius lançam aquela que viria a ser a segunda música brasileira mais tocada no mundo³⁶: *Garota de Ipanema*. Canção que idealiza e reforça um padrão de beleza, a moça dourada ao sol de Ipanema, e, ao mesmo tempo, enseja uma metáfora com o seu cenário, a cidade que crescia à beira mar plena de curvas e belezas tal e qual o corpo da garota.

E já que falamos sobre *Garota de Ipanema*, mar e mulher, os cultos à Iemanjá estiveram presentes nas páginas d'*O Globo* de 2/01/1962. Notícias sobre comemorações nas praias do Flamengo e Copacabana, com destaque para um acontecimento no Posto 6, onde, segundo o periódico, um “ritual deprimente a Iemanjá” fora realizado, e um barquinho lançado ao mar com oferendas à iabá africana. Tais reportagens evidenciam uma mudança na sociabilidade do bairro de Copacabana que ficava mais heterogêneo e menos elitizado. O culto a Iemanjá no réveillon passa a atrair um grande número de pessoas que iam à praia para lançar flores ao mar, fazer pedidos ou se consultar com as entidades manifestadas pelos médiuns. Isso irrita os moradores mais tracionais do bairro bem como clubes da orla, como o Marimbás. Em 30 de dezembro de 1966 o *Jornal do Brasil* mensura que cerca de 400.000 umbandistas iriam às praias da cidade, notadamente na Zona Sul, cultuar Iemanjá e pedir bons fluidos para o ano de 1967. A aposta de Tata Tancredo, ousada para os padrões da época, estava dando certo.

A chegada de 1964 foi agitada, 300 chamados à rádio patrulha, um novo recorde, a maioria por conta de acidentes de trânsito, assaltos e brigas. Os problemas de trânsito, por sinal, são, neste momento um grande imbróglio no cotidiano da cidade, sobretudo em datas

³⁶ A música brasileira mais tocada no mundo é *Aquarela do Brasil*, de Ary Barroso.

festivas onde muitas pessoas se deslocam. O ponto positivo do réveillon de 1964, segundo *O Globo*, foi o baile do Copacabana Palace, sucesso de público e de crítica.

Um ano depois, já sob a égide da ditadura militar, o réveillon de 1965 foi marcado pelas comemorações do IV Centenário do Rio. Para tanto, pela primeira vez o poder público atuou na estruturação do Ano Novo. Grandes holofotes do Exército foram posicionados ao longo da orla a fim de iluminar a festa. Perto da meia-noite aviões da Força Aérea Brasileira (FAB) lançaram uma chuva de papéis prateados picados sobre a Zona Sul, o Centro e a Tijuca. O cortejo com o Rei Momo teve que dividir espaço com um atleta militar que, à meia-noite, acendeu uma tocha na Cinelândia marcando oficialmente a abertura das comemorações do IV Centenário. Com relação à festa, o baile do Copacabana Palace foi muito elogiado, ao passo que folia momesca no Centro foi pouco noticiada. De uma forma geral *O Globo* dedicou grande parte das suas páginas a repercutir o IV Centenário, demonstrando entusiasmo com o início do governo militar.

2.4 O Plano Doxiádis e a conexão com a Zona Sul

O mar serenou quando ela pisou na areia
Quem samba na beira do mar é sereia

Clara Nunes

Os planos urbanísticos refletem o pensamento de uma época, daí estarmos nos concentrando neles para falar sobre o Rio, e as vivências e usos da cidade através do réveillon. Em 1965 o então governador Carlos Lacerda inaugurou o Parque do Flamengo, em área consequente de sucessivos aterros à baía de Guanabara e obras que vinham sendo realizadas no local desde 1893. Com a sua conclusão todas aquelas praias da região central que citamos no começo deste capítulo foram soterradas. A praia do Russel, berço dos cultos à Iemanjá ainda no século XIX, e do sincretismo da iabá com Nossa Senhora da Glória, desapareceu no começo dos anos 1950.

O Parque do Flamengo teve o seu projeto paisagístico concebido por Roberto Burle Marx. É do conjunto de todas essas obras debatidas até aqui, que emerge a imagem da Cidade Maravilhosa. O Rio de Janeiro do começo da década de 1960 era o farol da harmonização estética e funcional entre cidade e natureza. Não à toa diz o *Samba do Avião* lançado por Tom Jobim em 1962: “*Minha alma canta. Vejo o Rio de Janeiro...*”.

Figura 10 - Inauguração do Parque do Flamengo em 1965. Note que ainda não há a Marina da Glória, esta só foi concluída em agosto de 1977.



Mas após décadas de prosperidade o Rio foi perdendo prestígio político, e isso se projetou diretamente na economia local. O primeiro alicerce a se romper foi a perda do *status* de Distrito Federal, devido à transferência da capital para Brasília em 1960. Com o seu peso político atrofando, um grave esvaziamento econômico assolou a metrópole fluminense alcançando, na década de 1980, o seu pior momento. Dessa forma, a mesma Cidade Maravilhosa que refletia as potencialidades da nação, passou a testemunhar, agora, seu desequilíbrio socioeconômico e o aprofundamento de desigualdades de toda sorte.

O cenário socioeconômico do Rio em 1960 não era bom. A cidade estava desgastada, não atendia às necessidades básicas da população. Tinha como principais problemas uma administração pública inchada de servidores; serviços públicos deficientes de água, esgoto, luz, telefone, escolas e hospitais; falta de políticas públicas para favelas; malha viária saturada e ausência de crédito bancário. (FORTUNA, 2016, p. 34)

A perda da capital para Brasília também deixou um hiato no que diz respeito à representatividade política do Rio de Janeiro, pois como Distrito Federal estava acostumado a ter um prefeito da confiança do presidente. O carioca não valorizava o voto para deputado distrital (vereador), sendo assim não tinha um corpo político comprometido com os interesses

regionais. A cidade acostumou-se a ter suas demandas atendidas em nome de um objetivo maior da nação, mas agora tinha que fazer valer os seus interesses, desconectada do governo federal. Prova disso é que até hoje o carioca tem o hábito de culpar o “governo”, uma entidade vaga, pelos insucessos locais.

Sob o ideário desenvolvimentista iniciado na Era Vargas e impulsionado pelo Plano de Metas de JK, os governos da ditadura militar seguiram na busca do “Brasil grande”, com amplas concessões à indústria automobilística e forte investimento estatal na construção de estradas. À época, o governador do estado da Guanabara, Carlos Lacerda (1960-1965), tentando retomar o crescimento econômico local e desatar o nó que se tornara o trânsito no Rio de Janeiro, encomendou ao arquiteto e urbanista grego Constantínos Apóstolos Doxiádis, um plano urbanístico que pensasse e projetasse o crescimento da cidade neste novo contexto.

O Rio tornara-se uma cidade de vias saturadas e mesmo com a inauguração do túnel Santa Bárbara em 1963, o excesso de tráfego na região central e a insuficiente ligação com a Zona Sul impunham-se como graves problemas. Para que tenhamos uma noção, em 1964 a cidade já contava com quatro túneis em direção à Zona Sul: o “túnel velho”; o “túnel novo”; o túnel do Pasmado; e o túnel Rio Comprido-Laranjeiras, no alto da rua Barão de Petrópolis fazendo a ligação com a rua Alice. O aumento do número de carros nas ruas, bem como uma população que trocava as casas para viver em edifícios de apartamentos, tinha como consequência um aumento significativo da densidade demográfica local. Era necessário, segundo a ótica da época, dinamizar ao máximo o fluxo viário na cidade.

O Plano Doxiádis de 1965 representa o mesmo tipo de instrumento com o qual a urbanística ocidental inaugurou uma época de expansão metropolitana, com ênfase no rodoviarismo. Época de crescimento da cidade por setores com lógica autônoma, como foi a urbanização de Jacarepaguá sob o Plano Piloto de Lúcio Costa de 1969; época também de “masterplans”, de “schémas directeurs” ou “planos diretores”, repletos de informação pouco pertinente para a elaboração de suas propostas e tendo a modelística quantitativa como álibi. (ANDREATA, 2006, p.49)

Doxiádis defendia um tipo de urbanismo que deixava de lado as preocupações formais sobre a cidade e focava nas chamadas “artérias viárias” cujas construções, além de estimular o deslocamento fazendo uso do automóvel, gerava valor nos terrenos periféricos. Seu plano urbanístico propôs a construção de novas autoestradas e a abertura de seis novas vias-expressas pela cidade, cada uma indicada por uma cor, daí fora chamado de “plano policromático”. Seriam as linhas: Vermelha, Amarela, Verde, Marrom, Azul e Lilás. Cada uma cumpriria um trajeto ligando pontos estratégicos da trama urbana. Das seis Linhas propostas apenas duas foram realizadas inteiramente, a Vermelha e a Amarela. E uma parcialmente, a Linha Lilás.

A Linha Vermelha, oficialmente chamada de Via Expressa Presidente João Goulart, fora inaugurada completamente em 1994 pelo então governador Leonel de Moura Brizola, e liga os municípios do Rio de Janeiro a São João de Meriti. Dividida em três trechos, inaugurados em momentos diferentes, a via surgiu como um desafogo à saturada Avenida Brasil. O primeiro trecho, inaugurado em 1978, é um elevado que liga o final do Viaduto Engenheiro Freyssinet³⁷ ao Campo de São Cristóvão. Em 1992, o segundo trecho da Linha é inaugurado ligando o Campo de São Cristóvão a Ilha do Fundão, nas imediações do Hospital Universitário. O terceiro e último trecho, inaugurado em 1994, vai da Ilha do Fundão até a Rodovia Presidente Dutra (BR-116-Sul), permitindo acessos à Ilha do Governador, ao Aeroporto Internacional do Galeão, à Rodovia Washington Luiz (BR-040) e a alguns municípios da Baixada Fluminense.

A Linha Amarela, oficialmente denominada Avenida Governador Carlos Lacerda foi inaugurada em novembro de 1997. A via liga o bairro de Jacarepaguá à Ilha do Fundão, eliminando a necessidade de se cruzar a Barra da Tijuca e a Zona Sul, ou o Alto da Boa Vista e a Tijuca, para cumprir tal trajeto. A via também permite intercessões com as avenidas: Ayrton Senna, Geremário Dantas, Dom Hélder Câmara (antiga Suburbana), Pastor Martin Luther King Jr. (antiga Automóvel Clube), Dos Democráticos, Adhemar Bebiani (antiga Estrada Velha da Pavuna) e Brasil. Além de possibilitar ligações com as ruas Dias da Cruz, Goiás, Leopoldo Bulhões, bem como com a Linha Vermelha.

A Linha Azul nunca fora realizada completamente, seu traçado original ligaria o município de Duque de Caxias até o Recreio dos Bandeirantes (bairro do município do Rio de Janeiro). Hoje, as vias expressas TransOlimpica e TransCarioca cumprem parte do trajeto que seria a proposta original do Plano Doxiádis para tal via.

A Linha Marrom fora a proposta mais audaciosa do urbanista grego, essa via ligaria o Rio Comprido a Santa Cruz, passando pelos bairros da Tijuca, Andaraí, Água Santa, Piedade, Madureira, Sulacap, Bangu e Campo Grande. A via também contribuiria para desafogar a asoberbada Avenida Brasil, além de permitir ligações com a Linha Amarela. Tal via nunca fora, sequer, iniciada.

O projeto original da Linha Lilás previa uma ligação *non stop* (sem interrupções) entre a praia de Botafogo e o viaduto do Gasômetro, facilitando o acesso à Ponte Rio-Niterói e à Avenida Brasil. Ocorre que tal projeto implicaria - praticamente - no completo arrasamento do bairro do Catumbi e de mais demolições em Laranjeiras. Dois bairros que foram

³⁷ Popularmente chamado de elevado da Paulo de Frontin.

fortemente impactados quando da abertura do túnel Santa Bárbara, do alargamento da rua Pinheiro Machado e da construção do Viaduto 31 de Março. Por conta disso seu percurso original foi modificado e, ao invés de ir até o viaduto do Gasômetro, a via passou a terminar na Praça Santo Cristo. Podemos dizer que a Linha Lilás existe, mas não fidedignamente à proposta do Plano Doxiádis. Poucos sabem, mas hoje ela é a via que se inicia na Praia de Botafogo, segue pelo Viaduto Santiago Dantas, Rua Pinheiro Machado, Viaduto Engenheiro Noronha, túnel Santa Bárbara, Viaduto 31 de Março que ao cruzar a Avenida Presidente Vargas tem duas denominações diferentes (Viaduto São Sebastião e, mais adiante, Viaduto São Pedro/São Paulo) até desembocar na Praça Santo Cristo. Seu distanciamento da proposta original de Doxiádis não ocorre apenas por causa da modificação do seu trecho final e da largura das pistas, mas também por não ser uma via *non stop*, como são as Linhas Vermelha e Amarela (sem cruzamentos ou semáforos). No início dos anos 2000 ventilou-se a possibilidade de conectar o Viaduto 31 de Março ao Viaduto Engenheiro Paulo de Souza Reis (que cruza a Avenida Francisco Bicalho), tanto que, se repararmos naquele local, há um viaduto inacabado. Mas a proposta nunca fora concretizada.

Por último, mas não menos importante, a Linha Verde. Tal via ligaria a Rodovia Presidente Dutra (BR-116-Sul) a Praça Santos Dumont, mais conhecida como Baixo Gávea. Assim como as Linhas Azul e Marrom, Linha Verde nunca saiu do papel, mas previa obras bastante impactantes, sobretudo da Tijuca e na Gávea. Na Tijuca, por exemplo, ela atingiria a parte mais valorizada do bairro ao abrir um túnel, ao final da rua Uruguai, que estabeleceria uma ligação direta com a Gávea e o Jardim Botânico, dois bairros residenciais da Zona Sul que teriam um aumento significativo de tráfego, pessoas e serviços de toda sorte. Além disso, um viaduto de grandes proporções seria construído sobre a rua Uruguai conectando-a ao túnel Noel Rosa, o que exigiria inúmeras desapropriações e obras estruturais. Partindo da Gávea o trajeto original da Linha Verde proposto pelo Plano Doxiádis seria o seguinte: sairia da Praça Santos Dumont (Baixo Gávea), pegaria o túnel de conexão com a Tijuca, o viaduto sobre a rua Uruguai, túnel Noel Rosa, Viaduto Procurador José Alves de Moraes que conectaria direto com a Avenida Pastor Martin Luther King Jr., chegando a Irajá, depois à Pavuna e daí à Rodovia Presidente Dutra, próximo à desembocadura da Linha Vermelha. Por esse traçado, a Linha Verde também possibilitaria conexões com a Linha Amarela (em Del Castilho, próximo ao shopping Nova América) e com a Avenida Brasil (em Coelho Neto). Há alguns vestígios do que poderia ter sido a Linha Verde, quando acessamos o túnel Noel Rosa, do Jacaré em direção a Vila Isabel, assim que subimos o Viaduto Procurador José Alves de

Morais, é possível notar dois trechos de viadutos (laterais) inacabados quando passamos sobre as avenidas 24 de Maio e Marechal Rondon. São ruínas de um Rio que nunca aconteceu.

Assim como os Planos Beaurepaire e Agache, as propostas de Constantínos Doxiádis não foram aprovadas. Os impactos de tais obras foram avaliados como profundos demais à estrutura urbana. Mas sua influência é notória em construções inauguradas até o final da década de 1970. Ilustram isso: o prolongamento do elevado da Perimetral até a praça Mauá, realizado em 1962; o túnel André Rebouças, aberto ao tráfego em 1967; em 1974, são inaugurados o viaduto Engenheiro Freyssinet³⁸, a autoestrada Lagoa-Barra (juntamente com o túnel Dois Irmãos³⁹ e os viadutos pelo costado do Joá), a Ponte Rio-Niterói; e, em 1979, finaliza-se o último trecho da Perimetral fazendo sua ligação com a Ponte Rio-Niterói. Todas essas obras foram realizadas sob influência do ideário de Doxiádis.

O Rio adentra os anos 1970 com uma malha viária que permitia ligações com toda a Guanabara, principalmente o eixo Tijuca-Centro-Zona Sul. Nesse contexto, Copacabana já não era mais uma novidade, todas vias que nos levam hoje à Zona Sul já estavam em operação. O bonde já não circulava mais por toda a cidade, mas havia inúmeras linhas de ônibus. Articulava-se assim um panorama onde a Zona Sul confirmava-se como a área mais sofisticada do Rio, em especial o bairro de Copacabana, que congregava o maior número de hotéis, cinemas e comercialmente rivalizava com o Centro. Acompanhando a nova cartografia carioca, que emerge a partir de meados dos anos 1960, todos os caminhos levavam a Copacabana, todos queriam morar ou, pelo menos, estar em Copacabana e desfrutar da fruição à beira mar, das paqueras na porta dos cinemas, do *milk-shake* no Bob's ou dos embalos nas boates noite adentro.

Desta forma as festas de Ano Novo nas praias, que desde os anos 1940 atraíam adeptos dos cultos à Iemanjá e demais curiosos, ganham visibilidade concomitantemente à explosão demográfica e econômica que há em Copacabana. Se do começo do século XX até os anos 1960 o réveillon carnavalesco do Centro era a grande festa de Ano Novo da cidade, e tinha como clímax as batalhas de confetes e o cortejo do Rei Momo; a partir dos anos 1970 o réveillon praiano de Copacabana impõe-se como a principal comemoração de ano novo no Rio. Momo, que até então reinava absoluto, agora terá uma rainha ao seu lado: Iemanjá. Também conhecida nos cultos afro-brasileiros como “Janaína, a sereia”, é ela quem dará o

³⁸ Esta obra seria inaugurada três anos antes, mas em 20/11/1971, após a passagem de uma betoneira carregada de concreto, a seção do viaduto sobre a rua Haddock Lobo desabou matando dezenas de pessoas.

³⁹ Em 1997 o túnel passou a se chamar Zuzu Angel em homenagem à estilista assassinada num dos seus acessos, em 14/04/1976, por agentes do DOPS.

tom à festa a partir de agora. Não que Momo tenha sido destronado, ou perdido importância, mas o mar, sua costa e afluentes são da ordenança dela.

Se até os anos 1960 a Cinelândia, reduto do réveillon carnavalesco, era uma espécie de fronteira entre a cultura negra e a cultura branca europeia, a partir da década de 1970 Iemanjá desloca essa fronteira pra orla e traz a Cinelândia para tomar um banho de mar em Copacabana. Assim, o mesmo jornal *O Globo* que referia-se ao réveillon como “Grito de carnaval!”, a partir dos anos 1970 passa a utilizar a denominação “Cultos a Iemanjá” para se referir à festa. Podemos dizer que o Ano Novo carioca seguirá com uma identidade festiva, mas não exatamente como o um pré-carnaval. Para entender como essa festa ganha uma identidade própria, que mistura fé e festa, onde sagrado e profano se lambuzam, temos que entender como se deu a construção de Copacabana e o que ela significou no contexto da cidade.

3 O RIO PRAIANO, FAROL DO BRASIL MODERNO.

Copacabana, princesinha do mar Pelas manhãs tu és a vida a cantar

Braguinha e Alberto Ribeiro

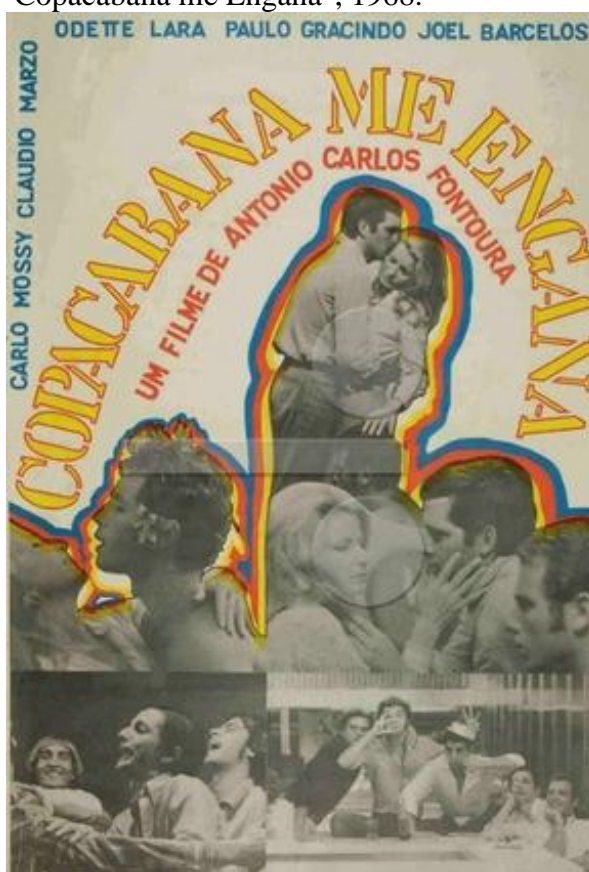
O exercício de conhecer qualquer coisa a fundo exige atenção e dedicação para ultrapassarmos a superficialidade e chegarmos ao cerne, ou aos cernes, da questão. Por exemplo, não há como abordar o megaevento réveillon sem falar sobre Copacabana. Hoje, esses termos tornaram-se reciprocamente alusivos. Mas como se deu essa ligação? Se o Rio de Janeiro – hoje – pode ser chamado de “cidade espetáculo”, Copacabana é o seu palco principal, visto que o bairro não abriga somente o réveillon, mas campeonatos mundiais de futebol de areia, de vôlei de praia, surfe, shows musicais de Roberto Carlos a *Rolling Stones* e até missas campais com o Papa. Certames que levam públicos da ordem de alguns milhões de pessoas à orla da “princesinha do mar”. Mas como Copacabana e, notadamente, sua praia, se transformaram numa potente plataforma comunicacional que serve de cenário para projetar a imagem do Rio (e do Brasil) ao mundo inteiro? De onde vem a divisão Zona Norte x Zona Sul e todo o simbolismo que essas expressões carregam? Por que é tão caro um imóvel na Avenida Atlântica? O réveillon de Copacabana sempre foi um megaevento? Por que Copacabana é o bairro do Rio com mais hotéis?

Pensava sobre essas questões ao mesmo tempo em que lia a respeito, mas não encontrava um fio condutor. Pesquisando a esmo sobre o cotidiano do bairro em livros, artigos, sites, jornais e músicas, cheguei a um filme que já tinha ouvido falar, mas ainda não havia assistido, “*Copacabana Me Engana*” de 1968, dirigido por Antônio Carlos Fontoura. Ao ver o elenco: Carlo Mossy, Joel Barcelos, Cláudio Marzo, Paulo Gracindo e Odette Lara, pensei se tratar de mais uma pornochanchada, mas me permiti assistir e acabei me surpreendendo. Não era uma pornochanchada, mas sim um drama. O filme se passa numa Copacabana verticalizada do final dos anos 1960, com muitos automóveis na rua, uma juventude identificada com o bairro e que encarnava o seu estilo de vida: banhos de mar aliados à prática de esportes pela manhã; à tarde, caminhadas com os amigos (ou amigas) para paquerar pelo bairro, sobretudo próximo aos cinemas; e à noite o ponto alto eram as festas.

Por mais que eu lesse e pesquisasse, Copacabana me enganava pois eu não conseguia visualizar que a multiplicidade que há no bairro - guardando-se as devidas proporções - não é uma coisa atual nem dos últimos trinta anos. Essa heterogeneidade ocorre desde o começo da sua ocupação por uma elite ávida em criar um ambiente, um lugar pra chamar de seu e para os

seus. Ela só se esquece que ali já havia alguns moradores e, concomitante ao crescimento e à fama que o bairro ganha, novas pessoas, de diferentes origens e estratos sociais são atraídas para lá. Sem medo de exagerar, em 50 anos Copacabana passa de areal paradisíaco a selva de concreto e asfalto. O crescimento que o bairro praiano teve, entre o começo e meados do século XX, foi vertiginoso. Para quantificar o que estamos falando, segundo Gilberto Velho (1989), a população de Copacabana salta de 18.000 habitantes na década de 1920 para 250.000 na década de 1970. Por sua vez, a população da cidade do Rio de Janeiro – no mesmo período – também tem um crescimento acentuado: de 1.200.000 para 4.200.000 habitantes. O que era uma localidade pacata e pouco habitada torna-se um bairro superpovoado, heterogêneo, com vasto e sofisticado comércio e opções de lazer.

Figura 15 - Cartaz de lançamento do filme "Copacabana me Engana", 1968.



Não há como entender a dinâmica copacabanense, suas esquinas e avenidas, seus botequins e restaurantes de luxo, seu estilo de vida, o Copacabana Palace e os “inferninhos” da Prado Júnior, os edifícios de *kit-nets* da Barata Ribeiro e os opulentos apartamentos na avenida Atlântica, olhando pra um lado ou pro outro. Copacabana não está lá nem cá, Copacabana está entre, nos vãos, nas brechas e nas frestas. Para fugir aos seus enganos temos

de nos perder em suas ruas, atravessar seus túneis, subir e descer suas ladeiras, olhar para aqueles que ninguém vê e ouvir aqueles que ninguém escuta. Metáforas à parte, queremos dizer que para compreender Copacabana e suas tramas é necessário olhar para o seu dia a dia, aprofundarmo-nos em sua história e em sua relação com o crescimento da cidade.

Em 1892, quando o primeiro bonde chegou àquele areal, não houve ali o descobrimento de um bairro como anunciaram à época. Houve uma facilitação do acesso à localidade, mas ele já existia por uma trilha que serpenteava o morro por trás do cemitério São João Batista desembocando no que hoje é a rua Siqueira Campos. Também já havia uma população local que, mesmo diminuta, ali já habitava. Quando se fala dos primórdios de Copacabana, há uma tendência de se apagar o passado em nome da construção de um futuro que se almejava. Ademais, como mostraremos nas próximas páginas, o projeto civilizatório que visava a construção e a sedimentação de uma “elite praiana”, detentora dos signos de uma autêntica brasilidade, perdeu-se no transcorrer de sua própria obra, tal e qual a areia que escorre entre os dedos.

As gestões de Pereira Passos, Amaro Cavalcanti, Paulo de Frontin e Carlos Sampaio são fundamentais à construção de uma ideia que via os chamados “bairros atlânticos” – inicialmente: Copacabana, Ipanema e Leme – como localidades privilegiadas na dinâmica da cidade. A região fora pensada como a chance de se construir um cotidiano inédito pós-Belle Époque. Copacabana era a vitrine do novo, de uma modernidade brasileira liberta dos paradigmas franceses que balizaram a “Paris dos Trópicos” (PORTO, 2014, p.22). Como frisa Carlos Lessa em “*O Rio de Todos os Brasis*” (2005), no início do século XX, Copacabana se torna o ícone de uma brasilidade que se pretendia moderna, chique e litorânea.

Como consequência disso, hoje, na cartografia urbana do Rio de Janeiro, persiste o imaginário da dicotomia “zona norte x zona sul” onde, ao norte, existiriam bairros com uma vocação mais residencial e com uma população de menor poder aquisitivo. Ao passo que ao sul, encontraríamos a vida à beira mar, badalada, saudável e rica, tal como seus habitantes. O mito de Copacabana, segundo Gilberto Velho (1989), só é possível em uma sociedade que se pensa a partir de hierarquias, e que liga o local de residência ao prestígio social. Nesse caso, o que você aparenta torna-se demasiadamente importante. Além do local de moradia, o automóvel que você utiliza (caso possua um), o tipo e a marca das suas roupas, sua expressão corporal, modos de agir, compõem um *status*⁴⁰ que te posicionam em determinado segmento social.

⁴⁰ Conceito da sociologia weberiana alusivo à estratificação e mobilidade social.

Não estamos defendendo este tipo de estratificação, mas sua influência na formação de um imaginário acerca dos bairros do Rio de Janeiro é inegável. Possuir certos itens, vestir-se de tal maneira, frequentar tais lugares, são signos de ascensão (ou de descenso) social. Entramos por esta seara pois também debateremos como a ocupação de Copacabana, desde o final do século XIX, se deu dentro de uma lógica distintiva. Algo semelhante ocorre com a Barra da Tijuca, alguns podem pensar, sobretudo a partir da década de 1990. É verdade, mas a Barra não é o nosso foco. A partir dos anos 1950, quando algumas famílias de classe média que moravam na Tijuca, Grajaú, Glória e até mesmo Botafogo, começam a se mudar para Copacabana, rapidamente incorporavam um *habitus*⁴¹ que identificava os “copacabanenses”, signo de privilégio e diferenciação.

Copacabana, nas suas virtudes e nos seus vícios, nas suas obviedades e nas suas contradições, ora é vista como metonímia do Rio de Janeiro, ora como lugar sui generis dentro da cidade. Aparece ainda, não raro, como símbolo de uma melancólica decadência, enquanto, por vezes, persiste como objeto de desejo em determinados projetos de ascensão social. (O'DONNELL, 2013, p. 14)

Com o passar dos anos, o que foi pensado inicialmente como bairro que congregaria uma elite símbolo do Brasil moderno, ao mesmo tempo em que crescia se tornava heterogêneo. Hoje Copacabana é um bairro multicultural, onde diferentes tribos e culturas convivem democraticamente. A partir dos anos 1960 alguns moradores mais antigos no bairro começam a ligar essa heterogeneidade à sinais da decadência do local, esquecem-se ou nunca se deram conta, que a “princesinha do mar” nunca foi tímida, pelo contrário, ela sempre foi dada a festas, shows, modas e disputas. O fato é que, notadamente a partir da segunda metade do século XX, Copacabana passou a retratar o despojamento do carioca, aliado a uma variedade de representações que deram destaque a cidade. Não à toa, em 2014, seu réveillon foi o palco do lançamento da logomarca dos Jogos Olímpicos de 2016, o maior megaevento que o Rio já sediou.

Quem pensa que os esforços do Estado para expandir a cidade à Zona Sul só começaram após o “Bota Abaixo”, engana-se. O bonde chegou a Copacabana 11 anos antes do início das reformas de Pereira Passos na região central. A iniciativa foi de um ente privado, a Companhia Jardim Botânico, mas contou com facilidades da administração pública, algo semelhante ao que chamamos hoje de “parcerias público-privadas”. Em 1900 outro túnel é aberto, o do Leme (hoje chamado “túnel novo”); em 1906 o último trecho da Avenida Beira Mar (que chegava à enseada de Botafogo) é inaugurado; e no mesmo ano é aberta a Avenida Atlântica.

⁴¹ Conceito sociológico cunhado por Pierre Bourdieu, nos anos 1960, relativo a princípios de socialização e de individualização capazes de estruturar novas representações sociais.

Quando Pereira Passos sai da prefeitura, em 1906, todos os acessos a Copacabana já estavam estabelecidos. Isso fomenta um fluxo populacional aos bairros atlânticos que até então não existia. Ir a Copacabana passou a ser um programa, o bonde saía da rua Gonçalves Dias e ia até o que hoje é a rua Siqueira Campos, o trajeto era longo para os padrões da época. Loteamentos na região eram anunciados, a vida praiana ganhava contornos positivos e salubres. Concomitante à ligação da cidade com Copacabana, havia toda uma construção discursiva de que ali nascia, além de um novo bairro, um novo estilo de vida, incentivando as pessoas a investirem no local.

Nas primeiras décadas do século XX, o local mais pujante da cidade ainda era o Centro, notadamente após a inauguração da Avenida Central. As principais lojas, o comércio mais refinado, livrarias, casas de chá, restaurantes, tudo acontecia na Avenida Central, inclusive festejos populares como o réveillon, daí sua proeminência na dinâmica da cidade. Se retornarmos a 1906 quando ela é inaugurada, a relação das pessoas com o mar era totalmente diferente da que existe hoje, a prática de esportes e a vida ao ar livre idem. Neste momento, por mais que algumas famílias já frequentassem Copacabana, sua relação com o local, e principalmente com o mar, se dava de uma maneira distinta da que ocorre hoje.

A partir do momento em que o local passa a ser mais frequentado, a relação das pessoas com o meio vai se modificando. Os banhos de mar, antes evitados, agora são vistos como signos de lazer e fruição. O ar marinho, até então pensado como possível fonte de doenças, ganha ares medicinais. Nesse sentido, os meios de comunicação tiveram um papel importante ao propagar novas representações e posturas que, misturadas com a vivência do lugar, mudaram a relação dos indivíduos com o ambiente. O *“Beira Mar”*, jornal fundado em 1922 por um comerciante de Copacabana, narrava o dia a dia do bairro e foi vital para modificar a relação das pessoas com a praia e incentivar a ocupação do local.

Na década de 1910 surgem os primeiros bangalôs na Avenida Atlântica, casas grandes com vastos quintais e de frente para o mar. Obviamente as pessoas que constroem e habitam essas residências eram famílias de alto poder aquisitivo, a elite da capital da república. Em 1923 é inaugurado o hotel Copacabana Palace, um marco de luxo e sofisticação, tendo em vista o que havia no Brasil à época. Hoje o hotel não pertence mais à família Guinle, mas continua sendo um dos mais luxuosos e caros da América do Sul. Todo o glamour irradiado pelo hotel fez com que ao seu redor outras construções surgissem, principalmente estabelecimentos comerciais. Inicialmente o fluxo de hóspedes estrangeiros não foi muito grande, a maioria eram visitantes domésticos. Mas depois, a medida em que o bairro cresce e sua visibilidade aumenta, isso ocorre naturalmente. Seu cassino ganha fama e torna-se o local mais frequentado à noite por políticos e empresários, sobretudo a partir dos anos 1930 quando Getúlio Vargas e seu irmão, Benjamin, iam lá rotineiramente jogar. O hotel também promovia

eventos musicais com atrações internacionais, que atraíam públicos significativos, contribuindo ainda mais para a consolidação de representações da ordem do fausto, da opulência e da elegância, não só de suas dependências, mas do bairro de uma forma geral (PORTO, 2014).

Nos estertores do Estado Novo, início dos anos 40, inicia-se a verticalização do bairro. Os primeiros prédios são construídos à avenida Nossa Senhora de Copacabana, nas imediações do que hoje é a praça do Lido. Esse processo cresce em ritmo de progressão geométrica, se as primeiras construções guardavam um caráter ainda elitista, depois vão surgindo empreendimentos imobiliários a preços mais acessíveis. Se no final do século XIX, começo do XX, as habitações de alta densidade populacional (como cortiços) eram o *locus* da insalubridade e de todo tipo de degenerescência, agora os edifícios são anunciados como residências alinhadas ao que havia de mais prático e moderno.

Em meados da década de 1950 o bairro já contava com um comércio tão vasto e sortido como o Centro da cidade. Algumas lojas chegam a transferir sua matriz da região central para Copacabana. Surgem os edifícios de *kit-nets* na avenida Barata Ribeiro, de modo que, com o tempo, os bangalôs da avenida Atlântica começam a ser comprados por construtoras e demolidos, para dar lugar a edifícios luxuosos. “Esteja na sala com o mar aos seus pés”, eram slogans de propagandas da época que anunciavam esses imóveis, destinados a um público diferente dos *kit-nets*. Assim, Copacabana passa a oferecer de tudo para todos os gostos, mas sobretudo uma vida pautada pelo lazer e pelo consumo. Que jovem não gostaria de morar num conjugado perto da praia e ter, a alguns andares abaixo de si, uma enorme variedade de opções de divertimento, e quem sabe até um “carango”⁴² na garagem. No outro extremo, empresários bem-sucedidos e alguns políticos podiam morar na Avenida Atlântica dormindo e acordando todos os dias em meio à paisagem litorânea. Para fugirmos aos extremos, a classe média também tinha o seu espaço, edifícios com apartamentos de dois ou três quartos são erguidos, em ruas internas do bairro, com vistas a atrair famílias que não tinham condições de comprar um imóvel à beira mar, mas também não caberiam num *kit-net*. Tudo passa a caber em Copacabana. O crescimento do bairro vai esvaziando o projeto exclusivista da elite “*cilense*”⁴³.

Mesmo com a transferência da capital para Brasília, em 1960, Copacabana não deixou de ser um modelo de sofisticação tampouco parou de crescer. Referência cultural, centro comercial pujante, praia desejada pela maioria dos turistas estrangeiros que vinham ao Brasil, bairro do hotel mais luxuoso do país, não demorou muito para que esse desejo de viver o

⁴² Gíria utilizada pelos jovens, sobretudo nos anos 60 e 70, para se referirem a automóvel.

⁴³ Termo utilizado no começo do século XX para fazer menção aos habitantes da C.I.L, sigla que designava os bairros atlânticos: Copacabana, Ipanema e Leme.

bairro e a vida praiana atingisse também as festas populares. Focando no réveillon, objeto desta tese, dos anos 1970 em diante a festa na praia de Copacabana começa a atrair um público maior do que as comemorações no centro da cidade. Esse contingente vai aumentando a cada ano de modo que, a partir dos anos 1980, o réveillon do Centro reduz-se à tradicional chuva de papel picado atirada pelas janelas dos escritórios, apresentações pontuais de algumas baterias de escolas de samba na Cinelândia e *happy hours* em bares como o Amarelinho. À noite, a grande festa para receber o ano novo era vivenciada com roupas brancas e os pés descalços na areia da *princesinha do mar*.

Mas nem tudo eram flores, ao mesmo tempo em que Copacabana torna-se o bairro referência da cidade e do país, ela passa a refletir os problemas que existiam em outros lugares. O eldorado praiano podia ser tudo, menos blindado. A elite “*cilense*” já acusava, desde os anos 60, certa decadência do local causada pela mistura com outros estratos sociais que passam a habitá-lo. Nesse sentido, muitos se mudaram para Ipanema a fim de fugir da “degeneração” do projeto que sonhavam concretizar em Copacabana. Posteriormente, mais pro final da década de 1970, os meios de comunicação começam a repercutir com mais intensidade questões do bairro ligadas à prostituição, ao tráfico de drogas, assaltos, favelização, brigas em casas noturnas e outros fatos mais que demonstravam não apenas uma decadência de Copacabana, mas do Rio de Janeiro e até do Brasil. O bairro apenas refletia o quadro de estagnação econômica que atingia o país após o “milagre” ventilado pela ditadura civil-militar e, no caso do Rio, isso foi ainda mais grave porque nos anos subsequentes à perda do status de capital e a anexação forçosa ao estado do Rio⁴⁴, a cidade mergulhou numa profunda crise política e econômica. Nos anos 1980 o quadro de crise permaneceu como pano de fundo, mas acrescido de um novo componente, a violência, que passa a ser mais presente no jornalismo carioca, fomentando medos e operando na produção de sentidos dos espaços urbanos.

3.1 De bonde ao reino das sereias

É no mar, é no mar, é no mar

Onde mora aieieu

Coroa maior, coroa maior

*Aieieu, odociaba*⁴⁵

⁴⁴ A cidade do Rio de Janeiro foi a capital do Brasil de 1763 até 1960. Ocorre que desde 1834 a cidade fora declarada município neutro e desanexada da província do Rio de Janeiro, cuja capital era Niterói. Quando ocorre a transferência da capital para Brasília (em 1960), o Rio deixa de ser Distrito Federal e surge o estado da Guanabara. Quinze anos depois, em 1975, por um decreto do presidente Gal. Ernesto Geisel, a Guanabara é extinta e a cidade do Rio de Janeiro é reanexada ao estado do Rio, tornando-se sua capital.

⁴⁵ Ponto (cântico) de umbanda de louvação a Iemanjá.

A inauguração do último trecho da Avenida Beira Mar ocorreu em 15 de novembro de 1906, sua finalização corroborava com uma ideia muito enaltecida no século XIX, que versava acerca da construção de uma paisagem costeira do Rio àqueles que chegavam à cidade de navio, conforme foi debatido no capítulo anterior. Suas obras começaram em 1893, ainda no período Imperial, e foram projetadas pelo Diretor de Obras Municipais, o engenheiro Luís Felipe de Vieira Souto, visando sanear e embelezar a Enseada de Botafogo e se estendendo até o cais da Urca. Contudo, por dificuldades financeiras, as obras foram paralisadas em 1895, restando por fazer um trecho de quase 500m entre a rua Farani e o morro da Viúva, que foi incorporado às Reformas de Pereira Passos em 1903, a fim de melhorar a ligação do Centro com os bairros da Glória, Catete, Botafogo e incentivar a ocupação de Copacabana.

O Rio é uma cidade construída ao longo de séculos, com uma paisagem urbana mundialmente celebrada por suas belezas naturais, mas, na verdade, teve sua topografia original largamente alterada. O Rio domesticou sua natureza. (ANDREATTA, 2006, p.40)

É inegável a importância da Avenida Beira Mar para a história da cidade, mas o primeiro acesso à Copacabana não se deu por ela, mas sim pelo túnel da Real Grandeza⁴⁶, popularmente apelidado de “túnel velho”. A primeira iniciativa de se construir um acesso formal ao que hoje é Copacabana ocorreu em 1872. A motivação de tal projeto, que dependia de uma concessão da prefeitura, seria a facilitação do acesso da rua Real Grandeza ao mar de Copacabana. Visto que, a partir do final do século XIX, num discurso alinhado à medicina higienista, os banhos de mar passam a ser vistos de maneira positiva. Assim, o Conde Lages e o médico português Figueiredo Magalhães, visando boas chances de lucro, almejavam a construção de um serviço balneário com fins medicinais. Para tanto, pretendiam dinamizar a ligação da localidade (conhecida hoje como ladeira dos Tabajaras) com a praia.

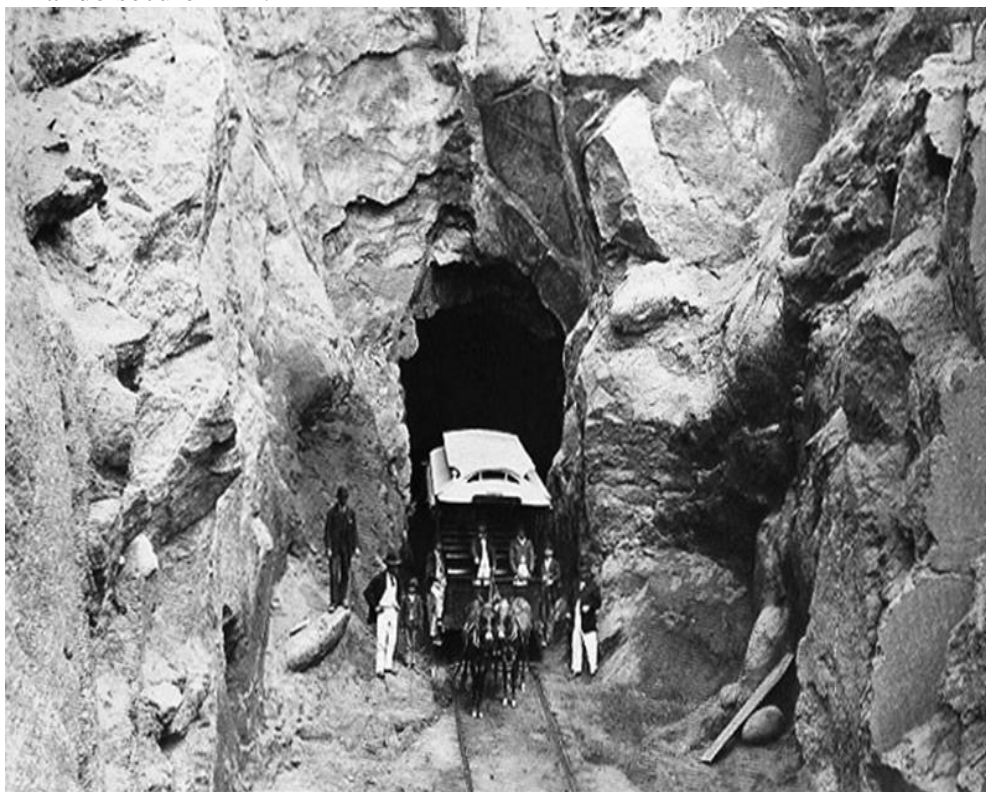
A concessão que receberam lhes facultava o direito de desapropriação de terras em Copacabana e o privilégio exclusivo de instalação de uma estação balneária acompanhada de uma estrutura urbana básica. As exigências contidas no documento não deixam dúvidas sobre a intenção dos poderes públicos de, diante do interesse do capital particular, criar ali, na salubridade do vazio, um novo bairro. (O'DONNELL, 2013, p. 33)

No dia 4 de novembro de 1874, o Conde e o médico receberam a concessão da prefeitura, com a ressalva da garantia dos privilégios da Companhia Jardim Botânico, que tinha a exclusividade sobre a abertura de todos os caminhos à Zona Sul. Na concessão, o poder público também determinava que os concessionários canalizassem água potável ao

⁴⁶ Atualmente o túnel se chama Alvorada, prefeito que sucedeu Carlos Sampaio e reformou o túnel em 1924, alargando-o.

local, além de implantar redes de esgoto, gás e iluminação pública. Ou seja, a própria prefeitura se utilizava situação para ensejar o início da construção de uma infraestrutura que possibilitasse a ocupação do local.

Figura 12 - Obras de abertura do túnel da Real Grandeza, hoje ‘túnel velho’, final do século XIX.



Em 6 de julho de 1892, os principais jornais do Rio de Janeiro noticiaram, sem grande alarde, que às catorze horas daquele dia a Companhia Ferro-Carril Jardim Botânico inauguraria uma linha de bondes para Copacabana. O evento marcaria ainda a inauguração do Túnel Real Grandeza (atual Túnel Alaor Prata, mais conhecido como Túnel Velho), que, após oito meses de obras, atravessava a garganta entre o morro da Saudade e o morro São João, ligando a rua que lhe emprestava o nome, em Botafogo, à rua do Barroso (atual rua Siqueira Campos), em Copacabana. A diretoria da empresa anunciava a disponibilidade de dez carros especiais, destinados a levar seus convidados “àquele alegre e saudável arrabalde” para que pudessem ver, com os seus próprios olhos, seu “magnífico melhoramento”. (O’DONNELL, 2013, p. 17)

De acordo com Jayme Benchimol (1992), a fim de fomentar o crescimento do nascente bairro de Copacabana e a instalação de novas linhas de bondes, a Companhia Jardim Botânico, que operava as linhas na maior parte da Zona Sul, alia-se a incorporadores da Empresa de Construções Cíveis (presidida por Eduardo Duvivier) para articular uma grande campanha publicitária, a fim de vender a imagem de Copacabana como um bairro que proporcionaria a seus habitantes um estilo de vida moderno e saudável. Para tanto, oferece condução gratuita aos terrenos à venda. A campanha da Companhia Jardim Botânico possivelmente também tinha por intenção tornar o bonde um transporte público mais

simpático à elite, visto que esta não o utilizava sob o argumento de “não se misturar”. Mas não resta dúvidas que o principal objetivo da Companhia Jardim Botânico, na expansão à Zona Sul, era o lucro imobiliário. Incorporadores, empresas de água e esgoto associaram-se à empreitada, o Estado colaborou não só com a emissão de concessões, mas sobretudo de incentivos fiscais a esses entes privados. Naquele 6 de julho de 1892, a Companhia Jardim Botânico inaugurava bem mais que uma simples linha de ferro-carris, um túnel e uma estação, surgia ali um novo bairro e uma nova proposta de experimentar a vida urbana carioca. É inegável a importância das companhias de bondes e trens⁴⁷, no caso do Rio, no sentido de reinventar uma cartografia, física e simbólica da cidade e, ao mesmo tempo, provocar uma dicotomia entre o Centro e os subúrbios.

Com os olhos firmemente voltados para o lucro imobiliário, a empresa associou-se, desde o início da expansão dos trilhos rumo ao sul da cidade, a grandes incorporadores, proprietários de terras e companhias de serviços públicos, especialmente as responsáveis pelo fornecimento de gás, água e esgoto. Ressalte-se ainda o papel fundamental do Estado, cujo interesse na ampliação de zonas salubrememente habitadas se refletia no incentivo a tais investimentos. (O'DONNELL, 2013, p.24)

Copacabana fora construída como o bairro que concentraria a elite da república, ruas são abertas, praças, loteamentos e o que era um areal distante começa a ser integrado à cidade. Diferente de Botafogo e da Tijuca, Copacabana já nasce pensada como um novo bairro, assentado na modernidade, concebido como inovador, para abrigar famílias distintas. É interessante salientarmos que o projeto de ocupação dos bairros atlânticos é pouco comentado quando se fala das reformas urbanas realizadas na gestão de Pereira Passos (1902-1906), mas desde o começo de sua legislatura a frente da prefeitura isso já era arquitetado. É comum pensarmos que a expansão à Zona Sul só ocorrera após a conclusão das obras de remodelação do Centro da cidade. Mas não, Pereira Passos muito habilmente ataca as duas frentes concomitantemente, e sempre em consonância com o capital privado. O bairro praiano nasce sob o mesmo signo da salubridade que motivou grande parte das obras na região central. Porém, os banhos de mar foram malvistos até o final do século XIX, exceto sob recomendação médica. Agora, no começo do XX, os banhos de mar são ressignificados como práticas elegantes e alinhadas à modernidade. Se a salubridade e o embelezamento foram as duas chaves motivadoras do “Bota Abaixo” no Centro, em Copacabana os dois signos que inicialmente alavancaram a ocupação do local foram salubridade e balneabilidade.

⁴⁷ Em 1858 é inaugurada a Estrada de Ferro Dom Pedro II rumo aos subúrbios. Os bondes começam a circular pela cidade em 1864, mas ainda à tração animal. Somente em 1891 as linhas são totalmente eletrificadas.

Não por acaso Pereira Passos, à frente do projeto de remodelação e embelezamento que acometeu a cidade nos primeiros anos da década de 1900, não apenas expandiu o acesso aquele arrabalde (com a criação da avenida beira Mar e a abertura do Túnel Novo), como inviabilizou as antigas praias de banho, incorporando-as às obras da linha do cais. O recado não poderia ser mais claro: a cidade civilizada crescia rumo ao sul, e as práticas condizentes deveriam acompanhar o novo mapa da elegância. (O'DONNELL, 2013, p. 96)

Se a inauguração do primeiro túnel à Copacabana ocorreu em 1892, catorze anos depois, no mesmo ano em que a Avenida Beira Mar foi inaugurada, o túnel do Leme (hoje chamado de “túnel novo”) entra em operação, facilitando o acesso dos bondes da Companhia Jardim Botânico ao arrabalde. Se no primeiro caso (do “túnel velho”) os bondes acessavam a rua Siquera Campos, agora os bondes chegavam ao que hoje é a Avenida Princesa Isabel. É importante apontarmos que, à época, toda a faixa territorial que ultrapassava o morro do Inhangá em direção ao Posto 1 era chamado de bairro do Leme. Frisamos isso pois, atualmente, o bairro do Leme está circunscrito a partir da Avenida Princesa Isabel até o Forte do Leme.

O morro do Inhangá localizava-se nas proximidades da Praça Cardeal Arcoverde e estendia-se, praticamente, até a praia. O primeiro estágio de sua demolição ocorreu na década de 1920 para permitir a ligação de duas partes de uma grande avenida, chamada de Nossa Senhora de Copacabana. O segundo foi em 1934, para dar lugar à piscina do hotel Copacabana Palace. Em 1951 uma terceira parte foi arrasada possibilitando a construção de alguns edifícios como o Chopin e o Prelúdio. Hoje, da Praça Cardeal Arcoverde, é possível avistar uma pequena parte que restou do Inhangá margeando o costado da rua Tonelero e da ladeira do Leme.

Com dois túneis abertos à Copacabana a frequência ao lugar aumenta e, conseqüentemente, sua ocupação também. Para incentivar tal processo, já que o banho de mar passou a ser visto como uma prática cultivável, Pereira Passos, a partir das obras de expansão do cais do porto do Rio, inviabilizou o banho nas praias da região central soterrando-as no transcorrer de tais obras. É bem verdade que existiam algumas casas de banho nas cercanias da praia do Calabouço, mas pegar o bonde para ir a Copacabana tornara-se um programa, signo de distinção e alinhamento à modernidade.

Trabalhadores embarcavam no bonde (muitos oriundos dos subúrbios), e seguiam para o bairro em busca de momentos de diversão ao ar livre, estendendo suas toalhas de piquenique. De modo simultâneo, políticos também se rendiam à Copacabana, ao se deleitarem com suas famílias “tomando fresco”. O quadro social dos usos de Copacabana era bastante diversificado, apresentando variados círculos socioculturais. (PORTO, 2014, p. 28)

Além dos banhos, os piqueniques à beira mar também foram identificados com a busca de novos rumos civilizatórios que davam tom aos tempos republicanos. Como frisa O'Donnell (2013), revistas como *O Malho*, *Fon-Fon!* e *Careta*, ofereciam ao leitor uma verdadeira cartilha de como se viver o cotidiano do novo ideal de cidade. O mesmo acontecera alguns anos antes quando da inauguração da Avenida Central, os periódicos populares indicavam que trajas usar, como se comportar e toda uma sorte de “boas maneiras” a serem adotadas na, então, Paris dos Trópicos. Ia-se à nova avenida não apenas para passear, mas para ver e para ser visto.

A partir da inauguração do “túnel novo” – inicialmente chamado de túnel do Leme – surgem as primeiras construções nas imediações da Avenida Princesa Isabel. É fundamental o papel dos bondes na dinâmica da cidade numa época em que os automóveis eram raros. Foi através dos trilhos dos carris que a cidade se expandiu entre o final do século XIX e o começo do XX. Em 1906 Copacabana já possuía três estações de bonde, a primeira à rua Siqueira Campos inaugurada junto com o túnel da Real Grandeza em 1892. A segunda é a chamada estação da Igrejinha, inaugurada em 1894, esta localidade estava nas imediações do atual Posto 6, próximo à rua Francisco Otaviano, facilitando a ligação com o Arpoador e com o futuro bairro de Ipanema. E, por último, como dissemos anteriormente, em 1906, a ligação através do túnel do Leme chegando à estação da Avenida Princesa Isabel. A partir daí a ocupação e a urbanização do bairro se intensificam, além disso, em 1900, o tráfego dos dois túneis é aberto à particulares. Antes só podiam passar os carris da Companhia Jardim Botânico.

Se a abertura do túnel, dois anos antes, significara somente um lampejo de esperança aos investidores mais otimistas, a efetiva propagação do ramal de bondes em 1894 teve impacto imediato. Naquele mesmo ano diversos arruamentos foram abertos pela municipalidade, a todas as ruas e praças projetadas pela Empresa de Construções Civas foram aceitas pela prefeitura. (O'DONNELL, 2013, p. 46)

A perspectiva higienista balizou as administrações municipais desde meados do século XIX quando o Plano Beurepaire foi publicado. Gerir a urbes sob critérios técnicos embasados pela medicina social fomenta o que podemos chamar de uma “ideologia da higiene”, segundo a qual as classes pobres teriam um forte elemento de contágio moral (ociosidade) e físico (epidemias de febre amarela, tifo e cólera). Os cortiços da região central eram o *locus* dessa população pobre e em sua maioria negra, que passa a ser vista como perigosa, daí o foco da prefeitura em acabar com esse tipo de moradia.

Visando ordenar a ocupação do bairro a fim de evitar a formação dos cortiços, tão combatidos pelo poder público no Centro, em 18 de julho de 1905 Pereira Passos revoga o

decreto de liberdade de construção em Copacabana. A liberdade de construção fora instituída em maio de 1898 visando justamente facilitar a ocupação do arrabalde, quando só havia um túnel de acesso apenas. E não é difícil entender a razão disto se analisarmos a estética civilizatória aplicada, através do “Bota Abaixo”, no Centro. A prefeitura não queria a profusão de construções precárias numa região nova, para onde a cidade crescia e que era alvo de pesados investimentos de construtores e incorporadores. Havia um medo muito grande que os mesmos “miasmas” que assolavam o Centro chegassem aos bairros atlânticos. É notável que a abertura do túnel do Leme, aliada à liberação do acesso de particulares aos dois túneis, aumentam sobremaneira o fluxo de pessoas a Copacabana.

Na década de 1920, enquanto a ocupação local progredia e a construção do hotel Copacabana Palace começava, um fato paradoxal começa a se impor ao projeto de bairro que se projetava como moderno e badalado. Copacabana liberta a capital da alcunha de “Paris dos Trópicos” para ser simplesmente Rio, a metrópole de sandálias de dedo, parafraseando Carlos Lessa (2005). É partir da ocupação de Copacabana, pela elite local, que um novo projeto civilizatório é implementado ali com vistas à construção de uma identidade que perpassasse a francofilia da Belle Époque. O crescimento da cidade aliado à migração aos bairros praianos implicava na adoção de um novo estilo de vida, de novos hábitos e novas representações.

Ocorre que, se esse projeto enveredasse por um exclusivismo muito acentuado a ocupação do bairro seria prejudicada e seu isolamento corroboraria com a ideia de um arrabalde, que não se queria. Ao mesmo tempo, a total abertura à migração de novos habitantes poderia implicar numa ocupação desordenada e na repetição dos mesmos problemas que havia na região central. Ou seja, havia de se articular muito bem esses fluxos populacionais à Zona Sul, de modo a ocupa-la sem degenera-la, segundo a visão da elite à época.

Além dos túneis, bondes e medidas da prefeitura, a imprensa também cumpriu um papel chave neste processo de expansão aos bairros atlânticos, através de uma forte construção discursiva no que diz respeito ao mar e ao uso da praia. É aí que surge a sigla C.I.L designando justamente os bairros (Copacabana, Ipanema e Leme) e, conseqüentemente, seus habitantes: os “*cilenses*”. Mas mais do que isso, algo muito forte na imprensa da época aponta para o apagamento daqueles que já habitavam essa parte da cidade, antes do fluxo populacional ensejado pelo capital através da Companhia Jardim Botânico e da prefeitura. Copacabana já contava com uma população de pescadores bem como ocupações em encostas do bairro, principalmente na região do Leme.

No dia 2 de junho de 1907, um domingo, os leitores do popular matutino *Correio da Manhã* depararam-se com uma reportagem de capa pouco usual: sob o título “No morro da Babilônia”, uma longa descrição largamente ilustrada exibida aos moradores da capital uma feição até então pouco (ou nada) conhecida do progresso que se espraiava rumo ao litoral – a presença maciça de “ranchos”, “casebres”, “mocamos”, “cabanas”, e “choças” no morro sob o qual se construía o Túnel Novo. (O’DONNELL, 2013, p. 67)

Tal reportagem discorre sobre os habitantes de tal localidade com ares de isolamento, de pureza e do bucolismo da vida pré-urbana. Traços pitorescos que em momento algum flertam com a pobreza ou com as condições insalubres como eram representados os cortiços do Centro. Notamos que, no caso de Copacabana, a construção discursiva vai muito além das virtudes do bairro, pois, até mesmo aquilo que à época era descrito de modo negativo, quando acontecia nos bairros atlânticos ganhava outros contornos, tudo para não denegrir o eldorado praiano.

O crescente fluxo de pessoas a Copacabana foi fundamental para que em 1905 prefeitura voltasse a investir no bairro. Não que esses investimentos tivessem parado, mas as obras na região central aconteciam concomitantemente à construção de Copacabana. No mesmo decreto em que o prefeito revoga a liberdade de construção no bairro, ele autoriza a construção da Avenida Atlântica e, através dela, delimita os alinhamentos para construções em logradouros públicos na nova localidade.

Reforçava-se, assim, a ideia de que Copacabana deveria ser salva dos perigos da desordem – discurso endossado pela *Gazeta de Notícias*, que, antes mesmo da aprovação do referido decreto, publicou a reportagem intitulada “Av. Atlântica”. [...] O novo logradouro vinha, assim, atender tanto aos anseios de ordenação do espaço litorâneo quanto ao plano de embelezamento e civilização da urbe, cujos novos contornos se ofereciam ao deleite dos passeios e da contemplação. Vale lembrar que Pereira Passos, ao idealizar a avenida, determinou o calçamento do passeio com pedras portuguesas a serem assentadas por calceteiros vindo diretamente de Lisboa. Nascia ali, já em 1906, um dos maiores ícones de Copacabana. (O’DONNELL, 2013, p. 54)

Cabe destacarmos que até a construção da Avenida Atlântica os imóveis próximos ao mar localizavam-se à Avenida Nossa Senhora de Copacabana (construída em meados do século XIX) e de costas para o mar. Ou seja, suas entradas eram voltadas ao continente e seus fundos ao oceano pois, neste momento, a visão hedonista que passou-se a ter da praia ainda não estava plenamente articulada. As obras para a abertura da Avenida Atlântica começam em abril de 1906 e sua inauguração se dá em 1908.

Almejava-se a construção de uma imagem paradisíaca e ao mesmo tempo chique de Copacabana. A inauguração do hotel Copacabana Palace foi fundamental nesse sentido, mas o papel da imprensa não ficou atrás. Em 1922, um ano antes da inauguração do hotel, começa a circular o jornal “*O Beira Mar*”, periódico fundado pelo comerciante português Manoel

Nogueira de Sá, o Sr. Manoelzinho, que vivia e trabalhava no bairro. O jornal dedicava-se a narrar o dia a dia de Copacabana e dos que ali habitavam: os “*cilenses*”. A maioria das reportagens era escrita por colaboradores, membros da elite que morava no bairro e, por mais que houvesse uma forte carga de representações positivas acerca do lugar, não há como negar que a construção do hotel foi um marco não só para o Rio, mas para o Brasil. Conforme aponta Ricardo Freitas (2011):

O Rio de Janeiro do início do século XX, a exemplo das exposições acontecidas em Paris e em Londres, no século XIX, também valorizou a monumentalidade como arma que elevaria a cidade a um dos ambientes internacionais propícios ao capitalismo triunfante. Isso acontece a partir de uma autoimagem desejada pela elite brasileira contra o abismo existente entre a utopia do progresso europeu e o atraso colonial que marcava os países da América do Sul.

Alessandra Porto (2014) destaca que, sem o Copacabana Palace o bairro teria crescido, mas certamente não da mesma forma. A inauguração do prédio apresenta um Rio ainda mais revigorado pelos ares de modernidade, o hotel surgia como o elã de uma série de apostas num novo modelo de civilização. O projeto, de autoria do arquiteto francês Joseph Gire, exigia procedimentos de engenharia muito complexos para os padrões da época. Ergue-lo foi um grande desafio para o engenheiro brasileiro César Mello e Cunha. O hotel fora construído pela família Guinle após forte interseção do presidente Epitácio Pessoa, que almejava um Rio à altura da Exposição Internacional de 1922, o primeiro megaevento de alcance mundial realizado na cidade. Ocorre que o hotel não ficou pronto a tempo do certame, sendo inaugurado apenas no ano seguinte. Na época da Exposição, o grande hotel que serviu de referência aos frequentadores dos pavilhões foi o hotel Glória.

Figura 13 - Vista do bairro ao final de 1923 com o hotel Copacabana Palace, recém-inaugurado, ao fundo.



Com a inauguração do Copacabana Palace existia uma expectativa de que o empreendimento colocasse o Rio na rota do turismo internacional, mas a priori isso não ocorre. Inicialmente o hotel atrai turistas domésticos e era muito frequentado pela elite *cilense* que, à noite, ia ao cassino jogar. Mas apesar de todo esse foco nos estratos sociais mais elevados, é notório que desde o princípio o bairro congregava uma população e atraía fluxos de visitantes bem heterogêneos. Não queremos insinuar que pessoas oriundas dos subúrbios se hospedariam no Copacabana Palace, mas elas vinham desfrutar do lazer ao ar livre possibilitado pelo bairro. Por mais que se hospedar no hotel fosse muito caro, a praia é um bem público e, ao incentivar o seu uso não atraía-se apenas um contingente de pessoas com condições financeiras para construir um bangalô à beira mar, ou passar alguns dias no suntuoso hotel, mas toda uma sorte de indivíduos ávidos por divertirem-se nas ondas do atlântico.

3.2 A elite *cilense*: um projeto civilizatório

Existem praias tão lindas cheias de luz
 Nenhuma tem o encanto que tu possuis
 Tuas areias, teu céu tão lindo

Tuas sereias sempre sorrindo

Braguinha e Alberto Ribeiro.

Por mais que os bairros atlânticos já abrigassem alguns habitantes, sobretudo pescadores, antes da chegada do bonde, o vazio da região abria espaço a uma livre associação de representações ao local.

Vemos surgir, desde então, um movimento de construção de imagens a respeito de Copacabana numa verdadeira cartilha de incorporação daquela nova zona à dinâmica da cidade. Como podemos notar, tal cartilha emergia como resultado de uma equação composta de salubridade, prazer, investimento, juventude e tranquilidade sem, em momento algum, abrir mão do adjetivo que, ao fim e ao cabo, era a própria condição de sua existência: urbano. (O'DONNELL, 2013, p. 42)

O mercado imobiliário se aproveita fortemente desta dinâmica para anunciar a possibilidade da vida à beira mar e, ao mesmo tempo, acabar com as velhas choupanas de pescadores que “emporalhavam” o local. A “ação civilizadora” que chegara ao areal, tocada por construtores, incorporadores e alguns periódicos impressos, visava varrer essa população já estabelecida ali não só fisicamente, mas sobretudo simbolicamente. Para tanto cria-se o mito do “vazio” a ideia de que não havia nada ali antes da nossa chegada. Ou seja, de acordo com esse mito, só há Copacabana a partir de 1892. Com a paulatina ocupação do bairro e todos os cuidados que a prefeitura passa a ter, como dissemos no item anterior, na intenção de que os “problemas” da região central não se repetissem em Copacabana, há todo um discurso midiático de como deveria ser “a vida na praia”. Mas essa visão da balneabilidade enquanto uma atividade lúdica e prazerosa não surgiu de uma hora pra outra.

A relação do carioca com o banho de mar nos faz lembrar de Dom João e seus banhos na praia do Caju, ainda no começo do século XIX quando a família real se transfere para o Brasil. De meados pro final do XIX, já havia menções ao banho de mar nas praias cariocas, mas sob uma representação terapêutica, e não hedonista. O Grande Hotel Balneário Botafogo, em 1883, já evidenciava os banhos de mar organizados com luxo e ciência. O hotel também dizia oferecer habitações higiênicas e confortáveis, num discurso bem alinhado à perspectiva médico-higienista. Na mesma época, na região central, adeptos do banho de mar se encontravam em casas de banho de praias como Boqueirão e Santa Luiza. Esses locais agregavam indivíduos de diferentes origens sociais e ocupações profissionais, que se encontravam ali, geralmente pela manhã, para um banho de mar antes de seguirem para o trabalho. Havia cabines de madeira pelo local, desconfortáveis, onde trocava-se de roupas. Além disso, um serviço de barraquinhas (semelhante aos quiosques) estabeleceu-se para

vender café, leite e sanduíches àqueles que queriam fazer um lanche antes de ir trabalhar. Em 1870 já havia sete casas de banho só na praia do Boqueirão, a maioria administrada por franceses e italianos. Ou seja, a prática do banho de mar já existia há tempos, ela não surge com Copacabana. O que há a partir da ocupação do bairro praiano, é a ligação desta atividade como algo da ordem do lazer, do prazer e da elegância.

De acordo com O'Donnell, em 1914 a *Revista da Semana* inicia a publicação de uma série de três anos de reportagens, assinadas por “Iracema”, cronista que conhecia Biarritz, Trouville e Ostende, e se dispunha a ensinar aos cariocas os princípios comezinhos de como se frequenta a praia. Uma questão paradoxal, pois, ao mesmo tempo em que a elite *cilense* queria se libertar da francofilia da Belle Époque, ela recorria justamente às “boas maneiras” dos franceses para estabelecer padrões de como se comportar à praia.

Defendendo a praia como um lugar privilegiado da sociedade elegante, Iracema traça um verdadeiro plano civilizatório para o percurso que ia “do Leme à Igrejinha”, dizendo que os bars que ali funcionavam deveriam ser pioneiros no provimento de condições de conforto, instalando cadeiras e para-sóis que convidassem as altas rodas da sociedade à fruição ao ar livre. (O'DONNELL, 2013, p.101)

O lazer à beira da praia, com banhos de mar passam a ser cada vez mais corriqueiros. João do Rio, que escrevia na mesma *Revista da Semana* sob o pseudônimo de José Antônio José, dizia que “enfim, parece certo que a paixão pelo mar entrou na moda!”. Entusiasmado com a vida litorânea o autor referia-se à Copacabana como “Cidade Atlântica”. Ocorre que em meio a esta euforia, em março de 1917 o jovem Maurício França, filho do médico e industrial Eduardo França, morre afogado na praia. Mesmo sendo socorrido o jovem não resistiu. O impacto negativo do ocorrido foi grande, “banho de morte” (trocadilho com a expressão banho de mar) foi a manchete do jornal *O Paiz* em 10 de março de 1917.

Em maio do mesmo ano, ainda sob o impacto da notícia, o então prefeito Amaro Cavalcanti sanciona o Decreto de Lei nº. 1143 que determinava a instalação de seis postos de salvamento distribuídos pela orla de Copacabana, em trechos considerados seguros para o banho de mar. Cada trecho corresponderia a uma faixa de areia demarcada por bandeirinhas e equipadas com uma embarcação e um posto de observação elevado na areia, onde trabalhariam os nadadores funcionários⁴⁸ do município. Além disso o prefeito também determinou dias e horários específicos para o banho de mar: de 2 de abril a 30 de novembro, das 6h às 9h e das 16h às 18h. No período equivalente ao verão ou, à estação calmosa, como

⁴⁸ À época não existia a figura do salva-vidas que há hoje. Os “nadadores profissionais” ou “banhistas auxiliares” eram termos empregados para designar os funcionários da prefeitura que cumpriam com o papel de interceder em casos de afogamento.

alguns se referiam à época, de 1º de dezembro a 31 de março, o horário era acrescido de 1h em cada período. Ou seja, pela manhã das 5h às 8h e na parte da tarde das 16h às 19h.

Mas não era apenas a questão do horário que a prefeitura queria regular, o Decreto nº 1143 também serviu de mote para o poder público coibir comportamentos e práticas indesejáveis na praia. Com uma pegada semelhante ao que Pereira Passos fez no Centro da cidade, quando fechou os quiosques, proibiu os cargueiros e o entrudo no carnaval, Amaro Cavalcanti determinou que: os trajes de banho deveriam guardar a devida decência e compostura; os banhistas não poderiam andar pelas ruas do bairro em trajes de banho, para tanto deveriam vestir roupões suficientemente longos e abotoados; gritos e algazarras durante o banho de mar estavam proibidos e, caso ocorressem, deveriam ser admoestados pelas autoridades competentes; a proibição de casais em práticas ofensivas à moral e ao decoro, tanto na praia como nos logradouros próximos.

Nota-se que os banhos de mar deixavam para trás o caráter medicinal que tiveram desde o final do século XIX e, a partir do momento que ganham contornos da fruição e do lazer, passam a ser regulados pelo Estado com base nos novos estilos de vida e moralidades incorporados ao cotidiano carioca. Ocorre que, por mais que os conservadores ligassem os trajes de banho – como os maiôs – à promiscuidade, a aristocracia praiana ignorava afirmando seu alinhamento aos padrões internacionais de moda, que emulava muito mais com a *Côte D’Azur* do que com as determinações do prefeito Amaro Cavalcanti. Isso marcava outro contraste entre os bairros atlânticos e os subúrbios, ligando a ideologia higienista ao plano estético que cultuava – agora – a exposição dos corpos. Representações gestadas há décadas que têm forte ligação com a maneira como o carioca vive os bairros litorâneos e frequenta a praia até hoje. A canção *Menino do Rio* lançada por Caetano Veloso em 1979, não surgiu ao acaso, tampouco deixou de ser atual... “*Menino do Rio, calor que provoca arrepio. / Dragão tatuado no braço. / Calção, corpo aberto no espaço. / Coração de eterno flerte. / Adoro verte...*”.

Percebemos, assim, que o projeto praiano-civilizatório defendido e difundido pelos redatores de periódicos como *O Beira-Mar* ou a *Revista da Semana*, estavam bem longe de ser um devaneio editorial. Pelo contrário, eles estavam perfeitamente alinhados às intenções do Estado e do capital privado para o novo bairro. A importância que frequência à praia ganha na dinâmica da cidade, a partir dos anos 1920, é notória nesse sentido.

A chegada da nova década não deixava dúvidas sobre o lugar conquistado pelas praias – e, mais especificamente, pelos bairros atlânticos – no léxico da elegância e da modernidade. Fosse em charges, em instantâneos ou em anúncios de artigos voltados para o banho de mar, as páginas das revistas consumidas pelo grand monde

carioca se rendiam ao uso da orla e, com ele, às novas formas de experimentação do espaço urbano. O Rio passava a reconhecer em artefatos como o maillot, as cabines de praia e os para-sóis elementos de distinção, vendo emergir um novo estilo de vida que, associado a um território específico e a determinados segmentos sociais, trazia para o rol de personagens urbanos uma figura até então marginal nas narrativas identitárias da cidade: o banhista. (O'DONNELL, 2013, p. 105)

Alessandra Porto (2014) aponta para uma consequência quase que natural aos banhos de mar: a pele bronzeada. Tal e qual hoje, no início do século XX os banhos de sol também eram evitados sob o argumento médico de ser uma prática nociva à saúde. Mas nos anos 1920 o corpo praiano deveria estar bronzeado, “queimado de praia”. Até pouco tempo a elite carioca evitava o sol, a pela alva é o que era o chique, mas com a incorporação da praia ao cotidiano os padrões estéticos vão mudando e passando por cima até das recomendações médicas. Esse é o contexto onde se inicia a construção de um imaginário, segundo o qual, para morar (ou estar) em Copacabana não basta ter dinheiro, mas adotar um novo estilo de vida. Deste modo, é procedente pensar os *cilenses* como um grupo de *status*, na concepção weberiana, cuja definição se liga a critérios expressos num estilo de vida específico por parte daqueles que desejam pertencer ao grupo.

O lançamento do Beira-Mar, deixou inúmeros registros que nos permitem ir um pouco mais longe na caracterização do perfil daqueles que, ao longo da década de 1920, atuaram como sujeitos ativos da articulação da imagem com a qual Copacabana passava a ser vista por toda a cidade. Ao narrar semanalmente as movimentações da sociedade por eles cunhada cilense, os colaboradores do periódico deixavam entrever quais os perfis sociais que, através de um sólido sistema de partilha dos critérios de estima social, ancoravam aquelas representações cada vez mais firmemente associadas aos bairros atlânticos. (O'DONNELL, 2013, p.131)

Com o progressivo aumento da fama do bairro, o mesmo passa a ser mais frequentado nos finais de semana, sobretudo aos domingos, por trabalhadores que queriam desfrutar do eldorado praiano que eles viam nos jornais e revistas. Os piqueniques tornam-se cada vez mais comuns, atraindo uma gama de indivíduos dos mais variados segmentos sociais ao bairro. Não à toa, desde 1905, a cervejaria Brahma arrendara o restaurante construído pela Companhia Jardim Botânico à avenida Princesa Isabel, ao final do ramal Leme, que tinha como público alvo famílias e casais que visitavam o bairro nos finais de semana. Por mais que a elite *cilense* almejasse “fechar” Copacabana aos seus, e o narrasse em jornais como *O Beira-Mar* de acordo com o seu projeto praiano-civilizatório, na prática, não havia como veda-la aos suburbanos e às famílias de classe média.

Como citam Eduardo Bianchi e João Maia (2012), “Copacabana nos engana”⁴⁹, pois é caleidoscópica, a cada movimento assistimos a novas formas que dançam diante dos nossos

⁴⁹ Também em alusão ao filme “*Copacabana Me Engana*” (1968).

olhos, mas isso não assusta. Copacabana nos encanta.” Como dissemos no começo deste capítulo, se não soubermos olhar para a “princesinha do mar” através de suas brechas e gretas, túneis e ladeiras, ela fatalmente nos enganará. Queremos reforçar com isso que o próprio exclusivismo do projeto praiano-civilizatório, que projetava o bairro midiaticamente como um paraíso atlântico, acabou atraindo ao local uma grande quantidade de pessoas das mais diferentes origens e classes sociais. A elite *cilense* e o Estado, ao divulgarem o bairro como a coqueluche do Brasil republicano, na intenção de atraírem investidores de alto calibre, principalmente os internacionais, esqueceram-se que junto dos turistas franceses, ingleses e norte-americanos, também viriam, nos trilhos do bonde, moradores dos subúrbios e famílias remediadas de bairros como Botafogo, Tijuca, Catete e Glória. Esse processo se acentuará a partir dos anos 1940, mas falaremos sobre isso mais adiante.

Antes da fundação do jornal *O Beira-Mar*, houve outro periódico dedicado a construir representações distintas sobre o bairro, seus habitantes e estilo de vida. Seu nome era nada mais nada menos do que *O Copacabana*. Fundado em 1907 e extinto em 1919, três anos antes da fundação de *O Beira-Mar*, *O Copacabana* referia-se ao bairro como o “Novo Rio”, realçando a ideia de que ali realmente nascia uma nova cidade, com gente diferenciada e hábitos próprios. Novamente reforçando a triangulação entre meios de comunicação, Estado e capital privado, *O Copacabana* tinha como redator-chefe Theotônio de Oliveira, nome presente em muitas das ações ligadas à urbanização do bairro e profundamente identificado com o estilo de vida moderno e elegante com o qual o eldorado praiano era propagado. Como eles mesmos se descreviam em sua primeira página “um órgão literário, comercial, noticioso e recreativo dedicado ao belo sexo de Copacabana”. (O’DONNELL, 2013, p. 70) Desde o começo este periódico investiu na relação dos habitantes da C.I.L com o mar:

Em 1907 O Copacabana dava aos seus seletos leitores, sob a rubrica “d’um médico estrangeiro”, uma espécie de cartilha de fruição das águas marinhas. De acordo com o dr. Debay,

- Um banho só se deve tomar passadas três ou quatro horas da última refeição, a fim de evitar perturbações na digestão.
- Nunca se deve tomar mais que um banho por dia.
- É sempre conveniente conservar todo o corpo debaixo d’água.
- O corpo nunca deve estar fatigado ao entrar no banho.
- O corpo deve entrar totalmente na água de forma que molhe bem a cabeça.
- Durante o banho não se deve estar quieto. Aqueles que souberem nadar, praticarão esse exercício, e os que não souberem farão movimentos idênticos.
- O momento de saída do banho é anunciado no primeiro calafrio. Não se deve ignorar esses avisos da natureza.
- Os banhos são úteis e saudáveis em todas as épocas do ano; no verão evitam a prostração que produz a alta temperatura; no inverno ativam as combustões orgânicas. (O’DONNELL, 2013, p. 93)

Com relação às festas e aos colunáveis, nas primeiras edições o periódico homônimo ao bairro ainda eram repercutias as festividades e a vida social dos palacetes de Botafogo. Mas paulatinamente, com a mudança dessas famílias mais abastadas financeiramente para Copacabana, a cobertura sobre Botafogo é deixada de lado. Fato a se salientar é que desde a sua fundação, *O Copacabana* nunca abordou nada acerca dos pescadores e caboclos que habitavam o bairro antes da chegada do bonde. Ou seja, ao mesmo tempo em que enaltecia a elite *cilense*, o periódico fazia questão de apagar aqueles que já residiam no local. Era notória a intenção do periódico de construir uma imagem distintiva de Copacabana que, certamente, não passava pelo enaltecimento da presença de certos segmentos sociais.

Não parava aí a declarada militância do semanário em prol da construção de signos de prestígio para a região. Em reportagem sugestivamente intitulada “Pró-Copacabana”, o jornal ironiza o destaque dado pela grande imprensa aos cariocas ilustres que, fugindo das altas temperaturas, veraneavam em Petrópolis, praia de Icarai, Santa Tereza etc. “Olhem a grande novidade!”, diz o redator, “pois, para Copacabana observamos quase diariamente a vinda de distintas famílias, as que aqui chegam a fim de veranear nunca mais se mudam, ficam durante o verão e durante o inverno.” E para não deixar dúvidas sobre a propriedade de suas observações, encerra a nota com uma extensa lista de “ilustres senhores” que com suas famílias aportavam no Novo Rio. (O’DONNELL, 2013, p. 72)

Segundo *O Copacabana*, os moradores do bairro eram: modernos, litorâneos e chiques. Isso era o que distinguia os *cilenses* dos outros segmentos da elite carioca. Em realidade, podemos dizer que esses periódicos eram produto de uma troca de prestígio entre leitores e colaboradores, representando a auto-identificada “civilização praiana”. O Sr. Manoelzinho, que funda *O Beira-Mar*, era largamente citado nas colunas sociais d’*O Copacabana* com total deferência. Seu periódico nasce em 1922 repercutindo o ambiente social do qual ele já fazia parte e, logicamente, profundamente identificado com o seu público. Ao falar do seletivo e aristocrático bairro, o periódico cria e dissemina uma série de representações sobre a vida praiana, com um tom profundamente identificado com a formação dos signos de uma brasilidade moderna, o projeto editorial d’*O Beira-Mar* não teria perdurado sem um grupo de colaboradores que fizessem jus às suas ambições. Não à toa, o indicado pelo Sr. Manoelzinho para assumir a função de redator-chefe foi o médico Félix Guimarães, nascido e criado no bairro. Num momento em que o discurso médico tinha autoridade sobre o uso das praias e as mudanças operadas na cidade, nada melhor do que um médico à frente da redação para legitimar um discurso que representava a moderna e salutar vida litorânea. *O Beira-Mar* e *O Copacabana* foram responsáveis pela construção e divulgação de um vasto imaginário sobre os bairros atlânticos, bem como permearam a incorporação de Copacabana ao universo do luxo e da elegância. O bairro sempre foi narrado

por esses jornais como um espaço que já nasceu aristocrático, e não burguês. Essa era a sua marca de distinção.

A mudança de perspectiva sobre os banhos de mar e o uso da praia são fundamentais à ocupação de Copacabana. Soma-se a isso, dois túneis de acesso ao bairro, três estações de bonde, a inauguração do hotel Copacabana Palace, bangalôs de alto padrão construídos na avenida Atlântica e os jornais repercutindo fartamente o glamuroso cotidiano *cilense*. Nos anos 1920 o bairro consolida-se como o *locus* do luxo e da modernidade na capital da república, atraindo cada vez mais famílias tradicionais – sobretudo de Botafogo e da Tijuca – que se mudavam deixando suas chácaras para trás.

A gestão de Pereira Passos foi um marco na história do Rio de Janeiro, conforme expusemos no capítulo anterior e no começo deste mas, para a Zona Sul, Paulo de Frontin foi muito importante. Em 1919 quando assumiu a prefeitura, uma forte ressaca destruiu alguns trechos da avenida Atlântica. Na reconstrução da via, Frontin a alargou e instalou postes de iluminação elétrica por toda a sua extensão. O engenheiro e político passa a ser chamado pelos jornais de o “Hércules da prefeitura”, que com doze obras importantes muda a fisionomia da cidade.

Foi, no entanto, na orla litorânea ao sul da cidade que os projetos de Frontin tiveram maior sucesso. Além de duplicar e iluminar a avenida Atlântica, que vinha sendo castigada em sucessivas ressacas desde a sua construção, o prefeito inaugurou a avenida Meridional (atual Delfim Moreira) – dando vida ao até então desocupado bairro do Leblon – e a avenida Niemeyer (cuja abertura havia se iniciado três anos antes pela própria família Niemeyer). Consolidava-se, assim, um grande eixo viário que ligava o Leme a São Conrado (conhecido na época como praia da Gávea), feito do traço contínuo formado pelas avenidas praianas (Atlântica, Vieira Souto, Meridional e Niemeyer). (O’DONNELL, 2013, p.118)

Com a finalização dessas obras, a prefeitura abria o caminho para a expansão dos bairros atlânticos além da Igrejinha (atual Posto 6 nas imediações da rua Francisco Otaviano). Rapidamente surgem os primeiros palacetes na orla de Ipanema, uma resposta rápida dos construtores indicando à prefeitura que aquela era a direção a ser seguida. Carlos Sampaio fora outro prefeito de destacado papel na sequência das reformas iniciadas por Pereira Passos, durante a Exposição Internacional de 1922 era ele quem estava à frente da prefeitura. Sampaio, na Zona Sul, realizou obras de saneamento e melhorias na pavimentação do entorno da lagoa Rodrigo de Freitas, construiu a avenida Epitácio Pessoa e os canais do Jardim de Alá e da Visconde de Albuquerque. Os bairros atlânticos iam sendo urbanizados, ocupados e materializavam progressivamente a concretização de uma nova ordem urbana.

De acordo com o Censo de 1920 o Rio contava com, praticamente, 1 milhão e 200 mil habitantes em 1922. Desses, 22.761 viviam em Copacabana. A cidade tinha 417 linhas de bonde, 4415 automóveis em circulação, 24 jornais diários, 20 revistas semanais, 44 agências

bancárias e, ao mesmo tempo em que vivia um processo de metropolização, que feria letalmente a Belle Époque, via o rápido crescimento das favelas e das páginas policiais nos jornais, repercutindo colisões de trânsito, atropelamentos, brigas e pequenos roubos. O modelo de cidade implementado desde as reformas de Pereira Passos começava a se deparar com seus primeiros sinais de esgotamento.

3.3 De areal paradisíaco a floresta de concreto

Ela é carioca, ela é carioca Basta o jeitinho dela andar

Tom Jobim

Tendo em vista o que estamos discutindo neste capítulo, fica claro que Copacabana, longe do discurso da exclusividade *cilense*, ventilado por periódicos como *O Copacabana* e *O Beira-Mar*, sempre teve um cotidiano que provocava a experimentação diferentes formas de apropriação do espaço. Diversos grupos viviam e conviviam naquele local, negociando a todo tempo seu lugar no bairro. A coluna policial d’*O Beira-Mar* nos mostra um pouco da disputa entre os *cilenses* e os demais grupos que habitavam o bairro. Além um direcionamento estético sobre que comportamentos adotar na orla, havia também um balizamento moral voltado aos estratos populares que sugestionava posturas e condutas bem, ou mal aceitas. Se os *cilenses* nutriam certa benevolência pelos pescadores locais, o mesmo não se aplicava a outros grupos que viviam em Copacabana.

No Beira-Mar, a “Quinzena Policial”, assinada por Oscar Mário, se dedicava exclusivamente a acompanhar os registros do 30º Distrito Policial (unidade responsável pelas ocorrências daquela zona). Em 6 de maio de 1923, a coluna contava que “a nacional Maria da Conceição, moradora da ladeira de Villa Rica n. 30, por causa de umas laranjas, brigou com o amante Vitalino Coelho”. A mesma edição noticiava, ainda, que “o operário Francisco Pontes, fervoroso adepto de Baco, depois de lhe render homenagem, quando se dirigia para a sua casa, na ladeira do Leme, caiu e quebrou a cabeça”. Em julho de 1925, “Manoel Godinho Mendes, residente à ladeira do Leme n. 221, foi preso por suspeita de vender o chamado jogo do ‘bicho’”. Já em setembro de 1926 os leitores ficaram sabendo que haviam brigado, “por motivos fúteis”, “o cocheiro Manoel Dias, 25 anos de idade, morador à rua Constante Ramos n. 166, e o varredor da Limpeza Pública José dos Santos, morador à ladeira dos Tabajaras n. 42”, em discussão que terminou com um golpe de canivete “na região peitoral direita de Dias”. (O’DONNELL, 2013, p. 146)

A descrição das reportagens aponta para um padrão de atitudes morais contrárias aos critérios valorizados pelos *cilenses*. Nota-se que, comparada às reportagens policiais presentes nos periódicos cariocas atualmente, os casos descritos acima podem até ser chamados de cômicos. Mas em realidade eles refletem uma ótica aristocrática que indicava, através desses

jornais, que tipos de conduta não eram aceitas no cotidiano do bairro. Registra-se também que os locais de moradia dos personagens da coluna policial identificam-se com localidades ocupadas por estratos de baixo poder aquisitivo. Para exemplificarmos, a Villa Rica equivale hoje à comunidade dos Tabajaras e dos Cabritos, cujo acesso se dá através da ladeira dos Tabajaras⁵⁰. A comunidade dos Cabritos também pode ser acessada através do alto da rua Sacopã, na Lagoa. Essas localidades, no começo do século XX, foram ocupadas por imigrantes nordestinos que se fixaram no bairro e deram origem às duas comunidades que até hoje existem no local. O próprio termo “tabajaras” faz menção a povos indígenas oriundos do nordeste brasileiro, sobretudo dos estados da Paraíba e de Pernambuco. Do outro lado, no Leme, a ocupação das encostas da montanha onde perfurou-se o “túnel novo” é anterior à abertura do mesmo, e deram origem as atuais comunidades da Babilônia e do Chapéu Mangueira, por trás da rua Gustavo Sampaio. A estigmatização negativa dos imigrantes nordestinos e dos locais que congregam essa população está longe de ser uma novidade no cotidiano carioca, suas raízes confundem-se com o próprio processo de ocupação e formação da cidade.

Na mesma época, final dos anos 1920, os sentidos do carnaval também passam a ser disputados pela elite *cilense*. Blocos como “Prazer do Leme” traziam enredos e cantigas identificadas com as raízes indígenas e africanas dos seus membros, que compunham sambas alusivos aos seus antepassados. A *Gazeta de Notícias*, em 1926, referia-se a esses blocos como “cordões cujos caboclos prestam homenagem aos mortos dançando e rezando em guarani, tupi e tamoios”, indicando desta maneira o perfil social específico dos seus membros. Os *cilenses* por sua vez, a fim de desconstruir e se distinguir do carnaval popular, adotam o jazz como seu ritmo carnavalesco, bem como trajés distintos e elegantes a fim de diferenciar o carnaval de Copacabana do restante da cidade. Com o réveillon se dava o mesmo, como dissemos no capítulo anterior, nas festas da alta sociedade não tocava samba. Nas viradas de ano no Jockey Club, no Clube Ginástico Português, no Fluminense, no hotel Copacabana Palace ou no hotel Glória, os ritmos que embalavam a noite eram ditados pelas orquestras que se apresentavam nesses locais. Samba? Nem pensar! A repercussão do carnaval de 1929, nas páginas d’*O Beira-Mar*, é bem ilustrativa nesse sentido:

As festas carnavalescas de 1929 se distinguem das festas carnavalescas dos anos anteriores pela influência do mundanismo e do maillot. Oh, sim, para não destoar da época do cinema e dos réveillons... Os instrumentos bárbaros, de origem africana, os tamborins, os chocalhos, os apitos e as lúgubres gaitas... caíram de moda, e se foram refugiar entre as estações suburbanas mais recuadas, até que desapareçam

⁵⁰ A ladeira dos Tabajaras era a trilha que ligava Botafogo a Copacabana antes da abertura do “túnel velho”.

totalmente. Agora, é o jazz-band quem enche de ruídos... toda essa metrópole. Temos em 1929 um Carnaval puramente americano... Neste ano quem dita as leis carnavalescas é o maillot... Carnaval mundano e aquático, Carnaval dos salões e das praias de banho... Os nossos foliões se alegram porque, em 1929, as festas de momo pertencem mais a nós, aos balneários elegantes, que a outros pontos do Rio de Janeiro. Os banhos de mar à fantasia e os bailes de máscara são a nota do dia. (O'DONNELL, 2013, p. 178)

Fica claro, neste momento, a intenção de se desqualificar o samba, por suas raízes africanas, e caracteriza-lo como um tipo de música identificado com os pobres e suburbanos. Ensejando novamente uma dicotomia simbólica entre a Zona Sul e o restante da cidade. No capítulo anterior nós vimos que nas festas de réveillon da elite carioca, desde o começo dos anos 1920, o samba nunca foi aceito. Mas agora, às vésperas de década de 1930, essa má vontade da elite com o samba também chegara ao carnaval, a festa mais identificada com esse ritmo musical. Ou seja, buscava-se articular um discurso segundo o qual réveillon, carnaval e outras comemorações – com samba – seriam festividades de pessoas desalinhadas aos padrões da elite local. Hoje podemos dizer que esse discurso de marginalização do carnaval não deu certo. Primeiro porque carnaval e samba tornaram-se praticamente sinônimos; segundo porque o carnaval é o megaevento que mais atrai turistas ao Rio; e terceiro porque o preço de um camarote na Marquês de Sapucaí, para assistir os desfiles das escolas de samba do grupo especial, gira em torno de valores muito além das possibilidades de uma família de classe média. A maioria deles é arrendado por grandes empresas e emissoras de televisão.

Mas voltando ao bairro praiano, Copacabana construiu sua história sobre bases que combinaram o higienismo, a salubridade e a distinção. Nos anos 1930 um novo fator é incorporado pelos *cilenses*: o desporto. Surgem as categorias “*sportsmen*” e “*sportswomen*” sepultando definitivamente a figura do “almofadinha” excessivamente branco (por não pegar sol) e pálido (pelos excessos da vida noturna), signos identificados com a Belle Époque. Agora, estar alinhado à tendência e à moda é ter um corpo bronzeado, atlético e saudável. Mais uma ruptura marcante com o estilo de vida da bela época. Se hoje alguém acha que a prática esportiva é algo que surge com a profusão de academias e “*personal trainers*” pela cidade a partir dos anos 1980, saiba que, desde o final dos anos 20, começo dos 30, já se ligava a prática de esportes aos corpos saudáveis. E, se puder praticá-los na praia, sob o sol, melhor ainda. Um editorial d’*O Beira Mar*, em 1927, intitulado “Mocidade Forte!” corroborava com a ideia que expusemos acima, segundo a qual, o corpo praiano e atlético da juventude *cilense* era o novo padrão estético a ser perseguido.

Isto posto, não seria exagero afirmarmos que o projeto praiano-civilizatório da C.I.L foi fundamental à desconstrução dos padrões culturais e estéticos da Belle Époque. Ao longo

da década de 1930 Copacabana firma-se definitivamente na cartografia carioca como *locus* da elegância, da civilidade e da vida saudável. Na mesma época o turismo internacional descobre o bairro praiano e o hotel Copacabana Palace, que inicialmente não recebia grandes contingentes de turistas estrangeiros, mas a partir dos anos 1930 passa a recebe-los em maior quantidade. Seu cassino, à noite, atraía além dos hóspedes, políticos, empresários e demais “figurões” da elite republicana. Para tanto, o papel dos jornais que repercutiam efusivamente a vida nos bairros atlânticos, sobretudo a de Copacabana, foi fundamental para fomentar o turismo na capital.

Figura 14 - Jovens jogando vôlei na praia, década de 1930.



Podemos dizer que a construção de Copacabana foi parte de um projeto de cidade que queria projetar o Rio – a capital da jovem república – ao mundo. Ocorre que, para isso, era necessário um bairro diferenciado, cosmopolita, conectado a tudo de mais moderno que havia na época, para atrair visitantes de diferentes nacionalidades. É aí que entra Copacabana, como um marco do luxo, da elegância e do exclusivismo na capital de um país que queria se projetar mundialmente. Quando olhamos para a invenção do “paraíso atlântico” sob um olhar mais abrangente, entendemos por que o próprio Estado referendou muitos aspectos do projeto praiano-civilizatório. As medidas do prefeito Amaro Cavalcanti sobre como se frequentar a praia ilustram isso; a interseção do presidente Epitácio Pessoa junto à família Guinle para articular a construção do hotel Copacabana Palace idem; a realização da Exposição Internacional de 1922, um megaevento mundial, também. Tudo corrobora com um projeto de cidade, e de nação, que teve em Copacabana a sua ponta de lança.

Somava-se à memória recente daqueles eventos a proximidade do início da estação calmosa. E o colunista da Careta sentenciava: “O momento, na cidade, pertence a

Copacabana.” Não tardou para que os mais diferentes matutinos da cidade anunciassem uma novidade que vinha ao encontro das demandas dos sempre atentos cilenses: a instalação de pavilhões para banhistas na praia de Copacabana, “a exemplo dos que já existem em Biarritz, Estoril e na Cotê D’Azur”. (O’DONNELL, 2013, p. 190)

O alinhamento do balneário carioca ao padrão das praias europeias, era destacado com o fito de se mostrar como Copacabana não devia nada e esses locais, visando atrair turistas estrangeiros. Esse movimento, ao mesmo tempo, descolava o lugar de qualquer tipo de cotejamento com o provincianismo. Copacabana é internacional. Mas como todo bônus tem um ônus, ao final dos anos 1930, a divulgação mundial de imagens das praias cariocas como um novo modelo de brasilidade começa a entrar em choque com os anseios da elite *cilense*. O crescimento exponencial que o bairro tem, dota Copacabana de uma complexidade cultural e social que fogem às rédeas *cilenses*. Em 1943 a Disney lança o filme *Alô, amigos*, que se passava em um cenário tropical. Nele, o Pato Donald dança com Zé Carioca ao som de *Aquarela do Brasil*, sobre um piso cujos contornos aludem ao calçadão da avenida Atlântica. O filme exporta uma imagem de Copacabana ligada ao samba e a malandragem, representações completamente avessas àquelas cultivadas pela elite *cilense*.

Como queriam os cilenses, os bairros atlânticos haviam, de fato, atravessado continentes, atraindo turistas dos mais diversos cantos do globo. Entretanto, apesar de associada ao glamour, Copacabana passava a figurar como protótipo de uma nacionalidade cujos parâmetros escapavam, em múltiplos níveis, daqueles critérios sobre os quais se construía a aristocrática identidade da elite praiana. (O’DONNELL, 2013, p.194)

Em meados da década de 1930, Copacabana já tinha praticamente todos os seus lotes ocupados e sua malha viária delineada. Em 1934 outro cassino, o Atlântico, é inaugurado no entroncamento das avenidas Atlântica com Francisco Otaviano, e o hotel Copacabana Palace inaugura a sua piscina. A partir dos anos 1940, algo que já ocorria na cidade desde a década anterior, chega a Copacabana: os arranha-céus. A verticalização na cidade do Rio de Janeiro começa pra valer na década de 1930, ocorre que, diferente da Europa onde tal fenômeno acontece como uma tentativa de solucionar problemas de habitação, no Rio ele surge como um tipo de moradia destinado às elites e à classe média. Em Copacabana já existiam alguns edifícios na Avenida Nossa Senhora de Copacabana, mas é a partir dos anos 1940 que os chiques bangalôs da Avenida Atlântica começam a ser comprados por construtoras que os demolem para, em seu lugar, erguerem edifícios feitos com materiais nobres e divulgados em comerciais voltados a estratos de alto poder aquisitivo, na intenção de se distinguir dos cortiços.

No início do século XX as chamadas “habitações coletivas”, ou “moradias de alta densidade” – vulgo cortiços – eram representadas da pior maneira possível, notadamente no que diz respeito à insalubridade. Ocorre que os novos edifícios também eram habitações coletivas. Então, como diferencia-los dos antigos cortiços? Divulgando amplamente que eram construídos com materiais caros, que tinham preços elevados e uma estética dotada de um espírito moderno. Conforme a fala de Eduardo Duvivier, diretor da Empresa de Construções Civis, pioneira no loteamento e na construção de casas e edifícios em Copacabana:

É preciso que se acentue, ainda uma vez, que Copacabana é o mais legítimo orgulho da Sebastianópolis e o éden carioca, não já pela sua natureza “perenemente aparelhada para as músicas”, mas, nos nossos dias, pela sua própria organização urbanística, tocada por um halo de elevada aristocracia. (O’DONNELL, 2013, p. 200)

Ou seja, Duvivier, que hoje dá nome a uma rua no bairro, evidencia em sua fala a associação de um lugar especial – Copacabana – a investidores de alto padrão, que colocariam seu capital ali, não para resolver uma demanda por moradias, mas por almejem um estilo de vida moderno e elegante. Isso se aplicaria a todos os bairros atlânticos, mas como Copacabana era a joia da coroa, a partir dos anos 1940, a migração para o bairro se intensifica concomitantemente ao aumento da oferta de unidades. É interessante salientar que quatro décadas separam a perseguição aos cortiços, do “boom” da verticalização de Copacabana. Inicialmente o local mais disputado pelas construtoras no bairro era o entorno do hotel Copacabana Palace (região da praça do Lido). Esta foi a primeira localidade do bairro a concentrar estabelecimentos comerciais.

Em sintonia com os interesses das construtoras, em 1946 a prefeitura libera o gabarito dos edifícios em Copacabana de 8 para 12 andares, fomentando ainda mais a especulação imobiliária no bairro. As principais lojas do Centro da cidade abriram filiais em Copacabana. A confeitaria Colombo, por exemplo, inaugurou a sua primeira filial em 1944, na esquina da Avenida Nossa Senhora de Copacabana com a rua Barão de Ipanema, onde funcionou até 2003 quando se transferiu para o Forte de Copacabana.

A partir dos anos 1940, enquanto o Rio de Janeiro viveu seu período de maior proliferação de favelas, Copacabana começou a se verticalizar e os arranha-céus se multiplicaram: já não estavam mais apenas na região do Lido, mas também ao longo da avenida Atlântica, Leme e na altura do Posto 6. De acordo com Pedro Geiger (1960), foi nesta década que se verificou um processo de transferência de moradores da zona norte para a zona sul, sobretudo daqueles com melhor nível econômico. Entre 1940 e 1950 a população de Copacabana passou de 74.133 para 129.249 habitantes e, com uma clientela numerosa e concentrada, houve um crescimento exponencial dos estabelecimentos comerciais. (FEIX, 2018, p. 42)

Em 1948 é realizado o primeiro Censo de favelas no Rio, um ano depois é inaugurada a segunda galeria do “túnel novo”, agora, chamado oficialmente de túnel Engenheiro Marques Porto, a segunda via otimizou o fluxo a Copacabana e permitiu a implantação de linhas de ônibus, além dos bondes, ligando o bairro praiano à Zona Norte, ao Centro e aos subúrbios. Copacabana instituía-se como uma “cidade-bairro”. Como Julia O’Donnell (2013) aponta: “mais que um novo bairro ou uma nova forma de experimentação do espaço urbano, Copacabana era também um polo de agregação e de produção de um novo perfil de camadas médias em meio ao cada vez mais diversificado quadro social carioca.” As grandes organizações não poderiam mais ficar limitadas à região central, já que a zona sul passa a congrega uma população com maior capacidade econômica. Copacabana definitivamente deixava de ter na distância um obstáculo à sua ocupação. Ao mesmo tempo, invertia-se o mapa comercial, simbólico e turístico da cidade. Assim, desde a década de 1940, Copacabana impunha-se como o centro da cartografia carioca.

Sólidas estratégias de comunicação de periódicos como *O Beira-Mar* foram fundamentais à construção da imagem paradisíaca e diferenciada de Copacabana, além de fomentar a ocupação do bairro. Não fosse esse tipo de publicação, o projeto praiano-civilizatório dificilmente teria conseguido se destacar do restante da sociedade carioca. Ocorre que o rápido crescimento da oferta de unidades habitacionais, a atração de famílias de classe média e o inchaço populacional do bairro, esvaziaram o exclusivismo do projeto *cilense*. O mundo de riqueza e glamour que *O Beira-Mar* repercutia começava a ficar ofuscado pelas sombras dos edifícios. Em 1944 a morte do Sr. Manoelzinho também decreta o fim do periódico, que não tinha mais leitores tão assíduos, tampouco os distintos círculos sociais que alimentavam as suas pautas. A “princesinha do mar” já andava com suas próprias pernas, era mundialmente conhecida e deu um tempo da elite *cilense* para “namorar” com o mercado imobiliário.

No começo dos anos 1950, fazendo jus ao chamado de Tata Tancredo, registram-se as primeiras notícias sobre comemorações de ano novo na orla da Avenida Atlântica, conforme João Maia e Eduardo Bianchi (2012) esclarecem:

Histórias não faltam sobre a grande festa de réveillon que se realiza desde a década de 1950, quando ali umbandistas e frequentadores do candomblé, vestidos de acordo com a festa em homenagem aos santos, faziam oferendas aos orixás que iriam saudar e proteger o início do ano. Eram festas que poderiam durar horas e mesmo virar a noite em cânticos e danças em homenagens às entidades de suas religiões. (MAIA e BIANCHI, 2012, p. 130)

Tais rituais começaram a congregar, além dos adeptos dessas religiões, uma legião de curiosos, turistas e/ou habitantes do bairro, que iam à praia dia 31 de dezembro para observar os movimentos e o batuque dos pontos entoados em homenagem à Iemanjá. Muitos permaneciam no local para se consultarem com as entidades que os médiuns incorporavam e, como os umbandistas trajavam roupas brancas (cor alusiva ao orixá Oxalá), com o tempo essa tradição começou a modificar os hábitos daqueles que iam festejar a virada de ano junto ao mar. Assim, mesmo aqueles que não eram praticantes de tais religiões, passam a vestir-se com roupas brancas na noite de réveillon.

Figura 15 - Uma família depositando suas oferendas a Iemanjá na praia de Copacabana, anos 1960.



A partir de meados dos anos 1950 morar em Copacabana torna-se um sonho possível a setores da classe média que antes não tinham condições de comprar um apartamento no bairro. Com o aumento da oferta de unidades habitacionais os preços caem e, aqueles que antes não podiam adquirir um imóvel no bairro, agora poderiam sonhar com um ‘dois quartos’ nas ruas internas. Por mais que não fosse de frente para o mar, no Posto 6 ou no Leme, era em Copacabana. Mudar-se para o bairro praiano significava muito mais do que uma troca de domicílio, sinalizava ascensão material e distinção social. E não bastava só comprar um apartamento, era preciso adotar um estilo de vida condizente à vida atlântica. Podemos dizer que Copacabana inaugura a disputa simbólica “Zona Norte x Zona Sul”, onde, respectivamente, uma torna-se sinônimo de provincianismo e a outra de cosmopolitismo e riqueza. Antenadas a isso as construtoras começam a construir prédios de unidades menores e até *kit-nets*, em pontos do bairro menos prestigiados do que aqueles próximos à praia. Ou seja, se a diversificação da frequência ao bairro ocorria mais nos finais de semana, a partir dos anos 1950 ela passa a ser uma constante. Mais do que consumir um bem, ou um produto, morar em Copacabana era desfrutar de um ideário e de um estilo de vida.

Já em 1957, Copacabana tinha sua fama de centro de lazer da cidade a partir da concentração de algumas das principais atrações da moda da época: seis cinemas, o Bob's, a varanda do hotel Miramar, a confeitaria Colombo, a piscina do Copacabana Palace, as lojas Americanas, o Bar do Frederico (andar térreo do Fred's) e o Scaramouche. (FEIX, 2018, p. 44)

Data desta mesma época a inauguração dos cinemas: Caruso, Ricamar, Alvorada, Art Palácio, Condor, Copacabana, Riviera e o Paris Palace. Hoje nenhum deles encontra-se em funcionamento, mas demonstram como paulatinamente a região praiana também vai se tornando o foco da diversão e da boemia carioca. O momento de forte crescimento econômico do país, com o Plano de Metas do presidente Juscelino Kubistchek, contextualizava a intensificação da ocupação do bairro. Além dos edifícios residenciais, cinemas e filiais de lojas famosas, boates e casas noturnas atraem a Copacabana um público que queria ir além do *milk-shake* do Bob's ou de uma paquerinha na porta do cinema. A verticalização da “princesinha do mar” acompanhou o desenvolvimentismo nacional.

Com isso, os habitantes mais tradicionais e com elevado poder aquisitivo começam a acusar uma decadência do bairro, a decepcionarem-se com aquilo que um dia já pensaram ser a “Biarritz brasileira”. Para eles, o esvaziamento do exclusivismo *cilense*, a mistura com outros segmentos sociais, era sinal de desprestígio. Assim, ao mesmo tempo em que famílias de classe média oriundas da Tijuca, do Catete, da Glória e até de alguns subúrbios começam a se mudar para Copacabana, membros da elite *cilense* transferem-se para Ipanema ou para o Leblon, a fim de conservar uma distância daqueles que eles não julgavam dignos do seu convívio.

Com sua população diversificada sob todos os aspectos, com os contrastes agudos, com os estilos de vida diferenciados, há características únicas no bairro, que fascinam e repelem. São vários os mundos copacabanenses e essa coexistência mais ou menos precária, às vezes conflitiva, muitas vezes cordial, há muito acompanha sua identidade complexa. (VELHO, 1989, p. 3)

A medida em que Copacabana torna-se a síntese do “Rio Cosmopolita”, acaba a Copacabana familiar e voltada aos anseios *cilenses*. Gilberto Velho em “*A Utopia Urbana*” (1989) indica que, com o crescimento do bairro, uma subdivisão tácita passa a existir no seu interior: a zona mais antiga seria o entorno do hotel Copacabana Palace e da praça do Lido, ali surgem estabelecimentos comerciais circundando o hotel que provocam uma valorização dos terrenos quando da sua inauguração. Além disso, Velho frisa que já nos anos 1960, essa região era apontada pelos moradores mais tradicionais como a localidade mais decadente do bairro. Uma segunda área seriam os Postos 4 e 5, nas imediações da rua Bolívar, local em que Velho morava e que congregava a maior parte dos cinemas. Em seguida o Posto 6, uma área

residencial e que possuía uma população de alto poder aquisitivo. Na outra ponta da praia, a região do Leme também tinha uma vocação residencial e um perfil socioeconômico semelhante ao do Posto 6. E por último, mas não menos importante, a avenida Atlântica, faixa litorânea que atravessa o bairro inteiro, congregando os hotéis mais luxuosos e os edifícios mais caros.

3.4 A ascensão do réveillon praiano e o fim do ideário cilense

Oguntê, Marabô, Caiala e Sobá.

Oloxum, Ynaê, Janaina e Iemanjá.

São rainhas do Mar!

G.R.E.S. Império Serrano, 1976.

Em 1960, ao mesmo tempo em que o Rio perdia o status de Distrito Federal, Copacabana solidificava-se enquanto um centro comercial alternativo ao Centro da cidade, porém mais sofisticado. Em alguns casos, determinados produtos só eram encontrados lá, notadamente artigos importados ligados à moda, perfumaria e eletrodomésticos. A galeria Menescal congregava boutiques de roupas femininas que ofereciam vestidos feitos de certos tecidos e estampas que dificilmente se encontraria na região central. Além dela, podemos citar a Celeste Modas, a Casa Canadá, a Casa Hermínia, a Nuance Modas, a Sloper, dentre outras que além de artefatos de moda e cosméticos, também vendiam equipamentos para o lar que sinalizavam aquilo que de mais moderno poderia existir numa residência à época.

O crescimento de Copacabana não era um fato isolado ao contexto da cidade, o processo de metropolização do Rio de Janeiro era notório e, nesse sentido, os problemas de trânsito impunham-se como um gargalo à locomoção pela metrópole. A favelização era outro fator que acompanhava o rápido crescimento da cidade. Na década de 1960 o Centro já estava totalmente verticalizado, a Avenida Presidente Vargas fora aberta há duas décadas e atraía, sobretudo nos dias úteis, uma enorme população que lá trabalhava. Nesta época o Rio já contava com 147 favelas onde viviam, aproximadamente, 338.000 habitantes. A configuração de ruas e quarteirões, elaborada quando das reformas iniciadas por Pereira Passos, não dava mais conta do tráfego de uma cidade que, cada vez mais, optava pelo rodoviarismo, personificado pelos automóveis, ônibus e caminhões. O Rio de Janeiro era uma cidade com trânsito saturado já nos anos 1960. A fim de solucionar, ou pelo menos minorar, os transtornos consequentes dos engarrafamentos, o então governador Carlos Lacerda

encomenda ao arquiteto grego Constantínos Doxiádis um plano urbanístico que reprojetsse o crescimento da cidade neste novo contexto. Conforme indicamos no capítulo anterior, Doxiádis elabora um enorme projeto de vias expressas que cruzariam toda a cidade, o chamado “plano policromático”, mas de todas as “linhas” projetadas pelo arquiteto grego, apenas duas saíram do papel conforme os seus planos originais: a Linha Vermelha (1994) e a Linha Amarela (1997).

Em 1963, após 16 anos de obras, o túnel Santa Bárbara foi inaugurado a fim de dinamizar o tráfego à Zona Sul, numa época em que, de carro, o único acesso aos bairros atlânticos se dava através da região central, por onde se acessava a Avenida Beira Mar, a enseada de Botafogo e, em seguida, o túnel novo até a Avenida Princesa Isabel. Quatro anos depois outro importante túnel é inaugurado, o Rebouças, estabelecendo mais uma ligação direta entre as Zonas Norte e Sul. A facilitação do acesso aos bairros praianos implica numa mudança do ambiente social impactante a bairros – sobretudo Copacabana – que inicialmente foram pensados como uma região diferenciada do restante da cidade. Podemos dizer que do embate entre *cilenses* e *não-cilenses*, o grande vitorioso foi o capital imobiliário, personificado pelas construtoras e incorporadoras.

A construção vertical tem início no Centro, se expande para Glória, Santa Teresa, Tijuca e Copacabana. Posteriormente difunde-se por toda a cidade. Nos anos 40 e 50 é delirante a verticalização de Copacabana e Ipanema. O ‘nomadismo’ das elites acentua para o capital imobiliário a possibilidade de ganhos com uma hipervalorização das novas frentes de crescimento e de verticalização da cidade. (LESSA, 2005, p. 255)

Algumas cenas de *Copacabana Me Engana* (1968), mostram os personagens Irene e Marquinhos – Odette Lara e Carlo Mossy, respectivamente – passeando pelas ruas de um bairro que de bucólico ou paradisíaco não tinha mais nada. Pelo contrário, as tomadas externas que enfocam o casal “batendo perna”, mostram uma avenida Nossa Senhora de Copacabana tomada de automóveis (em 1969 o Rio tinha uma frota de 360 mil carros licenciados), com muitas pessoas andando pelas ruas, o calçadão da avenida Atlântica cheio de transeuntes – de trajes sociais ou roupas de banho – e a praia lotada de pessoas jogando futebol, vôlei ou mergulhando no mar. Um cenário totalmente avesso àquele um dia sonhado pelos *cilenses*, pela sua diversidade. Ir à praia já era um grande programa há anos, desde o final dos anos 1930 os jornais mostravam que a praia deixava de ser um atributo exclusivo das elites e tornara-se um lazer democrático. O desembarque dos “taiobas”⁵¹ na rua Siqueira

⁵¹ Bondes de segunda classe que permitiam o embarque de passageiros com roupas de banho e ligavam alguns subúrbios a Copacabana. Com o tempo o termo foi utilizado pejorativamente para designar seus passageiros.

Campos, durante os finais de semana, fazendo grande algazarra, é um exemplo disso. A estigmatização negativa dos moradores dos subúrbios e da Zona Norte, que vão à praia nos finais de semana, nada tem de atual. Em realidade, isso nos remete à primeira metade do século XX quando há uma facilitação dos acessos à Zona Sul e a liberação dos banhos de mar. Taiobas, farofeiros ou *yellowes*⁵² foram termos criados para depreciar tais grupos que, quando na praia, são rapidamente identificados pelos ditos “locais” (os estabelecidos) que procuram não ficar perto deles na areia. Eles seriam aquilo que Norbert Elias chamou de “*outsiders*”.

Na Copacabana do começo do século XX, notadamente a partir da década de 1930, há uma paulatina desconstrução dos ditames e das cartilhas que relacionavam os banhos de mar à salubridade e à elegância, fazendo desta atividade algo mais ligado à sociabilidade e à fruição à beira-mar. Praticamente quatro décadas depois, a avenida Atlântica por onde circulam Marquinhos (Carlo Mossy) e Irene (Odette Lara) no final dos anos 1960, em nada lembra aquele local que se pretendia distinto e chique conforme as determinações publicadas pelo prefeito Amaro Cavalcanti em 1917. Esta disputa se dá até os dias de hoje, ainda mais numa cidade como o Rio de Janeiro onde, como aponta Gilberto Velho (1989), a população tem uma visão hierarquizada dos bairros que envolvem noções de identidade e distinção.

Com a migração de lojas do Centro para o bairro praiano, a abertura de comércios mais sofisticados, a chegada de famílias de classe média a partir dos anos 1950, a consolidação do turismo internacional e a abertura de mais dois túneis ligando a Zona Norte à Zona Sul, ocorre também uma mudança na cartografia dos festejos populares. E já que estamos falando de Rio de Janeiro e de Copacabana, o réveillon impõe-se como a principal dessas festas. O bairro tornara-se o epicentro da cidade, tudo acontecia em Copacabana, todos queriam estar na “princesinha do mar”. Copacabana bastava a si mesma.

A partir do brilho de Copacabana o Rio é muito mais: é simplesmente o Rio. Para o brasileiro, Copacabana converte-se no ícone moderno, do não-colonial e originalidade nacional. É a metrópole de roupa de banho, não de terno de casimira, sucessor da casaca de lã preta. O olhar do carioca ergue-se da praia e extasia-se com o oceano Atlântico. A baía de Guanabara – considerada alguma vez das mais belas do mundo – foi abandonada pela afetividade popular. Em Copacabana se está no ‘melhor dos mundos’. (LESSA, 2005, p. 247)

Se desde os anos 1950 os cultos à Iemanjá atraíam muitos curiosos e turistas à praia na noite do dia 31 de dezembro, a partir dos anos 1970 o Ano Novo em Copacabana emerge como a principal festa de réveillon do Rio. E não é difícil entender esse movimento, tendo em vista que, além do apelo de Tata Tancredo aos umbandistas, tudo na cidade passa a convergir

⁵² Amarelo em inglês, a gíria foi criada por moradores da Barra da Tijuca, após a inauguração da Linha Amarela em 1997, para apontar aqueles que chegavam à praia nos finais de semana fazendo uso da nova via.

na direção do bairro. No caso do réveillon, a ligação com os cultos religiosos afro-brasileiros foi fundamental. Muito embora hoje poucos se lembrem disso, naquela época, o réveillon na praia de Copacabana era repercutido pelos jornais como a “Noite de Iemanjá”. Na nova cartografia do Rio, que passa a ter o bairro praiano como epicentro, ocorre uma recontextualização dessa festa, misturando todo o imaginário acerca dos bairros atlânticos, a praia como *locus* do lazer e do prazer, além da influência religiosa da umbanda. Dessa maneira, paulatinamente, há um esvaziamento da passagem de ano na Cinelândia.

Em meio a tantas transformações, a principal festa de réveillon da cidade, aquela que atrai o maior público desde então, passa a acontecer na orla da “princesinha do mar”. Hoje, essa predileção que a maioria dos fluminenses, e quiçá brasileiros, têm de passar a virada de ano no litoral, está ligada ao imaginário irradiado através da “Noite de Iemanjá” em Copacabana. Por mais que não se consiga pagar o preço que os hotéis da Avenida Atlântica cobram no réveillon, a busca pelo Ano Novo na praia se reflete em outros bairros da cidade banhados pelo mar, como Flamengo, Ipanema, Leblon e Barra da Tijuca. Além de cidades da Região dos Lagos e da Costa Verde, sobretudo: Cabo Frio, Arraial do Cabo, Saquarema, Búzios e Angra dos Reis. Em todos esses lugares o fluxo de turistas durante o réveillon aumenta significativamente, se comparado às cidades da Região Serrana.

Mudanças no ambiente social moldam novas realidades. Desde os anos 1970 as areias da “princesinha do mar” tornaram-se uma espécie de “palco” do Rio. Além do réveillon, eventos esportivos e shows musicais de artistas famosos acontecem em Copacabana, levando milhares ou, em alguns casos, milhões de pessoas à praia. A duplicação da Avenida Atlântica, inaugurada em 1971 pelo governador Negrão de Lima, após dois anos de obras, teve como consequência o aumento significativo da faixa de areia e o alargamento do calçadão. Isso é algo pouco comentado, mas teve uma parcela de contribuição importante ao aumentar o espaço para tais eventos na praia, além de facilitar a circulação de ônibus e automóveis pela orla.

Em 1968, a “Noite de Iemanjá” foi incluída oficialmente no calendário turístico da cidade. Mas nem sempre a iabá africana e os rituais de religiões afro-brasileiras foram bem vistos, conforme já mostramos algumas vezes ao longo desta tese. Ocorre que, por mais que os grandes jornais impressos não fossem tão benevolentes com as giras de umbanda na praia, tais ritos atraíam milhares de pessoas de diferentes estratos sociais e até turistas, que, após os cantos e batuques, formavam filas para se consultar com os médiuns incorporados, “pais” e “mães” de santo. É dessa simbiose com a cultura e a religiosidade africana que vem o hábito de se utilizar roupas brancas na noite de Ano Novo. Com as mudanças ocorridas na cidade

facilitando os acessos à Zona Sul e o protagonismo que o réveillon de Copacabana ganha, em 1978, o mesmo jornal *O Globo* que por anos desabonou tais ritos, referindo-se a eles como misticismo e feitiçaria, corroborando com a ideia de que tais religiões eram caso de polícia, agora enaltecia a marcante presença dos terreiros de umbanda na orla da Avenida Atlântica.

A ligação entre o réveillon praiano e os rituais à Iemanjá já estava plenamente estabelecida nos anos 1970, em 2/1/1971 *O Globo* publicou a manchete: “Chuva prejudicou festa de Iemanjá nas praias”. É interessante salientarmos que nesta época o réveillon não contava com uma cobertura detalhada como ocorre desde os anos 1990. Mas, ao mesmo tempo, não era algo tão *en passant* como nas primeiras décadas do século XX. Como não havia edição do jornal no dia 1º de janeiro, o padrão era que no dia 2 uma das manchetes da primeira página do periódico fosse alusiva ao réveillon e, na editoria “Cidade”, reportagens sobre a festa ocupassem pelo menos uma página. Falava-se sobre as comemorações de Ano Novo no Rio de uma forma geral, dando destaque a Copacabana.

Já comentamos acerca do uso de roupas brancas dia 31 de dezembro, mas muitas práticas que as pessoas realizam na noite da passagem de ano, como lançar rosas brancas ao mar para agradecer ou fazer algum pedido, acender velas na areia, pular sete ondinhas, dentre outras, são todas atividades que tem como origem a umbanda e/ou o candomblé. Muitos daqueles que vão à praia comemorar a passagem de ano, mesmo não sendo adeptos dessas religiões, tem o hábito de fazer isso por uma tradição, um costume. O primeiro local de grande visibilidade na cidade onde tais práticas apareceram para o público, ainda que abordados com ares folclorizantes e pitorescos, foi na praia de Copacabana. Domicílio do hotel mais luxuoso da América do Sul à época, que atraía (e ainda atrai) turistas do mundo inteiro, e local de residência de famílias de alto poder aquisitivo.

O fato desses rituais terem se projetado a partir da praia símbolo da modernização, do bem-estar e do luxo na capital da república, tem um significado importante, tendo em vista a hierarquia sócio-espacial presente no cotidiano do Rio (VELHO, 1989). Isso colaborou com a construção de um olhar mais parcimonioso desses ritos, que tornaram-se parte do réveillon de Copacabana. A aposta de Tata Tancredo foi certa, no sentido de aumentar a visibilidade para diminuir o preconceito às religiões afro-brasileiras. Se hoje a prefeitura não permite a presença dos terreiros na praia dia 31, alegando atrapalharem a logística da festa que fora transformada em megaevento (conforme veremos no próximo capítulo), os frequentadores por conta própria, depositam suas oferendas no mar ou acendem suas velas na areia. O fato dos terreiros só poderem ir à praia de Copacabana até o dia 30, não acabou com o culto a Iemanjá dia 31. Ele tornou-se parte do megaevento, firmou a tradição. Afinal, ela é a dona da noite.

Copacabana adentrava os anos 1970 em ritmo de crescimento desmedido. Se a elite *cilense* acusava a decadência do bairro desde os anos 1950 com a chegada de setores da classe média, a partir de agora “Copa” passaria a refletir mais comumente os problemas da cidade e do país. A enorme adesão de público ao seu réveillon, e as transformações pelas quais essa festa passa até ser transformada num megaevento, mostram como a metropolização do Rio de Janeiro foi transformando o bairro.

O ano em que Carlos Alberto Torres levantou o tricampeonato da seleção brasileira terminou com o anúncio do fim do “*Repórter Esso*”. Em 31/12/1970 foi ao ar a última edição do noticiário radiofônico. Em Copacabana, os festejos para receber 1971, além do baile de gala no Copacabana Palace, uma festa na boate Mariu’s Inn, na rua Raul Pompéia, fora noticiada com uma grande chamada n’*O Globo*. O réveillon de 1971 transcorreu sob forte chuva. Na praia, *O Globo* destacou o Centro Espírita Umbandista Tupyara que, mesmo sobre a areia molhada, montou uma enorme tenda em frente ao hotel Leme Palace. Em outra reportagem o periódico repercutia, em tom de crítica, algo que até hoje ocupa espaço em sua cobertura do réveillon de Copacabana, o excesso de lixo na areia e nas ruas do bairro. Flores, garrafas, latinhas, charutos, tigelas, guimbas de cigarro, restos de comida, velas, chinelos e sapatos, tudo podia ser encontrado na praia e nas ruas de Copacabana na manhã de 1º de janeiro. Além disso, outros destaques negativos do réveillon de 1971, segundo *O Globo*, foram as brigas em alguns bares de Copacabana, motivadas por discussões regadas a muito álcool, e o corpo de um homem que fora encontrado boiando no cais do porto, região central do Rio.

No réveillon de 1972 a Secretaria Municipal de Turismo passou a administrar a fiscalização e a segurança da festa, “Rio receberá mais de 40 mil turistas para o réveillon” destacou *O Globo* em 30/12/1971. Em 2/1/1972 a manchete da primeira página do periódico carioca sobre o réveillon fora “Violência nas ruas, ordem nas estradas”, repercutindo os vários acidentes de trânsito que houve na cidade e a ordem nas estradas devido a uma grande operação montada pela Polícia Rodoviária Federal. Fizemos questão de frisar que esta foi a manchete sobre o réveillon, porque nesta época a manchete de primeira página do jornal nunca era sobre o Ano Novo, mas sobre alguma medida do governo. Hoje, uma manchete dessas para repercutir o réveillon carioca é algo inimaginável, mas em tempos de ditadura civil-militar, uma mensagem do presidente Médici intitulada “A verdadeira juventude prossegue na obra da redenção brasileira”, ocupava boa parte da primeira página d’*O Globo* de 2/1/1972. No texto, o General apontava que os jovens realmente comprometidos com o futuro da nação entendiam e apoiavam as realizações do governo, até as mais duras. A

repercussão do jornal sobre o réveillon carioca não foi muito positiva, destacavam o trânsito caótico na Zona Sul e os 15 mortos em acidentes de trânsito pela cidade, 50 toneladas de lixo retiradas das praias entre o Leme e o Leblon, além de 8 afogamentos em Copacabana. No dia 1º de janeiro, 83 corpos aguardavam reconhecimento no Instituto Médico Legal. Por incrível que pareça, o destaque positivo ficou com o “réveillon popular” da Cinelândia que transformou as ruas do Centro num verdadeiro carnaval. Salientamos isso pois desde que a festa de Copacabana passou a atrair mais público, o Ano Novo da região central começou a ser tratado como algo menor. Mas dentre os festejos para receber 1972, de acordo com *O Globo*, a celebração na Cinelândia foi mais feliz do que a da Zona Sul.

É interessante dizermos que o fato do réveillon de Copacabana ter se tornado o principal da cidade, inicialmente, não acabou com a festa no Centro. Ela continuou acontecendo, mas com menos público do que o Ano Novo praiano. O mesmo jornal *O Globo* que na década de 1920 patrocinou algumas “batalhas de confete” na praça Floriano Peixoto, agora referia-se à festa na região central como “réveillon popular”, numa clara tentativa de posicioná-lo num escalão inferior à festa de Copacabana. Se o réveillon praiano de 1972 teve mais pautas negativas do que positivas n’*O Globo*, o mesmo não pode ser dito da festa que recebeu 1973.

Uma grande polêmica tomou as páginas do jornal no final de 1972, o juizado de menores permitiu a presença jovens com idade inferior a 18 anos nos bailes de réveillon. Não podemos assegurar se fora por causa disso ou não, mas em 2/1/1973 *O Globo* destacava: “Bailes de clubes lotam com a liberação do juizado”. A celebração a Iemanjá nas praias também foi grande, mas o ponto alto das festas para receber 1973 foram os bailes nos clubes. Podemos dizer que a cobertura d’*O Globo* sobre o réveillon de 1973 fora tímida no que tange à festa na praia, citam a presença dos centros de umbanda como um simples dado, mas não dão muitos detalhes da festa. Logo em seguida, repercutem um incêndio numa loja à rua Siqueira Campos que, apesar das perdas materiais, não deixou feridos, e que dos 3 mortos à bala na noite do dia 31, dois foram alvejados na comunidade Nova Holanda (em Bonsucesso) e o outro em Cascadura. Numa tentativa de salvaguardar da imagem do bairro praiano. Cremos o jornal “aliviou” nas reportagens da festa de Copacabana, pois, se comparada à cobertura do réveillon de 1972, o de 1973 teve menos matérias e os casos mais graves, daquilo que o senso comum rapidamente aponta como “violência”, segundo *O Globo*, não ocorreram em Copacabana.

A sucessão do presidente Médici era o principal assunto repercutido pelo *Globo* ao final de 1973. Sobre o réveillon de 1974 não há quase nada na edição de 31/12/1973, citam

que provavelmente na hora da virada estará chovendo, que a Polícia Rodoviária Federal montará um grande esquema de segurança nas rodovias que dão acesso ao Rio e que o hotel Hilton disponibilizará um cruzeiro para que seus hóspedes festejem a chegada do ano novo. Em 2/1/1974, após ampla repercussão acerca da transição Médici – Geisel, *O Globo* foca no réveillon dizendo que, apesar da chuva, a presença de terreiros de umbanda em Copacabana foi grande. A manchete “A chuva prejudicou a festa e as oferendas à Iemanjá” encabeçava a principal e tímida reportagem do periódico sobre o réveillon de 1974, segundo a qual, não fosse a chuva o público presente à “princesinha do mar”, que foi grande, poderia ter sido ainda maior, mas não entram em maiores detalhes. Mais uma vez o excesso de lixo teve destaque e deu trabalho a 400 garis que fizeram a limpeza da orla da Zona Sul. Na praia de Botafogo um grave acidente tumultuou o já engarrafado trânsito dia 31, além disso houve 5 mortes por atropelamento na cidade.

Sentimos falta do hotel Copacabana Palace nas páginas d’*O Globo* com os emblemáticos bailes no *Golden Room*, mas ao pesquisarmos encontramos que o salão dourado fora fechado em 1970 por falta de público. Era o fim de um espaço luxuoso e sofisticado que se estabeleceu ao longo de décadas como palco dos principais musicais apresentados no Brasil. Artistas como a cantora alemã Marlene Dietrich, a francesa Edith Piaf, Dionne Warwick, Amália Rodrigues, Nat King Cole, Charles Aznavour, Ray Charles, Tony Bennett e muitos brasileiros renomados se apresentaram no local. O fechamento do Golden Room não era um fato isolado, ele mostrava os danos econômicos que acometiam o estado da Guanabara após a perda do status de Distrito Federal. O que ninguém sabia, tampouco poderia prever, é que cinco anos após o fechamento do Golden Room, a anexação forçada da Guanabara ao estado do Rio de Janeiro, assinada pelo presidente Geisel, pioraria ainda mais a situação econômica da cidade e do estado. Ou seja, o hotel Copacabana Palace refletia uma crise que ia além dos seus muros, era a crise de um estado que sempre teve suas demandas atendidas em prol de algo maior, a nação. Mas agora, com a transferência da capital para Brasília, encontrava dificuldades para caminhar com as próprias pernas.

1975 chegava sepultando o estado da Guanabara que fora anexado ao estado do Rio de Janeiro em 15 de março de 1975, de acordo com a Lei Complementar nº. 20 assinada pelo presidente Gal. Ernesto Geisel em 1º de julho de 1974. Pensava-se que a anexação seria positiva à recuperação econômica local mas, na prática, o efeito foi justamente o contrário. Localidades como Santa Cruz e Jacarepaguá, concebidos como “distritos industriais”, para concentrarem um parque fabril de ponta e futuramente se emanciparem, acabaram virando bairros residenciais. Com a crise do petróleo, o “milagre econômico” propagado pelos

governos militares rateava como um carro que, por mais que o motorista pise no acelerador, engasga e não vai pra frente.

A região metropolitana do Rio de Janeiro, em vez de atrair indústrias, perdeu importantes unidades industriais. A FNM encerrou suas operações; o mesmo fez a Standart Eletric. A indústria de construção naval, desfinanciada, penetrou numa crise setorial que se estende até os nossos dias. A indústria têxtil mudou de endereço: a Nova América abandonou Del Castilho. Algumas importantes iniciativas do projeto Brasil Potência foram desmanteladas. (LESSA, 2005, p. 350)

Mas em meio a uma conjuntura pouco animadora para receber o ano de 1975, a prefeitura instalou refletores de 1000 watts nas praias, entre o Leme e o Leblon. No dia 31 pela manhã a Banda do Leme desfilou pelo bairro, concomitantemente a Cinelândia contou com a presença dos ritmistas da bateria do Salgueiro para animar a festa. Em 2/1/1975 *O Globo* estampava em sua primeira página: “Ano novo no Rio começa com chuva, filas e oferendas”. O jornal, novamente, destacava os cultos à Iemanjá na praia. Apesar das chuvas, dez mil adeptos de religiões afro-brasileiras foram às areias de Copacabana manifestar a sua fé. Logo abaixo desta reportagem, num “box”, o periódico explicava o sincretismo entre os orixás e as iabás africanas e os santos católicos.

Figura 16 - Umbandistas que provavelmente pertenciam ao mesmo terreiro realizando seu culto a Iemanjá em Copacabana, 1975.



Dessa vez os bailes nos clubes não tiveram muito espaço, sendo noticiados como caros e pouco animados. De uma forma geral o periódico repercutiu muito aquilo que chamaram de “desordem”, principalmente na Zona Sul: trânsito mal organizado; veículos estacionados em locais proibidos, com destaque para 15 ônibus parados atabalhoadamente no Posto 6; a falta

de taxis em Copacabana após a meia-noite foi salientada; muito lixo nas ruas e 24 afogamentos nas praias com 2 mortes.

Não bastassem os onze anos de ditadura civil-militar instaurada no país e o estado do Rio estagnado economicamente, a cobertura do réveillon nas páginas policiais também foi concorrida. Uma matéria apontava para o aumento dos delitos na Zona Sul e a crueldade com que vinham acontecendo. Agora, segundo *O Globo*, não satisfeitos em roubar suas vítimas, os bandidos também faziam questão de humilhá-las. Na noite de 31/12/1974 houve 14 feridos à bala na cidade; 13 mortos e 56 feridos em acidentes de trânsito; médicos do hospital Salgado Filho foram assaltados durante o plantão noturno e um homem foi preso no morro do Vidigal após espancar a mulher e a filha de 3 meses. Muito se comenta acerca de um “boom” da violência na cidade durante os anos 1990, mas desde meados da década de 70, acompanhando a cobertura d’*O Globo* sobre o réveillon de Copacabana, encontramos uma pauta policial relativa à festa muito maior do que as atuais. Outro fato a se comentar é que, a partir dos anos 1970, percebemos uma crueza maior nos delitos reportados pelo jornal, algo que o sociólogo Michel Misse chama de “acumulação social da violência”, conceito que explicamos detalhadamente no primeiro capítulo desta tese.

Para tentar retomar o glamour copacabanense, a coluna de Carlos Swann no *Globo* de 2/1/1976 repercutiu que depois de alguns anos sem festejos de réveillon, o baile do Copacabana Palace foi um sucesso. Os longos e black-ties desfilaram pelos salões do hotel até às 4:30h da manhã. À meia-noite, o hino nacional foi tocado na presença de alguns ministros do governo militar. Logo em seguida, a marchinha “Cidade Maravilhosa” encheu novamente o ambiente de alegria. Na praia, *O Globo* registrou uma queda no movimento de umbandistas para cultivar Iemanjá. Ao entrevistar um membro de um dos terreiros presentes a Copacabana, o mesmo creditava a queda na frequência dos fiéis à praia a uma alta nos preços das oferendas. A falta de cerveja em alguns bares e quiosques da Avenida Atlântica também foi noticiada pelo *Globo* de maneira negativa. O periódico enfatizava que tais estabelecimentos deveriam se organizar melhor para esses momentos festivos. Segundo o jornal, nos locais aonde ainda havia chopp e cerveja os comerciantes aumentaram os preços para se aproveitar da situação. Ou seja, em alguns momentos o álcool é representado como um vilão por encorajar brigas e confusões, mas sua falta também não é tolerada. Durante a madrugada em Copacabana, *O Globo* registrou indivíduos chamados de “ratos de praia”, assaltantes que se infiltravam na multidão para furtar carteiras e demais objetos de valor dos presentes à festa.

A complexidade que o quadro social de Copacabana ganha a partir dos anos 1970, sobretudo no réveillon quando o bairro fica lotado, evidenciará que os mesmos episódios de

violência antes restritos aos subúrbios e à Zona Norte, também passam a acontecer em Copacabana. Se dos anos 1950 em diante, a elite *cilense* passa a chamar o bairro de decadente tendo em vista a “mistura” com outras classes sociais, a partir da década de 1970, a favelização e a ligação destas comunidades com a violência serão os principais elementos utilizados para apontar novas representações desta decadência. O que comumente se caracteriza como violência, notadamente nos meios de comunicação de massa, é o que Muniz Sodré chama de “violência anômica”: a ruptura pela força desordenada e explosiva da ordem jurídico-social que dá lugar à delinquência, à marginalidade e aos múltiplos ilegalismos coibíveis pelo Estado.

Em 31/12/1976 *O Globo* publicou, pela primeira vez, o “Roteiro Para o Réveillon”. Tratava-se de uma grande reportagem, de página inteira, onde o jornal indicava aonde seriam os principais bailes de réveillon da cidade, os restaurantes e boates que abririam dia 31, funcionamento de bancos, correios, postos de saúde e demais serviços públicos. Sobre a praia pouca coisa era comentada, até porque não havia ingerência da prefeitura na festa, apenas questões relativas à segurança e esquemas de trânsito na Zona Sul. Diferente do ano anterior, no réveillon de 1977 não houve baile no Copacabana Palace. Conforme *O Globo* registrou dia 2/1/1977, a festa que congregou o *high society* carioca ocorreu no hotel *Le Méridien*, mas a madrugada também foi agitada nos hotéis Nacional e Intercontinental, ambos em São Conrado. Depois da meia-noite, em Copacabana, muitas pessoas desceram dos edifícios e hotéis para festejar com aqueles que já estavam na praia. A presença dos terreiros não foi tão grande como em 1976, mas congregou inúmeros filhos de fé. Sobre o “réveillon popular” na Cinelândia, desta vez nada foi registrado pelo *Globo* sobre a festa.

Confusão no trânsito, longos engarrafamentos na Zona Sul e casos de estacionamento irregular foram, mais uma vez, repercutidos negativamente pelo periódico carioca, com destaque para 30 ônibus de turismo parados de qualquer maneira no Posto 6. A inoperância do Estado em evitar esses problemas era apontada pelo jornal como a responsável, neste réveillon, pelos 23 acidentes e 6 mortes. O mar agitado de Copacabana também foi descrito como um fator que prejudicou a festa, foram 43 casos de afogamento e 2 mortos. A manchete “O primeiro crime do ano” registrava um assassinato às 2h da manhã em Jacarepaguá. Logo abaixo uma reportagem intitulada “Rio faz trabalho de base para atender turistas”, dizia que a partir deste ano, 1977, a RioTur lançaria um programa destinado a fomentar mais o turismo na cidade, além de melhorar o tratamento dado aos turistas em hotéis e restaurantes.

“Fogo em papel picado atinge 7 carros no Centro”, era assim que *O Globo* de 31/12/1977 iniciava a sua cobertura do réveillon de 1978 no Rio de Janeiro. A tradicional

chuva de papel picado na avenida Rio Branco, no último dia útil do ano, desta vez não terminou bem, o acúmulo de papel picado no chão somado às guimbas de cigarro, pegou fogo e danificou sete automóveis estacionados no local. Próximo a esta reportagem havia uma entrevista com o deputado Átila Nunes (do MDB) intitulada “Nas praias a corte à Iemanjá”, nela o parlamentar, militante da causa espírita, umbandista e candomblecista, dizia que a diminuição da frequência dos terreiros a Copacabana devia-se às complicações no trânsito, já que a maioria dos seus membros vem dos subúrbios, além do excesso de curiosos que estava atrapalhando os rituais. Logo abaixo o jornal publicava as letras de alguns “pontos” (cânticos) à Iemanjá.

Em 2/1/1978 a coluna social de Carlos Swann repercutia o excesso de lixo na praia e nas ruas de Copacabana após a festa de Ano Novo. Desta vez o réveillon praiano não teve tanto público como em 1977 e *O Globo* apontava a alta no preço dos combustíveis como o fator que teria prejudicado a locomoção das pessoas, muito embora os longos engarrafamentos pela Zona Sul tenham ocorrido como de hábito. As festas nos hotéis *Le Méridien*, Nacional e Intercontinental foram apontadas pelo jornal como o ponto alto deste réveillon. O hotel Copacabana Palace, novamente, passou em branco. “Por mais que D. Mariazinha⁵³ se esforçasse, o Copacabana Palace prosseguia vivendo seu calvário financeiro” (PORTO, 2014, p.74). O mau momento vivido pelo hotel que um dia fora o “farol” da “Cidade Atlântica”, muito embora estivesse ligado a uma crise econômica que afetava o estado do Rio como um todo, passou a ser mais um elemento utilizado para salientar a decadência do bairro.

O batuque no bar Amarelinho da Cinelândia depositava grande esperança na chegada de 1979. Naquele 31/12/1978 o Ato Institucional nº. 5 foi revogado e, em 1979, a controversa Lei de Anistia fora promulgada. Chamamos tal Lei de controversa pois ela colocou em pé de igualdade torturados e torturadores, mas não considerou que o grande crime imposto ao país fora a quebra do estado democrático de direito vigente quando do golpe civil-militar em 1964. Por mais que achemos esse debate importante, não nos aprofundaremos nele a fim de não desviarmos o foco de Copacabana e seu réveillon.

“Multidões nas praias em homenagem à Iemanjá” era a manchete do *Globo* em 2/1/1979. A praia ficou lotada como há tempos não ficava, talvez a felicidade pela revogação do AI-5 tenha tornado o ar mais leve e incentivado as pessoas a saírem às ruas. Os terreiros chegaram à praia desde cedo e iniciaram seus trabalhos. Moradores de Copacabana

⁵³ Viúva de Octávio Guinle, fundador e primeiro administrador do hotel Copacabana Palace. Octávio Guinle faleceu em 1968.

reclamaram do intenso movimento do réveillon daquele ano, taxando os não-locais de “farofeiros”, um estigma depreciativo muito forte, utilizado até hoje pelos moradores da Zona Sul para referirem-se àqueles que não habitam os bairros atlânticos, mas vão à praia nos finais de semana. *O Globo* registrou policiais cobrando propina de motoristas de ônibus que queriam estacionar em locais proibidos, além de ambulantes circulando pelo bairro sem nenhuma fiscalização. A coluna de Carlos Swann repercutiu os vários acidentes de trânsito pela cidade na noite do dia 31 que resultaram em 10 mortes. A mesma coluna também registrou que, com o fim do AI-5, a música mais cantada nos bailes de réveillon foi “Não existe pecado ao sul do equador”⁵⁴, como numa catarse coletiva as pessoas comemoravam o fim do Ato que aboliu as liberdades individuais no país por 10 anos. No clube Monte Líbano, na Lagoa, foi registrada a festa mais animada, segundo Swann.

Além dos já citados, outros destaques negativos sobre este réveillon n’ *O Globo* foram dois feminicídios ocasionados por maridos embriagados que balearam letalmente suas esposas, um dos crimes ocorreu em Bonsucesso e o outro em Cascadura. À época não se encontrava o termo feminicídio no jornal, e os casos foram tratados como crimes contumazes.

Figura 17 - Final da década de 1970, devotos de religiões afro-brasileiras na Zona Sul.



⁵⁴ Composição de Chico Buarque lançada em 1973 no álbum “Chico Canta”.

A década de 1980 chegava e com ela as crises se aprofundavam, a de Copacabana e a do Rio de Janeiro que não conseguia se reequilibrar política nem economicamente pós-fusão. A tentativa de retomar a industrialização do estado a partir dos “distritos industriais” revelou-se um retumbante fracasso, ao mesmo tempo o esvaziamento da economia local parecia não ter fim e as empresas continuavam trocando o Rio por outros estados, principalmente São Paulo. O porto do Rio que há tempos fora ultrapassado pelo de Santos, agora perdia cargas para o porto de Vitória. O pungente polo comercial que a cidade foi até o começo do XX, agonizava. Ao transitarmos pela Avenida Brasil nota-se a quantidade de galpões fechados, locais aonde antes havia indústrias, empresas, oficinas ou depósitos de mercadorias. A perda de centralidade do Rio de Janeiro, aliada à violência urbana, uma chaga que começava a se fazer cada vez mais presente no cotidiano da cidade, contribuía ainda mais para esse estado de crise. Em Copacabana, a decadência do seu principal hotel, era sintomática. O Copacabana Palace não conseguia atingir 40% de sua ocupação nem em ocasiões especiais como o réveillon, esse percentual era o mínimo para manter as despesas básicas do empreendimento. Em meados dos anos 1980, inclusive, surgem rumores de que acompanhantes de luxo estariam utilizando as dependências do hotel para receberem seus clientes (PORTO, 2014). Se nos anos 1970 a prostituição já era visível na Avenida Atlântica, dos anos 1980 em diante ela confirma-se como parte da paisagem local.

“Comparecimento recorde aos bailes de réveillon”, era com esta manchete que *O Globo* recebia 1980. Pela primeira vez o jornal reporta um réveillon concorrido tanto nos bailes como na praia, muitos terreiros realizando seus cultos à Iemanjá, além de enormes filas que se formavam para consultas com “pais” e “mães” de santo. O trânsito novamente foi um caos, engarrafamentos por toda a Zona Sul, e ônibus estacionados irregularmente em vários pontos de Copacabana. Mas a cobertura de *O Globo* não continha apenas boas notícias, uma briga entre travestis na rua Bolívar terminou com alguns esfaqueados e fechou a rua por um bom tempo. Com a piora no fluxo dos automóveis na Avenida Atlântica, grupos de rapazes vestidos de mulher corriam entre os carros depredando-os e roubando alguns pertences de seus ocupantes, como cordões e relógios. Em Ipanema uma briga no bar Garota de Ipanema terminou com uma mulher em pé no capô de um Puma mostrando os seios. O hospital Miguel Couto atendeu 151 casos de embriaguez na noite do dia 31 e, no dia seguinte, 850 garis foram escalados para limpar a orla entre o Leme e o Leblon.

1981 chegava em tom de pessimismo com o agravamento da crise, mas para tentar espanta-la a família Guinle fez um acordo com o empresário Ricardo Amaral, dono do Hipopotamus, uma badalada boate da noite carioca, para organizar e promover o réveillon do

hotel. O empresário teve uma ideia que marcou para sempre o Ano Novo em Copacabana, transferiu a queima de fogos do terraço para a faixa de areia da praia em frente ao hotel. O resultado foi um sucesso absoluto, uma multidão presenciou o espetáculo pirotécnico (surpreendente até então) e o baile do Copacabana Palace lotou como há décadas não acontecia. Dona Mariazinha Guinle queria resgatar a centralidade do hotel através da festa de réveillon e, pelo menos neste ano, conseguiu. Eram tantos convidados chegando para o baile que o tráfego das avenidas Nossa Senhora de Copacabana e Atlântica parou. Às 5h da manhã ainda havia convidados transitando entre o hotel e a praia em ritmo de festa. Outro baile destacado pelo *Globo* aconteceu no Morro da Urca, onde Joãozinho Trinta, então carnavalesco da Beija-Flor, montou o “Jardim suspenso de Iemanjá” e um grande carnaval antecipado embalou a festa. A manchete do *Globo* sobre este réveillon fora: “1981 chega com beleza e violência” a reportagem repercutia o que dissemos acima, mas, além da beleza, 3366 atendimentos foram realizados nos hospitais públicos da cidade, a maioria dos casos eram de baleados, esfaqueados e feridos em acidentes de trânsito. Novamente nada foi noticiado acerca do “réveillon popular” na Cinelândia.

Em 1982, segundo *O Globo*, pela primeira vez a Avenida Atlântica seria interrompida ao tráfego de veículos a fim de dinamizar o trânsito na Zona Sul. O fechamento da via ocorreria a partir das 20:30h do dia 31. Às 22h do último dia do ano o “Rei Momo” fora coroado no “réveillon popular” da Cinelândia onde formou-se um grande carnaval fora de época, tal como no começo do século XX. Mas voltando à Zona Sul, se no ano anterior o brilho da festa do Copacabana Palace ofuscou a festa de Iemanjá nas areias, desta vez, mesmo com Ricardo Amaral à frente do baile do “Copa”, a grande quantidade de terreiros presentes à praia voltou a ser notícia n’*O Globo*. Novamente a festa de ano novo em Copacabana varou a madrugada e, ao amanhecer, ainda havia pessoas comemorando na areia e nas dependências do hotel. A coluna de Carlos Swann narrou uma rusga entre o casal Xuxa e Pelé, enquanto ele festejou 1982 com alguns amigos no hotel Ceasar Park em Ipanema, a então modelo gaúcha desfilou pelos salões do Copacabana Palace com um microvestido branco pra lá de sensual. O destaque negativo ficou por conta do esquema de trânsito montado pela prefeitura que, segundo *O Globo*, mesmo com o fechamento da Avenida Atlântica, não conseguiu debelar os “Engarrafamentos monstruosos até 3h na Zona Sul”⁵⁵.

O panorama da festa para receber 1983 pouco mudou, 50 mil filhos de fé cultuando Iemanjá pelas praias da cidade, coroação do “Rei Momo” ao meio-dia na Cinelândia e trânsito

⁵⁵ Título de reportagem no jornal *O Globo* de 2/1/1982.

caótico na Zona Sul. “Ano Novo nas praias: Iemanjá teve noite de festa, fé e fantasia” foi a manchete do *Globo* em 2/1/1983. A forte presença dos terreiros e barquinhos de oferendas no mar de Copacabana foi amplamente repercutida e descrita pelo jornal com ares românticos. Mas a coluna de Carlos Swann começava criticando o caos no trânsito da Zona Sul, onde muitas pessoas viram a meia-noite chegar de dentro do carro, bem como turistas reclamando da dificuldade de se locomover pela cidade no dia 31. Com relação aos bailes, tanto do Copacabana Palace como do Morro da Urca, o sucesso não foi tão grande como nos dois anos anteriores. A festa desanimada do “Copa”, segundo *O Globo*, demonstrava a decadência do hotel como algo acintoso à história do mesmo e à imagem da cidade. No bairro que dá nome ao hotel foram registrados muitos assaltos e, na rua Bolívar, após uma discussão num bar, um agente da Polícia Federal matou um homem com um tiro na cabeça. Tal fato despertou a ira dos presentes e uma grande confusão se formou no local. A noite de São Silvestre terminava com 30 mortos pela cidade. Na manhã de 1º de janeiro, 895 garis recolheram 200 toneladas de lixo entre o Leme e o Leblon.

Em 1984 foi inaugurada a boate *Help* na Avenida Atlântica. Se a prostituição já era um dos signos atrelados à decadência de Copacabana, com o tempo tal empreendimento (que não fora criado com este fim) acabou servindo para fomentar o turismo sexual no bairro e na cidade. Cada vez menos a “princesinha do mar” era vista como aquele local tranquilo e familiar de outrora.

Retomando a análise da Copacabana da década de 80, época em que o hotel foi comprado pelo Orient-Express, o bairro vivia uma nova realidade, bem distinta do tempo onde surgira como ‘porta da modernidade’. A prostituição e o turismo sexual eclodiram no bairro, bem como nas suas casas noturnas. Pode-se citar o exemplo da boate *Help*. Inaugurada em 1984 na avenida Atlântica, a discoteca visava atender um público de classe média alta. Todavia, no final dos anos 80, virou o maior espaço de prostituição da cidade. Partindo de outras reflexões sobre o mosaico que sempre definiu o bairro, Copacabana acabou sendo um dos locais com maiores índices de prostituição e turismo sexual da cidade do Rio de Janeiro, onde a busca dos prazeres sexuais é um dos principais atrativos – inclusive para o turista estrangeiro. (PORTO, 2014, p. 82)

“Espetáculo de luzes e cores saúda Iemanjá nas praias” foi com essa manchete que a edição do *Globo* de 2 de janeiro recebia 1984. O periódico ressaltava que após a iniciativa do Copacabana Palace colocar fogos na areia, outros estabelecimentos também o fizeram, como a churrascaria *Marius* no Leme. A grande quantidade de fogos em Copacabana, os mosaicos de raio laser projetados do terraço do hotel *Meridién* e uma procissão de barcos, que partiu à meia-noite do Posto 6 em direção ao Leme carregando uma imagem de Iemanjá, foram os destaques do jornal àquele réveillon. Um público heterogêneo e muitos terreiros tomaram as areias de Copacabana. Desta vez havia policiais à cavalo circulando pelas ruas do bairros,

além de outros agentes de segurança com cães farejadores. Mas nada disso foi suficiente para conter os assaltos que houve na noite do dia 31, principalmente na rua Sá Ferreira. Além disso, 17 assassinatos foram registrados pela cidade.

Nesta época, meados dos anos 80, o “réveillon popular” da Cinelândia ficou restrito a algumas comemorações na hora do almoço e na parte da tarde, geralmente com a presença de baterias de escolas de samba. À noite, tudo convergia para Copacabana. O bar Amarelinho, tradicional estabelecimento da região central do Rio, sequer ficava mais aberto na noite do dia 31 como o fizera a décadas.

No réveillon de 1985 o jornal *O Globo* foi um dos patrocinadores da festa e, junto com os hotéis Copacabana Palace, Meridien e a churrascaria Marius, promoveram uma grande queima de fogos em Copacabana. É bem verdade que boa parte das páginas do periódico dia 31/12/1984 fora ocupada por reportagens que cobriam a sucessão do último presidente militar. Tancredo Neves já era aclamado como o novo condutor da república, mesmo antes do colégio eleitoral. Mal sabiam que, mesmo eleito, o político mineiro do MDB nunca assumiria a presidência. Uma reportagem de primeira página também repercutia os preparativos para o Rock In Rio, festival musical que teria início em 10 de janeiro de 1985.

Pai Jerônimo, da Sociedade Umbandista, previa a presença de 1 milhão de filhos de fé nas praias da cidade. A Secretaria Municipal de Transportes implementou um esquema, neste réveillon, para que algumas linhas de ônibus que ligavam Copacabana aos subúrbios circulassem a madrugada inteira. E, a fim de tentar melhorar o trânsito na Zona Sul, um novo esquema seria montado pela prefeitura. Desta vez a Avenida Atlântica seria fechada ao tráfego às 18h. “Multidão em festa de ano novo é recorde” com essa manchete *O Globo* de 2/1/1985 iniciava sua cobertura do réveillon carioca. A praia de Copacabana ficou lotada, a presença dos terreiros de umbanda realmente foi enorme. Perto da meia-noite, um grande relógio digital (símbolo de modernidade nos anos 80), montado pela Rádio Globo, na esquina da Avenida Atlântica com a rua Figueiredo Magalhães iniciou a contagem regressiva para a chegada de 1985. Quando a multidão gritou “zero”, segundo *O Globo*, os fogos transformaram a noite em dia na orla da “princesinha do mar”.

Mas nem tudo era alegria na chegada de 85, perto da meia-noite um tiroteio à rua Sá Ferreira, logradouro que dá acesso à comunidade do Pavão-Pavãozinho, terminou com um morto e dois feridos. O excesso de lixo fora destacado pelo jornal e mobilizou 1000 garis para a limpeza das praias da Zona Sul. Sobre os tradicionais engarrafamentos, o novo esquema montado pela prefeitura, adivinhem?! Não funcionou. *O Globo* registrou o maior engarrafamento de todos os tempos na Zona Sul. As ruas de Copacabana foram transformadas

em estacionamento pelos motoristas, que iam parando seus carros na marra em qualquer lugar, para conseguir chegar à praia antes da meia-noite. E como a Avenida Atlântica fora fechada mais cedo, às 18h, os ônibus de turismo também anteciparam a sua chegada ao bairro. Na manhã do dia 1º de janeiro havia, nada mais nada menos, do que 200 deles parados ao longo da Avenida Atlântica, na pista junto aos prédios. Pra completar, na noite do dia 31, foram registrados 28 acidentes pela cidade e 5 mortos.

O baile do Copacabana Palace não fora repercutido, em compensação, a coluna de Carlos Swann teceu loas à festa de réveillon no Morro da Urca, organizada pelo empresário Guilherme Araújo, que contou com 2 mil pessoas. Muitos artistas, figurões do *high society* carioca, além dos filhos do governador de São Paulo, Franco Montouro. A festa foi embalada pela bateria da Portela e “canjas” de Caetano Veloso e Elza Soares abrilhantaram ainda mais última noite de 1984.

Em 1986 tivemos o Ano Novo que marcou a reabertura política do Brasil. Nesse ano, o número de pessoas presentes a Copacabana e a duração da queima de fogos bateram todos os recordes de que se tinha notícia. Além das já conhecidas queima de fogos do Copacabana Palace e da churrascaria Marius, outros bares e restaurantes da orla também soltaram seus morteiros e chuvas de prata. O hotel *Le Méridien* surpreendeu a todos lançando fogos do seu terraço. Tudo somado proporcionou aos presentes um espetáculo pirotécnico com 45min de duração, segundo *O Globo*. Caixas de som montadas pela Rádio Globo, que novamente patrocinou a festa, ao longo da Avenida Atlântica tocaram valsas à meia-noite a fim de marcar a passagem de ano (*O Globo*, 2/1/1987).

Outra grande festa foi realizada no Morro da Urca, promovida novamente pelo empresário Guilherme Araújo, a animação durou até o raiar do sol e contou com a presença de artistas famosos, turistas e travestis. Novamente um grande engarrafamento tornou um caos o trânsito na Zona Sul, prejudicando substancialmente a locomoção das pessoas e causando inúmeros acidentes.

No réveillon de 1988 o grande advento do ano novo de Copacabana é a cascata de fogos do hotel *Le Méridien*, com 118m de comprimento por 42m de largura. Um espetáculo inédito que emocionou a todos os presentes. Primeiro foi o Copacabana Palace a iniciar a queima de fogos, em seguida a churrascaria Marius e o Forte de Copacabana (no Posto 6), depois o hotel Rio Othon Palace e a boate *Help*. Em meio a esse show de luzes e cores o *Le Méridien* inova com um espetáculo lindíssimo. A “cascata do *Méridien*”, como ficou conhecida, durou até o réveillon de 2001, quando foi proibida pelo Corpo de Bombeiros alegando problemas de segurança.

As comemorações pela chegada de 1988 superaram os números do ano anterior, segundo o jornal *O Globo*, 2 milhões de pessoas estiveram em Copacabana aguardando a chegada do novo ano. As 400 caixas de som instaladas pela Rádio Globo (patrocinadora do evento) ao longo da orla tocaram samba, Beatles e Villa-Lobos. Quando faltavam 10 segundos para 1988 iniciou-se uma contagem regressiva até a explosão de alegria à meia-noite.

O réveillon de 1988 em Copacabana, contou com o apoio da RioTur, que, passou a assumir a festa por completo, a partir de então, durante a gestão do prefeito Saturnino Braga. Coincidência ou não, ao mesmo tempo em que a prefeitura passou a promover o *réveillon* de Copacabana, o empresário Ricardo Amaral deixou o comando do baile de gala do hotel Copacabana Palace.

Doravante, a prefeitura investiu num novo sistema de iluminação para a orla da Avenida Atlântica, a fim de que as pessoas pudessem tomar banho de mar e praticar esportes na areia à noite. Um novo esquema de trânsito foi montado a fim de evitar os longos engarrafamentos na Zona Sul, na noite de réveillon. Ao meio-dia de 31/12/1988 o prefeito Saturnino Braga abriu as comemorações pelo ano novo no Largo da Carioca, com a presença de passistas de escolas de samba e também do Rei Momo. Às 21h os acessos a Copacabana foram fechados aos veículos particulares a fim de se evitar os congestionamentos dos anos anteriores. O réveillon de 1989 também marcou a reabertura do restaurante La Fiorentina, no Leme, fechado por 26 dias após um incêndio. Sua reinauguração ocorreu dia 30/12/1988.

Com relação à queima de fogos, a prefeitura espalhou os artefatos em seis pontos estratégicos ao longo da areia, que se distribuíam do Leme ao Posto 6. Além desses também houve queima de fogos na boate *Help*, no hotel Copacabana Palace e a cascata do hotel *Le Méridien*.

Porém, o réveillon de 1989 não entrou para a história como a primeira passagem de ano em Copacabana totalmente organizada pela prefeitura. A festa para receber 89 ficou marcada pelo naufrágio do *Bateau Mouche IV*. Uma antiga embarcação que fora utilizada anos a fio para transporte no rio Amazonas e, posteriormente, trazida para o Rio e modificada por uma agência de turismo com a adição de dois andares e um terraço suplementar. Sua capacidade, que originalmente era de 62 passageiros, mais do que dobrou para 153 ocupantes. Utilizando o mesmo casco e a mesma motorização: uma tragédia anunciada. A noite de 31/12/1988 fora de tempo instável e mar agitado segundo a Capitania dos Portos. O *Bateau Mouche IV* partiu da baía de Guanabara em direção à praia de Copacabana para que os ocupantes assistissem à queima de fogos a bordo. Ocorre que a embarcação, ao entrar em

alto-mar, não resistiu às primeiras ondas, adernou e afundou, levando a óbito 55 dos 153 passageiros a bordo. Os donos da Bateau Mouche Rio Turismo, dois espanhóis e um português, fugiram para os seus países de origem e as famílias das vítimas nunca foram indenizadas pelas perdas.

Além da tragédia do *Bateau Mouche*, notícias sobre a violência urbana passaram a dividir espaço com a cobertura da noite de festa para receber 1989. Foram 14 assassinatos a bala, sendo nove na capital e cinco na Baixada Fluminense. Vinte e oito vítimas com queimaduras ocasionadas por fogos de artifício, três afogamentos nas praias e um suicídio.

A década de 80 terminava e junto com ela um marco de Copacabana trocava de mãos. Tendo em vista a inviabilidade financeira de se manter o hotel, a família Guinle vendeu em 1989 o hotel Copacabana Palace ao grupo Orient-Express. Como frisa Alessandra Porto (2014):

Em reportagem divulgada pela revista *Veja*, o inglês Philip Carruthers (então diretor superintendente do Copacabana Palace à época) frisa: ‘Quando assumimos, o hotel estava decadente’. Entretanto, o problema maior não eram os papéis de parede dos apartamentos do hotel – e nem os estofados desbotados. O turismo sexual havia chegado ao “palácio”. Ainda de acordo com a mesma matéria jornalística, o hotel era o cenário para os “programas” sexuais realizados pelas prostitutas, e a revista aponta: “Algumas profissionais tinham agendas tão intensas que praticamente emendavam semanas hospedadas lá. Só mudavam os acompanhantes. (PORTO, 2014, p. 83)

Kleber Mendonça, inspirado em Beatriz Sarlo, aponta que “não há cidade sem discurso sobre a cidade (já que) a cidade existe tanto nos discursos como em seus espaços materiais”. Isto posto, queremos dizer que da mesma forma que Copacabana fora inventada no começo do século XX, fisicamente (com ações do Estado e do capital privado) e discursivamente (em periódicos como *O Copacabana* e *O Beira-Mar*), sua criação estava atrelada a um projeto de cidade iniciado por Pereira Passos. A partir dos anos 1970, mas sobretudo dos 80, temos um movimento inverso pois aquele modelo de cidade idealizado no começo do século XX, não condizia mais com a realidade do Rio de Janeiro.

Com a crise do petróleo, países dependentes economicamente dos Estados Unidos, como era o caso do Brasil, atravessaram mares revoltos. No caso do Rio de Janeiro a situação foi pior, por mais que os governos militares investissem pesado no reerguimento econômico do estado, tais medidas não surtiam efeito. Assim, passamos a acompanhar uma desconstrução do “eldorado praiano”, fisicamente e discursivamente. Se antes os grandes veículos repercutiam o surgimento de uma nova região que congregaria tudo de melhor que havia na cidade, a partir dos anos 80 os problemas ligados à violência e à prostituição passam a dar o tom à pauta de Copacabana. O glamour, o luxo e a modernidade são posicionados num

passado longínquo, dando espaço aos assaltos, assassinatos, brigas entre travestis e o aumento da visibilidade da prostituição na Avenida Atlântica. A mais importante e cara do bairro. A cobertura d'*O Globo* sobre o réveillon de Copacabana a partir dos anos 1970 não nos deixa mentir acerca dessa mudança do escopo de representações sobre o bairro.

As leituras da cidade não correspondem a uma simples atualização dos aspectos concretos de cada localidade. Cada discurso pode (e muitas vezes quer) propor reconfigurações do espaço urbano. (MENDONÇA, 2018, p. 25)

Nos anos 1990, mais precisamente a partir de 1993, quando César Maia assumiu a prefeitura da cidade, um novo modelo de governança é implementado, o “empreendedorismo urbano”, discutido no início desta tese. Essa dinâmica tem atravessado todas as gestões municipais, desde então. Não queremos dizer que somente a partir do começo da década de 1990 o Rio passa a ser governado sob uma lógica capitalista. Como vimos, isso ocorre desde priscas eras.

Se uma cidade é construída tanto no plano físico como no discursivo, no capítulo seguinte discutiremos os impactos do empreendedorismo urbano (ou planejamento estratégico) na articulação de novas representações sobre o Rio e a violência do Rio, mantendo como referência de análise o réveillon de Copacabana.

4 ‘VIOLÊNCIA’ E ‘PAZ’ NO RÉVEILLON MEGAEVENTO DE COPACABANA

Após um conturbado 2º turno das eleições municipais em 1992 com a candidata Benedita da Silva (PT), César Maia (à época no PMDB) venceu o pleito com 51,8% dos votos válidos, contra 48,2% da petista. Benedita venceu o 1º turno com 33% dos votos, César Maia ficou logo atrás com 22% e Cidinha Campos (PDT) foi a terceira colocada com 18%. Muito mais próxima de César Maia do que este de Benedita. Confirmado que haveria 2º turno e quais candidatos o disputariam, a campanha reiniciou. Benedita esteve a frente nas pesquisas por quase todo o processo eleitoral. Ocorre que a 18/10/1992, um domingo de sol, quinze dias após o 1º turno, um grande arrastão tomou as praias da Zona Sul. Segundo *O Globo* de 19/10/1992, um tumulto entre “galeras funk” de comunidades rivais teria se iniciado na praia de Copacabana, na altura da rua Sá Ferreira. A turba efetuou roubos e agressões pelas areias enquanto deslocava-se em direção ao Arpoador, Ipanema, chegando até o Leblon. As informações sobre a origem do tumulto são desconstruídas visto que dias depois o mesmo periódico divulgou que a confusão teria começado no Arpoador. Independente do que ocasionou tal incidente, no dia seguinte, sob a manchete “*Arrastões levam terror às praias*”, *O Globo* noticiava: roubos, agressões físicas a pessoas na praia e em ruas adjacentes, crianças perdidas pela areia, automóveis e ônibus depredados, além de algumas portarias e jardins de edifícios à beira mar danificados.

Tal episódio, ocorrido em meio a campanha eleitoral para o 2º turno das eleições municipais, ocupou espaço nos principais veículos da mídia local por alguns dias. Em 20/10/1992, *O Globo* publicou o editorial “*Hordas na praia*”, onde, num tom politicamente correto, apesar do título, defendia que todos deveriam ter livre acesso ao local, mas dentro de certos padrões (não citados), e que a Polícia Militar deveria ter esquemas de segurança mais estruturados para os finais de semana, e, notadamente, um controle maior das linhas de ônibus oriundas da Zona Norte. À época o metrô ainda não tinha estações em Copacabana, Ipanema e Leblon.

Nesta mesma edição, *O Globo* entrevistou Benedita e César Maia inquirindo se nos seus planos de governo havia alguma medida que contribuísse com a segurança pública, tendo em vista os acontecimentos do último domingo. César Maia foi enfático ao defender uma intervenção mais dura da PM e o uso da violência quando necessária, o típico discurso maniqueísta de classe média da “luta do bem contra o mal”. Benedita por sua vez, mulher, negra, oriunda da comunidade Chapéu Mangueira (no Leme), rechaçou o discurso repressivo adotado pelo seu adversário, e apontou a diminuição das desigualdades sociais como a melhor

maneira de contribuir com a redução dos índices de violência na cidade. Uma resposta plausível, mas pouco convincente, sob o ponto de vista do medo, tendo em vista o tom adotado pelo jornal já no dia seguinte aos arrastões. Em 22/10/1992, *O Globo* destacou que praticantes de artes marciais, residentes na Zona Sul, estavam articulando “milícias anti-arrastão”, para combater possíveis infratores nas praias durante os finais de semana. Os ditos “cidadãos de bem” de hoje, não são tão atuais assim.

Nas edições seguintes, o periódico fluminense trouxe outras reportagens sobre violência e entrevistas com os postulantes ao executivo municipal, onde César Maia sobe o tom chegando a criticar o então governador Leonel Brizola, seu padrinho político, por não reprimir o crime organizado no Rio. Novamente apelando a uma bravata fortemente aventada pela classe média à época, César Maia aponta a “leniência” de Brizola com o tráfico de drogas. Sua fala, e o momento em que o jornal a veiculou, denotam um sensacionalismo que chega a confundir o leitor sobre quais são as obrigações de um prefeito. Visto que questões relativas à segurança pública são funções do governo do estado, e não da prefeitura. Além disso, a estruturação das reportagens e o uso de termos bélicos na cobertura dos “arrastões”, fomentam - o tempo todo - o medo no leitor.

Há uma extensa bibliografia de pesquisas em Comunicação que comprovam de que forma o uso dessas metáforas bélicas pela imprensa cumpre a função de tentar produzir, na audiência, uma sensação de insegurança que permita a legitimação de ações repressivas “enfáticas” por parte dos poderes instituídos, como o uso de força extrema e a convocação das forças armadas para exercerem função de polícia (MENDONÇA, 2018, p. 39).

O uso das forças armadas cumprindo o papel de polícia na cidade do Rio de Janeiro não é estranho ao carioca. Como exemplos recentes podemos citar a ECO '92; a ocupação do Complexo do Alemão e da Vila Cruzeiro em 2011, para a instalação da UPP; e, em 2018, a intervenção federal no estado feita pelo ex-presidente Michel Temer.

Mas voltando a outubro de 1992, o fato é que dias após os arrastões e sua repercussão midiática, César Maia, que terminara o 1º turno 11% atrás de Benedita, já aparecia nas pesquisas de intenção de voto tecnicamente empatado com ela. Pouco tempo depois, o (à época) peemedebista tomou a dianteira culminando com sua vitória em 15/11/1992. Expusemos tal panorama para salientar como *O Globo* trabalhou tais notícias, a fim de suscitar uma visão da realidade. O modo como as reportagens sobre violência são articuladas pelo periódico, funcionam enquanto um operador discursivo que enaltece o medo e denota uma leitura da cidade e dos seus atores. “O medo é um desencadeador de histórias que proporcionam uma experiência simbólica da vida urbana” (MATHEUS, 2011, p.43).

Como dissemos no 1º Capítulo, ao assumir a prefeitura em 1993, César Maia passou a gerir a cidade sob a lógica neoliberal do planejamento estratégico e, nesse sentido, a maneira como o executivo municipal passou a lidar com as efemérides tradicionalmente incluídas no calendário local, como o carnaval e o réveillon, mudou. Tais festas passaram a ser organizadas pela prefeitura de maneira profissional, e não como um combinado entre comerciantes locais. Além disso, a cobertura midiática, sobretudo a televisiva, também aumentou sobremaneira. Para situar o leitor, já que o nosso foco é o réveillon, em 1991 a TV Globo criou um especial de Ano Novo chamado “*Réveillon do Faustão*”, o programa tinha o mesmo formato do dominical “*Domingão do Faustão*”, ia ao ar às 23:20h do dia 31, mostrando algumas curiosidades ligadas à passagem de ano, mensagens de Ano Novo de atores e atrizes da TV Globo, apresentações pontuais de alguns artistas, finalizando com a queima de fogos ao vivo de Copacabana.

Justamente a partir de 1993, o “*Réveillon do Faustão*” passou a começar às 21:30h do dia 31 e estender-se até a 0:30h do dia 1º. Agora, sob a direção de Jorge Fernando, o programa incorporou shows de bandas e músicos que faziam sucesso no momento, mostrava *flashes* ao vivo dos shows em Copacabana e tinha quadros específicos com a participação de atores e atrizes da emissora. O próprio apresentador Fausto Silva agia mais como um mestre de cerimônias, diferente do *Domingão*, quando ele assume um tom mais jocoso. A intenção era, literalmente, criar outro programa além do “*Domingão do Faustão*”, um produto específico para o réveillon. À meia-noite a queima de fogos de Copacabana e todos os detalhes da festa eram transmitidos ao vivo. Ou seja, sob esse novo formato, a imagem do réveillon de Copacabana era midiaticizada por 3h, com *flashes* ao vivo da festa, além de toda a queima de fogos. Uma projeção midiática que a cidade só tinha no carnaval com a transmissão ao vivo, pela mesma TV Globo, dos desfiles das escolas de samba na Marquês de Sapucaí.

Em 1998 o *Réveillon do Faustão* foi substituído pelo *Show da Virada*. Programa que também tem três horas de duração, mas não é mais apresentado por Fausto Silva, tampouco as apresentações são ao vivo, apenas os *flashes* de Copacabana. Neste novo formato os shows são gravados dias antes, geralmente numa grande casa de espetáculos do Rio ou de São Paulo, e na noite do dia 31 são transmitidos intercalados por entradas ao vivo de repórteres presentes à orla da “princesinha do mar”. Com relação à apresentação do programa, a TV Globo passou a fazer um rodízio e figuras emblemáticas da emissora como: Galvão Bueno; Xuxa (hoje na TV Record); Zeca Camargo; Milena Ceribelli e Fátima Bernardes, já o apresentaram. Mesmo

com os shows de cantores e bandas consagradas na cena nacional, os *flashes* ao vivo de Copacabana e a transmissão da queima de fogos continuam sendo o ponto alto do programa.

Desta maneira o réveillon passou a ser muito mais do que uma festa (ou um rito) que marca a passagem de ano, mas um produto de mídia que vai muito além do Ano Novo, pois tornou-se uma plataforma do empreendedorismo urbano que promove a imagem do Rio mundialmente. É neste contexto que surge o “réveillon megaevento” de Copacabana. Nesse sentido veremos como, através dele, a imagem da cidade é trabalhada, de acordo com o contexto político, econômico, cultural (incluindo aqui a questão religiosa) visto que, os cultos a Iemanjá nas praias da cidade durante o réveillon são considerados Patrimônio Cultural Imaterial da Cidade do Rio de Janeiro. Em meio a essas transformações físicas e discursivas, o “fantasma” da violência urbana também não passará ileso. Assim, neste último capítulo, através da análise de reportagens d’*O Globo* sobre a violência no réveillon carioca pós-1993, buscaremos entender como se dá a articulação que tem, no apontamento do que é violência durante o “novo” réveillon, a construção de um modelo de cidade. Como já salientamos, inspirados em Beatriz Sarlo, uma cidade é muito mais o que falamos dela, do que, efetivamente, o que ela é.

4.1 A transformação do réveillon de Copacabana em megaevento

A chegada de 1994 foi o primeiro réveillon sob o comando do novo prefeito, e também o primeiro que a prefeitura realmente organizou a festa inteira, pois, até então, ela só interferia em questões logísticas como o esquema de trânsito, por exemplo. César Maia aumentou de 6 para 10 os pontos de fogos na areia de Copacabana, além da promoção de shows com artistas consagrados. A prefeitura também investiu em queimas de fogos nas praias do Flamengo e de Ipanema, onde refletores mais potentes foram instalados, além da montagem de um grande palco na altura da rua Maria Quitéria, que teve shows da Orquestra Sinfônica Brasileira e de baterias de escolas de samba. O custo de 150.000 dólares, referentes à montagem do palco, os novos refletores e o cachê dos artistas, foi dividido entre o Banco do Brasil e a Caixa Econômica Federal. Em Copacabana a grande atração foi o show de Jorge Benjor, acompanhado por 3 milhões de pessoas presentes à orla da “princesinha do mar”, de acordo com *O Globo* de 1/01/1994.

Não à toa, este réveillon foi o primeiro a contar com uma cobertura diferenciada d’*O Globo*, o caderno Rio Show foi inteiramente dedicado à festa de ano novo. Nele, explicava-se as atrações que haveria em Copacabana e nos réveillons de Ipanema e do Flamengo. Além

disso, mostravam as festas que haveria nos hotéis, boates e restaurantes, como quem desejasse mostrar ao turista, doméstico e estrangeiro, a plêiade de opções de diversão na cidade durante o réveillon. Praticamente um portfólio turístico da cidade com a temática de Ano Novo. Logo na página 2 do caderno Rio Show especial de réveillon, havia uma coluna de Arthur Dapieve intitulada “*O carnaval que nos perdoe*”. Notamos já aí uma tentativa de insuflar o réveillon a um patamar superior ao carnaval, maior festa popular do Rio. Reproduziremos abaixo integralmente a coluna:

O réveillon nas praias do Rio é um espetáculo tão deslumbrante que está quase forçando o presidente Itamar Franco a tomar uma atitude: vir romper o ano em Copacabana. Se vier, será mais um entre dois ou três milhões de pessoas – a multidão é inestimável – que se vestem de branco na esperança de 365 dias melhores. Esta confraternização torna a festa a mais popular da cidade. O carnaval que nos perdoe. Mas nas areias não há protagonistas e espectadores, como no desfile das escolas de samba; há apenas a multidão, de cariocas e de todas as raças, credos e classes sociais, e de turistas.

O repórter Bruno Casotti antecipa que o que de melhor vai acontecer nas praias da cidade, onde este ano teremos fogos no céu e Jorge Benjor na areia, mas também em Ipanema, na Barra e no Flamengo; explica como vão funcionar os esquemas de trânsito e de segurança; lista festas em boates e restaurantes, antes, durante e depois da meia-noite; e informa que ainda há algumas vagas para quem quiser alugar um quarto de hotel com vista para o mar. Ou seja: traça um roteiro para ajudar o 1994 do leitor a nascer mais feliz.

Nitidamente tenta-se promover o Ano Novo na cidade, mas acima de tudo o seu potencial turístico. Podemos apontar aí um embrião do “réveillon megaevento” que temos hoje no Rio. Além disso, o texto aponta o carnaval apenas como o da Marquês de Sapucaí, uma tática para salientar que a festa de ano novo em Copacabana seria mais democrática por congregar diversos estratos sociais num mesmo local.

Em tom de inconformidade, *O Globo* de 1/01/1994 ressalta a festa de réveillon ocorrida na Polinter onde os bicheiros, presos pela juíza Denise Frossard, promoveram uma recepção com muitos convidados. A quantidade de carros importados estacionados na calçada em frente a Polinter, além das muitas caixas de bebidas caras no lixo, foram apontas como um acinte pelo jornal que, aproveitava o ensejo do “réveillon dos bicheiros”, para fazer um paralelo com o episódio dos “anões do orçamento” (ocorrido em 1993). Destacava que era preciso fazer uma grande faxina no Estado brasileiro, e que atos como o da juíza Denise Frossard eram fundamentais para tanto. Este fora o único episódio que encontramos dentro de uma ótica apontada como violência pelo jornal.

Sobre festa em si, nada relativo a assaltos, brigas ou confusões fora noticiado, mas notamos algo interessante na cobertura deste “novo” réveillon: a ausência de notícias sobre os cultos a Iemanjá em Copacabana. Apenas dois registros foram feitos pelo periódico, ambos na

tarde do dia 31, um na Barra e outro numa praia da Ilha do Governador. Na Barra, um casal fazia um despacho na areia e a windsurferista Dora Bria jogava flores ao mar para Iemanjá. Na Ilha do Governador uma “mãe de santo” com seis filhos de fé faziam um ritual à iabá africana. Nada comparado às coberturas d’*O Globo* nos anos 1970 e 1980, onde registrava-se a presença de centenas terreiros e milhares de umbandistas fazendo suas giras na noite do dia 31 em Copacabana.

Figura 18 - Primeira página, *O Globo*, 1/01/1995.



▲ Festa dos fogos atrai recorde de público à Praia de Copacabana: quase quatro milhões de cariocas, brasileiros e turistas do mundo todo saúdam a passagem do ano

O réveillon de 1995 foi o mais cheio da história das festas de ano novo em Copacabana, segundo *O Globo*, quase 4 milhões de pessoas foram à orla da “princesinha do mar” na noite do dia 31. A prefeitura novamente aumentou a quantidade de pontos de fogos na areia, de 10 pra 12. Além disso, pela primeira vez, a festa contou com um patrocinador máster, a Pepsi, confirmando uma guinada da festa à lógica mercantil dos megaeventos que, sob a ótica do planejamento estratégico, visam promover a imagem da cidade para captar recursos. O show do cantor norte-americano Rod Stewart no palco montado em frente ao Hotel Copacabana Palace embalou a noite. Palco esse que hoje tornou-se emblemático no réveillon de Copacabana, recebendo sempre o principal show da noite.

Mas este réveillon teve contornos curiosos na cobertura d’*O Globo*. O ano de 1994 terminava com 6 meses de “plano real” e, na sua esteira, a eleição à presidência de Fernando

Henrique Cardoso (PSDB), ex-ministro da fazenda do governo Itamar Franco. O mote da estabilização da economia e do controle da inflação eram largamente aventados pelos meios de comunicação como grandes feitos do futuro presidente. Isto posto, na festa em Copacabana para receber 1995, *O Globo* noticiava em tom positivo a presença de camelôs vendendo cerveja à 1 Real, usando uma categoria historicamente criticada pelo jornal (os vendedores ambulantes) para enaltecer o novo plano econômico. A construção de representações sobre a festa e, em torno da festa, é constante. Em momento algum o periódico recorreu aos argumentos usuais de que tais vendedores poderiam estar vendendo mercadoria roubada, que não têm registro para o desempenho da função, ou que estariam concorrendo deslealmente com os restaurantes e quiosques da Avenida Atlântica, pois não pagam impostos. O discurso do jornal fundamenta-se na criação de representações positivas que denotam: Ano Novo em Copacabana (festa), cerveja à 1 Real (diversão acessível), novo plano econômico e novo presidente (esperança de dias melhores). Inspirados em Kléber Mendonça (2018), podemos dizer que o jornalismo é um complexo processo discursivo que produz efeitos de sentido entre leitores e falantes em constante interação.

Seguindo a linha exposta no parágrafo anterior, a editoria Rio de 1/01/1995, página 20, teve a manchete “*O ano da virada*” e abria com o seguinte texto:

Vira, vira, Rio! Está aí 1995, a temporada de renascimento para a cidade mais maravilhosa de todas. E começou bem, com beleza, charme e alegria no céu e na terra de Copacabana, a sempre bela princesinha, vestida com um traje de gala de cem toneladas – os fogos de artifício que explodiram à meia-noite numa festa luminosa para saudar o novo ano, o ano da virada. O palco, no céu, ficou multicolorido, psicodélico. Mas a plateia usou um tom só, o da esperança de que a tristeza, a violência e a desolação sejam lembranças cada vez mais amareladas no passado.

Dois, três ou quatro incontáveis milhões de pessoas foram convidadas de honra que festejaram 1995 em Copacabana. A cerveja a R\$ 1 nos ambulantes, o clima branco da paz, os sorrisos e a beleza bronzeada pelo verão deixam no ar carioca uma certeza para o ano recém-chegado – vale a pena viver aqui. Desde o final da última tarde do velho ano e pela primeira madrugada de 1995 adentro, caminhou-se descalço pela areia, andou-se despreocupado pelo calçadão e pela rua, conversou-se ao pé do ouvido com Iemanjá na beira-mar.

Para anunciar o ano da virada, um réveillon como nunca houve. A plateia foi recorde, (quatro milhões, segundo os organizadores); a quantidade de fogos que explodiram durante 13 minutos, também. A cascata de fogos do hotel Meridien surgiu aos 10 minutos de 1995, majestosa como sempre. O arauto dessa gigante reunião alto astral veio de longe, mas entrou de cabeça no clima. Rod Stewart, a estrela da noite, subiu ao palco aos 30 minutos e contou entusiasmado para a maior plateia jamais reunida num concerto de rock.

Dá mesmo para sonhar com um ano bom. O novo governador fluminense, Marcello Alencar, reza pela mesma cartilha tucana do presidente empossado hoje, o carioca – de alma paulista, vá lá – Fernando Henrique Cardoso. Marcello chega animado:

- Assumo o Governo sob o signo da esperança e com muita alegria.

Tem razão. FH prometeu remar para o mesmo lado e ajudar o Rio a voltar a ser maravilhoso. Vai ser demais! O ano da virada!

Figura 19 - O Globo, 1/01/1995, editoria Rio, pág. 20.

20 • Rio

Domingo, 1 de janeiro de 1995

“1994 foi um ano bom, pelo menos para nos inspirar um 1995 com esperanças”
Governador Marcello Alencar

O ano da virada

Vira, vira, Rio! Está aí 1995, a temporada de entusiasmo para a cidade mais maravilhosa de todas. E começou bem, com beleza, charme e alegria de boca e no terraço de Copacabana, a sempre bela praieirinha, vestida com um traje de gala de cam toneladas — os fogos de artifício que explodiram à meia-noite numa festa luminosa para saudar o novo ano, o da virada. O palco, no céu, ficou multicolorido, psicodélico. Mas a platéia usou um tom só, o da esperança de que a tristeza, a violência e a desolação sejam lembranças cada vez mais amareladas no passado.

Dois, três, quatro, incontáveis milhões de pessoas foram convidadas de honra que festejaram 1995 em Copacabana. A cerveja a R\$ 1 nos ambulantes, o clima branco da paz, os sorrisos e a beleza bronzeada pelo verão deixam no ar caracóis uma certeza para o ano recém-chegado — vale a pena viver aqui. Desde o final da última tarde do velho ano e pela primeira madrugada de 1995 adentro, caminhou-se descalço pela areia, andou-se despreocupado pelo calçadão e pela rua, converteu-se ao pé do caivô com lanterna na beira do mar.

Para anunciar o ano da virada, um réveillon como nunca houve. A platéia foi recorde (quatro milhões, segundo os organizadores); a quantidade de fogos que explodiram durante a noite, também. A cascata de fogos do Rio, conhecida como Bateria, já usava desde a primeira reunião oito estral voou de longe, mas entrou de cabeça no céu. Rod Stewart, a estrela da noite, subiu ao palco aos 30 minutos e cantou entusiasmado para a maior platéia já reunida num concerto de rock.

Dá mesmo para sonhar com um ano bom. O novo governador fluminense, Marcello Alencar, revê pela mesma cartilha tucana do presidente empossado hoje, o carioca — de alma paulista, vai lá — Fernando Henrique Cardoso. Marcello chega animado.

Assumo o governo sob o signo da esperança e com muita alegria.

Tem razão. Foi prometido renar para o mesmo lado e ajudar o Rio a voltar ser maravilhoso. Vai ser demais, no ano da virada!

Os fogos explodem no primeiro minuto do Ano Novo, na Praia de Copacabana, iluminando a chegada de 1995. No ar, o palco iluminado para o show de Rod Stewart.

Destacamos a complexidade de um texto curto e aparentemente festivo, que, em realidade, usa o mote do réveillon em Copacabana para ressaltar o novo plano econômico, como dissemos acima, com a cerveja a 1 Real nos ambulantes; e a esperança de paz e crescimento econômico, já que o presidente e o governador do estado recém-eleitos – ambos “tucanos” – elevarão o Rio a um patamar idílico de calma e bonança. Ao lado desta coluna havia uma foto da queima de fogos em Copacabana, seguida de frases (todas esperançosas), de famosos (políticos, jogadores de futebol e artistas) para o ano seguinte. Não havia espaço para o pessimismo ou para a desconfiança, um tipo sutil e muito usual de silenciamento, segundo Eni Orlandi. Como detalha Kléber Mendonça (2018), “o silenciamento é, ao mesmo tempo, produtor e direcionador do sentido dos discursos. Não se trata apenas da ausência de palavras, mas de mostrar apenas uma versão.”

Na cobertura do réveillon em 1º de janeiro de 1995, O Globo não trouxe absolutamente nada acerca de incidentes na noite de Ano Novo. Apenas no dia seguinte, 2 de janeiro, na editoria Rio, havia notícias que poderiam manchar o saldo da festa no dia anterior. Dando sequência ao fio temporal que une a cobertura policial no Rio (MATHEUS, 2011), *O Globo* salientou sob a manchete “Bicheiros sem mordomias no réveillon” que, diferente do Ano Novo anterior, dessa vez não houve festa de bicheiros na Polinter para comemorar a chegada de 1995. O jornal ainda ressaltou na fala do delegado Paulo Maiatto, que tal festa só não ocorreu novamente:

“- Em função da especulação da imprensa, de que pessoas haviam celebrado o Natal com os presos e que estes teriam consumido até uísque importado dentro das celas, não autorizei a entrada de qualquer objeto. Embora estejam em compartimentos separados porque têm nível superior, é bom que as pessoas lembrem que eles estão presos e, portanto, não podem desfrutar dessas regalias” (O Globo, 2/1/1995, p. 22).

Ou seja, o periódico passa uma imagem de que ele é uma ferramenta do cidadão para fiscalizar e cobrar eventuais desvios do Estado. Não fosse sua atuação, a bagunça continuaria. Em outra reportagem, na mesma página 22 da editoria Rio, com a manchete “*Tiros de traficantes assustam prédio de Copacabana*”, o jornal diz que às 23h do dia 31 um forte tiroteio na comunidade da Ladeira dos Tabajaras tirou o sossego dos moradores de um edifício à rua Santa Clara na noite de réveillon: “- *Comemos no chão, como bichos, nos encolhendo cada vez que os tiros aumentavam. – contou o dono de um apartamento, que não quis se identificar, temendo represálias*”. Não queremos referendar tal situação, mas por quê o periódico não entrevistou famílias residentes à comunidade Ladeira dos Tabajaras, para perguntar como fora o seu réveillon em meio ao tiroteio? Ao mesmo tempo em que *O Globo* fomenta o medo por um lado, ele silencia outros atores (também vítimas) afetados pelo incidente. A fala do proprietário de um dos apartamentos do prédio próximo à comunidade nos mostra que

o medo pode funcionar como importante instrumento de interpretação e intervenção histórica. O olhar para o que as pessoas temem em um determinado momento e lugar ajuda a entender o que elas vivem (MATEHUS, 2011, p. 45).

A citação dos modelos de armas supostamente utilizadas pelos traficantes naquele confronto, como num cenário de guerra, vai justamente no sentido de insuflar o risco e a insegurança:

“O réveillon no edifício Mirante de Copacabana, no número 431 da Rua Santa Clara, próximo à Ladeira dos Tabajaras, foi sonorizado pelos traficantes do Morro dos Cabritos. Foi deles o tom da festa, animada com tiros de fuzis AR-15, escopetas, pistolas calibre 45 e revólveres 38, além de eventuais fogos de artifício” (O Globo, 2/1/1995, p. 22)

A primeira questão que se impõe de imediato é: como o jornalista sabia os modelos de armas utilizadas no tiroteio se não houve presos, tampouco armas apreendidas? Será que ele estava presente ao edifício, no momento do tiroteio, e entende tanto de armas a ponto de conseguir reconhecê-las pelo som dos estampidos? Levantamos tais questionamentos não para naturalizar, ou tirar a importância de tal acontecimento, mas para frisar que o sensacionalismo é um tipo de linguagem jornalística estrategicamente utilizada. Ele não só ressalta aquilo que queremos chamar a atenção, como aguça a curiosidade do leitor em seguir acompanhando tal

fato, nesse sentido, figurando como um elemento da indústria cultural dentro do jornalismo. Além disso, o medo acaba sendo um instrumento de controle a partir do momento em que ele enseja (ou tolhe) ações. Como frisa Leticia Matheus (2011), “o controle de populações não se dá apenas espacialmente, mas também de modo simbólico, por meio de discursos que circulam pela cidade”. É justamente aí que entra a questão do medo, ele não está ligado apenas ao sair ou não sair de casa, ou aos horários que o fazemos. Mas em quem votamos, aonde moramos, quais são os bairros mais ou menos seguros numa cartografia urbana do medo, que locais frequentar (ou não) à noite, que aparatos de segurança eu preciso possuir para me sentir a salvo (carros blindados, cercas eletrificadas, sistemas de alarme). Hoje já existem empresas de segurança privada que em seus comerciais aventam que “*sentir-se seguro é um direito humano*”, desde que você possa pagar, deveriam completar. A multiplicidade de fatores ligados ao medo muda de acordo com o contexto e suas narrativas.

O caos na volta pra casa após a festa em Copacabana também só apareceu n’*O Globo* do dia 2. A falta de ônibus na volta pra casa acirrou os ânimos e suscitou alguns apedrejamentos de coletivos na Avenida Nossa Senhora de Copacabana. Novamente o jornal apontou como violência os ônibus apedrejados, mas a falta deles para o retorno das pessoas à casa não. Obviamente não queremos justificar uma coisa pela outra, mas o descaso com que as pessoas que dependem de transporte público são tratadas, não figura como violência em momento algum nas páginas do jornal. Como disse ao repórter um motorista da linha 125, Central-General Osório, “- *Carreguei 118 pessoas quando a lotação é de 65. Tinha gente até no teto*”. Novamente a representação daquilo que é, e do que não é violência, fica a cargo do periódico.

O ano também não começou bem para os hóspedes do Hotel Excelsior, em Copacabana: *o arroz da ceia estava azedo e os carros foram amassados e arranhados em frente à porta do hotel. Na saída da praia, após a queima de fogos, um grupo preferiu passar por cima dos carros ao seguir pelas calçadas tomadas pela multidão* (*O Globo*, 2/1/1995, p. 24). Tal notícia teve pouco destaque, mas não deixa de ser um episódio violento, muito embora o jornal não tenha dado muito espaço ao acontecido. Como salientamos no 1º Capítulo, o apontamento daquilo que é violência, para *O Globo*, depende muito dos atores envolvidos e da brutalidade empregada. Um tiroteio, ou apedrejamento de ônibus é violência, mas pessoas sem transporte público, prejuízo ao consumidor e depredação de propriedade privada, não necessariamente.

1996 chega como “*O réveillon da paz*”, manchete de primeira página d’*O Globo* de 1/01/1996. A reportagem, mesmo em tom festivo, não deixou para trás os adjetivos bélicos

com que a “violência” é tratada. O jornal fez questão de enaltecer o tributo a Tom Jobim que embalou a festa em Copacabana com a participação de nomes consagrados da MPB como Chico Buarque, Gilberto Gil, Caetano Veloso, Milton Nascimento, Gal Costa e Paulinho da Viola, que cantaram músicas do maestro falecido em dezembro de 1994. Observe um trecho da reportagem:

Para uma cidade que vem lutando contra a violência, o réveillon não podia ter sido melhor. O Rio entrou 1996 no tom. Mais de dois milhões aguardaram os fogos embalados pela música suave do seu maior cidadão, o maestro Tom Jobim (O Globo, 1/01/1996, p. 1).

A continuidade da violência tal e qual a sequência de capítulos de uma novela é constante na cobertura do jornal que, apesar de desejar a paz, não deixa de lado o discurso maniqueísta do bem contra o mau. Nesse sentido, não se discute política alguma de segurança pública, mas só se reforça a ideia segundo a qual, apenas a luta e o enfrentamento podem nos propiciar a “paz”. Uma entidade vaga que todos desejam, mas ninguém explica exatamente o que seria.

Os camelôs voltaram à baila, mas desta vez como alvo das críticas habituais. O periódico que há um ano os utilizou como exemplo para representar a estabilidade econômica do Plano Real, agora, novamente, lhes aponta como elementos perturbadores, que ocupam espaço nas calçadas irregularmente, prejudicam a circulação dos transeuntes em Copacabana e vendem mercadorias “perigosas”, como morteiros e bebidas alcoólicas. A mesma cerveja à 1 Real que há um ano simbolizava “diversão” agora é “perigo”. O vai e vem de representações ventiladas pelo jornal confunde aqueles leitores menos atentos. Nesse sentido, *O Globo* molda visões da realidade através do enquadramento que o jornal dá às notícias, obedecendo a uma lógica que visa legitimar um *status quo*.

Os cultos a Iemanjá novamente passaram ao largo na cobertura do jornal. Se desde o réveillon de 1994 eles vinham tendo um espaço tímido, agora sumiram. Mas aí, eis que como num passe de mágica, no réveillon de 1997 eles voltam a ter destaque na cobertura do Ano Novo de Copacabana. Novamente no vai e vem de representações, *O Globo* utiliza-se dos ritos a Iemanjá na passagem de ano para legitimar um discurso popular pró-Olimpíadas. Como? Já dissemos que a partir de 1993 o réveillon de Copacabana passa a ser organizado como uma plataforma midiática de divulgação da cidade. Pois bem, no réveillon de 1997 a prefeitura oficialmente lança a candidatura da cidade à sede dos Jogos Olímpicos de 2004. Corroborando com tal fato, *O Globo* dá destaque ao fato na sua cobertura da festa de Ano Novo em Copacabana para receber 1997:

Figura 20 - Primeira página, O Globo, 1/01/1997.



A fim de demonstrar ao Comitê Olímpico Internacional que o carioca estava civicamente imbuído da causa olímpica, um “patriotismo cidadão”, traço pródigo ao planejamento estratégico segundo Carlos Vainer, a prefeitura lançou uma campanha para que todos que fossem à Copacabana usassem roupas brancas. Como se fosse muito comum os presentes ao réveillon na “princesinha do mar” usarem trajes preto, roxo ou marrom. Ou seja, o clichê do clichê e à prova de fiasco, demonstra, em realidade, o medo que os organizadores

tenham da coisa dar errado. *O Globo*, apoiando tal ação, veicula a sua cobertura daquele réveillon sob a manchete: “*Rio veste 2004 para festejar 97*”, um verdadeiro *slogan* digno de campanhas de marketing. A ligação entre o réveillon e a candidatura da cidade à sede de Jogos Olímpicos não é coisa de um passado recente. Para denotar o apoio dos presentes à Copacabana à candidatura da cidade, o jornal se apropria de uma crença popular (os cultos a Iemanjá, há algum tempo “sumidos” do jornal) para amalgamar réveillon, fé e olimpíadas, veiculando algumas falas de pessoas entrevistadas enquanto jogavam suas flores ao mar e faziam pedidos. Obviamente só publicaram aquelas condizentes com a visão que *O Globo* queria passar, tal e qual numa propaganda:

- Um dos meus pedidos a Iemanjá é que o Rio sedie as Olimpíadas. A cidade merece. – disse José Sanches, de 52 anos, com uma camisa branca da Rio 2004.
- Sou otimista. Estou de branco e com as Olimpíadas no peito porque acredito nessa cidade. – disse Marcos Pinheiro, com sua camisa branca dos Jogos Rio 2004. (*O Globo*, 1º/01/1997, p. 8).

E os camelôs? Novamente aparecem, agora, nessa gangorra de representações, contribuindo com a festa, segundo *O Globo*, ao venderem camisas e bonés com a logomarca “Rio 2004”. Parafraseando o filósofo alemão Immanuel Kant, nada é bom ou mau em si, depende de como e quando seja utilizado. Ou seja, o jornal utiliza os dados da “cobertura”, muito mais para ventilar um projeto de cidade do que para noticiar as comemorações de Ano Novo em Copacabana propriamente ditas. Estamos batendo nesta tecla, para salientar algo colocado no 1º Capítulo desta tese sobre a simbiose entre: meios de comunicação, governos locais e coalizões empresariais, no sentido de legitimar um projeto e “construir” uma cidade. Isso é um ponto nevrálgico do planejamento estratégico, tornar o senso comum favorável ao modelo de cidade que se quer erigir (SÁNCHEZ, 2010). É nesse sentido que os silenciamentos têm o seu papel ao mostrar apenas uma versão, sem qualquer espaço a contrapontos (MENDONÇA, 2018).

O próprio prefeito César Maia, prestes a passar o cargo ao seu “pupilo” e ex-secretário de obras Luiz Paulo Conde, foi fotografado pelo *O Globo*, de bermuda xadrez e camiseta, às 22h do dia 31, em frente ao edifício onde mora na praia de São Conrado, jogando lentilhas ao mar. Ao ser entrevistado César Maia disse: “– *Sempre peço uma coisa só. Não peço dinheiro, não peço poder. O que Deus pode nos dar é saúde*” (*O Globo*, 1º/01/1997, p. 8). Repare na quantidade de “coincidências” articuladas pela assessoria de imprensa do prefeito e *O Globo*. Na foto, de olhos fechados e testa franzida, a fim de denotar voluntariedade e credibilidade ao ato, César Maia beija o saquinho de lentilhas antes de jogá-lo ao mar. Ele podia ter atirado flores, quem sabe um barquinho com oferendas a Iemanjá, ou até mesmo não ter atirado nada.

Mas num ato político, a fim de demonstrar que é um homem de hábitos simples, acessível, que estava ali por acaso quando o repórter d'*O Globo* chegou, jogou lentilhas ao mar. Assim, ao mesmo tempo em que demonstra ser uma pessoa de fé e conectada às crenças populares, ao atirar lentilhas ao mar, ele não se compromete com religião alguma. O que corrobora com sua fala, totalmente evasiva na entrevista, que, politicamente, quer fazer crer que “não é político”. Apenas veicular sua imagem midiaticamente. No dia seguinte, ele faria a transmissão do cargo a Conde e, em seguida, viajaria para Nova Iorque com a família onde iria ficar 45 dias descansando. Um homem de hábitos “simples”.

Figura 21 - O Globo, 1/01/1997, editoria Rio, pág. 8.



O século XX caminhava para o fim trazendo de volta algo muito comum em suas primeiras décadas, os feridos e mortos por balas perdidas quando da passagem de ano. Em meio às festividades para receber 1998, e obedecendo à lógica do enfrentamento, a Polícia Militar ocupou 30 favelas da cidade a fim de evitar tal prática em meio aos fogos na hora da virada. Mas a menina Jéssica Vidal da Silva, de 7 anos, foi atingida na cabeça por uma bala perdida enquanto comemorava com parentes o Ano Novo no terraço de uma casa na comunidade Nova Holanda, em Bonsucesso. Não muito longe dali, em Brás de Pina, o

funcionário público Fernando Luiz Espinosa, 28 anos, foi atingido por um projétil no braço, dentro de casa. Atendido no hospital Sousa Aguiar, Fernando recuperava-se fora de perigo. A menina Jéssica não teve a mesma sorte e veio a óbito. Ao todo, segundo registros policiais divulgados pelo jornal *O Globo*, 13 pessoas foram atingidas por balas perdidas naquela noite. No dia seguinte, em nota, o comando da PM disse que não ocupou as favelas, apenas patrulhou seus acessos. Ao fim, o comandante-geral da PM, coronel Dorasil Corval, considerou tranquilo o réveillon. Provavelmente, se alguma dessas 13 balas perdidas tivesse atingido alguém em Copacabana ou Ipanema, a fala do comandante não seria a mesma.

O réveillon de 1998 também foi o primeiro após a inauguração da Linha Amarela. Esperando um grande público à praia da Barra da Tijuca, a prefeitura montou um palco na altura do Posto 8, próximo à Avenida Ayrton Senna, e alguns pontos com fogos de artifício ao longo da praia. Mas o público presente ficou abaixo do esperado. É interessante registrarmos que os moradores da Barra foram contrários à festa de Ano Novo montada pela prefeitura na orla do bairro, sob a justificativa de que atrairia um público oriundo do subúrbio. Assim, passaram a se referir à tal festa como “réveillon da Linha Amarela”, e não “réveillon da Barra”, para demonstrar sua insatisfação e dizer que aquilo não era para eles. Vera Loyola, *socialite* emergente, foi uma das principais porta-vozes desses moradores da Barra, a manifestar publicamente sua insatisfação com a comemoração organizada pela prefeitura na orla da “Miami carioca”.

O crescimento da festa em Copacabana era notório tal e qual sua midiatização. Em 1999 foi inaugurada a estação do metrô na Praça Cardeal Arcoverde, e o que tinha tudo para dinamizar o fluxo de pessoas à Copacabana, na noite do dia 31, acabou se tornando um caos. Posteriormente a concessionária Metrô Rio admitiu que errou ao mensurar a quantidade de pessoas que utilizariam o sistema para ir e voltar de Copacabana. Por volta das 22:30h do dia 31 o metrô entrou em colapso, tamanha a quantidade de usuários. A linha 1 fora interrompida por 45min., a fim de tentarem reordenar a situação. Mas ao final muitas pessoas viraram o ano novo chegar dentro dos vagões ou confinadas em estações lotadas sem conseguir sair. O tempo médio que se levava para deixar a estação Cardeal Arcoverde, ao sair dos vagões, superava os 30min.

Concomitante ao caos no metrô, Caetano Veloso e Jorge Benjor se apresentavam no palco montado em frente ao hotel Copacabana Palace. Ali, coladinho, no Edifício Chopin, segundo *O Globo* a fila para pegar o elevador demonstrava o caráter democrático da festa:

A democracia típica da grande festa de réveillon a céu aberto em Copacabana chegou nesta virada ao Edifício Chopin, o feio mais charmoso da cidade. [...] No saguão do edifício, o retrato da igualdade de classes: gente comum aguardando junto

com o prefeito Luiz Paulo Conde e a drag queen Isabelita dos Patins, a hora de subir ao território do high society (O Globo, 2/1/1999).

O retrato da igualdade de classes ventilado pelo jornal é surreal, como se frequentar as festas no Chopin, um dos edifícios mais caros da cidade, cujos moradores têm livre acesso à piscina do hotel Copacabana Palace, fosse algo corriqueiro e aberto a qualquer pessoa. Mesmo que a jornalista Paula Autran, autora da matéria, tenha a escrito querendo soar “descolada”, acreditamos que infelizmente ela confundiu democrático com pitoresco.

Assim como na chegada de 1900, muitos pensaram que com ano 2000 estariam adentrando o século XXI. O medo do *bug* do milênio, uma pane geral que afetaria todos os computadores do mundo, não ocorreu. Mas por volta das 21h do dia 31 uma forte chuva, permeada por muitas rajadas de vento tomou a cidade, notadamente a Zona Sul. Bairros inteiros ficaram alagados e sem luz, semáforos apagados deram um nó no trânsito da cidade. O cancelamento de algumas atrações que se apresentariam em Copacabana chegou a ser cogitado, mas pouco depois das 22h a chuva parou e os transtornos foram contornados. Mesmo assim, também como já ocorrera em réveillons no começo do século XX, a chuva fora responsabilizada por todos os percalços daquela noite, inclusive os que poderiam ser evitados – como o trânsito na Zona Sul – que, com ou sem chuva, desde os anos 1970 é caótico na noite do dia 31.

A grande hora chegou com tudo aparentemente nos eixos, porém, durante a queima de fogos em Copacabana uma fuligem, ainda em brasa, caiu sobre a multidão na areia queimando 11 pessoas. O caso mais grave aconteceu no Leme onde o sociólogo Sérgio Abranches foi atingido por um rojão na mão. No Leblon, a menina Andressa de Lima, de 11 anos, teve o pé atingido também por um rojão, e foi operada no hospital Miguel Couto.

A prefeitura negou qualquer falha na organização, e culpou a forte chuva que caíra algumas horas antes da meia-noite. Essa, segundo *O Globo*, fortalecendo a versão da prefeitura, teria danificado a instalação dos fogos na areia e possibilitado tais incidentes. Notamos uma sintonia entre o discurso da prefeitura e a cobertura d’*O Globo*, no sentido de salvaguardar a imagem da festa. Em momento algum, nas reportagens sobre os incidentes em Copacabana, o nome do bairro é citado nas manchetes. A que introduz tal reportagem, dentro da editoria Rio, foi: “*Fogos atingem espectadores da festa na orla*”. Repare que *O Globo* usa o termo orla, e não Copacabana. Tudo bem que uma menina fora atingida no Leblon, mas os outros 10 feridos estavam em Copacabana. Logo abaixo, no subtítulo: “*Governo comemora baixo índice de violência, mas duas pessoas foram atingidas por balas perdidas na praia*”, o jornal faz questão de descolar tais incidentes da chamada “violência urbana”, habitual em suas páginas. Tal categoria é destacada, ou silenciada, na medida em que lhe é conveniente.

A partir do momento em que a prefeitura passa a organizar o Ano Novo de Copacabana, embasada nos preceitos neoliberais do *city marketing*, a TV Globo transmite a festa com *flashes* ao vivo, além de toda a queima de fogos. Tal certame torna-se um produto que envolve interesses políticos e econômicos. Sob essa ótica, é pouco inteligente noticiar uma atração dessas focando muito suas mazelas, seja na televisão ou no jornal impresso. Ao pormenorizar (ou silenciar) questões que podem acarretar prejuízo econômico e/ou político aos meios de comunicação, governos locais e coalizões empresariais, alimenta-se o jogo do planejamento estratégico. Não estamos dizendo que *O Globo* mente em sua cobertura sobre a violência no réveillon, ele só a faz por meio de representações que lhe permitem manobrar a situação à maneira que melhor lhe convém. Nem no réveillon de 2001, quando um grave acidente com os fogos em Copacabana deixou 49 pessoas com graves queimaduras e um homem morto, a cobertura d'*O Globo* fugiu a lógica de salvaguardar a imagem do megaevento.

4.2 Bombas em Terra, Balsas no Mar: o aprimoramento do réveillon espetacular

O século XXI chegou de maneira explosiva em Copacabana. Às 0:12h do dia 1/01/2001 um estrondo de grandes proporções assustou aqueles que assistiam à queima de fogos entre as ruas Miguel Lemos e Djalma Ulrich, em frente à antiga boate *Help*. Mas, para os que viam a pouca distância, segundos após tal explosão, uma enorme confusão se formou no local. Gritos de socorro, pessoas queimadas pedindo ajuda ou correndo em direção ao mar com as roupas em chamas grudando na pele, policiais sem saber o que fazer para ajudar, ambulâncias que não conseguiam chegar ao local pela dificuldade de transitar em meio ao público. O estrago atingiu até alguns edifícios na Avenida Atlântica, que tiveram os vidros de suas janelas quebrados pelos estilhaços de plástico e pólvora que se transformaram em verdadeiros projéteis. Este foi o último réveillon em Copacabana com os fogos na areia.

Figura 22 - Primeira página, *O Globo*, 2/01/2001.

BANCOS OFERECEM MAIS SERVIÇOS SEM BAIXAR TARIFAS • PÁGINA 23

O GLOBO

Fundador: IRINEU MARINHO RIO DE JANEIRO, TERÇA-FEIRA, 2 DE JANEIRO DE 2001 • ANO LXXVI • Nº 24.597 • www.oglobo.com.br Presidente: ROBERTO MARINHO



Fogos do réveillon matam 1 e ferem 49

Em Copacabana, explosão causa pânico e lança estilhaços de plástico no público

• A explosão de um tubo com fogos de artifício do réveillon entre as ruas Miguel Lemos e Djalma Ulrich, em Copacabana, matou uma pessoa e feriu outras 38 aos 12 minutos da madrugada de ontem. Os fogos explodiram a apenas dois metros de altura, espalhando pânico na areia. O paulista José Maria Martins, de 44 anos, foi atingido na traquéia por estilhaços do tubo e morreu no Hospital Miguel Couto. Ao longo da praia de Copacabana, 49 pessoas se feriram com fogos. O acidente pôs em evidência as falhas do esquema de socorro montado pela Defesa Civil e Bombeiros. Em muitos casos foram PMs, taxistas e pedestres que socorreram as vítimas. **Páginas 14 a 17**

UMA DAS VÍTIMAS da explosão do tubo de fogos no Posto Cinco é socorrida num esquema apontado como precário por testemunhas

Tal incidente ocorreu devido a uma falha no acondicionamento dos fogos dentro de alguns cilindros de plástico e na montagem dos detonadores. Por conta disso, os fogos que havia ali, ao invés de explodirem de modo sequenciado a 50m de altura, explodiram dentro dos cilindros, no chão e de uma só vez. A reportagem intitulada: “*Fogos do réveillon matam um e ferem 49*”, era seguida da foto de uma mulher sendo retirada numa maca pelos bombeiros com as pernas e o rosto queimados. Logo abaixo outra foto, de uma menina com as pernas ensanguentadas. Imagens fortes que maculam a festa. Mas toda essa reportagem não fora veiculada pelo *O Globo* no dia 1º, mas dia 2 de janeiro. No dia 1º, *O Globo* fez um encarte especial para o réveillon com a manchete: “*Festa para o século XXI*”, seguida do pequeno texto:

Desta vez foi pra valer. O último réveillon do milênio, que comemorou a chegada do século XXI, transformou o Rio no palco de uma grande festa, apesar da forte chuva na virada do ano. Só que ninguém arredou o pé. Em Copacabana, cerca de 2,5 milhões de pessoas assistiram à queima de fogos e brindaram o Ano Novo (*O Globo*, 1/1/01).

Figura 23 - *O Globo*, 2/01/2001, editoria Rio, pág. 14.



O MOMENTO EM QUE a bomba explodiu a apenas dois metros do solo, e não a 50, como deveria ser, na Praia de Copacabana, entre as ruas Miguel Lemos e Djalma Ulrich: houve pânico no público que lotava a areia

Fogos do réveillon matam um e ferem 49

Maioria das vítimas foi atingida por estilhaços de tubo com pólvora que explodiu na areia de Copacabana

Maria Elza Alves e Patrícia Paula
 ■ Aos 12 minutos do primeiro dia do milênio, enquanto uma multidão admirava a queima de fogos na Praia de Copacabana, o grupo que estava entre as ruas Miguel Lemos e Djalma Ulrich, no Posto Cinco, viu momentos de pânico. Um dos tubos que armazenavam as bombas explodiu na areia, lançando estilhaços em direção ao público e ao fogo a uma altura de dois metros, e não de 50 metros, como deveria. Em chamas, os artilheiros — que, segundo a polícia, eram da empresa Brasileira, contratada pela boate Help — atingiram as pessoas, deixando 39 feridos. Um deles, o turista José Maria Martins, de 44 anos, que veio de São Paulo, morreu às 18h10m no Hospital Miguel Couto.

Ele foi atingido na traquéia. Ao explodir, o tubo — de material ainda não identificado pela polícia, mas descrito pelos feridos como de plástico resistente — teve o efeito de uma granada. De total de feridos, oito foram internados em estado grave e um deles corre o risco de ficar cego. Em toda a orla, houve 50 pessoas atingidas por fogos.

Segundo o diretor do Miguel Couto, Edson Pinheiro, Jose Maria foi uma das últimas vítimas a chegar ao hospital. A demora no atendimento, segundo Pinheiro, não influenciou na morte.

— O estado dele era gravíssimo mesmo. Mas é curioso ele ter sido traído por último, estando tão mal.

Até rebuques da PM socorrem vítimas

O esquema montado pela Defesa Civil e pelo Corpo de Bombeiros, anunciado como o maior de todos os 15 réveillons já realizados na orla, não funcionou. As vítimas — além das 39 da explosão, mais 11 pessoas se feriram com fogos do Leme no Posto Seis — tiveram de ser socorridas por tacatás, pedestres e rebuques da PM, segundo o coronel Rosenborg Rodrigues, comandante de Policiamento da Capital. A PM foi quem prestou socorro:

— Foram todos socorridos por nós. Houve camburões funcionando como ambulâncias — disse ele, sem querer criticar a falta de ambulâncias.

— A gente se prepara para festa, não para guerra.

O sociólogo Rubens Cesar Fernandes, coordenador do Movimento Viva Rio, estava



UMA MULHER, COM as pernas e a mão feridas, é socorrida: muita gente, em descompasso após a explosão, saiu correndo e se jogou no mar



FERIDOS, UM NOMEM em uma mulher desloca o lugar do acidente



UM GUARDA MUNICIPAL, sempre uma mulher atingida pela bomba

com a família bem em frente à boate Help. Impressionado com a falta de estrutura para socorrer os feridos, ele comparou a cena que viu a um atentado terrorista.

— Parecia que eu tinha presenciado um atentado a bomba. Enquanto meu filho, André, socorria um rapaz do Sul que es-

tava ferido, eu saí em busca de socorro, que só cheguei depois de mais de meia hora. Os policiais estavam perdidos e não sabiam o que fazer. O responsável por isso tem de ser processado — disse Rubens Cesar.

Para o sociólogo, ficou comprovada a falta de organização e de preocupação com a vida

da multidão, calculada pela PM em 2,2 milhões de pessoas.

— Eu vivi um réveillon fora do normal. A bomba explodiu para os lados e foi em direção às pessoas. Para um evento desse porte, deveria haver mais ambulâncias. A cena era horrível: a queima de fogos ainda acontecendo e as pes-

soas em busca de socorro que não chegaram — contou ele.

Segundo Isabel Cristina Alves, que estava na altura da boate Help, houve uma explosão, seguida por uma cortina de lanças. As pessoas entraram em pânico e correram para a água.

— Vi uma moça com a resposta toda queimada, gritando no

corpo. Um senhor ficou com um buraco na perna. O único socorro era de um turista, um médico argentino, que mediu a profundidade das vítimas. A primeira ambulância chegou meia hora depois — criticou.

O coronel Marcos Silva, coordenador da Operação Réveillon 2001, disse que não houve falhas na atuação da Defesa Civil e do Corpo de Bombeiros. Segundo ele, havia oito ambulâncias em Copacabana, espalhadas em quatro pontos, e 1.500 homens em toda a orla.

— Todo o efetivo foi usado. Se eu tivesse mais gente, porta na rua. Mas não tenho como pôr uma ambulância em cada esquina.

Ao saber que a PM havia dito que trabalharia no socorro às vítimas, o coronel reclamou:

— Algum documento? Quero ver provas.

Informado de que a afirmação partia do comandante de Policiamento da Capital, o coronel mudou o tom:

— Se tivemos ajuda da PM, isso é natural. Nós também ajudamos em casos que seriam de polícia. A troca, nessas festas, é normal.

Novo prefeito deturpa queima de fogos oficial

As empresas responsáveis pelo espetáculo de pirotecnia não se entenderam durante o dia de ontem e trocaram acusações. A Promô, responsável pela queima de fogos oficial, realizada em dez pontos da Praia de Copacabana, acusou a boate Help, que, por sua vez, alegou que o acidente foi na área da Promô. Como os dois pontos de queima ficam próximos, as vítimas não souberam precisar onde houve a explosão. Foi preciso que o delegado Fernando Ostias, da Divisão de Fiscalização de Armas e Explosivos, se metesse na briga.

— A explosão ocorreu na área da Brasileira. Não tenho dúvidas. Um dos tubos explodiu, mas ele estourou baixo, a uma dois metros. A chapa pode ter contribuído para isso.

Avêline Parente, sócio da Help, ficou indignado.

— Mande esse cara para o inferno. Ele está levando dinheiro da Promô. Vai processá-lo — ameaçou.

O prefeito Cesar Maia denunciou ontem a falta de que se seja feita a queima de fogos oficial, patrocinada pela Associação Brasileira da Indústria de Fogos e pela indústria privada. ■

Logo abaixo uma foto panorâmica da praia de Copacabana no momento em que os fogos espocavam no céu. As reportagens no interior caderno especial repercutem também os fogos na Barra, na Lagoa Rodrigo de Freitas e no piscinão de Ramos. A quantidade de transatlânticos no mar de Copacabana também foi destacada para enaltecer a visibilidade que tal evento angaria à cidade. O show de Lulu Santos, no palco principal, começou à 0:30h do dia 1º de janeiro e contou com diversas fotos e comentários acerca do *set list* do artista. Neste momento, o caos já estava formado com a explosão acidental dos fogos no Posto 5. A cobertura do show de Lulu Santos mostra que *O Globo* tinha jornalistas no local, mas em suas 8 páginas o caderno espacial do periódico fluminense dedicado ao réveillon, não veiculou uma linha sequer sobre o incidente que, dentre os 49 feridos, matou um turista paulistano cuja traquéia fora atravessada por um pedaço de plástico quando da explosão. Novamente,

corroborando com o que dissemos ao final do último tópico, as reportagens sobre o incidente com os fogos só apareceram *n'O Globo* do dia 2 de janeiro, na editoria Rio, para descola-lo da cobertura da festa. Afinal, um turista de fora da cidade, que pensa em passar o réveillon em Copacabana e quer ver notícias da festa, dará mais atenção à edição do dia 1º do que a do dia 2 de janeiro. A transformação do réveillon de Copacabana num produto, nos moldes da indústria cultural, voltado prioritariamente ao consumo, fica evidente a cada cobertura d'*O Globo*. E como já dissemos, isso não se deve apenas ao jornal, mas a uma triangulação que envolve, além dos meios de comunicação, prefeitura, governo do estado e coalizões empresariais em torno de um projeto de cidade. Estamos reiterando isso para que o leitor entenda como o enquadramento dado pelo jornal à dita “violência” é trabalhado nesse sentido.

No caso do discurso jornalístico, entretanto, no lugar de perturbarem a estabilidade das representações usuais, as visões veiculadas – por se converterem em lugar autorizado da produção e circulação da “verdade” – acabam colaborando para a sedimentação de algumas representações “oficiais” da cidade (MENDONÇA, 2018, p. 27).

A paz tão utilizada nas manchetes de réveillon d'*O Globo* esteve ausente quando da chegada de 2002. Mas não que o jornal agora seja contra ou tenha “esquecido” dela, ocorre que este Ano Novo marcou a transferência dos fogos da areia para balsas à 450m de distância da orla, após o acidente no réveillon anterior. O público reagiu mal a tal mudança e, além disso, a semana entre o Natal e o réveillon foi marcada por fortes chuvas na região sudeste, o que afugentou em certa medida o público de Copacabana. Segundo *O Globo* a prefeitura esperava um público de 2,5 milhões de pessoas em Copacabana, mas, segundo a RioTur, a multidão presente ficou em 1,5 milhões de pessoas. Atendendo à novas regras de segurança a cascata de fogos do Hotel Méridien e da mureta do Forte de Copacabana, também foram suspensas. “*Um réveillon seguro mas com pouco brilho*”, foi a manchete d'*O Globo* na editoria Rio, que repercutia a festa e, segundo as entrevistas selecionadas para a reportagem, o jornal também não aprovou tal mudança:

- Nos outros anos havia mais fogos. Foi bem fraquinho – avaliou Claudio Antônio dos Santos, morador da Tijuca que foi passar o réveillon no Copacabana Palace com a família.
- Sinceramente não gostei. Estava acostumada a olhar para todos os lados e ver novidades. Estou decepcionada – sentenciou a copeira Vânia Cristina Santos.
- Deve ter sido muito bonito pra quem estava nos navios. Aqui da areia só deu pra ver fumaça – resumiu Wagner Cerolim, de 42 anos (*O Globo*, 1/01/2002, pág. 8).

Paz e segurança para o jornal, nesta cobertura, parecem coisas dissociadas. Segundo *O Globo*, ainda na página 8 da mesma edição: “*Festa mais tranquila dos últimos tempos contrariou todas as previsões: não choveu, mas também faltou empolgação e público foi*

menor que o esperado”. Ou seja, excesso de segurança e pouca animação caminham paralelamente. O jornal fazia uma crítica ao excesso de zelo do poder público na ordenação da festa, principalmente no que diz respeito ao espetáculo pirotécnico, algo que virou uma marca do Ano Novo de Copacabana, e, inclusive, é transmitido ao vivo pela TV Globo. A segurança é boa até o ponto em que não interfere na espetacularização do réveillon. Não à toa, em momento algum da reportagem *O Globo* usa o termo “paz”, a segurança aqui é abordada como algo prejudicial na medida em que tolhe a festividade. Nesse sentido, nem sempre a segurança é boa. A “paz”, não. Essa, por mais vazia de sentido que seja, justamente por isso é mais interessante. Tal e qual uma marca, por ser vazia, ela ganha o significado que lhe atribuímos (FONTENELLE, 2002), é assim que a “paz” é utilizada pelo *Globo* a depender da conjuntura política e econômica pela qual estejamos passando. Conforme Letícia Matheus (2011), se “a definição do que é passado é sempre uma operação de natureza política em função do planejamento do futuro”, o mesmo vale para “paz” e “violência”. “As cidades são compreendidas e construídas segundo as teias de relações e significações que nelas se dão, incluindo os trabalhos de imaginação” (MATHEUS, 2011, p. 24). Para corroborar com as falas dos entrevistados em Copacabana na página 8, três páginas depois, na cobertura da festa de ano novo na praia do Flamengo, a manchete da reportagem foi: “*No Flamengo, aplausos para fogos de Niterói*”. O jornal ao enaltecer a queima de fogos na praia de Icaraí (Niterói), em realidade, criticava o excesso de precaução da prefeitura ao colocar os fogos longe da areia e em menor quantidade do que em anos anteriores. Tudo em nome do espetáculo e, conseqüentemente, do megaevento.

Nem o churrasquinho passou ileso à trama de representações na cobertura do réveillon de 2002 pelo *Globo*. No calçadão de Ipanema, em plena Avenida Vieira Souto, um grupo de turistas da cidade mineira de Juiz de Fora fazia um churrasco animado, regado a muita cerveja e pagode. Sem lançar mão de nenhum argumento embasado em leis de postura, ou do impedimento ao ir e vir nas calçadas, já que o jornal criticara a “fraca” queima de fogos promovida pela prefeitura, o churrasquinho dos populares ganhava contornos positivos:

[...] Enquanto os gays preferiam a Farme, três ônibus lotados de famílias mineiras (a maioria de Juiz de Fora), estacionaram em plena Avenida Vieira Souto. Segundo Romeu dos Santos, chefe de uma das excursões, eles vieram preparados para enfrentar um dia inteiro de festa.
- Trouxemos comida e bebida. Assistiremos à queima de fogos e voltamos para o ônibus para festejar com muito churrasco e pagode – contou Romeu, afirmando que passar o réveillon no Rio já é tradição (O Globo, 01/01/2002. p. 11).

Note que o jornal relata o churrasco dos mineiros em Ipanema, mas, em momento algum, a presença dos ônibus é abordada como desordem pública ou estacionamento

irregular. Afinal, para que esses turistas estão ali? Para assistir à queima de fogos, ponto alto da festa segundo o jornal. Tudo gira em torno da queima de fogos, *O Globo* não critica o churrasco nem os ônibus na Vieira Souto porque ele concorda com isso, mas através disso ele pode reforçar o seu descontentamento com a “fraca” queima de fogos naquele réveillon.

Não por acaso, um ano depois, a manchete da cobertura do réveillon de 2003 foi: “*Céu estrelado e mais fogos devolvem o brilho à festa do réveillon*”. O texto é praticamente autoexplicativo quando pensamos às críticas do jornal ao réveillon passado, o brilho voltou à festa pois houve mais fogos. Assim, conforme Letícia Matheus (2011), podemos dizer que o encadeamento de reportagens, ao mesmo tempo em que se ancora no acontecimento anterior, direciona o próximo.

Neste ano, a cobertura dos shows e atrações presentes à passagem de ano em Copacabana foi fraca pois, praticamente todo o jornal, nos dias 1º e 2 de janeiro, foi dedicado à posse do presidente Luiz Inácio Lula da Silva: “*Primeiro presidente de esquerda, Lula assumirá pregando conciliação*” era a manchete principal d’*O Globo* de 1/01/2003, em seguida vinha a do réveillon supracitada. Na editoria Rio: “*2003 traz de volta o brilho do réveillon*”

O desafio foi vencido. Com a queima de fogos mais próxima do público e a volta das cascatas do Hotel Méridien – que roubou a cena – e da murada do Forte de Copacabana, o réveillon 2003 retomou seu brilho e voltou a empolgar o público, estimado pela Polícia Militar em 2,2 milhões de pessoas. Com uma quantidade de fogos quatro vezes maior que a do ano passado e o dobro do número de balsas, o espetáculo, de 15 minutos, ganhou volume e emocionou sem comprometer a segurança (*O Globo*, 1º/1/2003, p. 16).

Novamente o jornal fez questão de dissociar “segurança” da abordagem mais comum de “violência” e “paz”. O desafio a que a reportagem faz menção refere-se ao fato de que em 2003 as balsas ficaram à 360m da areia, 90m a menos do que em 2002, e a quantidade de fogos foi aumentada em quatro vezes sem que houvesse incidente algum. Corroborando com a crítica d’*O Globo* no ano anterior de que o excesso de segurança prejudicou o espetáculo. Notamos que assim como “paz” e “violência”, o “medo” também é utilizado como operador discursivo pelo jornal na medida do seu interesse. Segurança excessiva denota medo, o que enfraquece a festa. Então, já que isso foi criticado, é preciso mostrar que o seu contrário foi bom e não trouxe risco algum. Logo, não há o que temer no que tange aos fogos do réveillon de Copacabana. Violência, paz e medo são fatores estruturantes do discurso jornalístico e da sociabilidade na cidade do Rio de Janeiro.

Se a cidade pode ser tratada como um texto, ela dialoga permanentemente com os medos de seus habitantes, o que influencia sua configuração espacial, bem como as relações sociais travadas no ambiente urbano (MATHEUS, 2011, p. 24).

Assim como em 1997, o réveillon foi utilizado para apresentar a candidatura do Rio à sede de um megaevento esportivo internacional, agora, os Jogos Pan-americanos de 2007. A novidade fora inserida durante a queima de fogos, num dado momento, a balsa em frente ao Copacabana Palace exibiu um contorno em luzes do Cristo redentor, além as inscrições “Paz 2004” e “Pan 2007” corroborando com a ideia do réveillon enquanto um megaevento local que projeta a imagem da cidade mundialmente. A manchete d’*O Globo*, assim como em 1997, enaltecia tal ligação: “Rio faz a festa da paz e do Pan”. Novamente a paz de volta à baila como mensagem de réveillon, não só pela organização da festa como na cobertura d’*O Globo*. Uma busca que soa quase como algo inalcançável, um eldorado que parece se afastar na mesma medida em que corremos na sua direção. A análise das reportagens de réveillon n’*O Globo* nos permite notar que a “paz” tornou-se um termo ao qual cabem inúmeras representações. Mas se ela é buscada incessantemente, o periódico parte da premissa de que a violência é algo reinante no cotidiano da cidade. Ocorre que essa violência também é uma bacia semântica aonde cabem inúmeras representações. Por exemplo, em meio a cobertura do réveillon de 2004, *O Globo* destaca numa retranca: “Areia lotada no caminho do mar”. Segundo o texto veiculado pelo jornal, em meio à principal reportagem sobre a festa em Copacabana,

a mesma imagem de paz que surgiu iluminada numa das balsas de fogos se repetiu em quase toda Copacabana. A ordem só foi quebrada na areia, onde uma barreira quase intransponível de ambulantes com áreas demarcadas obstruiu a passagem das pessoas que queriam chegar ao mar. Cada mesa era alugada por até R\$100,00 (*O Globo*, 1º/01/2004, p. 8).

Existe coisa mais vaga do que “A mesma imagem da paz que surgiu iluminada numa das balsas...”? O que seria “imagem de paz”? Logo adiante notamos a associação da “paz” com ordenamento e, conseqüentemente, da “violência” com desordem. Representações diametralmente opostas às que *O Globo* utilizou em 2003. No ano anterior, quando o jornal criticou a organização da festa, o churrasco na Vieira Souto e os ônibus estacionados irregularmente não feriam a paz. Mas agora, quiosques que colocam mesas e cadeiras na areia são narrados como contrários à “paz”, por prejudicarem o ir e vir das pessoas. Será que o periódico teria a mesma benevolência com o churrasquinho dos mineiros, no calçadão da Vieira Souto, neste réveillon? No réveillon anterior, esta retranca, reprovava ou narraria com ares de inventividade o “recurso” dos quiosques de colocarem mesas e cadeiras na areia? Provavelmente não. Novamente o apontamento pelo jornal daquilo que é “violência” ou “paz” flutua conforme a conjuntura política da cidade que é refletida na festa. Agora, como

candidata à sede dos Jogos Pan-americanos, o discurso da ordem como antídoto à “violência” volta a circular, a fim de iluminar a construção de novas representações acerca da cidade que se quer.

2005 chegou com a reeleição de César Maia para o seu terceiro mandato a frente do executivo municipal. Sua recondução ao cargo não teve grande espaço n’*O Globo* que, neste ano, voltou a abordar os cultos a Iemanjá nas praias cariocas, ainda que timidamente. Nada comparado às reportagens que havia nos anos 1970 e 1980, quando o jornal disponibilizava largo espaço a explicar o que são os orixás, iabás e o que representam na religião de umbanda e no candomblé. O jornal cita que agora os terreiros de umbanda preferem ir às praias nos dias 28 ou 29, a fim de fugirem do tumulto no dia 31. Ocorre que, sobretudo na década de 80, o público presente à Copacabana não era muito menor do que o de hoje, e mesmo assim os terreiros iam às praias da Zona Sul no dia 31. Além disso, naquela época, os cultos a Iemanjá e a presença dos terreiros em Copacabana eram, além da queima de fogos, um dos principais atrativos da festa. Em reportagem publicada na editoria Rio, quando da cobertura do réveillon de 2005, sob a manchete: “*Oferendas e preces antecipadas*” o jornal narra um grupo de candomblecistas que esteve em Copacabana às 6h da manhã do dia 31 para realizarem um ritual a Iemanjá. Neste ano, todas as editorias do jornal tinham a expressão “Paz no”, assim: “Paz no País”; “Paz no Rio”; “Paz na Economia”; “Paz nos Esportes” ... Novamente essa bandeira da “paz” numa edição de 1º de janeiro, veiculando-a como um desejo comum para o ano novo, representa o adiamento perpétuo de um ideal que é sempre lançado para o futuro, tal como um mito.

A cobertura da chegada de 2006 sob a manchete “*Copacabana ‘bombou’*”, enaltecia o fato que, diferente do ano passado, não houve a formação de uma densa cortina de fumaça durante a queima de fogos, que atrapalhasse a visualização do espetáculo pirotécnico. As grandes filas na estação Cardeal Arcoverde, na dispersão da festa, novamente foram alvo de críticas, mas sem grandes confusões. O alvo do periódico neste réveillon foram os flanelinhas⁵⁶ e o estacionamento irregular nas praias da cidade durante o dia 31. No vai e vem de representações ventilado pelo jornal os flanelinhas, agora, tornaram-se algo a ser combatido, afinal, segundo *O Globo*,

como acontece todo ano, os guardadores tomaram conta das ruas e, em alguns pontos, como na rua Raul Pompéia, chegam a colocar caixotes para reservar vagas para mais tarde, quando o preço seria ainda maior (*O Globo*, 01/1/2006, p. 14).

Não se trata de defender ou criticar o ofício dos guardadores de automóveis (vulgo flanelinhas), nas ruas da cidade. Mas há três anos a postura do jornal com o estacionamento irregular de ônibus de turismo em Ipanema, e a atuação desses profissionais, era relatada em

⁵⁶ Guardadores de automóveis nas ruas, sem registro na prefeitura.

tom bem-humorado. Não fosse isso, a festa dos mineiros no calçadão da Vieira Souto não teria acontecido. Mais uma vez notamos que, num contexto em que a festa em si transcorreu conforme o esperado pelo jornal e não há críticas à prefeitura, os “flanelinhas” voltaram a ser noticiados sob uma ótica contrária à ordem legal.

Desta vez nem os cultos a Iemanjá passaram ilesos. Agora, tais ritos tornaram-se alvo de críticas. A reportagem sobre o excesso de lixo em Copacabana é ilustrada pela foto de uma mulher, vestida de branco, rezando ajoelhada na areia, em meio a oferendas ofertadas à iabá africana: rosas e palmas brancas, velas brancas e azuis, além de garrafas de espumante. Neste contexto o trecho que abria a reportagem era: “*As oferendas a Iemanjá começaram logo cedo. Às 7h de ontem, a Comlurb já estava nas praias limpando as plantas e velas que foram jogadas pelos devotos*” (*O Globo*, 1/01/2006, p. 14).

Se tais ritos já vinham num processo de apagamento na cobertura do réveillon pelo *O Globo*, se comparado ao panorama de décadas passadas, agora parece que a benevolência com essa prática se esvaia. Não que houvesse uma abordagem preconceituosa como nos anos 1950 e 1960, mas a desqualificação de tais atividades neste novo contexto do réveillon megaevento é clara. A festa agora, sob a ótica do espetáculo, não tem mais espaço para expressões culturais dessa natureza. Isso não faz mais parte da imagem que se pretende passar do Rio através do réveillon. Sob a lógica da indústria cultural, o produto réveillon de Copacabana tornou-se uma plataforma comunicacional internacional voltada ao turismo, e à divulgação de uma cidade que se propõe festiva o ano inteiro. A mercantilização do réveillon carioca (sobretudo o de Copacabana) implica também numa gentrificação discursiva sobre a festa, é neste contexto que os ritos a Iemanjá deixam de ser interessantes ao marketing urbano articulado pela prefeitura. Tanto que hoje, a presença dos terreiros em Copacabana no dia 31 é vedada pela administração municipal. Assim, grupos de candomblecistas, mas sobretudo de umbandistas, têm procurado praias menos badaladas, do ponto de vista turístico, para realizarem suas celebrações a Iemanjá.

Paulatinamente o que nós temos é uma “desterreirização” (SIMAS, 2019) do réveillon de Copacabana e a construção de uma festa mais palatável aos investidores e ao turismo internacional. Quando usamos o termo “desterreirização” não fazemos menção apenas ao afastamento dos praticantes de religiões afro-brasileiras de Copacabana no dia 31, mas de todo e qualquer traço cultural visto como desinteressante às perspectivas do mercado. Agora, os aspectos destacados pela cobertura jornalística enaltecem os esquemas de segurança, as torres de observação montadas pela PM na orla de Copacabana a fim de garantir a “paz”, os shows que ocorrerão na praia e a ocupação dos hotéis por turistas estrangeiros. A identidade de uma festa que surge intimamente ligada às religiões afro-brasileiras, é silenciada sob a ótica do megaevento. Inspirado em Eni Orlandi, Kléber Mendonça (2018), nos mostra que

o silêncio não fala, mas significa. Se toda palavra é capaz de poesia, todo sentido é capaz de silêncio. Mesmo no gesto de falar, sempre temos que produzir o efeito de afastamento dos sentidos não desejados. Assim, para a compreensão de um discurso devemos perguntar o que ele ‘cala’ (MENDONÇA, 2018, p. 82).

Dois anos depois *O Globo* veiculou uma reportagem sobre cultos a Iemanjá no réveillon, não em Copacabana, mas na praia da Bica (Ilha do Governador). Neste novo contexto da festa de Ano Novo, e de uma cidade que voltava a receber megaeventos internacionais – como o Pan em 2007 – simbolicamente *O Globo* indicava as praias mais afastadas como locais onde esses ritos deveriam acontecer de agora em diante. Ainda inspirados em Kléber Mendonça, “defendemos que é possível identificarmos diferentes visões sobre a cidade, sugeridas pelo espaço discursivo da ‘verdade’ jornalística” (2018, p. 25).

Mas se 2007 foi o ano que marcou a volta do Rio ao calendário de megaeventos internacionais, pois, além do Pan, a cidade seria umas das sedes da Copa de 2014, seu início foi marcado por conflitos entre facções de traficantes e milicianos. Desde a madrugada do dia 28/12/2006 uma série de conflitos consequentes de disputas pelo controle de territórios deixou a cidade em alerta. Ônibus foram incendiados, vias expressas bloqueadas com arrastões e delegacias atacadas a tiros por criminosos. Tais ataques ocorreram em toda a cidade, dos subúrbios da Zona Norte e da Zona Oeste até a Zona Sul, onde carros e cabines da PM foram metralhados. *O Globo* cobriu tais episódios num caderno especial intitulado “*A Guerra do Rio*”. O clima de medo que se instaurou na cidade às vésperas do réveillon foi o pior possível. Ruas vazias, turistas cancelando reservas nos hotéis, restaurantes e bares fechando mais cedo por medo dos ataques, e logo no final do ano quando o movimento geralmente aumenta. “O medo é um desencadeador de histórias que proporcionam uma experiência simbólica da vida urbana” (MATHEUS, 2011, p. 43).

Nesse sentido a festa para receber 2007 foi um dos réveillons mais vazios da história recente de Copacabana. Menos de 1 milhão de pessoas estiveram presentes à orla da “princesinha do mar” na noite do dia 31. Em compensação, a festa em Ipanema congregou quase 1,5 milhão de pessoas. Diferente de anos anteriores quando *O Globo* nitidamente, na cobertura do réveillon, adotava uma postura mais tímida ao falar dos problemas ocorridos durante a festa (quando falava), desta vez não era possível salvaguardar a imagem da cidade, tampouco do réveillon, pois os acontecimentos que se davam desde 28 de dezembro ganharam destaque no noticiário mundial.

Nessas reportagens, “crime”, “tráfico”, “ameaças” são sujeitos que praticam ações. O fato de o mal não ser personificado rapidamente em atores concretos leva essas narrativas a encenar universos ainda mais fantásticos, potencializando a capacidade de difusão do pavor. Ou seja, apesar da expectativa informativa em relação aos jornais, o fantástico e o sensacional estão longe de serem antiéticos ao jornalismo. Pelo contrário, são seus pilares mais sólidos (MATHEUS, 2011, p. 39).

O sensacionalismo contribui com a indústria cultural no jornalismo, ao seduzir o leitor no sentido de comprar o jornal para continuar acompanhando tal situação nos dias subsequentes. No “jornalismo de sensações”,

cria-se um imaginário do medo que pauta não só a interação dos indivíduos no dia a dia, como também traça um mapa simbólico – espacial e temporal – do medo na cidade. No Rio, contar histórias sobre a violência se tornou atração própria, promovendo as sensações mais comoventes ou apavorantes. Parte da sociabilidade na cidade se dá em torno desses contos cotidianos da violência. As narrativas jornalísticas se alimentam disso e realimentam isso, configurando muitas vezes o pânico (MATHEUS, 2011, p. 30).

Neste clima e em meio a tais acontecimentos, colocamos abaixo a capa d’*O Globo* de 1/01/2007 que era seguida do trecho que registramos a seguir.

Figura 24 - Primeira página, *O Globo*, 1/01/2007.



O BRILHO E AS CORES marcam a explosão de fogos em Copacabana, pela primeira vez com plateia menor do que o habitual: Ipanema teve mais de um milhão de pessoas graças às atrações internacionais. O carioca recebeu o novo ano com esperança mas apreensivo por causa da onda de violência dos últimos dias de 2006. Os ataques ainda repercutiam ontem, enquanto os fogos estouravam na cidade. A festa de Copacabana, espetacular como sempre, teve público 40% menor que no ano passado. O medo, a chuva e shows em Ipanema com atrações internacionais, que reuniram um milhão e meio de pessoas, foram responsáveis pela redução da plateia em Copacabana. No bairro, três pessoas foram vítimas de balas perdidas. Perto das favelas, o som dos fogos se confundiram com o de tiros disparados por traficantes (*O Globo*, 1/01/2007, p. 1).

Pela primeira vez numa cobertura de réveillon pós-1993, e, logo na primeira página, *O Globo* citou que três pessoas foram atingidas por balas perdidas no réveillon de Copacabana.

Além disso, perto de “favelas”, a ilustração do *locus* do medo, tiros foram disparados por traficantes (além dos fogos) à meia-noite. Mesmo assim o jornal não deixou de apontar a queima de fogos em Copacabana como espetacular. Ao final, citou os tiros disparados por traficantes, junto com os fogos, como se fosse algo raro no contexto da cidade. Quando, em realidade, desde o começo do século XX tal prática já ocorria. A única diferença é que naquela época quem o fazia não eram traficantes armados com fuzis. Ou seja, toda a cobertura do réveillon desta vez foi pautada pelos ataques que ocorriam desde o dia 28. O medo não deixou de ser fomentado durante a cobertura do réveillon, diferente de anos anteriores quando eram noticiados em retrancas menores, ou veiculados apenas na edição do dia 2 de janeiro. A trégua se deu apenas na página 12, que abria a editoria Rio com a manchete: “*Ipanema desbanca Copacabana*”. A reportagem enfatizava que os shows dos grupos norte-americanos *Black Eyed Peas* e *Infected Mushroom* num Palco no Posto 8, além do DJ Marlboro e do Funk n’ Lata em outro palco, no Posto 10, arrebatarem o público na noite, que preferiu Ipanema à Copacabana, também por medo da multidão.

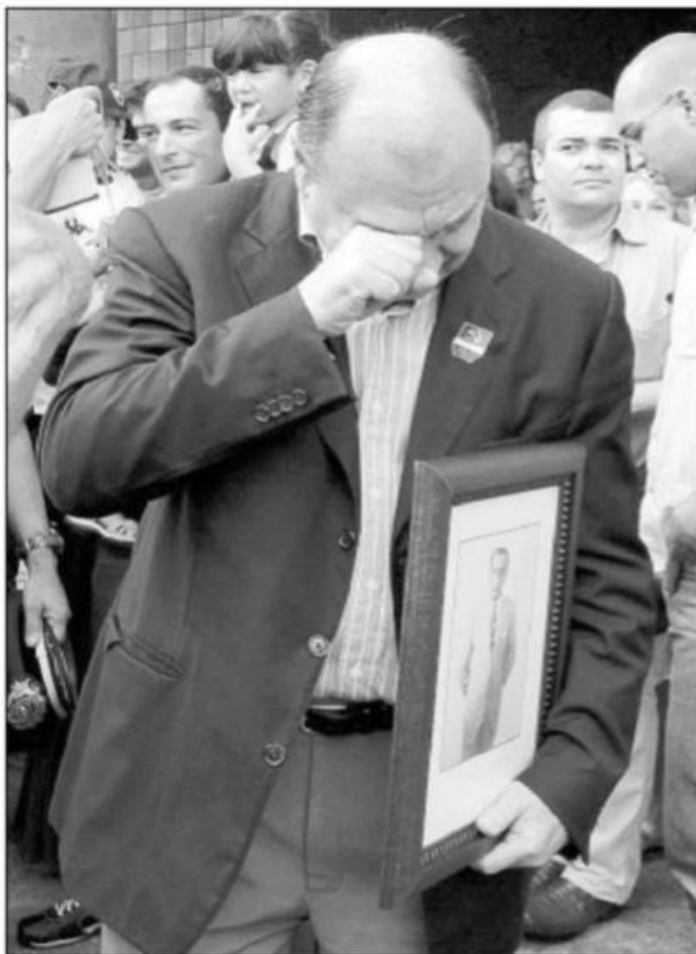
Um fato a ser destacado diz respeito ao panorama político do momento. Nas eleições de 2006 o ex-presidente Lula fora reeleito para o seu segundo mandato. As reportagens sobre o início de seu novo governo foram tímidas, e a todo momento *O Globo* as conectava com episódio do *mensalão* ocorrido em 2005. Mas o fato político que mais ocupou as páginas do jornal neste início de 2007 foi a posse do novo governador, Sérgio Cabral Filho (PMDB), que assumia o executivo estadual após 8 anos de governos da família Garotinho. Entrevistado com destaque pelo *O Globo*, o novo governador prometia choques de gestão na área da Saúde, da Segurança Pública e mais diálogo com o prefeito César Maia.

A cobertura sobre a chegada de 2008 retomou o panorama das anteriores à 2007. Copacabana voltou a atrair mais público do que Ipanema, 2 milhões de pessoas presentes à “princesinha do mar” e cerca de 700 mil na orla da Avenida Vieira Souto, segundo a PM. A noite foi embalada por samba e muito funk com Diogo Nogueira, MC Leozinho e o DJ Marlboro. Às 23:59h e não à meia-noite, por um erro da empresa que montou os fogos nas balsas, segundo *O Globo*, os fogos foram disparados e coloriram o céu de Copacabana até 0:22h. Uma das queimas de fogos mais duradouras que já houve em Copacabana, pois, até então, o show pirotécnico durava em média 16 minutos. Fatos relacionados à violência ficaram por conta de três atingidos por balas perdidas em Copacabana, nas imediações da rua Sá Ferreira, que *O Globo* fez questão de enfatizar como acesso à comunidade Pavão-Pavãozinho, reforçando a ideia da favela enquanto território do risco e do medo. Ou seja, a festa de réveillon em Copacabana foi tranquila, os incidentes de violência ocorridos na noite

foram todos nas imediações do Pavão-Pavãozinho, quem estava na orla não sofreu nada. Novamente houve a salvaguarda d'*O Globo*, ao noticiar episódios tidos como violentos na principal festa de ano novo da cidade, a fim de não macular a sua imagem.

Com um broche do partido comunista soviético na lapela do seu paletó, segurando um pôster do ex-prefeito Pedro Ernesto e chorando. Foi assim que César Maia deixou a prefeitura do Rio de Janeiro, em 1º de janeiro de 2009, após 3 mandatos. Como frisamos anteriormente, um desses três mandatos foi intercalado por um aliado político seu, o arquiteto e urbanista Luiz Paulo Conde. Isso significa que César Maia, e seu grupo político, estiveram a frente do executivo municipal da cidade do Rio de Janeiro por 16 anos (1993-2009). Nesse período, César Maia trocou de partido 3 vezes, foi do PMDB, depois transferiu-se para o PTB e finalmente para o PFL, que em 2007 transformou-se no Democratas (DEM), onde está até hoje. Concordando com suas medidas ou não, até porque esta tese não tem por objetivo avaliar quaisquer governos, o período que César Maia e seu grupo político estiveram a frente da prefeitura, marcou uma mudança no modo como a cidade era administrada. Como dissemos no 1º Capítulo, é a partir da sua primeira gestão (1993-1996) que o Rio passa a ser gerido sob a lógica neoliberal do planejamento estratégico, o que implica em mudanças não só no plano físico exemplificadas pelos programas de reformas urbanas Rio-Cidade e Favela-Bairro, mas notadamente no âmbito simbólico que versa acerca da construção e veiculação de uma nova imagem da cidade, isto é o *branding* urbano. É aí que reside toda a transformação pela qual o réveillon do Rio passou a partir de 1993, sempre com o fito de servir enquanto um produto espetacular e altamente midiático, que visa divulgar e vender uma mercadoria ainda mais importante: a própria cidade. Foi durante suas gestões também, que a questão dos megaeventos, notadamente as Olimpíadas, tornaram-se um objetivo da administração municipal. A razão? A mesma da transformação do réveillon em megaevento, dar visibilidade à cidade a fim de atrair investimentos. Ocorre que isso implica num grande custo político e social, os que perdem e os que realmente ganham com tais transformações, historicamente, são os mesmos atores, com as devidas licenças poéticas.

Figura 25 - O Globo, 1/01/2009, editoria Rio, pág. 12.



Ao deixar o prédio da prefeitura, César, admitiu que não será mais candidato a prefeito. Foi aplaudido por servidores, tirou fotos e ouviu “La vie en rose” e “Cidade Maravilhosa”, regidas pela banda da Guarda Municipal.

- Torço pela próxima administração. Quero que o Eduardo Paes tenha o maior sucesso do mundo (O Globo, 1/01/2009, p. 12).

Eduardo Paes, à época no PMDB, é cria política de César Maia mas depois rebelou-se contra o seu criador. Foi subprefeito da Zona Oeste durante o primeiro mandato de Maia (1993-1996), nesse período por concentrar a maior parte de suas ações na Barra da Tijuca, bairro que mais crescia e atraía investimentos na cidade, Eduardo Paes foi jocosamente apelidado por seus críticos de “prefeitinho do Barra”. Depois elegeu-se vereador e deputado federal (por dois mandatos consecutivos), mas já em litígio com seu criador. Em outubro de 2008, após um acirrado segundo turno contra Fernando Gabeira (PV) e apoiado do então governador Sérgio Cabral Filho (PMDB) que, além de ajuda-lo durante a campanha, transferiu o feriado do dia do servidor público da terça para a segunda-feira, dia seguinte às eleições, possibilitando que muitas pessoas viajassem. A manobra política deu certo. Com

uma abstenção de 927.500 eleitores e uma diferença de pouco mais de 30.000 votos⁵⁷, Eduardo Paes elegeu-se prefeito.

Como César Maia negou-se a estar presente à transmissão do cargo, quem fez as honras no Palácio da Cidade para o novo prefeito foi o próprio governador Sérgio Cabral. Ambos eram do mesmo partido (PMDB), a sintonia e o entusiasmo com o momento político era total. Foi em meio a essa “lua de mel” entre o executivo estadual e municipal no Rio de Janeiro, que 2009 chegou: “*Virada Olímpica em Copacabana*” estampava *O Globo* em 1/01/2009. Com 2 milhões de pessoas presentes à orla entre o Posto 6 e o Leme, desta vez o jornal esqueceu até dos tiros disparados à meia-noite de alguns morros, e, no tocante às comunidades, só veiculou a queima de fogos no Pavão-Pavãozinho. Pra uma cidade que há três anos estava, simbolicamente, na iminência de ser tomada por traficantes e milicianos, a transformação discursiva foi rápida, afinal em outubro de 2009 o COI decidiria que cidade seria sede dos Jogos de 2016 e o Rio estava no páreo junto com Chicago, Tóquio e Madri. Em meio à expectativa, naquele réveillon, a prefeitura a fim de dar mais destaque à festa, montou uma roda gigante no Forte de Copacabana, com patrocínio da cerveja Skol. Na cobertura do dia 1º de janeiro e bem timidamente, *O Globo* citou novamente três pessoas atingidas por balas perdidas em Copacabana e, pontualmente, algumas ações individuais de fiéis depositando oferendas a Iemanjá na areia. Faz-se necessário salientar que mesmo com a proibição à presença de terreiros fazendo as chamadas “giras de praia”, dia 31, em Copacabana, nota-se a presença de pessoas que mesmo em meio a multidão entregam suas oferendas a Iemanjá.

À 2 de outubro de 2009 o Rio foi escolhido cidade-sede dos Jogos de 2016, doze anos após a primeira tentativa, em 1997, aos Jogos de 2004. Um verdadeiro carnaval fora de época fora montado em Copacabana naquela sexta-feira. A prefeitura e o governo do estado decretaram ponto facultativo, a fim de que as pessoas pudessem comparecer para expressar o seu apoio à candidatura da cidade e depois, caso se consumasse, festejar a escolha.

No âmbito da segurança pública 2009 também foi um representativo, conforme explicitamos no 1º Capítulo. O entusiasmo com o momento da cidade era grande, mas a sombra da violência ainda se fazia presente. Quinze dias após a eleição do Rio como sede dos Jogos Olímpicos, um helicóptero da PM foi abatido por traficantes durante uma operação no Morro dos Macacos. Tal episódio serviu de estopim para o então governador Sérgio Cabral iniciar ao programa das Unidades de Polícia Pacificadora (UPPs). A ideia era ocupar comunidades com alto grau de periculosidade (segundo a Secretaria de Segurança Pública) permanentemente com um contingente de policiais, que, teoricamente, seriam treinados para esta tarefa. Além disso, o programa previa a melhoria dos serviços públicos nessas

⁵⁷ Dados do jornal *O Globo* de 27/10/2008.

localidades, tais como: coleta de lixo; rede de esgotos; reforma de escolas e postos de saúde; construção de espaços de lazer; além da regularização de instalações elétricas e de TV a cabo nessas localidades. Muito embora à época o noticiário aventasse que isso acabaria com o tráfico de drogas, em realidade, a ideia era acabar com o poder ostensivo dos traficantes que dominavam esses territórios.

Inicialmente o programa deu certo, mas depois, a fim de acelerar o processo de ocupação de favelas, para colher - a curto prazo - ganhos políticos e econômicos com tal ação, as UPPs foram perdendo o seu viés assistencial. Ou seja, a ocupação territorial pelo Estado ocorria, mas a melhoria dos serviços públicos nas comunidades ocupadas foi deixada de lado. Mesmo assim o entusiasmo com tal programa era grande, imóveis em bairros como Botafogo e Tijuca que, eventualmente eram próximos à comunidades, ganharam um valor de troca substancial. Afinal, agora, eram localidades “pacificadas”. Nesse contexto, o governador Sérgio Cabral Filho (PMDB) reelegeu-se facilmente ao governo estadual em 2010, no 1º turno, com 67% dos votos válidos. Ventilava-se a ideia de que finalmente, após décadas acumulando fracassos econômicos e sociais, o estado do Rio se reergueria. A mola propulsora de tudo isso, segundo os principais meios de comunicação, era a adequação da cidade aos Jogos Olímpicos e os investimentos que seriam captados por conta disso.

4.3 Década Dourada: o réveillon ‘pacificado’ da Cidade Olímpica

Em 1º de janeiro de 2010 *O Globo* anunciava em primeira página:

Figura 26 - Primeira página, *O Globo*, 1/01/2010.



Com “vastos” 2 meses de aplicação o programa das UPPs já era um sucesso, segundo o periódico fluminense. A foto dos fogos na praia de Copacabana, tirada do alto de uma laje no Morro Pavão-Pavãozinho, até bem pouco tempo território do medo e da violência, agora ancora imagetivamente a representação do discurso de uma cidade unida e pacífica. Logo abaixo desta foto um breve trecho introduzia a cobertura da chegada de 2010:

No primeiro réveillon com seus morros pacificados pela polícia e livres do terror imposto por traficantes de drogas, Copacabana teve um réveillon nota dez. O espetáculo de fogos foi impecável, criando efeitos coloridos e sincronizados com a música que foi ouvida de ponta a ponta da Avenida Atlântica. O cenário perfeito ganhou um componente extra: atendendo ao pedido da organização da festa, a multidão de 2 milhões de pessoas iluminou com isqueiros, lanternas e celulares a faixa de areia. A confraternização ultrapassou o asfalto e subiu a favela: no Pavão-Pavãozinho, turistas de várias nacionalidades e de outros estados do país brindaram com os moradores e se encantaram com a paisagem deslumbrante. Apesar das previsões da meteorologia, a chuva deu uma trégua e a lua cheia apareceu minutos antes da passagem de ano. Ao final do espetáculo o público aplaudiu (O Globo, 1/01/2010, p.1).

A ‘paz’ do momento vem como contraponto ao ‘terror’ que, segundo *O Globo*, vivia-se antes das UPPs. Sempre na perspectiva mnemônica onde o acontecimento anterior direciona o sentido do próximo, notadamente nas reportagens acerca da violência na cidade.

Sobre a queima de fogos, neste ano ela foi produzida pelo diretor artístico da Disney, Scott Givens, e teve duração de 15 minutos. Ressaltando o profissionalismo na organização do megaevento, o jornal também destacou a atuação da Secretaria de Ordem Pública (SEOP), recém-criada pelo prefeito Eduardo Paes que, junto da Guarda Municipal e da Polícia Militar deteve camelôs e apreendeu suas mercadorias. Na areia a SEOP também coibiu os quiosques que montaram “puxadinhos” com mesas e cadeiras, aplicando multas aos proprietários desses estabelecimentos. Nota-se claramente nas reportagens um viés de assinalar que, agora, a prefeitura estava atenta aos mínimos detalhes da festa e coibindo qualquer tipo de irregularidade. Tudo em nome da “paz” e da “segurança”. Nos próximos réveillons isso ficará mais claro, mas podemos dizer que a festa para receber 2010 marca o início de um enviesamento ainda mais evidente nas reportagens d’*O Globo* sobre o Ano Novo na cidade, notadamente o de Copacabana, a fim de sedimentar uma imagem de organização e segurança. Dois elementos fundamentais à atração de turistas, de outros megaeventos, e consequentemente de investimentos.

Para que tenhamos uma noção desta construção discursiva, a UPP do Morro Pavão-Pavãozinho foi inaugurada apenas há 8 dias do réveillon e, segundo *O Globo*, isso já despertou o interesse de turistas estrangeiros que queriam passar o Ano Novo na comunidade, e ainda destacaram o papel do jornal neste processo. Dessa maneira, o próprio jornal se coloca abertamente como um dos agentes viabilizadores das ‘transformações’ em curso. Em reportagem de página inteira e com muitas fotos da queima de fogos em Copacabana a partir de lajes da comunidade, *O Globo* inclui a fala de um turista dinamarquês que, segundo o jornal, sempre teve vontade de subir numa favela carioca:

- Li no jornal sobre o trabalho de pacificação da polícia e decidi passar o réveillon aqui. A experiência está sendo maravilhosa. Tive até vontade de ser arquiteto, para entender como os moradores da favela conseguem construir tantas casas em ruas tão pequenas (O GLOBO, 1/01/2010, p. 11).

Até a precariedade de tais moradias, muitas vezes narradas pelo jornal como irregulares e perigosas pelo risco de desabamentos, ganhou ares pitorescos e de inventividade na fala do turista dinamarquês. Logo abaixo uma jornalista inglesa que cobria o réveillon na cidade dizia que: - *A experiência no Pavão-Pavãozinho é uma mostra de como pode acontecer a integração favela-asfalto* (O Globo, 1/01/2010, p. 11). Em seguida um turista paulistano, que também passou o Ano Novo na comunidade, salientou: - *Mais do que essa vista maravilhosa, a recepção dos moradores foi exemplar* (O Globo, 1/01/2019, p. 11). Sua fala denota uma surpresa positiva com a recepção na comunidade, o oposto de todas as

representações que provavelmente ele tinha daquele lugar. A fala da jornalista inglesa corrobora com o que o turista dinamarquês havia colocado e, de uma forma geral, representa um olhar estrangeiro que “referenda” as UPPs. Agora, “efetivamente”, ela era mostrada como um produto palatável a todos os gostos e origens.

Se até então *O Globo* tinha uma construção discursiva que fomentava o medo suscitado pela insegurança de se viver numa cidade tida como violenta. Neste momento, como sede dos Jogos de 2016 e “pacificada”, a narrativa vai ganhando outros contornos. O redirecionamento de sentidos operado pelo jornal, mercantiliza não só o réveillon, mas a própria cidade, aventando o *branding* que dá o tom a essa reformulação cultural e discursiva a fim de legitimar a renovação da marca Rio, agora: Cidade Olímpica. Enquanto redigimos essas linhas é impossível não lembrar de Guy Derbord que, em 1967, já debatia a “*Sociedade do Espetáculo*”. Vânia Fortuna (2016) discute essa mesma lógica, mas focando no projeto Porto Maravilha, e faz considerações que nos possibilita refletir sobre o caso do réveillon.

Podemos pensar o jornalismo ocupando um papel importante na construção da imagem de marca da cidade, na medida em que observamos na maioria das matérias do *O Globo* sobre o Porto Maravilha, o atravessamento de um discurso publicitário que corrobora com a gestão urbana. O tratamento dado do Museu do Amanhã é emblemático dessa lógica, fazendo do jornal um dos principais atores do processo de *branding* urbano, que espetaculariza a memória, a cultura e o próprio espaço zona portuária para “vender” a cidade ao consumo global (FORTUNA, 2016, p. 187).

A lógica aplicada ao Porto Maravilha descrita acima é semelhante à mudança no réveillon de Copacabana a partir de 1993. E não se trata de mera coincidência, mas do mesmo projeto de cidade. Quando salientamos anteriormente, baseados em Fernanda Sánchez (2010), a triangulação entre governos locais, meios de comunicação e coalizões empresariais em torno da sedimentação de um discurso hegemônico em prol projeto de cidade, o *branding* urbano é o mecanismo que melhor ilustra isso. A sintonia discursiva que há entre esses três atores nesses momentos aponta sempre na mesma direção, reafirmando a cidade “ideal” que se quer construir. O tom publicitário identificado por Vânia Fortuna (2016) quando da análise de reportagens sobre o Porto Maravilha, nós notamos da mesma forma no réveillon de Copacabana com a espetacularização midiática de sua cobertura jornalística. E, se no caso das reformas na Zona Portuária a construção do Museu do Amanhã foi emblemática, no réveillon essa amálgama se erigiu através do slogan da “pacificação” no contexto do Rio Olímpico.

Pensar a cidade implica entender as reconfigurações sociais e políticas que envolvem a retórica das relações que permeiam determinados tempos, espaços, ações dos sujeitos, em todas as suas plurais dimensões. Afinal, são por meio destas relações que são definidos os lugares, as hierarquias e as funções dos atores sociais envolvidos nestas transformações das estruturas simbólicas, que acabam por

naturalizar determinados paradigmas que compõe a concepção de cidade (FORTUNA, 2016, p. 189).

Ainda na edição de 1º de janeiro de 2010, *O Globo* trouxe a reportagem “*Quiosques desrespeitam o réveillon da ordem*”. Como dissemos acima, a “pacificação” não se deu apenas nas comunidades, mas durante a festa com o “réveillon da ordem”. Cerveja em garrafas de vidro e churrasquinhos eram vendidos por quiosques e ambulantes que, mesmo com a proibição da prefeitura insistiam em tais práticas. A reportagem referendava as ações da SEOP nesses casos, ao multar os quiosques e, no caso dos ambulantes, apreender suas mercadorias. Violência neste réveillon, segundo *O Globo*, era tudo aquilo que fugia à lógica da ordem. A chamada ‘violência anômica’, conforme Muniz Sodré.

Durante o ano de 2010 o programa das UPPs teve sequência e culminou com a ocupação das comunidades da Vila Cruzeiro e do Complexo do Alemão, consideradas pela Secretaria de Segurança Pública o “quartel general” do Comando Vermelho, principal facção do tráfico de drogas na cidade. Todo processo de ocupação contou com a cobertura, ao vivo, da TV Globo, com ares de *Big Brother*⁵⁸. Só faltou o ‘paredão’⁵⁹. Nesse sentido a foto que ocupou maior espaço na primeira página do jornal dia 1/01/2011 foi a dos fogos na Igreja da Penha, bairro aonde ficam essas comunidades.

Figura 27 - Primeira página, O Globo, 1/01/2011.

⁵⁸ Reality show exibido pela emissora desde 2001.

⁵⁹ Quadro do *Big Brother* onde o público vota no participante a ser eliminado do *reality show*.

oglobo.com.br

O GLOBO

IRINEU MARINHO (1876-1925) RIO DE JANEIRO, SÁBADO, 1 DE JANEIRO DE 2011 • ANO LXXXVI • Nº 28.271 ROBERTO MARINHO (1994-2003)



O réveillon da retomada

Rio celebra resgate de áreas do tráfico, e abre década da Copa e das Olimpíadas



O MAR de Copacabana vira um palco iluminado para anunciar a chegada de uma nova década

• Após décadas de tiros e balas traçantes no réveillon, apenas fogos de artifício coloriram o céu do Complexo do Alemão e da Vila Cruzeiro, na Penha, Zona Norte do Rio, aos primeiros minutos de hoje. Com as favelas ocupadas pela polícia e pelo Exército desde novembro, ao fim de uma das maiores ações de retomada de áreas antes dominadas pelo tráfico, a imagem da Igreja da Penha na chegada de 2011 traduz o espírito de fraternidade e esperança de novos tempos no Rio. O secretário de Segurança, José Mariano Beltrame, virou o ano com a família no morro do Chapéu Mangueira — uma das 16 favelas pacificadas — no Leme. O réveillon 2011 no Rio marca também o início de uma época que está sendo chamada de “a década de ouro” por causa da Copa em 2014 e das Olimpíadas em 2016, cuja logomarca foi revelada ontem, nas areias de Copacabana. O Rio vive um momento histórico com grandes projetos e investimentos. O clima de paz na orla de Copacabana, onde dois milhões de pessoas festejaram o Ano Novo, consagrou mais uma vez a tradição carioca de fazer uma das maiores e mais bonitas festas de réveillon do mundo. **Páginas 15 a 19**

© ESPETÁCULO dos fogos, que iluminou os céus do território reconquistado na área da Penha

Uma frase que destacamos na cobertura deste réveillon, neste pequeno trecho logo abaixo da foto dos fogos em Copacabana, é simbólica de todo o processo operado na cidade e que, agora, com a confirmação da sua escolha enquanto sede dos Jogos de 2016 e o início das UPPs, chegava perto do seu ponto máximo:

O réveillon 2011 no Rio marca também o início de uma época que está sendo chamada de “a década de ouro” por causa da Copa em 2014 e das Olimpíadas em 2016, cuja logomarca foi revelada ontem, nas areias de Copacabana. O Rio vive um momento histórico com grandes projetos e investimentos. O clima de paz na orla de Copacabana, onde dois milhões de pessoas festejaram o Ano Novo, consagrou mais uma vez a tradição carioca de fazer uma das maiores e mais bonitas festas de réveillon do mundo (O Globo, 1/01/2011, p. 1).

O réveillon novamente é utilizado como portfólio de um produto apontado como seguro, belo e rentável. Nesse sentido, novamente a festa de Ano Novo em Copacabana é utilizada como plataforma midiática para projetar outro megaevento, desta vez a logomarca “Rio 2016”. A editoria Rio de 1º de janeiro de 2011 abria com uma foto ampla dos fogos em Copacabana e o slogan publicitário da “década de ouro”.

Figura 28 - O Globo, 1/01/2011, editoria Rio, pág. 15.

RIO

ANO NOVO



OS FOGOS fazem desfilas que lembram a festa de Copacabana, durante o espetáculo de revelação que durou 16 minutos na primeira madrugada do ano. A festa teve ainda shows de samba e foi na praia

Dois milhões festejam em Copacabana um tempo de novas conquistas no Rio

A explosão de fogos no céu de Copacabana e no alto da Igreja da Penha anunciou a chegada de 2011, um ano mais do que esperado por todos porque representa o início de uma década de ouro para a cidade. Vivendo um momento especial em sua história, com 16 lavouras pacíficas — sem contar a Vila Cruzeiro, na Penha, e as comunidades do Complexo do Alemão, ocupadas este ano, mas ainda sem URP — e investimentos que não param de crescer: por causa da Copa de 2014 e dos Jogos Olímpicos de 2016, o Rio se despediu de um que passou (e deixou boas notícias) com as esperanças renovadas.

Hasta muito o que agradece, e as celebrações a lembrar ganharam um sentido especial. O clima de paz em Copacabana, com dois milhões de pessoas festejando o Ano Novo, conquistou mais uma vez a tradição carioca de fazer uma das maiores festas de réveillon do mundo. Enquanto o público se divertia, mais de duas horas antes da virada, a legião das Olimpíadas de 2016 era apresentada num evento fechado no Copacabana Palace. Depois, ela foi lançada pública.

'Foi emocionante. A viagem valeu a pena'

Os desfiles ficaram por conta de autoridades não autorizadas (que conseguiram driblar os guarda municipais), a insubstituída de bandeiras públicas e a transformação de trechos da praia em camping. A professora ginecista Paula Aguiar Riço localizada com o espetáculo pitoresco, embalado por um trilho de música clássica e samba (no Real). Pouco antes dos fogos, que começaram por 16 minutos, Copacabana ficou ao mesmo tempo para projeções de luzes e laser. O espetáculo durou do

Palco Brasil foi um dia emocionante mais emocionante: foi habitar proporcionaram um balé de luzes.

— Fiquei impressionada com o alinhamento da multidão durante o espetáculo dos fogos. Não parecia que havia dois milhões de pessoas assistindo. Foi emocionante. A viagem valeu a pena — disse Paula.

O francês Charles Julien, que já visitara a cidade há dois anos, também não ficou alheio:

— Sem! O Rio mais organizado. A qualidade de fogos foi espetacular.

Após o espetáculo pitoresco, Zeca Pagelinho falou ao Palco Brasil e fez um show, animando o público.

Hoje 2011 atendeu em um ponto de saída, com dez minutos. A polícia não registrou casos graves. O secretário municipal de Turismo, Antônio Pedro Figueira, elogiou o evento:

— Quando vi a rua decorada (com os fogos), entendi que o Rio está no caminho certo para sediar as Olimpíadas e promover o melhor réveillon do mundo.

A volta para casa foi com chuva fina e vento frio, mas com as luzes das Copacabana e sua atmosfera no bairro.

Também espetáculos em relação a 2011 não é para menos. É na edição de um grande sucesso: o Rock in Rio, há mais de 20 anos, e todos os atrações, o primeiro lote de ingressos vendidos. E os Jogos Militares são outra atração do ano. Mas há novidades em todos os campos. Em termos de infraestrutura, várias novas empreitadas terão início, rumo a um boom em 2012. Só para citar algumas delas, o Maracanã vai receber algumas áreas para ser re-ordenada e reutilizada da nova Zona Pastoral para ser usada como o Museu do Amanhã, com sua arquitetura arrojada, foi em diálogo à sua sequência que inclui a Copa das Confederações em 2013, Copa do Mundo em 2014 e Olimpíadas em 2016. ■



UMA GRANDE multidão com a legião das Rio 2016 é formada sobre o público no Copacabana Palace

Marca das Olimpíadas é revelada

Público conhece símbolo dos Jogos de 2016 durante festa na orla

Antes do espetáculo dos fogos, o público foi surpreendido com a divulgação da legião das Olimpíadas de 2016 no Palco Brasil, no Praia de Copacabana. A cantora Daniela Mercury foi a mestre de cerimônias, ao lado dos atletas olímpicos Maurício Rizzo e Caco Ciurara. A marca foi exibida em três grandes bandeiras estendidas sobre as pessoas que estavam na praia e em telões ao longo da orla. O símbolo, criado pela Tuff Design de Ideas, mostra três figuras humanas de raios d'água, que lembram de forma sutil os contornos do Rio de Janeiro e o nome "Rio".

— É uma marca essencialmente humana, que mostra o estilo de ser do carioca — disse Fred Gelli, um dos criadores da legião das Olimpíadas e chefe da agência. O presidente do Comitê Olímpico Internacional (COI), Jacques Rogge, disse já ter visto mais de 20 marcas, mas que o logo da Rio 2016 é muito inovador e criativo, dando a sensação de que está trazendo. A marca apresentada entrou em concorrência com outras logos elaboradas por 130 agências brasileiras e foi escolhida no dia 1º de setembro. Desde então, vinha sendo mantida em sigilo.

Note que a foto foi tirada de alguma embarcação que estava por trás das balsas e de frente para o continente, enquanto os fogos espocavam no ar. Num simbolismo que visa aliar na mesma imagem: espetáculo, beleza e luzes na cidade cenário: o Rio Olímpico. Tudo isso referendado por 2 milhões de pessoas que foram a Copacabana viver essa emoção, estarem juntas naquele momento, como diria Michel Maffesoli. Um século depois o Rio revivia, de certa maneira, os “tempos eufóricos” descritos por Olavo Bilac no começo do XX. Assim como na *Belle Époque* carioca dois megaeventos tiveram papel fundamental na construção da cidade moderna: a Exposição Nacional de 1908 e a Exposição Internacional de 1922, conforme salientamos no 2º Capítulo. Agora, novamente, outros dois megaeventos (a Copa e as Olimpíadas) parecem exercer um papel semelhante, guardando-se as devidas proporções.

O Globo também fez questão de destacar na página 16 de sua edição de 1/01/2011, a presença do então secretário de segurança pública, José Mariano Beltrame, na base da UPP do Morro Chapéu Mangueira (no Leme), para assistir à queima de fogos à meia-noite. A fim de ventilar uma ideia segundo a qual a comunidade aprovava tal ocupação, o jornal destacou a fala de um morador entrevistado na laje de sua casa:

- Inicialmente, o comando da UPP chegou a cogitar de o secretário passar a virada aqui com a gente, mas acabaram resolvendo pela UPP. Ele é muito presente aqui na

comunidade, só à minha casa já veio três vezes. Em 2009, já era para o secretário ter vindo. Mas o filho dele nasceu no fim do ano (O Globo, 1/01/2011, p. 16).

Lendo a fala do morador tem-se a ideia de que ele e José Mariano Beltrame são grandes amigos, frequentam-se em suas residências e compartilham detalhes de sua vida pessoal. A estratégia de incluir sujeitos na encenação discursiva: as falas de indivíduos presentes à festa na praia de Copacabana; os estrangeiros nas lajes do Pavão-Pavãozinho; ou a fala de um morador do Chapéu Mangueira que denota certa “amizade” com o secretário de segurança pública, tem o efeito de evitar outros direcionamentos de sentido além daqueles pretendidos pelo jornal quando da leitura da reportagem. Obviamente não podemos garantir totalmente que a mensagem terá o efeito que desejamos no receptor, mas

“o gesto de silenciar as possibilidades de dizeres-outros não se baseia apenas na interdição. Pelo contrário, as censuras mais efetivas não são aquelas que fazem calar: mas as que impedem o florescimento das “outras palavras” através da injunção ao dizer e à repetição à exaustão do mesmo já-dito disfarçado, dessa vez, em direito recém-conquistado (MENDONÇA, 2018, p. 169).

Na cidade do Rio de Janeiro o ano de 2011 foi emblemático por dois motivos. No que diz respeito aos megaeventos, depois de 10 anos, a cidade voltou a receber uma edição do Rock In Rio, por mais paradoxal que isso pareça. Mas em 2011, especificamente no mês de novembro, houve a ocupação da Rocinha, maior comunidade da Zona Sul e uma das maiores da cidade, para a instalação de mais uma UPP. Assim, o governo do estado ocupava todas as comunidades da Zona Sul, principal área turística da cidade; e as comunidades da Grande Tijuca próximas ao estádio do Maracanã, que receberia jogos da Copa do Mundo e das Olimpíadas. Além disso, em Jacarepaguá, a Cidade de Deus, comunidade que margeia a Linha Amarela, via expressa que liga a Barra da Tijuca (bairro que recebeu o Parque Olímpico e a Vila dos Atletas) ao aeroporto internacional do Galeão. A única comunidade ocupada por uma UPP que fugiu a essa lógica “olímpica”, e que não estava sob o domínio do tráfico de drogas, foi o Jardim Batam, em Realengo, onde um repórter do jornal *O Dia* foi assassinado pela milícia que dominava a localidade.

Como em qualquer relação discursiva, no entanto, cada texto (como cada cidade) permite ainda várias outras leituras (e trajetórias). Assim, percebemos uma complementaridade entre as ações governamentais de intervenção nas comunidades e os modos como tais locais são representados discursivamente pelos jornais (MENDONÇA, 2018, p. 26).

É assim que 2012 chega na primeira página d’*O Globo*, o jornal destaca que os fogos da Rocinha (e não os tiros) juntaram-se aos fogos de Copacabana formando o réveillon de uma cidade unida. A foto de capa que ilustra a manchete “A virada do Rio” foi tirada do alto de uma laje na Rocinha e, sem deixar os termos bélicos de lado, é descrita como “ângulo reconquistado”. Tal e qual num filme com final feliz, a lógica mnemônica com que a

violência é noticiada pelo *O Globo* ventilava que o bem finalmente vencia o mal, e a violência que por décadas apavorou o carioca estava com os dias contados.

A mídia entra no processo de renovação urbana como veículo privilegiado, pois molda as representações acerca das transformações urbanas e dos lugares produzidos. Por meio dela, são produzidos signos de bem-estar e satisfação no consumo dos espaços de lazer, são criados comportamentos e estilos de vida e é promovida a valorização de lugares, bem como os usos considerados ‘adequados’. Em outras palavras, os novos lugares, transformados em espetáculo, são celebrados pela mídia (SÁNCHEZ, 2010, p. 97).

Desta vez nem a chuva, que já foi responsabilizada por problemas na queima de fogos, atrapalhou o espetáculo. O baile funk na Rocinha, alvo de duras críticas do jornal e de moradores de São Conrado, por perturbar o silêncio e ser um evento com algumas músicas alusivas ao tráfico, agora sob a égide das UPPs tornou-se o Baile da Pacificação, na Via Ápia, a fim de celebrar o Ano Novo na comunidade recém ocupada pela polícia. É interessante destacarmos que a lógica das UPPs não foge ao viés da dominação, como indica Max Weber. Ela exemplifica claramente a ideia da dominação legítima, da institucionalização de um território pelo Estado. A população que ali habita permanece dominada, mas agora “teoricamente” por forças legais, ou como chamadas pelo *O Globo* as “forças de paz”. É a paz a qualquer custo, mesmo que à força.

Figura 29 - Primeira página, *O Globo*, 2/01/2012.



A editoria Rio, na página 12, segue na celebração do ‘réveillon da paz’ que, segundo *O Globo*, selaria definitivamente a união entre favela e asfalto. O jornal volta a destacar as ações da SEOP, em Copacabana, durante a noite de Ano Novo, reprimindo camelôs e “flanelinhas”. Com relação a Iemanjá, se vocês estavam com saudades dela, nós também estávamos. Mas novamente, no contexto do réveillon megaevento, a Sereia-Mor foi utilizada pelo jornal para iniciar uma reportagem sobre o excesso de lixo, com a foto de um grupo de garis recolhendo oferendas depositadas na areia. As barracas de camping montadas na altura da Praça do Lido (Posto 2) também foram alvo de repressão da SEOP. Novamente a violência apontada pelo jornal na noite de réveillon ficou por conta de questões posturais. Balas perdidas, assaltos e brigas, nada disso acontece mais em Copacabana na noite do dia 31. Se a polícia “pacificou” as favelas e a SEOP o asfalto, no que diz respeito à cobertura jornalística foi o próprio *O Globo* quem se encarregou de “pacificar” suas páginas. É nesse contexto que o réveillon na laje de dona Azelina, no Pavão-Pavãozinho, que citamos no começo desta tese, ganha contornos românticos e exclusivos com preços que chegavam à R\$ 1.350,00.

Figura 30 - O Globo, 1/01/2012, editoria Rio, pág. 12.

12 O GLOBO Domingo, 1 de janeiro de 2012

RIO

BEM-VINDO 2012



MULTIDÃO SAZIDA 2012 diante dos fogos de artifício da Praia de Copacabana, antes da explosão pirotécnica, músicos com a paçoca mure emocionaram a público estirada pela PM em 2 milhões de pessoas

Nas lajes e nas areias, a grande festa da paz

Moradores e turistas comemoram, na cidade unida, a chegada de 2012

Obrisco nas ruas que milhões de pessoas que festejaram a chegada do ano novo na Praia de Copacabana nos primeiros horas de 2012, o clima de paz que a cidade sempre desce, Pacifiedas, as comunidades da Zona Sul e moradores do subúrbio comemoraram, esperanças de que a volta em Copacabana — que, segundo a Polícia Militar, resultou em 2011 em um ano de paz e tranquilidade e alegria. Do início da noite de sábado até a madrugada de domingo, famílias, grupos de amigos e turistas se despediram de 2011 sem que a PM registrasse qualquer incidente grave.

Responsável pela organização das Unidades de Polícia Pacificadora (UPPs), o secretário de Segurança Pública, José Mariano Beltrame, acompanhou a festa com a família no palco, montado na Praia de Copacabana. Ao seu lado, a multidão se despediu do ano que se encerra com o tradicional show de fogos.

Na Via Ápia, o baile da pacificação

A favela em Copacabana que ganhou UPP, a chegada de 2012 foi em clima de paz e amor. No Baile da Pacificação, no fim de semana de 2011, o baile de rua contou com a presença de milhares de pessoas que se despediram do ano que se encerra com o tradicional show de fogos.

— O baile vem celebrando o momento que estamos vivendo.

A chuva atrapalhou um pouco o baile, que teve pela primeira vez a abertura e autorização da prefeitura. Mesmo assim, a Via Ápia foi um exemplo de animação. Moradores da Barra, Brasa Lina levou a família toda para a comunidade.

— Bom! Inover. Ficar o réveillon na Rocinha foi a forma de apoiar a pacificação — disse.

— Já na laje de Catubas Baines, próxima à Rua L, o churrasco foi o destaque do sábado.

— Tinha visitantes de vários países, entre eles Itália, França — contou Baines, todo orgulhoso.

O músico Robinson Popper, de 29 anos, observava com atenção.

— Quería ter uma experiência mais autêntica, ver como as pessoas celebram o ano novo nas comunidades.

No Parão-Pavãozinho, onde a UPP está presente desde dezembro de 2009, a chuva também não acabou com a animação de 2011 transformada em festa que adormeceu no meio da noite.

— Ela veio para um lugar e, com isso, trouxe a paz para a comunidade. Então que seguimos para o réveillon do Parão-Pavãozinho, entre o favelado e a favela.

— Desejo, tenho visto privilegiada da queda de fogos, pessoas ligadas, e concisa da boa. Melhor é impossível.

No Avenida Atlântica, a multidão pulou, cantou e vibrou.

— Este réveillon no Rio é emocionante, com gente feliz e de todo lugar — afirmou o presidente de regenda Roberto Henrique Pereira, de 28 anos, que vive de Madureira (MG) e já planejou o réveillon de 2012 numa festa pacificada.

CLIQUE NA INTERNET

CLIQUE NA INTERNET

CLIQUE NA INTERNET

CLIQUE NA INTERNET

O processo de espetacularização e midiaticização do réveillon carioca vem num crescente desde 1993. A partir de 2010, o primeiro Ano Novo após a escolha da cidade como sede das Olimpíadas de 2016, o investimento da prefeitura em publicidade e no megaevento réveillon aumenta significativamente. Se em 2008 os gastos da prefeitura com publicidade e Ano Novo, somados, totalizaram 20 milhões de Reais, em 2009 esse montante salta para 67 milhões, em 2010 são 149 milhões e em 2011 temos uma estabilização (com leve queda) ficando na ordem de 143 milhões de Reais. A solidificação da marca “Cidade Olímpica”, o novo *branding* do Rio para o século XXI, utilizou-se amplamente do réveillon de Copacabana para ganhar visibilidade mundial, daí o aumento de aproximadamente 700% do montante investido pela administração municipal em publicidade e na festa em si de 2009 para 2012.

Figura 31 - Primeira página, O Globo, 1/01/2013.



O ano de 2013 chegou como o maior réveillon de todos os tempos, com 2,3 milhões de pessoas presentes à orla de Copacabana, segundo a contagem da Polícia Militar. *O Globo* destacava em sua primeira página que tal réveillon projetava a cidade para a temporada de megaeventos internacionais que o Rio sediaria naquele ano: a Jornada Mundial da Juventude, a Copa das Confederações e a quinta edição do Rock In Rio. Interessante salientarmos que no réveillon de 1995, como já destacamos, quando a principal atração da noite, além da queima

de fogos, foi o show do cantor norte-americano Rod Stewart, *O Globo* destacou a festa como a maior de todos os tempos com público de 3 milhões de pessoas. Agora, num novo contexto, a manchete “*Rio na era de outro*” destacava não só o público, levemente superior ao de anos anteriores, que ficava em torno de 2 milhões, mas sobretudo os acontecimentos que se avizinhavam e que aumentariam ainda mais a visibilidade e, teoricamente, os investimentos na cidade. Ou seja, mais uma vez o réveillon é utilizado como plataforma para, em realidade, noticiar outras coisas. Desta vez, os “benefícios” que a cidade estava angariando como sede olímpica. “Os meios de comunicação coletiva são intransitivos, fabricam não a comunicação, pois vendem definitivamente a resposta; isso os caracteriza” (SÁNCHEZ, 2010, p. 97).

Em 1º de janeiro de 2013, a editoria Rio abria com a manchete “*O réveillon que desperta o Rio para o mundo*”, novamente reforçando a ideia da festa de Ano Novo em Copacabana como um trampolim midiático vital ao planejamento estratégico. O sinal de que, pelo menos no plano político, as coisas continuariam da mesma forma, cristalizaram-se com a fácil reeleição do prefeito Eduardo Paes, no pleito de 2012, em 1º turno, com 64% dos votos válidos. Paes em sua campanha utilizou-se fartamente do momento vivido pelo Rio pós escolha olímpica, a “década dourada”, e as diversas obras realizadas pela prefeitura, sobretudo o projeto Porto Maravilha, os corredores BRT (*Bus Rapid Transit*) e a expansão do metrô à Barra da Tijuca, passando por Ipanema, Leblon e São Conrado. Neste ano a cobertura d’*O Globo* não registrou nenhum incidente na festa de Ano Novo em Copacabana. Sequer os camelôs ou flanelinhas apareceram para “arranhar” a imagem do réveillon megaevento. As festas no piscinão de Ramos e no Parque Madureira, onde houve um grande show do sambista Arlindo Cruz com a participação das baterias da Portela e do Império Serrano, foram noticiadas para mostrar que a festa não ocorre só em Copacabana, mas na cidade inteira, e tudo organizado e ordenado pela prefeitura. A dupla Paes e Cabral, tal como *Batman e Robin*, pareciam a dupla de gestores perfeita que finalmente tiravam o Rio de uma crise que se arrastava desde a perda da condição de capital para Brasília. A benevolência com que *O Globo* noticiava as realizações de ambos, na construção do “Rio Olímpico”, era notória. Se um dos principais trabalhos do jornalismo constitui essa ‘costura’ de acontecimentos, conforme destaca Letícia Matheus (2011), as reportagens d’*O Globo* sobre réveillon formam, sobretudo pós-1993, um novelo discursivo que aponta o que é violência, a paz desejada em cada momento e a cidade ideal.

Ocorre que o ano de 2013 não espelhou afetivamente a “década dourada” que teoricamente vivíamos. Conforme expusemos no 1º Capítulo, os protestos ocorridos em todo o país, que entraram para a história como as “Jornadas de Junho”, mostraram que a unicidade ventilada pelo jornal só existia discursivamente, pois, na prática, havia uma série de insatisfações com o modelo de governança urbana, exemplificados pelos altos investimentos

para a construção de estádios (agora chamados de arenas) para os jogos da Copa de 2014. As palavras de ordem baseadas na máxima *“Queremos escolas e hospitais no padrão FIFA!”*, sintetizavam a insatisfação popular com a gestão pública nos três níveis: municipal, estadual e federal. As manifestações ocorridas em junho e julho de 2013, por todo Brasil, mostravam que as coisas não eram tão “douradas” como se pensava.

Nesse sentido, 2014 chegava como um ano de fortes emoções. Não só pelo fato de ser o ano da Copa no Brasil, mas também por certa apreensão no que diz respeito a possíveis manifestações populares durante a Copa, e às eleições que ocorreriam em outubro. O subtítulo da manchete de capa d’*O Globo* de 1º de janeiro de 2014 não nos deixa mentir: *“Festa na Praia de Copacabana reúne cerca de 2 milhões de pessoas e inicia contagem regressiva para a Copa do Mundo, as eleições e a possível volta das manifestações de rua no Brasil”*.

Figura 32 - Primeira página, O Globo, 1/01/2014.



O jornal não disfarça o temor que havia, das manifestações ocorridas no ano anterior repetirem-se durante a Copa. Na página 3 da editoria País o jornal trouxe uma longa entrevista o jurista Flávio Caetano, então secretário da Reforma do Judiciário, intitulada *“Manifestações terão central de flagrância”*, que comentava acerca das medidas que estavam sendo tomadas pelo governo da presidente Dilma Rousseff (PT) a fim de melhorar o monitoramento e a repressão a tais manifestações durante a Copa. O clima de incertezas refletia-se na cobertura

do réveillon que, em meio às notícias da festa e da queima de fogos em Copacabana, muito elogiada por sinal, trazia uma reportagem acerca de uma briga ocorrida na esquina da Avenida Nossa Senhora de Copacabana com a rua República do Peru, onde um PM ao tentar apartar a briga de um casal teve a sua arma arrancada das mãos por um homem que efetuou disparos a esmo ferindo 8 pessoas. Nenhuma com gravidade. Algo inimaginável há três anos, por exemplo, quando a fim de referenciar a instalação das primeiras UPPs na Zona Sul, o jornal deixou de noticiar incidentes dessa gravidade na noite de Ano Novo em Copacabana. Apenas questões ligadas ao ordenamento urbano reprimidas pela SEOP.

A chegada de 2014 também marcou a volta de notícias sobre os cultos a Iemanjá nas praias da cidade, sob um ponto de vista que não ligava tais rituais ao lixo. Mas mostrava um grupo de umbandistas oriundos de Duque de Caxias reunidos na praia da Urca, na manhã do dia 31, fazendo suas louvações à iabá africana. Note que esses rituais não são mais mostrados pelo jornal na praia de Copacabana, esse tipo de ‘apagamento’ é parte da ‘pacificação’ operada no réveillon megaevento. Isso não quer dizer que não existem mais ritos a Iemanjá em Copacabana, contudo tal tática discursiva aponta para o ‘silenciamento’ de toda uma pluralidade cultural que há na ocasião, mas que, em nome de uma imagem do megaevento mais palatável aos interesses do mercado, deixou de ser evidenciada. É literalmente a utilização do jornalismo como ferramenta à construção de consensos, que legitimem a aplicação de um projeto de cidade que se pretende global. Como Vânia Fortuna (2016) aponta com muita propriedade:

Com efeito, O Globo chega ao “nome da cidade”: “Rio cidade olímpica”, “Rio cidade global” problematizando “Não à cidade mesma, expressa”, porque pela orquestração de vozes, sentidos, silêncios e memória, concluímos que tal jornalismo se alinha aos interesses de um projeto ideológico neoliberal de cidade elitista e autoritário, no qual não cabem os contrastes da cidade real (FORTUNA, 2016, p. 193).

Não à toa, quando da chegada de 2015, o jornal não escondeu a sua insatisfação com a reeleição da petista: “*Recomeço em águas turvas*” era a manchete que abria a editoria País de 1º de janeiro de 2015. Não que o primeiro governo de Dilma Rousseff, ou os oito anos de Lula, não tivessem uma pegada neoliberal. Mas no pleito de 2014, efetivamente, a petista não era candidata favorita dos investidores tampouco das grandes corporações. Isto posto, a reportagem d’*O Globo* sobre o início do seu segundo mandato expressava desconfianças à capacidade de articulação política da presidente reeleita, e repercutia denúncias que corrupção na Petrobrás. Um tom bem diferente da cobertura da primeira eleição de Fernando Henrique Cardoso (PSDB) à presidência no réveillon de 1995, ou a de Lula (PT) na virada para 2003, onde o entusiasmo e a esperança refletiam-se na cobertura da festa de Ano Novo em Copacabana. No âmbito estadual o governador Sérgio Cabral Filho (PMDB) saía de cena pois não poderia mais se reeleger, mas conseguiu fazer de seu vice, Luiz Fernando Pezão (PMDB),

o homem de dar continuidade ao seu legado no Palácio Guanabara. Neste contexto, em 29/12/2015, a fim de ilustrar a crise, o jornal novamente utilizou-se do réveillon e de Dona Azelina. A mesma que já foi alvo de matérias para mostrar a ‘paz’ nas favelas pós-UPPs. Em reportagem veiculada na editoria País, cuja manchete era “*Crise reduz a um terço o valor do réveillon na laje do Pavão-Pavãozinho*”, o periódico repercutia que agora, uma vaga em tais lajes para passar a noite do dia 31 saía por R\$ 550,00. Tudo isso por culpa da crise que, segundo o jornal, tirava investimentos das UPPs.

A cobertura sobre o réveillon de 2015 foi toda calcada no lançamento da campanha ‘Rio 450’, naquele ano a cidade completava 450 anos de fundação. Como salientamos no começo da tese, tal campanha também teve por intenção criar novos fatos midiáticos e publicitários à imagem da cidade, que ficou um pouco arranhada devido aos protestos durante a Copa, principalmente no dia da final no Maracanã. Assim, a ‘Rio 450’ uniu o útil ao agradável.

Figura 33 - Primeira página, O Globo, 1/01/2015.



Segundos antes da virada alguns fogos foram disparados das balsas formando um mosaico no céu que ensejava a escrita de ‘Rio 450’. Logo depois, à meia-noite, teve início o espetáculo pirotécnico que iluminou o céu de Copacabana por 15 minutos. Toda cobertura girou em torno desta temática e o jornal fez questão de registrar que não houve incidentes de violência nesta noite em Copacabana. Há um ano dos Jogos Olímpicos a paz “reinava” no

Rio. Tal abordagem corroborava com a ideia, que expressamos anteriormente, segundo a qual o réveillon é noticiado e utilizado como uma peça publicitária que visa disseminar uma imagem da cidade.

A política do city-marketing é uma ferramenta poderosa de difusão de discurso. O marketing urbano permite identificar as profundas conexões entre os campos da cultura, da comunicação e da política que atuam na cidade para tornar hegemônica determinadas leituras do espaço.

Essa reunião é operada pelos meios de comunicação e informação, que, por serem veículos de construção ideológica atuam como aceleradores culturais, definem e revelam traços do espírito da época (SÁNCHEZ, 2010, p. 94).

Enfim 2016, o ano dos Jogos Olímpicos chegara. O maior megaevento já sediado no Rio até hoje tinha tudo para dar àquele réveillon contornos inesquecíveis, mas a crise econômica, a possibilidade cada vez mais concreta do impeachment da presidente Dilma Rousseff (PT) e muitas obras que tinham por objetivo as Olimpíadas inacabadas, davam àquele réveillon um clima de apreensão e incertezas. Para fazer menção a este fato, em sua cobertura do Ano Novo em Copacabana, *O Globo* destacou a grande quantidade de pessoas trajando roupas em tom amarelo. Segundo a crença popular, se vestir roupas brancas atrai a paz, o amarelo significa o desejo de riqueza material. Em meio à crise financeira que abatia o país e o estado do Rio, o medo de surtos de doenças transmitidas pelo mosquito *aedes aegypt* como a dengue e a zika dotavam aquele, que tinha tudo pra ser o réveillon dos réveillons, de certa dramaticidade.

Figura 34 - Primeira página, O Globo, 1/01/2016.

O GLOBO

2016

Um réveillon de desafios

Entregar o Rio pronto para os Jogos Olímpicos, apesar da crise

Retomar a confiança para evitar uma recessão ainda maior

Resolver os impasses políticos sob o avanço da Lava-Jato



Barravento. Paredes laterais do palácio principal do réveillon de Copacabana arrebentam o novo ano, enquanto um show pirotécnico de 90 minutos ilumina o céu comemorando mais de 40 milhões de pessoas na Avenida Atlântica.

O réveillon marca o início da preparação para o aniversário de Copacabana. Revitalizando como o bairro do Rio, a corte da praça e o rio de Janeiro, há ainda o desafio de dar o melhor desempenho que possam no primeiro dia de 2016. A comemoração na Avenida Atlântica teve demonstrações de esperança nas expectativas de dificuldades econômicas e dos desafios do ano que se inicia de começar. O Rio que se apresenta recebe os primeiros Jogos Olímpicos da América do Sul, logo que fechar o ano anterior.

MEGA SENA
Sete apostadores de At-SP e RJ ganham R\$ 41 mil. Bônus, cada. Confira os detalhes no site. **MEGA 7**

Meta no esporte é o top 10
BRASIL A seleção masculina de futebol brasileiro venceu o jogo de estreia no dia 11 de janeiro de 2016. **BRASIL**

Em 2016, o Brasil continua a enfrentar a crise econômica. O presidente Dilma Rousseff enfrenta o avanço da Lava-Jato e a necessidade de retomar a confiança da população. O país vive um momento de desafios políticos e econômicos.

BRASIL 2016
O Brasil enfrenta a crise econômica e o avanço da Lava-Jato. O presidente Dilma Rousseff busca retomar a confiança da população e evitar uma recessão ainda maior.

MIRIAM LETAÍO
Diretora-geral do GLOBO em 2016. **MIRIAM 10**

BRUNO PEREIRA
Presidente do Conselho de Administração do GLOBO. **BRUNO 10**

MELISSA MOTA
Diretora de Marketing do GLOBO. **MELISSA 10**

SELMA BRUNSON
Diretora de Programação do GLOBO. **SELMA 10**

ARTHUR DAMPENS
Diretor de Operações do GLOBO. **ARTHUR 10**

EDITORIAL
"A procura da luz no fim do túnel?" **MIRIAM 10**

...parece que, até aqui... tudo bem!

Notamos nesta cobertura d'*O Globo* a mesma tática discursiva utilizada no réveillon de 1995 quando do lançamento do Plano Real e da eleição do presidente Fernando Henrique Cardoso (PSDB). Naquela ocasião, os camelôs historicamente abordados de maneira negativa, foram utilizados pelo jornal para exemplificar o sucesso do Plano Real ao venderem latas de cerveja à 1 Real. Agora, pessoas trajando roupas amarelas, ao invés do tradicional branco, foram o gatilho utilizado pelo periódico para apontar o contexto de pessimismo com relação à economia e de desconfiança com o governo. E logo no ano Olímpico, o que, de certa forma, potencializava ainda mais a crítica do jornal ao momento que se vivia. Novamente percebemos uma estratégia discursiva bem articulada e dissimulada, que utiliza a cobertura do réveillon de Copacabana para expressar uma insatisfação com o momento econômico do país, e hegemonizar tal perspectiva.

Logo abaixo da manchete naquele 1º de janeiro de 2016, *O Globo* destacava cada um dos problemas que faziam daquele Ano Novo uma espécie de anticlímax se comparado aos de 2011, 2012 ou 2013, quando se aventava amplamente a “década dourada”. A charge com a presidente Dilma se esgueirando atrás de uma porta que tinha escrito “2016”, ressaltava o clima de apreensão com o futuro que o jornal queria expressar. No sentido oposto, a editoria Rio abria com a manchete “*Réveillon olímpico*”, repercutindo a festa em si, que, segundo *O Globo*, foi um sucesso no que diz respeito à logística e à organização. Ou seja, apesar de todos

os problemas políticos e econômicos vividos no Brasil e no Rio de Janeiro, ainda assim o réveillon de Copacabana foi um sucesso.

Desta vez a festa no Parque Madureira e no piscinão de Ramos passaram em branco. Toda cobertura do réveillon concentrou-se na festa de Copacabana. Um ponto fora da curva numa edição do jornal que transbordava notícias sobre corrupção, ressaltando sempre a importância da operação Lava-Jato, e a possibilidade cada vez mais real da queda da presidente Dilma Rousseff. Sobre os cultos a Iemanjá nas praias, as festas com turistas nas lajes das comunidades ou possíveis confusões em Copacabana, não havia nada.

O tempo passou arrastado e, aos “trancos e barrancos”, levou 2016. A presidente Dilma foi deposta, as Olimpíadas foram um sucesso mundialmente reconhecido, não houve surto de dengue nem de zika, e o ex-governador Sérgio Cabral Filho foi preso suspeito de receber propina de empreiteiras. Nas eleições municipais daquele ano, o então prefeito Eduardo Paes não conseguiu eleger o candidato Pedro Paulo (PMDB) à sua sucessão. O eleitorado carioca escolheu Marcelo Crivella (PRB), bispo de uma seita neopentecostal, a Igreja Universal do Reino de Deus, ao executivo municipal. Crivella, sempre identificado com o público evangélico, desempenhava o seu segundo mandato de senador, quando do pleito de 2016. Sua eleição, de certa forma, quebrou um ciclo de candidatos que há 23 anos seguiam a linha de César Maia. Como dissemos há algumas páginas, o próprio Eduardo Paes entrou para a política, no começo dos anos 1990, sob a tutela de Maia. Nesse sentido, Crivella representava uma incógnita.

Figura 35 - Primeira página, O Globo, 1/01/2017.



2017 chegava com alívio e esperança, segundo *O Globo*, visto as inúmeras dificuldades políticas e econômicas que permearam o ano que findava. Os Jogos Rio 2016 talvez tenham sido a única coisa positiva ocorrida naquela ocasião. Com a queda da presidente Dilma e o aprofundamento da crise econômica, o estado do Rio, muito dependente dos royalties do petróleo, foi fortemente atingido. Neste contexto, a fim de cortar despesas, Eduardo Paes, em seu último mandato a frente do executivo municipal, reduziu o tempo da queima de fogos de 16 para 12 minutos. Mas o “Réveillon da esperança” manchete que abria a cobertura da festa em Copacabana, na página 9 da editoria Rio, voltava a expressar problemas ligados à segurança pública, e logo ao redor do principal palco da festa, em frente ao hotel Copacabana Palace. O subitem “*Arrastões perto do palco*” narrava tais incidentes:

O esquema de segurança montado pela PM contou com 1910 policiais em Copacabana – um número 13,7% menor do que o do ano passado, quando a celebração contou com 2215 agentes no bairro. O efetivo não foi suficiente para conter a violência: houve muitos relatos de roubos e arrastões. Uma das vítimas foi o gaúcho Henrique Oliveira dos Santos. Ele estava perto do palco com a mulher e a filha quando foi atacado por um bando:

- Levaram celular, cartão de crédito, máquina fotográfica e R\$ 150 em dinheiro. Vi um ladrão, aparentemente menor, dando um soco em uma menina para pegar um celular – contou. Eram mais de 30 pessoas derrubando tudo. Esta foi a primeira vez que eu vim ao Rio e será a última.

Nas delegacias, a informação, até 1h, era a de que poucos registros haviam sido feitos (O Globo, 1/01/2017, p. 9).

Depois de alguns anos *O Globo* voltava a noticiar incidentes desta natureza em meio a cobertura da festa de Ano Novo em Copacabana. Nenhuma menção à “década dourada”, às UPPs ou a possíveis novos megaeventos que a cidade sediaria. O entusiasmo que há alguns anos o jornal teve com o Rio, se esvaía na medida em que as crises política e econômica se aprofundavam. O reordenamento, concreto e simbólico, da mobilidade e dos espaços urbanos possibilitado pelas UPPs, também ia por água abaixo na medida em que o programa, que há muito perdera o seu viés social, agora, era esvaziado estruturalmente pelo poder público. Inclusive, alguns deputados estaduais já começavam a discutir o fim das UPPs. Era literalmente o desmonte de um dos principais pilares que sustentou a ‘pacificação’ do Rio Olímpico.

Nesse momento o Rio foi alvo de uma intervenção federal, capitaneada pelo então presidente Michel Temer (MDB), tendo em vista, mais uma vez, a violência que assolava a cidade. Isto posto, segurança pública ficou nas mãos das Forças Armadas. Se o iô-iô noticioso, a que nos referíamos no começo deste capítulo, antes atingia camelôs e “flanelinhas”, agora a própria UPP era alvo dele. O programa que já foi visto como o agente viabilizador do fim da violência no Rio, agora carregava o peso da ineficiência, do alto custo e, por que não, da derrota frente ao crime.

Sob a logo “Reage Rio”, *O Globo* cobriu a chegada de 2018 como o réveillon da esperança e, se há alguns anos o fim da violência era amplamente ventilado pelo jornal, agora o que dá o tom às páginas policiais é o fim da corrupção e o enaltecimento da operação Lava-Jato. Ou seja, na plêiade de representações de envolve ‘violência’ e ‘paz’, corrupção e Lava-Jato entraram respectivamente neste rol. Toda a carga do jornal neste réveillon volta-se a isso e, mais uma vez, a fim de ancorar os anseios do periódico, falas de pessoas presentes a festa em Copacabana são utilizadas para legitimar tal perspectiva:

A costureira Maria da Graça nem parecia carregar o peso da idade ao chegar à Praia de Copacabana carregando flores à Iemanjá. Aos 69 anos, cumpre o mesmo ritual há uma década. É seu momento de agradecer pelo ano que passou e renovar o que está por vir. Mas seus pedidos esse ano não foram para si mesma:

- Peço mudança para 2018, está tudo errado no governo, os hospitais estão abandonados, a impressão é que nada funciona – protestou a costureira.

Nos desejos para 2018, alguns pensam nas eleições, como a moradora de Copacabana Priscilla Reis:

- Que eles tragam uma mudança positiva para o país, e que promovam uma limpeza na política (O Globo, 1/01/2018, p. 6).

Atente para o fato de que até a devoção a Iemanjá faz-se presente na composição do contexto em que a costureira é entrevistada, a fim de ressaltar e imagem de uma pessoa simples, do povo, ‘gente como a gente’, e que seu desejo expressa um anseio coletivo, o fim

da corrupção. Da mesma forma como *O Globo*, por anos, ventilou a possibilidade do fim da violência. Como se existisse algum lugar no mundo totalmente pacífico e incorruptível. Não que apoiemos a violência ou a corrupção, mas tal perspectiva mostra como tais termos são utilizados taticamente a fim de referendar consensos, a depender do contexto vivido e dos interesses almejados.

Figura 36 - Primeira página, *O Globo*, 1/01/2018.



Segundo *O Globo*, neste ano, o público presente à festa em Copacabana superou o de anos anteriores e beirou 3 milhões de pessoas, aproximando-se do maior registro até então quando do show de Rod Stewart para a chegada de 1995. Era o povo nas ruas comemorando e congregado em prol da “Reconstrução” do país, conforme a manchete de primeira página do jornal em 1/01/2018. Como numa montanha russa fomos do ‘céu’ ao ‘inferno’ em 3 anos. Com a mesma velocidade que alcançamos a ‘paz’, agora, novamente, estamos jogados à própria sorte. “Os discursos reguladores contidos nas novas políticas e interpretações da cidade e do mundo permeiam os espaços mentais e são, portanto, parte das representações do poder, da ideologia e do controle” (SÁNCHEZ, 2010, p. 118).

Assim cada um ao ler *O Globo* (ou o jornal que for) torna-se, simbolicamente, ao seguir os passos indicados pelo periódico, testemunha de um processo de reconfiguração daquela realidade. Tal ligação só é possível em razão de complexa mediação exercida pela

instância jornalística que reporta e transmite aquele acontecimento. Toda narrativa, por mais ficcional que seja, precisa estar ancorada em referenciais reais para fazer sentido.

O leitor de O Globo está familiarizado com o quem, o que, por que, como e quando das ações das reportagens, sendo portanto, agente coparticipante da formação da verossimilhança do jornal. Essa familiarização com as intrigas de O Globo é potencializada e naturalizada pela estrutura melodramática conferida a essa trama conceitual (MATHEUS, 2011, p. 94).

A imagem da cidade do Rio de Janeiro, que já vinha sendo estrategicamente trabalhada desde 1993, instrumentalizou-se ainda mais após o réveillon de 2010, o primeiro sob a égide olímpica. Nesse caso, se as representações jornalistas sobre a cidade evidenciam perspectivas desejadas para o seu futuro, agora, no panorama em que vivemos, permeado por radicalizações políticas e o aprofundamento da crise econômica, as representações da cidade plasmadas em medos e interesses em conflito, apontam para novos ciclos de disputas discursivas - que envolvem consciências e projetos urbanos - num Rio que insiste em tornar passado os desejos nele projetados para o futuro.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A cidade se encontra prostituída
 Por aqueles que a usaram em busca de saída
 Ilusora de pessoas de outros lugares
 A cidade e sua fama vão além dos mares
 No meio da esperteza internacional
 A cidade até que não está tão mal
 E a situação sempre mais ou menos
 Sempre uns com mais e outros com menos
 A cidade não para, a cidade só cresce
 O de cima sobe e o de baixo desce

Chico Science & Nação Zumbi.

Os versos escritos por Capinan e Roberto Mendes com que abrimos esta tese, eternizaram-se na voz de Maria Bethânia cantando “*Beira Mar*”. Na canção, a intérprete ao mesmo tempo em que homenageia o Caboclo Ogum Beira Mar, entidade cultuada nas religiões afro-brasileiras, fala das forças da natureza alusivas às iabás africanas. O rio que desagua no mar, os mares de rios e os rios de paixões, são metáforas que denotam multiplicidade, confluência, encontro e abertura ao mesmo tempo. Tudo aquilo que o Rio simboliza na vivência e nas frestas do dia a dia, mas que historicamente os poderes constituídos tentam cercar.

Cidade cosmopolita, muito mais do que um porto ou polo comercial, o Rio nasceu como uma cidade praticamente autônoma que exercia um papel de capitalidade, sobretudo por ser o palco da articulação política de colonos (RODRIGUES, 2002). Era rio e mar simultaneamente. Temendo tal condição, em 1763 a coroa portuguesa elevou-a a condição de capital a fim de aumentar o seu controle sobre o lugar. Décadas depois, com a vinda da família real, o Rio tornou-se capital do Império, mas perdeu a autonomia de outrora (COSTA, 2014).

Apesar desse jogo político a cidade manteve uma efervescência cultural pujante. A Festa do Divino no século XIX mostra isso com as disputas entre as ordens leigas e o Estado (em conjunto com a Igreja) pelo seu controle. Já no século XX, no contexto das Reformas Passos, novas disputas se colocaram, a cidade que era demolida e a cidade que era erguida. Os cortiços enquanto a representação de todas as mazelas locais, e o burburinho que se forma

com uma nova sociabilidade ensejada pela Avenida Central. A cena literária também era extremamente rica neste contexto do Centro reformulado com cafés, bares, confeitarias, cinemas e teatros, era a ‘cidade das letras’ como destaca Amanda Costa (2014). Avançando à Zona Sul, temos a paradoxal construção de Copacabana. Bairro erguido para ser o berço da aristocracia local, mas que, ao mesmo tempo em que almejava o crescimento para deixar de ser vista como um arrabalde, não queria se “misturar”. Tanto que até hoje, uma das maiores críticas de saudosos daquela Copacabana dourada e *cilense* (se é que já existiu essa Copacabana), é justamente a mistura de estratos sociais que houve no bairro, sobretudo a partir dos anos 1960.

Olhando para o réveillon, algo muito semelhante ocorreu no que tange a essas disputas, até porque os festejos de Ano Novo não estão descolados da dinâmica da cidade, mas são parte dela. Ao longo de tudo que argumentamos nesta tese, fica claro que a festa pós-1993 vem sendo paulatinamente esvaziada de sentidos e de autenticidade. ‘Pacificada’, utilizando a conotação dada ao termo por Kleber Mendonça (2018), em prol de um projeto de cidade voltado ao mercado. É a “prostituição da cidade”, que Chico Science & Nação Zumbi salientam no trecho da música acima. Toda a operação discursiva que analisamos nas reportagens d’*O Globo* sobre o réveillon refletem isso. A plêiade de representações utilizadas para sugerir o que é ‘violência’ e o que é ‘paz’, a depender do contexto, não nos deixa mentir. Ou seja, o que pauta a cobertura não é a festa em si, mas o que se deseja mostrar através dela, do Plano Real às UPPs na tentativa de solidificar a marca Cidade Olímpica. Desde então réveillon é utilizado como uma plataforma comunicacional que visa midiaticizar a imagem de um Rio desejável e asséptico, a fim de despertar – principalmente – o interesse de turistas e investidores estrangeiros.

O aparato da produção simbólica impulsionado pela ‘coalizão’ hegemônica deste projeto de cidade promove uma imagem urbana gentrificada, com diferenças diluídas e espaços consumíveis pela world class (SÁNCHEZ e GUTERMAN, 2016, p. 220).

Desde então o réveillon de Copacabana é organizado e divulgado sob a lógica da indústria cultural, ou seja, dentro de uma estética pasteurizada e palatável ao mercado. Daí não cabem mais, por exemplo, os cultos a Iemanjá que davam o tom à festa nos anos 1970 e 1980. Não que o fato de agora terem shows de artistas consagrados, nacional e internacionalmente, inviabilizem tais manifestações culturais. Mas o poder público aliado ao capital privado fez uma opção. Ficou claro que ano após ano, desde que o Rio passou a ser administrado sob a lógica do planejamento estratégico, a organização do réveillon foi

ganhando um novo formato cujos pilares são: o aumento da quantidade de fogos; o palco principal dos shows sempre em frente ao hotel Copacabana Palace; forte aparato de segurança; midiaticização massiva; amplo espaço para os patrocinadores exporem suas marcas com *banners* nos postes, *outdoors*, panfletagens no calçadão, performances com o público e até roda-gigante. É a estética do espetáculo, recorrendo a Guy Debord, pródiga à indústria cultural e aos megaeventos, visto que esses fazem parte da mesma dinâmica: a veiculação incessante de imagens que visam “transformar” a realidade.

Do Ano Novo católico no século XIX aos cultos a Iemanjá a partir dos anos 1950, passando pelas batalhas de confetes e festas em clubes no começo do século XX, hoje o réveillon virou sinônimo de fogos e shows. Algo raso se comparado à riqueza de sentidos e significados que tal festa possui, mas adequado à lógica da marca (vazia de sentidos), e, ao mesmo tempo, perene aos interesses hegemônicos que visam a sedimentação de um projeto político-econômico que transforma a própria cidade em mercadoria.

É nesse contexto que os operadores discursivos ‘violência’ e ‘paz’ são manobrados na cobertura jornalística a fim de legitimar e dar sentido a este projeto. Em nossa tese analisamos o réveillon, mas provavelmente se o tivéssemos feito com outro megaevento fortemente identificado com a imagem do Rio, não teríamos encontrado resultados muito diferentes. Os discursos aceitos como legítimos são resultado de lutas simbólicas.

O tema das leituras da cidade interessa a esta abordagem do campo simbólico, onde se trava a luta política pela imposição, mediada sempre por conflito e tentativa de construção de hegemonia, de uma leitura em detrimento de muitas outras que estão em permanente disputa. Essa luta simbólica para impor determinada visão de mundo parece tratar-se de um dos processos políticos relevantes na compreensão daqueles mobilizados para a reconstrução de lugares, em relação dialética com os processos materiais de modernização urbana (SÁNCHEZ, 2010, p. 107).

Mas as narrativas que possibilitaram, pelo menos por algum tempo, a Cidade Olímpica, não se deram somente a partir de 2009, elas vêm desde os anos 1990 quando da candidatura do Rio a sede dos Jogos de 2004. Para tanto, fazia-se necessário não só mostrar as benesses consequentes de sediar tais megaeventos, mas sobretudo as mazelas que havia na cidade. São elas que viabilizam o discurso do legado. Nesse sentido, os problemas relacionados à segurança pública que impunham-se à ordem do dia, foram fundamentais à legitimação do projeto da UPPs. A ‘pacificação’ não ocorreu apenas nas comunidades ocupadas, mas também nos veículos de comunicação comprometidos com essa ideologia de cidade. É o mecanismo da ‘gentrificação discursiva’ salientado por Kleber Mendonça (2018).

Mesmo com a derrota do candidato apoiado por Eduardo Paes nas eleições municipais de 2016 e a crise político-econômica que se abateu sobre o país desde então, tal projeto não se

esvaziou. Por mais que o atual mandatário do executivo municipal seja inapto (sob o ponto de vista da competência) ao cargo que ocupa, e governe muito mais para o seu grupo religioso do que para a população da cidade como um todo, os dados que expusemos no 1º Capítulo mostram que o montante investido na festa pela prefeitura, apesar de ter diminuído, não foi algo substancial a ponto de compromete-la negativamente. Ou seja, mesmo com toda a incapacidade administrativa do prefeito, isso não feriu a dinâmica do megaevento ‘réveillon de Copacabana’.

Ao mesmo tempo, a tradicional procissão de Iemanjá que sai do Mercado de Madureira e vai até Copacabana teve a sua licença cassada. O próprio carnaval, manifestação cultural popular que, muito embora tenha uma significação cristã, foi largamente apropriado pelos cultos afro-brasileiros, tem sofrido seguidos ataques da atual legislatura que é liderada por um pastor neopetencostal. Motivados por preconceito e porque não dizer racismo - visto que o racismo não passa apenas pela aniquilação do diferente, mas sobretudo pelo esvaziamento de práticas culturais não-brancas – o executivo municipal, atualmente, tem tratado tais manifestações com excessiva antipatia (para mantermos o decoro).

Mas o réveillon de Copacabana está tão estruturado sob o atual formato que, apesar da inépcia do executivo municipal, o brilho da festa não diminuiu. Por mais que tal réveillon não faça formalmente parte do corpus desta tese, em 2019 a prefeitura impôs um show gospel como a primeira atração da noite, ferindo a laicidade do Estado, bem como permitiu que quiosques fizessem “puxadinhos” loteando a areia de Copacabana. Medidas populistas que visam agradar a grupos específicos em ano eleitoral. Enquanto tecemos tais críticas, de modo algum temos a intenção de referendar as legislaturas anteriores, sejam as de Eduardo Paes ou as de César Maia. Mas esses pelo menos tinham um planejamento para a cidade (gostemos dele ou não), o atual nem isso possui. Se no início de 2017 a gestão de Marcelo Crivella representava uma incógnita, hoje ela ilustra uma mistura entre incapacidade administrativa e má fé política.

As políticas urbanas ligadas à realização de megaeventos buscam integrar a cidade simbolicamente e envolve-la numa estética do espetáculo. Esse é o norte que guia a organização do réveillon de Copacabana desde 1993, mas sobretudo a partir de 2010. É o urbanismo voltado ao consumo num contexto neoliberal.

A política do city-marketing é uma ferramenta poderosa de difusão de discurso. O marketing urbano permite identificar as profundas conexões entre os campos da cultura, da comunicação e da política que atuam na cidade para tornar hegemônica determinadas leituras do espaço. Essa reunião operada pelos meios de comunicação e informação, que, por serem veículos de construção ideológica atuam como

aceleradores culturais, definem e revelam traços do espírito da época (SÁNCHEZ, 2010, p. 94).

Hoje, novamente, o Rio vive uma encruzilhada. Mas esta, ao mesmo tempo em que significa incerteza e dubiedade, pode ensejar a abertura de novos caminhos (SIMAS, 2019). Se no século XVIII a cidade teve a sua autonomia quebrada em nome de um projeto imperial-colonial português, hoje o planejamento que vem sendo aplicado a ela visa a sua assepsia política e cultural, restando apenas aquilo que é útil ao capital. Nesse sentido a história do réveillon carioca demonstra algo parecido; no começo dos anos 1990, momento em que a festa alcançou um *ethos* próprio, construído pelos seus frequentadores e pelos comerciantes de Copacabana, a prefeitura tomou as rédeas da situação em nome de um “ordenamento modernizador”, atacando justamente a pluralidade e a autonomia que ali havia.

Sem qualquer intenção de prescrever receituários da redenção ou da felicidade, pois não acreditamos em fórmulas mágicas, tampouco no fim da tristeza, a saída para o Rio encontra-se na valorização da sua essência. Usando uma metáfora que ventilamos ao longo desta tese, tal e qual Tata Tancredo fez com o réveillon de Copacabana, se paulatinamente o Rio foi “desterreirizado”, a saída para reencontrar a vitalidade desta cidade reside justamente na metáfora do terreiro. Em *Beira Mar* Bethânia pergunta: “*Dentro do rio um terreiro. Dentro do terreiro tem o quê?*” Tem o próprio Rio. A ‘cidade terreiro’ sob o ponto de vista da amplitude, das possibilidades, do encontro, da povoação, do sagrado e do profano. O cozimento desse caldo é o que amálgama o tecido social carioca, é onde está a vitalidade desta cidade. Para recuperar a sua autonomia é preciso que se pense o Rio enquanto Rio, emanciparmo-nos do peso Brasil-Nação, deixar de fazer da cidade uma ágora às avessas, que ao invés de pensar o local se anula em nome do geral. Prova disso é que até hoje o Rio não se recuperou efetivamente da perda do status de Distrito Federal, pois, de 1763 a 1960, a cidade foi levada a pensar-se como consequência do todo. Se queremos realmente nos tornar uma cidade-global, a chave para isso passa pela valorização de nossa autenticidade e de nossas particularidades.

A recuperação da capitalidade do Rio não reside em sediar megaeventos internacionais, fazer obras monumentais ou ocupar comunidades com as ‘forças de paz’, sempre moldando-se às demandas que nos são impostas. Não somos contrários aos megaeventos, mas da forma como tais certames são geridos no contexto da cidade, quem menos desfruta de suas benesses é o habitante local. O réveillon de Copacabana deve atrair o turista doméstico e estrangeiro pelo que ele efetivamente é, e não pelo formato ‘enlatado’ que lhe foi dado. Nos anos 1960 era comuníssimo que turistas estrangeiros hospedados em

Copacabana, se misturassem à população local nos ritos a Iemanjá congregando-se mutuamente, ou caíssem no samba pelos bares da Avenida Atlântica. É aí que reside a sociabilidade tão peculiar do carioca. Ocorre que no réveillon megaevento de hoje, tal mistura certamente seria vista como um problema de segurança pública.

As UPPs em realidade refletem o medo de conflitos históricos não resolvidos. A encruzilhada a que nos referimos acima reside justamente no exercício de voltar-se pra si, olhar a sua história e realizar que há 257 anos o Rio é administrando do modo a lutar contra a sua própria essência. E o pior, dissemina um senso comum que a desvaloriza o tempo inteiro, sempre na busca de um futuro redentor que aplacará todas as nossas mazelas.

O Rio sempre teve uma capacidade antropofágica de se misturar, digerir e se congrega com o diferente, até pelo seu passado de cidade mercantil. Como numa manifestação de Exu, sob a ideia “da boca que tudo come e da boca que tudo dá” (SIMAS, 2019, p. 51), essa cidade deve ser administrada para retomar a sua capacidade de engolir, mesclar, embaralhar e depois colocar tudo isso pra fora na forma de possibilidades.

Viva as gargalhas nos botequins, os inferninhos da Zona Portuária e a opulência do Copacabana Palace! Viva a missa de domingo, o trabalho arriado na encruzilhada e pregação do pastor! Viva as batalhas de confetes, os barquinhos a Iemanjá e o réveillon na laje! Viva os dribles, as rasteiras e o jeitinho! Viva o baile funk e o pagode na calçada! As coincidências só existem na medida em que há o imprevisível.

Por mais que digam que não e lutem contra isso, o Rio é assim: um traçado multicultural que suscita disputas, ritos e encontros. Como numa ágora que busca o consenso valorizando o dissenso, a autonomia e a pujança desta cidade devem estar fundadas não na pacificação dos sentidos, mas num permanente reencantamento da vida.

REFERÊNCIAS

ABREU, Martha. Festas Religiosas no Rio de Janeiro: perspectivas de controle e tolerância no século XIX. In: *Revista de Estudos Históricos*, vol. 7, n. 14. Rio de Janeiro, 1994.

ABREU, Mauricio de. *Evolução urbana do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Ed. IPP, 2008.

ANDREATTA, Verena. *Cidades Quadradas Paraísos Circulares: os planos urbanísticos do Rio de Janeiro no século XIX*. Rio de Janeiro. RJ: Mauad, 2006.

BAHIA, Joana. *O Rio de Iemanjá: uma cidade e seus rituais*. In: *Revista Brasileira de História das Religiões*. ANPUH. Ano X, n. 30. Rio de Janeiro, 2018.

BECKER, Howard. *Falando da Sociedade: ensaios sobre as diferentes maneiras de representar o social*. Rio de Janeiro: Ed. Zahar, 2011.

BENCHIMOL, Jaime Larry. *Pereira Passos: um Haussmann tropical: a renovação urbana da cidade do Rio de Janeiro no começo do século XX*. In: *Coleção Biblioteca Carioca*, v. 11, Rio de Janeiro: Secretaria Municipal de Cultura, Turismo e Esportes, Departamento Geral de Documentação e Informação Cultural, Divisão de Editoração, 1992.

BRITO, Janaina; FONTES, Nena. *Estratégias para eventos: Uma Ótica do Marketing e do Turismo*. São Paulo: Ed. Aleph, 2002.

BUTT, Simon. ‘Mega-events’ research leads to global website. 2010. Disponível em: <http://www.nottingham.ac.uk/news/pressreleases/2010/june/megaevents.aspx>. Acesso em: 25/04/2018.

CALDEIRA, Teresa Pires do Rio. *Cidade de muros: crime, segregação e cidadania em São Paulo*. São Paulo: EDUSP/Ed. 34, 2000.

CARVALHO, Amanda Lima dos Santos. *O Rio de Janeiro a partir da chegada da Corte Portuguesa: Planos, intenções e intervenções no século XIX*. In: *Revista Paranoá: cadernos de arquitetura e urbanismo*, Brasília, v. 13, p. 55-63. 2014

CONTRERA, Malena Segura. *Mídia e Pânico: saturação da informação, violência e crise cultural na mídia*. São Paulo: Ed. FAPESP, 2002.

CONTRERA, Malena e MORO, Marcela. *Vertigem Mediática nos Megaeventos Musicais*. *Revista da Associação Nacional dos Programas de Pós-Graduação em Comunicação | E-compós*, Brasília, v. 11, n. 1, jan./abr 2008.

CORREIA, Carlus Augustus Jourand; SOARES, Antonio Jorge Gonçalves. *Aproximações e Distanciamentos Entre as Copas de 1950 e de 2014: apontamentos sobre as transformações no futebol e no Brasil*. In: *Revista Recorde*, Rio de Janeiro, v. 8, n. 1, p. 1-24, jan/jun. 2015.

COSTA, Amanda Danelli. *História e Cultura Urbana Carioca: a natureza turística do Rio de Janeiro entre a cidade das letras e a cidade maravilhosa*. Universidade do Estado do Rio de Janeiro, 2014.

DEBORD, Guy. *A sociedade do espetáculo*. Rio de Janeiro: Ed. Contraponto, 1997.

DURKHEIM, Émile. As Regras do Método Sociológico. In: GIANNOTTI, José Arthur. *Os Pensadores: Émile Durkheim*. São Paulo: Ed. Abril Cultural, 1978.

_____. “As Formas Elementares da Vida Religiosa”. In: GIANNOTTI, José Arthur. *Os Pensadores: Émile Durkheim*. São Paulo: Ed. Abril Cultural, 1978.

EWBANK, Thomas. A Vida no Brasil (ou Diário de uma visita ao país do cacau e das palmeiras). Rio de Janeiro: Ed. Conquista, 1973.

FEIJÃO, Rosane. As Praias Cariocas no Início do Século XX: sociabilidade e espetáculos do corpo. In: *Revista Escritos*. Ano 7. Vol. VII. Rio de Janeiro, 2013.

FEIX, Isabel Cristina. Memória, Lazer e Consumo: a Copacabana imaginada dos anos dourados. 2018. 142 f. Dissertação (Mestrado em Comunicação Social). Faculdade de Comunicação Social - Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, 2018.

FILHO, Melo Moraes. *Festas e tradições populares do Brasil*. Brasília: Ed. Senado Federal, 2002.

FONTENELLE, Isleide de Arruda: *O Nome da Marca: McDonald's, fetichismo e cultura descartável*. São Paulo: Ed. Boitempo, 2002.

FORTUNA, Vania Oliveira. ‘Rio do Porto Maravilha’, *Rio de Sentidos: lutas simbólicas por um consenso discursivo de cidade global*. 2016. 206 f. Tese (Doutorado em Comunicação Social). Faculdade de Comunicação Social – Universidade Federal Fluminense. Niterói, 2016.

FREITAS, Ricardo F. *Centres commerciaux: îles urbaines de la postmodernité*. Paris: L’Harmattan, 1996.

_____. Forteresses urbaines: les condominiums de Rio, nouvelles insularités sociales. In: LARDELLIER, Pascal (Org.). *Clés anthropologiques pour la mondialisation: des cultures et des hommes*. Paris: L’ Harmattan, 2005. p. 108-120.

FREITAS, Ricardo Ferreira. Rio de Janeiro, lugar de eventos: das exposições do início do século XX aos megaeventos contemporâneos. In: *Compós*, 20., 2011, Porto Alegre. *Anais...* Porto Alegre, 2011.

FREITAS, Ricardo Ferreira; LINS, Flávio; SANTOS, Maria Helena Carmos dos. Megaeventos: motores de transformação social. In *Compós*, 23., 2014, Belém. *Anais...* Belém, 2014.

FREITAS, Ricardo e NACIF, Rafael (orgs.). *Destinos da cidade: comunicação, arte e cultura*. Rio de Janeiro: Eduerj, 2005.

FREITAS, Ricardo Ferreira; FORTUNA, Vania Oliveira. O Rio de Janeiro continua lindo, o Rio de Janeiro continua sendo um grande palco de megaeventos. In: FREITAS, Ricardo Ferreira; BORELLI, Silvia H. S. (Orgs.) *Comunicação, narrativas e culturas urbanas*. Rio de Janeiro: Ed. PUC-SP, 2009. p.99 -117.

GOMES, Renato Cordeiro. *Todas as cidades, a cidade*. Rio de Janeiro: Ed. Rocco, 2008.

GUALA, Chito. *Mega eventi: modelli e storie di rigenerazione urbana*. Roma: Ed. Carocci,

2007.

HARVEY, David. *Condição Pós-Moderna*. São Paulo: Ed. Loyola, 1992.

_____. *A Produção Capitalista do Espaço*. São Paulo: Ed. Annablume, 2005.

JUNIOR, Ademir Barbosa. *O Livro Essencial de Umbanda*: São Paulo: Ed. Universo dos Livros, 2014.

LESSA, Carlos. *O Rio de todos os Brasis: uma reflexão em busca de auto-estima*. Rio de Janeiro: Ed. Record, 2005.

LEVY, Ruth. *Entre palácios e pavilhões: a arquitetura efêmera da Exposição Nacional de 1908*. Rio de Janeiro: Ed. EBA/UFRJ, 2008.

_____. *A Exposição do Centenário e o meio arquitetônico carioca no início dos anos 1920*. Rio de Janeiro: Ed. EBA/UFRJ, 2010.

MACHADO DA SILVA, Luiz Antonio. Sociabilidade Violenta: por uma interpretação da criminalidade contemporânea no Brasil urbano. *Revista Sociedade e Estado*. Brasília, v. 19, n. 1, p.53-84, jan/jun, 2004.

_____. Polícia e violência urbana em uma cidade brasileira. *Revista do Centro em Rede de Investigação em Antropologia*. V. 15, n. 1, p.67-82, 2011.

MAFFESOLI, Michel. *Dinâmica da Violência*. São Paulo: Biblioteca Vértice, 1987.

_____. *A parte do diabo*. Rio de Janeiro: Ed. Record, 2004.

MAIA, João; BIANCHI, Eduardo. Réveillon de Copacabana: territorialidades temporárias. In: FERNANDES, Cíntia. S; MAIA, João; HERSCHMANN, Micael. (Orgs.) *Comunicações e Territorialidades: Rio de Janeiro em cena*. São Paulo: Ed. Anadarco, 2012.

MATHEUS, Leticia Cantarela. *Narrativas do Medo: o jornalismo de sensações além do sensacionalismo*. Rio de Janeiro: Ed. Mauad X, 2011.

MAUAD, Ana Maria. Emblemas do Tempo: imagens sobre a passagem do século XIX para o XX na imprensa carioca. In: *Revista História Ciências Saúde-Manguinhos*. Rio de Janeiro, 1997.

MENDONÇA, Kleber. *A 'pacificação' dos sentidos: mídia e violência na cidade em disputa*. Rio de Janeiro: Ed. Caravanas, 2018.

MISSE, Michel. *Sobre a acumulação social da violência no Rio de Janeiro*. *Revista Civitas*. Porto Alegre, v. 8, n. 3, p.371-385, set/dez, 2008.

_____. Os desafios das UPPs. *Olhar Virtual UFRJ*, Rio de Janeiro, 03 ago. 2010. Entrevista.

MOSCOVICI, Serge. Sobre a subjetividade social. In: SÁ, Celso. *Imaginário e Representações Sociais*. Rio de Janeiro: Ed. Museu da República, 2005.

NOVAIS, Pedro. Urbanismo na Cidade Desigual: o Rio de Janeiro e os megaeventos. In: VAINER, Carlos; BROUDEHOUX, Anne Marie; SÁNCHEZ, Fernanda; OLIVEIRA, Fabricio Leal de. *Os Megaeventos e a Cidade: perspectivas críticas*. Rio de Janeiro: Ed. Letra Capital, 2016.

O'DONNELL, Julia. *A Invenção de Copacabana: culturas urbanas e estilos de vida no Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Ed. Zahar, 2013.

OLIVEIRA, Nelma Gusmão de. Os Megaeventos Esportivos e a Retórica do Legado: uma operação contábil que se converte em discurso. In: VAINER, Carlos; BROUDEHOUX, Anne Marie; SÁNCHEZ, Fernanda; OLIVEIRA, Fabricio Leal de. *Os Megaeventos e a Cidade: perspectivas críticas*. Rio de Janeiro: Ed. Letra Capital, 2016.

ORLANDI, Eni. *As formas do Silêncio: no movimento dos sentidos*. Campinas: Ed. Pontes, 2004

PESAVENTO, Sandra Jatahy. *Exposições Universais: espetáculos da modernidade do século XIX*. São Paulo: Ed. Hucitec, 1997.

PORTO, Alessandra de Figueiredo. Copacabana Palace: imaginário, consumo e estilos de vida no palácio da Princesinha do Mar. 2014. 124 f. Dissertação (Mestrado em Comunicação Social) – Faculdade de Comunicação Social. Universidade do Estado do Rio de Janeiro, 2014.
REIS, Patrícia Cerqueira. Rio de Janeiro, uma Cidade Global? Uma reflexão sobre a construção da Marca Rio. 2016. Tese (Doutorado em Ciências da Comunicação) – Escola de Comunicações e Artes. Universidade de São Paulo, 2016.

RODRIGUES, Antonio Edmilson Martins. Em Algum Lugar do Passado: cultura e história na cidade do Rio de Janeiro. In: AZEVEDO, Andre Nunes (org). *Anais do seminário Rio de Janeiro: capital e capitalidade*. Rio de Janeiro: Departamento Cultural/ NAPE/ DEPEXT/ SR-3/ UERJ, 2002. 180p. p. 11-43.

SÁNCHEZ, Fernanda. *A reinvenção das cidades para um mercado mundial*. Chapecó: Ed. Argos, 2010.

SÁNCHEZ, Fernanda; GUTERMAN, Bruna. Disputas Simbólicas na Cidade Maravilhosa: atores, instrumentos e gramática territorial. In: VAINER, Carlos; BROUDEHOUX, Anne Marie; SÁNCHEZ, Fernanda; OLIVEIRA, Fabricio Leal de. *Os Megaeventos e a Cidade: perspectivas críticas*. Rio de Janeiro: Ed. Letra Capital, 2016.

SARLO, Beatriz. *La Ciudad Vista*. Buenos Aires: Siglo Veintiuno, 2009.

SASSEN, Saskia. *The Global City: New York, London, Tokyo*. Princeton University Press, 1991.

SEVCENKO, Nicolau. A capital irradiante: técnica, ritmos e ritos do Rio. In: SEVCENKO, Nicolau; NOVAIS, Fernando. *História da Vida Privada no Brasil*. São Paulo: Ed. Companhia das Letras, 2008. v. 3.

SIMAS, Luiz Antonio. *Pedrinhas Miudinhas: ensaios sobre ruas, aldeias e terreiros*. Rio de Janeiro. Ed. Mórula, 2019.

SIMAS, Luiz Antonio; RUFINO, Luiz. *Fogo no Mato: a ciência encantada das macumbas*. Rio de Janeiro: Ed. Mórula, 2019.

SIMMEL, Georg. *Le conflit*. Paris, Ed. Circé, 1992.

SODRÉ, Muniz. *O Social Irrradiado: violência urbana, neogrotesco e mídia*. São Paulo: Ed. Cortez, 1992.

VAINER, Carlos. Pátria, Empresa e Mercadoria: notas sobre a estratégia discursiva do planejamento estratégico urbano. In: ARANTES, Otilia; VAINER, Carlos; MARICATO, Ermínia. *A Cidade do Pensamento Único: desmanchando consensos*. Petrópolis, RJ. Ed. Vozes, 2002.

VAINER, Carlos. Megaeventos, Cidade de Exceção e Democracia Direta do Capital: reflexões a partir do Rio de Janeiro. In: VAINER, Carlos; BROUDEHOUX, Anne Marie; SÁNCHEZ, Fernanda; OLIVEIRA, Fabricio Leal de. *Os Megaeventos e a Cidade: perspectivas críticas*. Rio de Janeiro: Ed. Letra Capital, 2016.

VELHO, Gilberto. *A Utopia Urbana: um estudo de antropologia social*. Rio de Janeiro: Ed. Jorge Zahar, 1989.

WEBER, Max. *Economia e sociedade (Vol. 1)*. Brasília: Ed. UNB, 1991.